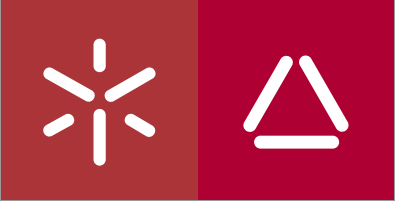
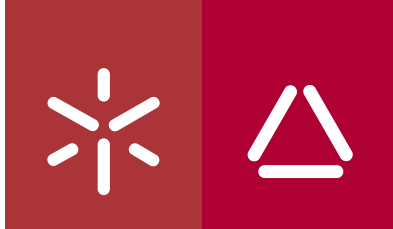


Joel António Lameco

A Porosidade da Fronteira Terrestre Moçambicana — o impacto da imigração ilegal nas comunidades fronteiriças e na segurança nacional. O caso da Fronteira de Moçambique com a Tanzânia

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Joel António Lameco

**A Porosidade da Fronteira Terrestre
Moçambicana — o impacto da imigração
ilegal nas comunidades fronteiriças e na
segurança nacional. O caso da Fronteira
de Moçambique com a Tanzânia**

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Geografia
Especialidade em Geografia Humana

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Maria José Boavida Miguel
Caldeira**
e da
Professora Doutora Virgínia Maria Barata Teles

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

A elaboração da tese passa necessariamente por vários momentos, sendo de destacar os de solidão, contudo, a sua materialização pressupõe contribuições de várias individualidades, orientação e suporte de vária ordem. Assim sendo, gostaria de agradecer às minhas orientadoras, Professora Doutora Maria José Boavida Miguel Caldeira e à Professora Doutora Virginia Maria Barata Teles por terem acreditado em mim e me encaminharem até ao alcance dos meus objetivos. Por outro lado, destaca-se o lado humano que sempre demonstraram, manifestando a sua disponibilidade incondicional para o processo de viabilização dos meus estudos. Agradeço ao Professor Doutor Manuel Crispo Bucuto e ao Professor Doutor António Caetano Lourenço, por terem aceitado o meu pedido para a frequência do Curso e pela concessão dos incentivos para que o sonho virasse uma realidade. Ao Instituto de Bolsas de Moçambique (IBE), pelo apoio financeiro que viabilizou o projeto da minha investigação. Para a minha mãe Marta Lameco Ualane Langa e ao meu pai Carlos António Joaquim, pelo suporte concedido para a viabilização deste projeto, o meu especial agradecimento. Aos avós Lameco e Matimba Ualane (em memória) e aos meus tios, Pedrito, Luísa, Laura, Albano e Marcos (todos em memória) pela edificação da minha personalidade, muito obrigado. À tia Silvina Richard e tia Salumina Ualane pelo apoio concedido ao longo da formação, endereço os meus agradecimentos. Aos meus irmãos e primos que de forma direta e indireta sempre contribuíram para o alcance das minhas metas, muito obrigado. Aos meus colegas da sala de investigadores do ICS e os da casa 29, com destaque para o Serafim Mwenhu, endereço os meus agradecimentos. Agradeço em particular à minha esposa Maria Dulce Lameco, por ter assumido o papel de mãe e pai perante os nossos filhos no decurso do programa doutoral, muito obrigado. Aos meus filhos, Vânia, Kiwanda e Joelson pela paciência e tolerância em aceitarem a minha ausência por intervalos de tempo relativamente longos, num território distante, muito obrigado. Por fim, agradeço a Deus pelo dom da vida e pela saúde que me tem concedido ao longo do percurso da minha vida.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri a prática de plágio ou qualquer forma de falsificação de resultados. Mais declaro que tomei conhecimento integral de Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A Porosidade da Fronteira Terrestre Moçambicana — o impacto da imigração ilegal nas comunidades fronteiriças e na segurança nacional. O caso da fronteira de Moçambique com a Tanzânia

RESUMO

A temática escolhida para a investigação centra-se na análise da porosidade de uma parte da fronteira continental moçambicana, entre Moçambique e a Tanzânia, e o seu impacto na imigração indocumentada e na segurança nacional. Na abordagem da imigração indocumentada o foco incide na imigração ilegal devido às evidentes implicações que dela advém, no âmbito da segurança e da soberania nacional. Tradicionalmente, a constituição dos Estados, como sujeitos independentes e soberanos, passa pela definição dos seus territórios através da delimitação de fronteiras. Por um lado, se observarmos no mapa as fronteiras são representadas por linhas, por outro, no território essa fronteira corresponde a espaços geralmente sem marcas e, como tal impercetíveis, mas em determinados casos, com muros, redes ou vigilância o que evidencia uma separação nítida. Esta dualidade de situações leva à existência de fronteiras com graus de porosidade diferentes. No caso de Moçambique, a porosidade da fronteira terrestre facilita o trânsito de imigrantes indocumentados, o tráfico de seres humanos, de drogas, de armas e viaturas, ou de recursos naturais. Todos estes fluxos têm evidentes implicações na segurança e na soberania nacional. Assim sendo, o objetivo principal desta investigação consiste em compreender o fenómeno da imigração indocumentada impulsionada pela porosidade da fronteira entre Moçambique e Tanzânia com incidência para a segurança nacional. Através desta investigação destacam-se os fatores da porosidade fronteiriça que impulsionam a imigração ilegal e a consequente crise securitária que se regista no norte do país. Na fase inicial do estudo aborda-se o processo histórico que ditou a definição das atuais fronteiras, na perspectiva de compreender a gênese da permeabilidade no limite fronteiriço e as motivações que concorrem para a prevalência da condição de porosidade e as respectivas consequências negativas, com destaque para as associadas à segurança nacional. A abordagem das fronteiras é feita tendo em consideração o contexto global, africano e moçambicano. Por outro lado, através da componente empírica pretende-se estabelecer a relação entre a porosidade fronteiriça e a imigração ilegal com o objetivo de identificar as principais rotas de imigração ilegal para Moçambique, e os principais atrativos que concorrem para que o país seja apetecível para os imigrantes ilegais. Deste modo, após a apreciação dos dados recolhidos na zona de estudo, para além de se estabelecer a relação entre a porosidade das fronteiras e os movimentos migratórios internacionais, faz-se também a análise dos mecanismos usados na monitorização da fronteira entre os dois países. Por fim, destacam-se as recomendações tendo em vista a mitigação dos efeitos nefastos associados à porosidade das fronteiras e os desafios atuais e futuros que se apresentam às populações transfronteiriças.

Palavras-chave: fronteira; imigração indocumentada; porosidade; segurança nacional.

The porosity of the Mozambican land border – the impact of illegal immigration on border communities and national security. The case study of the Mozambique border with Tanzania

ABSTRACT

The selected theme focuses on analysing the porosity of a part of the Mozambican continental border (between Mozambique and Tanzania), and its impact on undocumented immigration and national security. In the approach to undocumented immigration, the emphasis is on illegal immigration due to its apparent implications on national security and sovereignty. Traditionally, the establishment of States, as independent and sovereign entities, entails the definition of their territories through the delimitation of borders. Borders, which on the map are lines, in the territory are areas, often non-demarcated and, as such, unnoticeable, sometimes with walls, galvanised wire mesh fences or surveillance that highlight a clear separation. This duality leads to the existence of borders with different degrees of porosity. In the Mozambican context, the porosity of the land border facilitates the transit of undocumented immigrants, trafficking in human beings and organs, weapons, vehicles and natural resources. All these flows have apparent implications on national security and sovereignty. Therefore, the primary goal of this research is to understand the phenomenon of undocumented immigration, driven by the porosity of the border between Mozambique and Tanzania, with implications on national security. This research underscores the factors of border porosity that fuel illegal immigration and the resulting security crisis in the northern part of the country. The initial phase of the study delves into the historical process that shaped the current borders, aiming to comprehend the genesis of border permeability and the motivations that contribute to the prevalence of porosity and its negative consequences, particularly those associated with national security. The approach to borders is carried out taking into consideration the global, African and Mozambican context. On the other hand, through the empirical component, the nexus between border porosity and illegal immigration is established to identify the main routes of illegal immigration to Mozambique and the main attractions that make the country appealing to illegal immigrants. Therefore, the mechanisms used to monitor the border between the two countries are analysed after examining the data collected in the study site and establishing the relationship between border porosity and international migration movements. Finally, recommendations for mitigating the problems associated with porous borders and challenges for future research avenues that have arisen during this research are highlighted.

Keywords: border; porosity; undocumented immigration.

ÍNDICE GERAL

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS.....	ii
Agradecimentos	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL	vii
Índice das Figuras	x
Índice dos Quadros.....	xi
Índice dos Gráficos.....	xii
Siglas e Abreviaturas	xiii
Introdução.....	1
Contexto, atualidade e relevância da temática escolhida.....	2
Questão de partida e objetivos da investigação	4
Metodologia aplicada ao estudo	5
Desafios enfrentados na implementação metodológica.....	9
Estrutura da tese	11
CAPÍTULO I Contextualização sobre a génese das fronteiras internacionais.....	13
1.1. A importância das fronteiras.....	14
1.2. A evolução do conceito de fronteira	17
1.3. As fronteiras e a geopolítica.....	19
1.4. Tipos de fronteiras	21
1.5. A porosidade da fronteira e as suas implicações	26
1.6. Síntese.....	28
CAPÍTULO II O processo histórico da definição das fronteiras africanas	29
2.1 A delimitação das fronteiras africanas.....	29
2.2 As dinâmicas das fronteiras africanas	33
2.3 Implicações das fronteiras na identidade dos povos africanos	35
2.4 Desafios na gestão da problemática fronteiriça nos países africanos	38
2.5 Síntese.....	39
CAPÍTULO III As fronteiras continentais do território moçambicano	41

3.1	Moçambique e o processo da definição das fronteiras.....	41
3.2	Geopolítica das fronteiras continentais moçambicanas	49
3.3	Características físico e demográfica da zona fronteiriça entre Moçambique e a Tanzânia	57
3.4	Síntese.....	59
CAPTULO IV Breve contextualização sobre as migrações internacionais		61
4.1	Movimentos migratórios	61
4.1.1	Problemas e teorias associados aos movimentos migratórios	64
4.1.2	Tipologias das migrações.....	67
4.2	Causas dos fluxos das migrações	68
4.3	Sistemas de controlo do movimento internacional da população	73
4.4	Síntese.....	76
CAPÍTULO V Os fluxos migratórios no continente africano. O caso de Moçambique		77
5.1	Contextualização	77
5.2	Causas dos movimentos migratórios em África	79
5.3	Algumas das consequências dos movimentos migratórios em África	81
5.4	Movimentos migratórios em Moçambique.....	83
5.5	Síntese.....	87
CAPÍTULO VI Perceção dos fatores de porosidade da fronteira Norte de Moçambique e consequências ao nível dos fluxos migratórios e segurança nacional		89
6.1	Breve Enquadramento da Área de Estudo e Apontamento Metodológico.....	89
6.2	.Caracterização dos inquiridos	94
6.3	A perceção de fronteira entre Moçambique e a Tanzânia	102
6.3.1	Fatores que contribuem para a porosidade da fronteira Norte de Moçambique	105
6.3.2	Mecanismos de mitigação da porosidade fronteiriça	110
6.4	Os movimentos migratórios na fronteira entre Moçambique e a Tanzânia.....	112
6.4.1	Regulamentação referente aos movimentos migratórios	116
6.4.2	Perceção e atuação da população local em relação aos imigrantes.....	118
6.4.3	Motivações e implicações da imigração indocumentada no Norte de Moçambique....	128
6.4.4	Mecanismos de mitigação da imigração indocumentada	133
6.5	Síntese.....	137
Conclusões		139
	Recomendações	143

Problemas e limitações	144
Linhas de pesquisas futuras.....	145
Bibliografia.....	147
Apêndices.....	159
Anexos.....	178

Índice das Figuras

Figura 1. Representação do percurso do Rio Rovuma, referência principal da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia	2
Figura 2. Localização geográfica e administrativa do território moçambicano	42
Figura 3. Algumas referencias na delimitação da fronteira entre Moçambique e Zimbabwe.....	47
Figura 4. Representação da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia.....	50
Figura 5. Representação da fronteira entre Moçambique e o Malawi.....	51
Figura 6. Representação da fronteira entre Moçambique e a Zâmbia	52
Figura 7. Representação da fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe.....	53
Figura 8. Representação da fronteira entre Moçambique e África do Sul e entre Moçambique e o Eswatine.	55
Figura 9. Representação dos distritos inseguros devido a onda do terrorismo e locais de reassentamento dos deslocados	91
Figura 10. Fronteira Norte de Moçambique. Referências distintas da fronteira, pela <i>Google Earth</i> (amarela) e a formal (azul).....	104
Figura 11. Postos de travessia da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia	107
Figura 12. Representação de evidências de porosidade fronteiriça entre Moçambique e os Países vizinhos.....	109
Figura 13. Evidências de tentativas de perturbação da linha de fronteira entre Moçambique e os países vizinhos.....	111
Figura 14. Rota terrestre dos imigrantes na fronteira entre Moçambique e a Tanzânia	126
Figura 15. Ponte sobre o Rio Rovuma no posto de travessia do Segundo Congresso em Niassa.	134
Figura 16. Diagrama sobre a relação das diretrizes do estudo	137

Índice dos Quadros

Quadro 1. Funções das Fronteiras segundo Raffestin	15
Quadro 2. Classificação das fronteiras segundo F. Ratzel	23
Quadro 3. Classificação das fronteiras na perspetiva de J. Ancel	25
Quadro 4. Tratados referentes à delimitação das fronteiras em África	32
Quadro 5. Extensão das fronteiras do território moçambicano	56
Quadro 6. População residente nos distritos limítrofes na fronteira entre Moçambique e a Tanzânia (2017)	58
Quadro 7. Principais Postos de Travessia nas Províncias limítrofes com a Tanzânia	59
Quadro 8. Âmbito dos Problemas Migratórios.....	64
Quadro 9. Teorias migratórias internacionais	66
Quadro 10. Tipos de migrações	67
Quadro 11. Principais causas das migrações	70
Quadro 12. Migrantes internacionais, 1970 - 2020	72
Quadro 13. Agregados familiares e amostra	92
Quadro 14. Línguas mais faladas pelo universo dos inquiridos	100
Quadro 15. Noção dos sinais que simbolizam a fronteira.....	102
Quadro 16. Fatores que concorrem para a porosidade fronteiriça	106
Quadro 17. Evolução das entradas de imigrantes em Moçambique, por província.....	115
Quadro 18. Legislação moçambicana referente aos movimentos migratórios internacionais	118
Quadro 19. Principais atividades desenvolvidas pelos imigrantes	121
Quadro 20. Documentos exigidos para efeitos de travessia nos postos fronteiriços	124
Quadro 21. Rotas usadas pelos imigrantes indocumentados na travessia da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia	127
Quadro 22 - Principais motivações da imigração, na perspetiva da população inquirida	129
Quadro 23 - Principais nacionalidades dos imigrantes no Norte e as respetivas motivações para escolherem Moçambique.....	130
Quadro 24. Implicações sociais da imigração.....	132
Quadro 25. Estratégias de mitigação da imigração ilegal	136

Índice dos Gráficos

Gráfico 1. Naturalidade dos inquiridos por província	94
Gráfico 2. Relação do inquirido com o chefe do agregado familiar.....	95
Gráfico 3. Grau de escolaridade segundo o sexo.....	96
Gráfico 4. Principais atividades de subsistência desenvolvidas pela população inquirida.....	97
Gráfico 5. Principais atividades económicas tendo em consideração os anos de residência	98
Gráfico 6. Religião professada pela população inquirida, segundo a faixa etária.....	101
Gráfico 7. Noção do trajeto da linha de fronteira.....	103
Gráfico 8. População a favor da existência dos limites fronteiriços	109
Gráfico 9. Principais nacionalidades dos imigrantes em Moçambique	114
Gráfico 10. Facilitação da imigração ilegal através do acolhimento no seio do agregado familiar	119
Gráfico 11. Perceção da presença de imigrantes indocumentados.....	120
Gráfico 12. Noção da obrigação de colaborar com as autoridades através de denúncias	120
Gráfico 13. Regularidade com que a população inquirida atravessa o limite fronteiriço.....	123

Siglas e Abreviaturas

AAEE – Academia de Altos Estudos Estratégicos

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

BI – Bilhete de Identidade

CAF – Chefe do Agregado Familiar

CENACARTA – Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção

COMAF – Comissão de Mares e Fronteiras

EU – *European Union*

ESG – Ensino Secundário Geral

EUA – Estados Unidos de América

FDS – Forças de Defesa e Segurança

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IMAF – Instituto de Mares e Fronteiras

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISIS – *Islamic State of Iraq and Syria*

OIM – Organização Internacional das Migrações

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

OUA – Organização da União Africana

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRM – Polícia da República de Moçambique

RCMMI – Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais

RDC – República Democrática do Congo

RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

RSA – República da África do Sul

SADC – *South African Development Community* (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)

SENAMI – Serviço Nacional de Migração

SISE – Serviço de Informações e Segurança do Estado

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

UA – União Africana

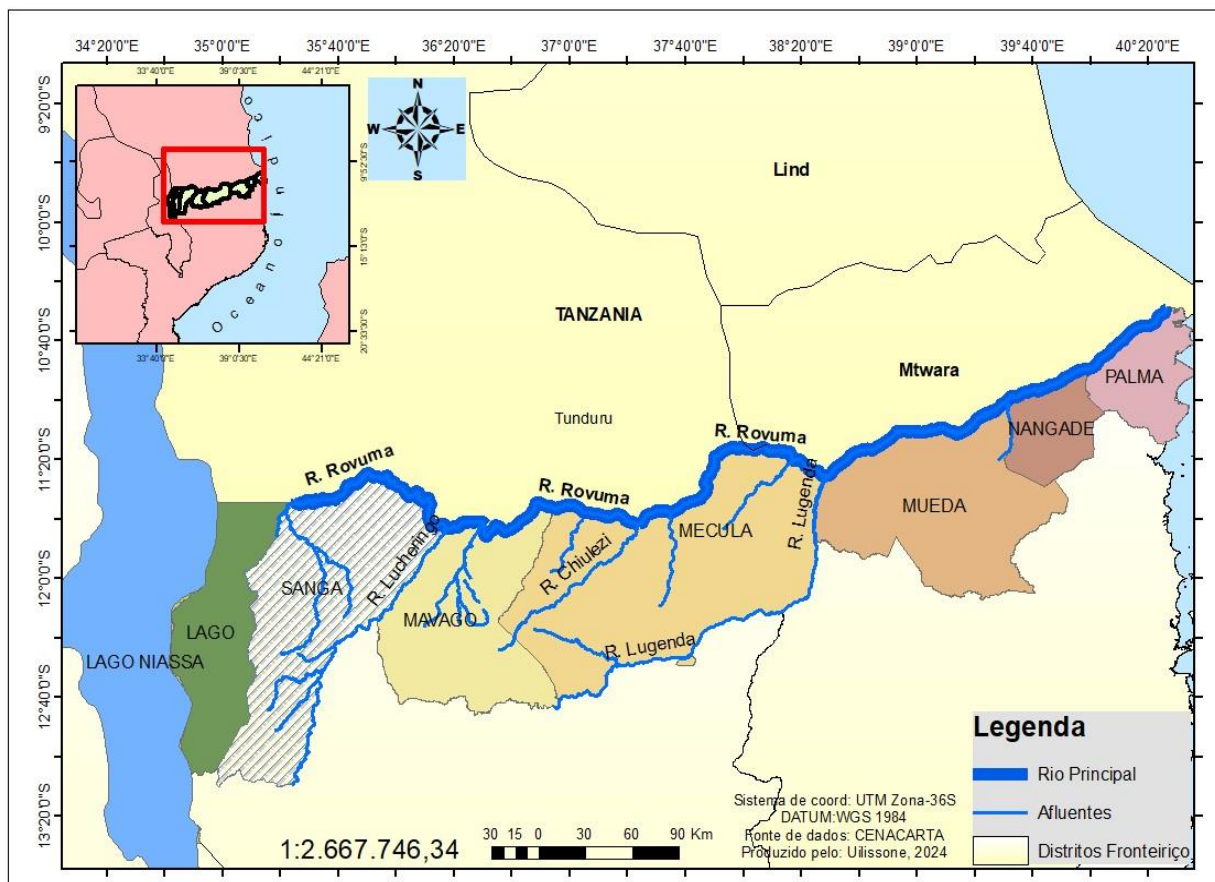
Introdução

O presente estudo centra-se na apreciação e análise dos fluxos migratórios impulsionados pela porosidade da fronteira terrestre de Moçambique e os principais desafios que se colocam, com destaque para a perspetiva securitária. Moçambique localiza-se no Sudeste de África, na região Austral, fazendo fronteira com a Tanzânia a norte, Malawi e Zâmbia a noroeste, Zimbabwe, Eswatini e África do Sul a oeste, mas também com este último no extremo sul do país.

A extensão da fronteira terrestre é de 4.213 km, a qual apresenta ao longo do seu percurso uma forte permeabilidade, facto que é considerado, de forma genérica, como um problema em termos de fluxos migratórios. Em alguns casos, esta questão é potenciada pela população residente nas áreas fronteiriças, que desloca os marcos da linha de fronteira motivada por questões económicas, relacionadas com a exploração ou aproveitamento de recursos naturais. De facto, os hidrocarbonetos e outros recursos naturais existentes no norte de Moçambique constituem um dos fatores para a concentração e fixação da população, atraindo um elevado número de imigrantes indocumentados que frequentemente são referenciados como promotores de ameaça à segurança local e nacional.

A fronteira entre Moçambique e a Tanzânia destaca-se por ser a terceira fronteira continental mais extensa do país, com 751 km, sendo que 620 km são demarcados pelo rio Rovuma. Este rio nasce no planalto de Ungone na Tanzânia, junto a Songea, próximo da margem oriental do lago Niassa. O rio Rovuma é apenas navegável para pequenas embarcações, desde a sua confluência com o rio Lugenda (afluente da margem direita) até a foz, no Oceano Índico. Do rio Rovuma ao lago Niassa, a fronteira faz-se através de relevo montanhoso, numa extensão de 51 km, conforme ilustra a figura nº 1.

Figura 1. Representação do percurso do Rio Rovuma, referência principal da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia



Fonte: Adaptado pelo autor na base das cartas do CENACARTA (2023)

Contexto, atualidade e relevância da temática escolhida

A fronteira continental entre Moçambique e a Tanzânia é uma das mais destacada no território moçambicano quando se faz referência à porosidade fronteiriça, imigração ilegal e ao tráfico de pessoas e bens. As condições das vias de acesso, a extensão do limite fronteiriço e as limitações em meios de transporte e comunicações no seio das Forças de Defesa e Segurança (FDS), são referenciados como alguns dos fatores que dificultam a monitorização e fiscalização da fronteira norte de Moçambique. Por conta destas fragilidades, o norte de Moçambique tem sido palco de situações que criam instabilidade afetando a segurança nacional, pois, a porosidade daquela fronteira facilita o terrorismo, o tráfico de armas de fogo, drogas e recursos naturais.

Em relação ao entendimento da problemática associada aos fluxos migratórios destaca-se o conceito da Organização Internacional das Migrações (OIM) ao definir o fluxo migratório como a contagem do

número de migrantes que se deslocam ou têm autorização para se deslocar para (ou de) um país a fim de ter acesso a um emprego ou fixar-se durante um determinado período (OIM, 2009, p.31). Embora o conceito de fluxo migratório abranja as emigrações, neste estudo abordam-se os fluxos migratórios na perspetiva de imigração. A este respeito, Mahavene (2020) refere que “geralmente os Estados, no quadro do exercício das suas funções de soberania, preocupam-se sobretudo com as entradas de cidadãos estrangeiros nos seus territórios devido às implicações de vária ordem a que estas estão associadas” (p.14). Como se pode entender na abordagem do autor, os Estados associam a imigração indocumentada à insegurança.

A problemática da porosidade das fronteiras terrestre moçambicanas regista-se desde a sua definição. Nota-se que este facto impulsionou a reflexão em torno das tarefas centrais do Estado, com incidência na fiscalização e defesa das fronteiras. É nesse contexto que o Estado reforçou as medidas de Defesa Nacional com a implementação da Lei 18/2001, de 3 de julho, ao criar o Instituto Nacional de Mar e Fronteiras (IMAF), órgão coordenador do Estado responsável pela implementação técnica e metodológica das atividades de reafirmação e delimitação das fronteiras nacionais. O referido reforço consistiu, igualmente, na criação da Comissão de Mar e Fronteiras (COMAF¹) tendo em vista coordenar todas as atividades relacionadas com a fronteira. Contudo, os resultados das estratégias adotadas continuam sem corresponder os reais desafios impostos pelas adversidades associadas à porosidade fronteiriça com destaque para o norte do país.

Assim sendo, são cada vez mais frequentes os apelos chamando a atenção para a necessidade do envolvimento de todos os nacionais na defesa e preservação da soberania nacional. Torna-se importante e oportuna a adoção de estratégias que irão reanimar os valores patrióticos que servirão de base para a participação efetiva da população na defesa dos interesses nacionais. Por outro lado, revela-se adequada a conceção de um sistema integrado de monitorização das fronteiras com vista a fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado ao longo da faixa da fronteira norte.

Desta forma, à semelhança das outras áreas do saber que procuram dar a sua contribuição para a consolidação da estabilidade social, económica e política, pretende-se igualmente capitalizar as ferramentas que o conhecimento geográfico oferece para a compreensão das adversidades impulsionadas pela migração clandestina associada à porosidade fronteiriça. Por outro lado, revela-se

¹ Organismo governamental multissetorial composto por 10 Ministérios, designadamente: Negócios Estrangeiros e Cooperação; Interior; Defesa Nacional; Administração Estatal; Agricultura e Segurança Alimentar; Pesca; Transportes e Comunicações; Recursos Minerais. Coordenação da Ação Ambiental; Finanças.

pertinente e oportuna a investigação das condições reais da fronteira terrestre tendo em vista o desenvolvimento de estratégias para a compreensão e consequente contribuição face aos desafios que advém da vulnerabilidade fronteiriça.

Questão de partida e objetivos da investigação

A situação da permeabilidade das fronteiras associadas à imigração ilegal e consequentes problemas securitários, despoleta a necessidade de uma melhoria na monitorização do processo da segurança das fronteiras terrestre de Moçambique. Neste contexto, depois de sucessivamente se constatar a presença de migrantes indocumentados em trânsito ou envolvidos na exploração ilegal de recursos naturais e, por outro lado, migrantes ilegais que provocam atos de terrorismo no norte de Moçambique, emergiu a seguinte questão: *Qual é a contribuição do conhecimento geográfico na compreensão da porosidade fronteiriça e consequente imigração ilegal tendo em vista a segurança nacional em Moçambique?* Associado a esta questão, Matias (2008) afirma que, “o conhecimento geográfico deve estar presente na sociedade como elemento emancipatório do indivíduo, pois as reflexões espaciais são essenciais ao exercício da cidadania e ao viver bem em comunidade” (2008, p. 179).

Assim, o objetivo geral desta investigação consiste em contribuir através do conhecimento geográfico, para a compreensão dos impactos da porosidade fronteiriça entre Moçambique e a Tanzânia com incidência para o fenómeno da imigração ilegal e dos respetivos problemas securitários. Através desta investigação, pretende-se perceber até que ponto a porosidade das fronteiras continentais tem atraído imigrantes ilegais e traficantes (de drogas, armas de fogo e outros bens não autorizados) ao extremo de assumirem Moçambique como destino preferencial. Acredita-se que os resultados desta investigação irão contribuir na elaboração de estratégias específicas e aplicáveis para a monitoria dos fluxos migratórios no limite fronteiriço entre os dois países.

Assim sendo, em consonância com o objetivo geral acima descrito, pretende-se no decurso do estudo atingir os seguintes objetivos específicos:

- Compreender a génese e a evolução do conceito de fronteira, a sua tipologia e o respetivo enquadramento na perspetiva da Geopolítica. Nota-se que, a compreensão deste conceito e da perspetiva evolução é incontornável para uma descrição assertiva do processo de delimitação das fronteiras;

- Contextualizar o processo histórico da delimitação e demarcação das fronteiras dos países africanos por forma a compreender e perspetivar as dinâmicas que as caracterizam. A referida contextualização é feita tendo em consideração os conflitos fronteiriços associados a questão da artificialidade das fronteiras por conta do contexto em que foram traçadas.
- Descrever a fronteira continental moçambicana na perspetiva do percurso histórico que ditou a sua delimitação. Na referida descrição, faz-se referência aos desafios que advêm da sua localização geoestratégica, com destaque para os fatores que constituem ameaça à segurança nacional;
- Discutir o conceito migração, as causas, as suas consequências e as estratégias que os Estados têm adotado para o controlo dos movimentos migratórios. Ao discutir-se o conceito migração e os fenómenos a ele associados ao nível global fazem-se analogias para a compreensão dos fluxos migratórios no contexto da área selecionada para o presente estudo. Outrossim, visa estabelecer a relação entre a porosidade das fronteiras e os movimentos migratórios e descrever os fatores que impulsionam os imigrantes indocumentados a terem Moçambique como corredor ou como destino, e;
- Analisar os mecanismos usados para a monitorização da fronteira no que diz respeito à sua viabilidade e eficácia, por forma a identificar possíveis estratégias de monitorização do limite fronteiriço que se ajustam nas especificidades da fronteira norte de Moçambique.

Metodologia aplicada ao estudo

Na investigação empírica sobre a porosidade da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia, associada à investigação da imigração indocumentada, é dada particular atenção ao território e à população, no sentido de dar resposta aos desafios do país face às ameaças nacionais, regionais e globais. Tendo em consideração a especificidade do estudo, a abordagem metodológica baseou-se na conjugação e articulação de métodos quantitativos e qualitativos na recolha e sistematização de dados primários e secundários. A relevância dos métodos qualitativos justifica-se no âmbito desta investigação, uma vez que permitiu conhecer com profundidade o *como?* e o *porquê?* da construção social por detrás dos espaços de fronteira. Nesta sequência, destaca-se o estudo de caso, baseado na observação ativa, entrevistas e outros registos efetuados no decurso de trabalho de campo (Batista et al., 2019).

A adoção do estudo de caso como método privilegiado na presente investigação deve-se ao facto de a imigração indocumentada ao longo da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia constituir um

fenómeno sobre o qual praticamente não existem dados sistematizados, tendo este sido igualmente pouco explorado sob a perspetiva desenvolvida no presente estudo. Tal como referem Canastra et al. (2015), o “carácter único e a ausência de estudos empíricos similares, faz com que (o método do estudo de caso) possa introduzir-nos numa primeira aproximação (exploratória) empírica ao objeto de estudo” (p. 12). Neste sentido, tratando-se de uma investigação de cariz exploratório, adotou-se uma abordagem inclusiva e participativa no que se refere à recolha de informação e dados primários, procurando identificar e envolver potenciais colaboradores, estabelecer parcerias e relações de confiança. Para isso, recorreu-se à técnica de observação participada, a inquéritos por entrevista e à discussão junto de grupos (*focus group*).

Importa referir que, no início da investigação, foi efetuada uma visita exploratória à área de estudo, concretamente ao Posto Fronteiriço do II Congresso, no distrito de Sanga, na província de Niassa, onde estabeleceu-se o contacto com as Forças de Defesa e Segurança presentes no local e com as autoridades daquele posto administrativo. A relativa estabilidade securitária, permitiu a observação factual e a interação com as comunidades que residem ao longo da zona fronteiriça entre Moçambique e a Tanzânia, com destaque para as que residem nas proximidades do Posto Fronteiriço do II Congresso. Por outro lado, através da observação direta, aferiu-se as evidências relativas as referências do limite fronteiriço (rio Rovuma) entre os dois países. O estudo preliminar de campo foi ainda estendido aos distritos fronteiriços de Lago e Mecula, também na província de Niassa.

Outrossim, na interação com as autoridades policiais auscultou-se os mecanismos de monitorização e o sistema de segurança utilizado no âmbito da fiscalização do limite fronteiriço. Debateu-se igualmente, em torno das estratégias aplicáveis no contexto específico da fronteira norte de Moçambique, de modo a mitigar o fenómeno da imigração ilegal, tráfico de armamento bélico, tráfico de drogas e outros males associados à porosidade fronteiriça.

Por sua vez, o recurso a métodos quantitativos teve em vista complementar a abordagem qualitativa, através do tratamento e análise de dados estatísticos resultantes da aplicação de um inquérito por questionário. No sentido de viabilizar a recolha da informação através de questionários, a sua implementação foi antecedida pela formação de quatro inquiridores locais com o domínio das línguas locais (Kimwane, Swahile, Maconde e Macua) e a língua portuguesa. A referida formação teve em vista familiarizá-los com este método de recolha de dados e habilitá-los para a respetiva aplicação. Além disso, por forma a garantir a participação ativa e o comprometimento na recolha de dados, foi estabelecido um acordo verbal entre o investigador e os inquiridores visando a sua gratificação no final

da respetiva tarefa. O rigor científico e a confiabilidade dos resultados no âmbito do trabalho empírico foram garantidos através do envolvimento dos potenciais contribuintes em todas as fases da investigação, a saber:

- Planificação pormenorizada das etapas do trabalho de campo, desde o ensaio dos instrumentos de recolha de dados, passando pela preparação de todos os sujeitos da investigação, até a avaliação das especificidades do ambiente em que se desenvolveu a recolha de dados;
- Coleta sistemática de dados, recorrendo a métodos adequados e válidos previamente definidos e aprovados pela Comissão de Ética, como é o caso dos questionários e entrevistas;
- Análise sistemática das evidências recolhidas, de forma consistente e transparente, tendo em consideração os métodos qualitativos e quantitativos mais adequados, selecionados com base na revisão bibliográfica.

Para a boa prossecução de toda a investigação, o trabalho foi dividido em três fases. A primeira fase consistiu na revisão bibliográfica e teve como objetivo estabelecer o estado da arte relativamente à temática das fronteiras e os contornos do problema da imigração indocumentada com destaque para a ilegal impulsionada pela porosidade das fronteiras. Foi proveitoso nesta investigação a consulta de bibliografia referente a questões de geopolítica regional e internacional para a compreensão aprofundada do fenómeno. A consulta de documentos históricos e legislativos (Leis e Boletins da República), bem como de fontes cartográficas, complementou a investigação, na medida em que para a compreensão dos factos presentes foi necessário conhecer o passado, nomeadamente no que respeita à evolução e atribuições das mais variadas instituições de poder com competências de monitorização das fronteiras, dos fluxos migratórios e da Segurança Nacional.

Na segunda fase do trabalho, realizou-se a componente empírica do estudo baseada em trabalho de campo. Esta compreendeu uma etapa prévia de observação direta, dado que no estudo de fenómenos geográficos — sobretudo por tratar-se de um tema pouco investigado — tornou imprescindível o conhecimento de determinados lugares nas suas diversas dimensões (física, demográfica, económica, social e cultural). Com efeito, Nogueira (1991) refere que “à semelhança das Ciências Físicas e Biológicas onde a teoria não pode avançar sem experimentação, as Ciências Sociais não poderiam avançar sem a observação dos factos e fenómenos” (p. 45).

A aplicação do questionário permitiu a recolha de informações junto de um grupo representativo (224

participantes) da população residente na área fronteiriça selecionada para o estudo, no que diz respeito à respetiva perceção relativamente ao impacto da imigração ilegal no seu quotidiano e a relação que estabelecem entre a imigração ilegal e a condição (porosidade) do limite fronteiriço. Entretanto, devido às condições de insegurança protagonizada pelos insurgentes nos distritos fronteiriços da província de Cabo Delgado (Palma, Nangade e Mueda), previamente selecionados para a implementação dos inquéritos, recorreu-se a locais onde parte da mesma se encontra reassentada na Cidade de Pemba, nomeadamente nos bairros de Paquitequete, Cariacó, Expansão e Chuiba.

Por outro lado, esta fase foi caracterizada por constrangimentos associados ao (i) sentimento de receio e a manifesta necessidade de recompensa por parte dos inquiridos pelo seu envolvimento na pesquisa, (ii) desconfiança em relação à finalidade dos dados expostos nos inquéritos, dada a existência de grupos de malfeitores disfarçados de pesquisadores que colhem dados para potenciar os insurgentes e outros grupos de criminosos, (iii) dificuldades em obter informações na ausência do chefe do agregado familiar, dada a necessidade de permissão prévia (pelo responsável da família) para que a mulher ou um dos filhos respondesse ao inquérito.

A última etapa da segunda fase baseou-se na técnica de *focus group* envolvendo os oficiais do Serviço Nacional de Migração (SENAMI), Polícia de Fronteira e oficiais das Alfândegas na Cidade de Pemba, o que conferiu mais consistência e qualidade aos dados recolhidos. Importa referir que os debates nesta modalidade compreenderam a discussão em torno dos principais constrangimentos associados à porosidade das fronteiras e dos respetivos mecanismos de monitorização. Conforme afirma Fortunato e Silva (2001) esta técnica compreende a discussão em grupo, em torno da informação obtida através dos questionários e das entrevistas, por forma a encontrar novas pistas para situações inesperadas ou que ficaram menos claras. No entanto, foi igualmente proveitoso a realização de *focus group* junto de outros investigadores, que desenvolvem pesquisas similares.

A terceira fase, cingiu-se à análise dos dados baseada nos objetivos do estudo. Assim sendo, em primeiro lugar, tratou-se da apreciação das variáveis inerentes a caracterização dos inquiridos e os respetivos agregados familiares. De seguida desencadeou-se a apreciação e análise das variáveis referentes às perceções sobre as fronteiras com destaque para a fronteira fluvial² entre Moçambique e a Tanzânia. Considerando que o foco da investigação é compreender os fluxos migratórios associados à porosidade fronteiriça, analisaram-se os dados referentes às migrações com incidência para as

² Entende-se como fronteira fluvial uma linha imaginária que separa dois países ou regiões, demarcada principalmente pelo rio.

imigrações ilegais e os fatores que favorecem este tipo de imigração. Entretanto a última categoria desta fase, consistiu na análise dos dados focados para as implicações das imigrações indocumentadas.

Para efeitos de análise estatística e sistematização dos dados recorreu-se ao *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). O referido *Software* serviu de base para a sistematização dos dados que posteriormente foram representados em tabelas e em gráficos. Por outro lado, permitiu aferir as frequências, as relações e as associações entre as variáveis previamente definidas.

Desafios enfrentados na implementação metodológica

Importa agora destacar alguns dos desafios enfrentados no âmbito da realização da componente empírica do estudo, com incidência para os aspetos como a indisponibilidade para a participação nos questionários e entrevistas até à falta de segurança que se verifica nesta área geográfica devido a insurgência armada protagonizada por grupos terroristas. Neste contexto, das principais dificuldades enfrentadas destacam-se as seguintes:

- Escassez de informação geográfica relativa à área fronteiriça selecionada para a presente investigação, com destaque para os mapas temáticos pormenorizados;
- Insegurança na área de estudo, devido à situação político-militar que se vive no norte de Moçambique com destaque para os distritos fronteiriços com a República da Tanzânia;
- Longos percursos no meio da Reserva Especial de Niassa, caracterizada pela presença de animais bravios, tais como, leões, leopardos, elefantes e búfalos. Os cerca de 400 km de distância, que marcam o percurso da Cidade de Lichinga ao Posto Fronteiriço do Il Congresso, são percorridos em estradas não asfaltadas e com bastante poeira.
- Falta de sinal de telecomunicação e de internet ao longo dos percursos acima descritos e em várias secções do limite fronteiriço, o que dificultou a georreferenciação dos pontos alcançados no decurso do trabalho do campo;
- Dificuldade de acesso aos imigrantes ilegais, dada a acentuada necessidade de “invisibilidade”;
- Dificuldades de acesso a informações nos repositórios da Polícia de Fronteira, do SISE e do SENAMI, sonogada devido ao princípio de confidencialidade;
- Inacessibilidade de registos sistemáticos dos fluxos dos migrantes que atravessam os postos

fronteiriços ao longo da fronteira entre os dois países. Este facto deve-se por um lado, às fragilidades do sistema de controle e registo, e por outro, ao abandono dos postos de travessia por parte das FDS, devido às ações dos grupos terroristas.

Para a superação das limitações descritas, foi necessário delinear algumas estratégias, entre as quais se destacam:

- O contacto às autoridades políticas e as FDS, com intuito de explicar a natureza e o objetivo do estudo, dada a necessidade de proteção do investigador e da sua equipe (inquiridores) tendo em consideração o nível de desconfiança em relação aos estranhos, num contexto de deslocados por conta da insegurança associada à insurgência armada. neste contexto foi necessário destacar-se um oficial das FDS para fazer o acompanhamento do itinerário dos inquiridores ao longo de todo o trabalho de campo. A indicação do referido oficial teve em vista garantir a segurança do investigador e da equipe dos inquiridores assim como, facilitar a inserção diante das demais entidades previamente selecionadas para efeitos de recolha de dados;
- Contacto dos líderes comunitários por forma a envolvê-los na seleção de jovens dentro das comunidades, com domínio das línguas locais e com qualificação académica aceitáveis para a facilitação no preenchimento dos inquéritos tendo em consideração a sua aceitação no meio da população local;
- Gratificar os líderes comunitários e os inquiridores para suprir eventuais necessidades básicas decorrentes do processo e estimular o comprometimento em relação à tarefa desempenhada;
- Disponibilizar recursos para o transporte e gratificação ao oficial destacado pelo trabalho prestado no âmbito da facilitação no processo de recolha de dados.

Para finalizar, revela-se fundamental recordar que este estudo decorre num momento em que o norte de Moçambique é destacado no âmbito das recentes revelações que indicam que o país detém potencialidades em hidrocarbonetos, fator que o coloca na atenção das potências que exploram o mercado correspondente.

Estrutura da tese

A presente tese é composta por seis capítulos. Porém, inicia-se com a introdução que faz referência à contextualização referente à pertinência e à relevância da temática selecionada e, por outro lado, descreve os objetivos e os aspetos metodológicos que sustentam a tese.

O primeiro capítulo consiste na revisão bibliográfica/estado da arte com a contextualização do conceito de fronteira, visto que o estudo se centra nos limites fronteiriços. Assim sendo, faz-se referência à génese do conceito, sua evolução e discutem-se os novos paradigmas no entendimento do conceito de fronteira. Por outro lado, discute-se o papel da fronteira perante a aparente irrelevância imposta pelo fenómeno da globalização.

O segundo capítulo aborda o processo histórico da definição das fronteiras africanas. Neste capítulo faz-se a contextualização do processo histórico de delimitação e demarcação das fronteiras das nações africanas. Por outro lado, discutem-se as implicações das fronteiras na identidade dos povos africanos com destaque para os conflitos fronteiriços.

No terceiro capítulo apresenta-se a descrição das fronteiras continentais do território moçambicano. Neste contexto, faz-se a descrição do processo histórico da definição das fronteiras de Moçambique com incidência para a fronteira norte. Deste modo, faz-se referência à geopolítica das fronteiras continentais moçambicanas.

No quarto capítulo abordam-se as migrações internacionais, iniciando com a discussão do conceito de migração e em seguida a tipologia das migrações. Por outro lado, faz-se referência às causas dos fluxos migratórios e os sistemas de controlo do movimento internacional da população.

A questão dos movimentos migratórios é discutida, igualmente, no quinto capítulo, desta vez com incidência para os fluxos migratórios ao nível do continente africano e o efeito das fronteiras no contexto das mobilidades populacionais. Por outro lado, ainda no mesmo capítulo faz-se uma apreciação dos movimentos migratórios ao nível do território moçambicano.

Entretanto, no sexto capítulo são apresentados quer a descrição dos inquiridos, quer a análise dos

dados recolhidos. Este processo foca-se na sistematização das perceções sobre a imigração ilegal impulsionada pela porosidade fronteiriça descrita como um dos fatores da instabilidade no norte de Moçambique. Na fase final da tese, apresentam-se as conclusões, recomendações resultantes das perceções da investigação e futuras linhas de investigação.

CAPÍTULO I

Contextualização sobre a génese das fronteiras internacionais

Este capítulo tem em vista contextualizar a génese e a evolução do conceito de fronteira, a sua tipologia e o respetivo enquadramento na perspetiva da Geopolítica por forma a encontrar as bases que suportam a descrição das condições das fronteiras do território moçambicano.

A preocupação pelo estudo das fronteiras é impulsionada pelas perguntas que têm sido levantadas acerca da sua pertinência, na medida em que regiões economicamente estáveis e sob o ponto de vista da segurança tendem a demonstrar a irrelevância das fronteiras. Contudo, em regiões com um nível de desenvolvimento económico visivelmente diferenciado e com problemas de segurança ou de ordem política, existe uma preocupação generalizada da necessidade de consolidação das fronteiras físicas.

Neste estudo, o motivo de reflexão recai na tipologia das fronteiras, na sua utilidade e no processo histórico que ditou a sua definição. De um modo geral, nota-se que as fronteiras servem de barreiras contra os que tencionam invadir um determinado território ou Estado. Porém, o seu papel tem sido colocado em causa devido ao desenvolvimento tecnológico que tem imposto novos tipos de fronteiras, caracterizadas pela difícil gestão e controlo. Este desafio é acrescido particularmente nos países em vias de desenvolvimento devido às suas fragilidades no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Neste contexto, das demais questões que tem sido levantado nos estudos sobre as fronteiras, interessa associar o presente estudo com as seguintes: *Quão significativas são as fronteiras num sistema fortemente globalizado? Qual é o papel da fronteira perante a aparente irrelevância imposta pelo fenómeno da globalização?* Entretanto, através destas inquietações, descrevem-se, também, neste capítulo os elementos que poderão contribuir para a harmonização das imposições da globalização e a salvaguarda da pertinência das fronteiras.

1.1.A importância das fronteiras

De acordo com Cataia (2001), a importância das fronteiras está assente no argumento segundo o qual “não existe Estado sem território, assim como não existe território sem compartimentos políticos, ou seja, a História de um povo é inseparável da extensão do país que ele habita” (p.16-17). Cataia *apud* Braudel (1990, p. 266), defende ainda que a “extensão de um país é um reservatório onde dormem as energias em que a natureza depositou a semente, mas seu emprego depende do homem”. Neste sentido Cataia (2001, p.16) destaca para o referido território “a existência de grupos humanos e não-humanos que se nutrem mutuamente”. Em relação ao grupo dos não-humanos, Santos (1988, p.75) refere que “são representados pela configuração territorial como pontes, tuneis, lagos, florestas, etc”. Assumindo a complexidade do entendimento das fronteiras terrestre, revela-se importante associá-las à reflexão sobre território e territorialidade.

Assim sendo, para Haesbaert (2004), “o conceito território vincula-se à categoria poder, não apenas ao poder no sentido concreto de dominação (poder político), mas também ao poder simbólico, ligado à apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência” (p. 97). Como se pode entender, a visão do autor difere da visão tradicional do entendimento do território e dos respetivos limites baseada na perspectiva de barreiras pois, para o autor a sua abrangência é múltipla e envolve diferentes espaços e agentes sociais. Em relação a territorialidade, Haesbaert defende que, “além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também as relações económicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (2004, p. 3).

A questão da territorialidade, reside no facto de dentro dos limites estabelecidos entre determinadas áreas de jurisdição existirem relações que remetam a outros sistemas de interação que culminam na existência de espaços estratificados baseados em relação de poder, o que “torna mais complexa a ideia de fronteira e também do território” (Silva & Tourinho, 2017, p. 99). Associa-se a referida complexidade à ideia da globalização, na medida em que é cada vez mais evidente a ausência de territórios completamente fechados. A este respeito Haesbaert (2004), destaca a multiterritorialidade referindo que, são representações do espaço com tamanhos diferentes ou pedaços de representação espacial sobrepostos, em que as configurações são muito diferente uma das outras. Haesbaert destaca ainda que “o carácter mais simbólico ou mais funcional da multiterritorialidade, tal como no território,

ela aparece ora com uma maior carga simbólica (como no caso da grande diáspora de imigrantes), ora mais funcional (como no caso das redes do megaterrorismo global)” (p. 16).

Por outro lado, Silva & Tourinho, defendem que “uma sociedade organizada em países, Estado, mesmo levando se em conta as múltiplas territorialidades presentes no espaço geográfico, há que se demarcar espaços fixos, claramente descritos e representados em termos cartográficos por meio de linhas divisórias” (p. 99). A relevância da abordagem dos autores reside no facto de conjugarem a importância da multiterritorialidade e a necessidade de fronteiras devidamente demarcadas com referências que contribuem para a mitigação da porosidade fronteiriça tendo em vista a salvaguarda da soberania do país.

Pode notar-se através das várias abordagens apresentadas que as fronteiras evoluíram à medida que novas formas de produzir territórios foram sendo desenvolvidas, uma vez que à divisão territorial e social do trabalho se juntam a divisão política do território, na base da produção e de todo o poder político. Contudo, prevalecem desafios no entendimento da importância das fronteiras devido aos efeitos da evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e da globalização.

Para dar resposta a algumas das questões que problematizam a importância das fronteiras na organização do espaço, Raffestin (1993, *in* Cataia, 2001), lembra as funções que as fronteiras assumem, designadamente, legal, controle, fiscal, ideológico e militar (Quadro 1).

Quadro 1. Funções das Fronteiras segundo Raffestin

Função	Descrição da função
Legal	Delimita um território político, ou seja, um Estado, um estado federado, um município, ou outras denominações como província, distrito, etc.
Controle	Diz respeito à inspeção do tráfego de homens, bens e serviços.
Fiscal	Representa um instrumento da política económica, como os proteccionismos.
Ideológico	Marca territórios e esconde potenciais conflitos.
Militar	Seria hoje ambígua, porque armamentos sofisticados tornariam as fronteiras obsoletas

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Raffestin (1993) e Cataia (2001, p.43).

As funções das fronteiras estão relacionadas com a sua importância, daí que Carneiro (2016) ao falar da importância das fronteiras refira que, “em tempos de paz possuem três principais funções: legal, fiscal e de controle” (Carneiro, 2016, p.22). Para o autor, a função legal significa que no interior de uma linha política, que delimita o território nacional, prevalece um conjunto de instituições jurídicas

que regem a existência de uma sociedade política. A função fiscal tem por objetivo defender o mercado interno do Estado-nação e, por fim, a função de controle tem por objetivo vigiar bens e pessoas que cruzam a fronteira do território nacional (Carneiro, 2016).

Conforme se pode notar na opinião de Cataia (2001) e de Carneiro (2016), a relevância das fronteiras é proporcional ao nível do equilíbrio no desenvolvimento regional, na perspectiva económica, social e de segurança, dado que quanto mais equilibrado for o desenvolvimento entre os Estados de uma determinada região, o papel das fronteiras tende a ser reduzido e o inverso torna-as cada vez mais importante. Em regiões com nível de desenvolvimento desequilibrado as fronteiras servem de barreiras para a proteção dos fluxos de migrantes que pressionam os países desenvolvidos, através do aumento do desemprego, pressão do sistema de educação, saúde entre outras situações que comprometem a qualidade de vida dos respetivos nacionais. Contudo, Carneiro (2016) ressalva que, “no atual cenário político internacional as fronteiras aparecem como lugar central, seja no combate aos imigrantes ilegais, seja nas rotas dos diversos tipos de tráfico (drogas, armas, biopirataria, pessoas)” (Carneiro, 2016, p.23).

Os fenómenos de carácter criminal, associados às zonas fronteiriças, induzem a violação da lei que estabelece os limites dos Estados, pelo facto de serem locais onde determinadas leis terminam e iniciam as de outro Estado vizinho. Esta situação tem contribuído para a prevalência dos crescentes focos de corrupção nas equipas de trabalho daqueles que monitorizam os postos de travessia e de pessoas singulares que se aproveitam das oportunidades de câmbio da moeda e dos respetivos lucros fora da lei estabelecida.

Entretanto Filho et al. (2018) e Rosière (2015), convergem no seu pensamento ao considerarem que as fronteiras são importantes na medida em que a sua existência é necessária para garantir uma dinâmica autêntica de um determinado território ou nação, assim como, para a vida individual pois, os indivíduos precisam de limites para existir, tratando-se de uma questão de identidade.

Filho et al. (2018) recorrendo a correntes de pensamento oriundas da psicanálise, identifica na fronteira o princípio de que a vida psíquica precisa ter os seus próprios limites, não sendo em si mesma patológica nem delirante, mas afirma que é um polo fundamental do processo de humanização da vida. Por sua vez Rosière (2015), referindo-se às fronteiras internacionais considera que “as barreiras fronteiriças têm como principal objetivo a luta contra a imigração ilegal o que as faz depender, muitas vezes, de equipamentos sofisticados” (Rosière, 2015, p. 369). A descrição da

importância das fronteiras na perspectiva securitária descrita pelo autor remete aos países em via de desenvolvimento ao desafio de concertação das estratégias de controle das suas fronteiras, por forma a reajustá-las às respetivas capacidades tecnológica, de recursos humanos e de meios que influenciem para a segurança territorial.

1.2.A evolução do conceito de fronteira

O conceito de fronteira esteve desde sempre associado à delimitação e separação de territórios para satisfazer os interesses espaciais do homem na perspectiva de dominar. A perceção deste conceito reflete a construção sócio espacial humana, sendo que ao longo do processo histórico o seu significado foi evoluindo. A este respeito, Ferrari (2014) refere que “a sua abrangência se tornou, ao longo de muitos anos, rígida, inflexível, cingindo-se a delimitar e a separar nações e soberanias, desconsiderando uma série de processos dinâmicos” (p. 11).

Mas nem sempre foi assim, pois de acordo com Machado (1998, s/p) “a fronteira não nasceu como um conceito, mas sim como um fenómeno da vida social, indicando a margem do mundo habitado”. Na perspectiva dos autores referidos anteriormente, o entendimento sobre o conceito de fronteira remete para uma abordagem geográfica, pois, o seu significado é suportado por factos e fenómenos geográficos. De igual modo, pode notar-se que apesar de relativa diferença na génese deste conceito, vários autores associam-no ao território, limites e à soberania dos Estados.

Afirma-se igualmente que a origem das fronteiras está associada ao reconhecimento espacial da soberania do outro. Rodrigues (2015), destaca que a fronteira “é entendida como a área de delimitação do exercício da soberania e poder de um grupo social” (p.142). Por um lado, Gomes (2014) destaca que “é um espaço vago, impreciso, mais percebido do que delimitado” (p. 260). Porém, Patrício (2014) remete para o conceito de fronteira no sentido lato, ao descrever que “é uma linha imaginária que delimita o território (terrestre, fluvial, marítimo e aéreo) de um determinado Estado, separando-o de territórios adjacentes” (p.82). Convém salientar que esta questão não se verifica em muitos territórios, pois, todos conhecem os casos em que a linha de fronteira mostra evidências físicas, notórias e precisas (*e.g.* a fronteira dos EUA com o México ou a de Israel com a Palestina).

Para Steiman et al. (2002, p.5), “durante o período compreendido entre os séculos XIII e XV, a palavra fronteira surgiu na maioria das línguas europeias, derivada do latim *front*”, contudo não designava originalmente uma linha, mas sim uma região, de modo a cumprir um objetivo de separação. Neste sentido, destaca-se que a principal característica que prevalecia na Europa Medieval residia na herança dos feudos por indivíduos ligados por laços de vassalagem. Conforme se pode notar, a delimitação das fronteiras assentava num sistema de direitos hereditários e históricos. De igual modo, Rodrigues (2015) entende que “o conceito de fronteira pode ser visto como sinónimo de *fronte*, estar à frente, como se ousasse representar o começo de tudo onde deveria representar o fim” (p.141).

Todavia, o conceito de fronteira tem estado a acompanhar a evolução da humanidade impulsionada pela dinâmica imposta pela globalização, conferindo-lhe, assim, vários significados e papéis, bem como novos percursos. Neste contexto, Martins (1996) *apud* Rodrigues (2015), descreve o conceito de fronteira como sendo, simultaneamente, “lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos” (p.145). O autor agrega ainda na abordagem sobre fronteira, a dimensão temporal e não exclusivamente a espacial, pois, entende a fronteira como uma zona que separa realidades espaciais distintas, em tempos desiguais. Ferrari (2014), considera importante destacar que a distinção entre o limite e a fronteira internacional advém da mobilidade e da imprecisão cartográfica que na maior parte do tempo acompanhou a evolução das sociedades.

Em relação à distinção entre limites e fronteiras, numa perspetiva de diferenciar a aplicabilidade dos dois conceitos, Cichoski (2020) chama a atenção para a necessidade de observar as relações entre os humanos. O autor defende que todas as relações decorrem dentro de um limite estabelecido que serve para demarcar o território. Neste sentido, “o limite pode ser ideológico, porque justifica a territorialidade e as formas de produção, expressando o poder” (Cichoski, 2020, p.145). O autor continua referindo que a fronteira é a forma mais expressiva de controle de um território, contudo, defende igualmente que tanto o limite assim como a fronteira envolvem a reprodução social num determinado tempo e espaço.

Por sua vez Gomes (2014), distingue o limite da fronteira, referindo que “o limite é reconhecido como linha e não pode, portanto, ser habitado, ao contrário da fronteira que, ocupando uma faixa constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada” (p.261). O autor salienta ainda que o limite só foi traçado a partir do reconhecimento da fronteira, ao passo que a fronteira é balizada pelo próprio traçado dos limites. A questão da criação de limites é vista como pressuposto para a implementação do ordenamento político e jurídico, específico e autónomo, diferente do que vigora quando se atravessar a

fronteira para outro território. Entretanto, Rodrigues (2015), entende que não se pode deixar de observar que esses conceitos mudaram, na medida em que a fronteira não é mais considerada simplesmente como um limite físico ou político, desprovido de sujeitos e relações, da mesma forma que o território não é mais compreendido somente como uma demarcação espacial, dotado de características físicas e sociais.

A propósito, Mongiardim (2016), no seu discurso sobre a evolução do conceito de fronteira, afirma que este conceito envolve um enorme potencial de diversos elementos míticos, religiosos, étnicos, sociológicos, históricos, culturais, políticos, económicos, geográficos e estratégicos na medida em que contribui para a modificação das diferentes identidades das demais comunidades, para além de delinear, sobre várias perspetivas, o mapa do mundo.

Na realidade, o conceito de fronteira tornou-se fundamental como prática espacial na edificação dos Estados, na perspetiva da estabilidade, segurança e soberania, como referem Steiman et al. (2002) e Machado (2002). Na reflexão sobre o conceito de fronteira no âmbito do exercício do poder dos Estados e da soberania, Rodrigues (2015) destaca igualmente o conceito de território, na medida em que “o poder é exercido por sujeitos num determinado espaço, definido por fronteiras historicamente construídas” (p.141).

1.3.As fronteiras e a geopolítica

A Geopolítica de um Estado “tem como objetivos principais a segurança territorial, sua expansão, a busca de capacidade para influenciar os outros Estados e o alcance de prestígio” (Zeca, 2012, p.6). Deste modo, o autor defende que para a execução desses objetivos recorre-se ao uso da força militar, à diplomacia, à propaganda, ao desenvolvimento da indústria do armamento bélico, entre outros mecanismos.

A relevância de associar a geopolítica às fronteiras é sublinhada por Dias (2005) ao afirmar que “a Geopolítica se dedica ao estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem e na construção de modelos de dinâmica do Poder, projetando o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da Ciência Política” (Dias, 2005, p.60). O dilema dos Governos perante as várias ameaças globais devido às complexidades da geopolítica das fronteiras deve-se ao facto de a

descrição das fronteiras ter deixado de se limitar somente em fronteiras físicas³ (mares, rios e montanhas), passando a abarcar as fronteiras estruturais (sociedade, civilização e cultura) e convencionais (políticas). Mongiardim (2016) entende que nas fronteiras convencionais se concentram vários traçados com significados e funções diversificadas, a destacar as fronteiras políticas, económicas, de defesa, de segurança, cooperação, digitais, conhecimento, ideológicas, demográficas, entre outras. Ao ponto de citar como exemplo a complexidade das fronteiras digitais dado que se sobrepõem às fronteiras físicas, como é o caso das fronteiras geradas pela internet.

O impacto da geopolítica das fronteiras é igualmente descrito por Rodrigues (2015, p.142) ao descrever que “as fronteiras tradicionais estão sendo rompidas na geopolítica atual”. Assim sendo, o autor descreve como exemplo a tentativa de globalização “dos espaços económicos nacionais”, desencadeada por instituições como, Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Na mesma perspetiva são referenciadas as alianças dos acordos e da construção dos chamados blocos económicos.

As abordagens dos autores anteriormente referenciados demonstram que o entendimento sobre a dimensão da fronteira tem estado a evoluir à medida que a humanidade vai registando alguma dinâmica. Este fenómeno torna-se evidente com o crescente fenómeno da globalização que remete a novas variáveis na sua descrição, dadas às atuais funções, significado e consequente cruzamento dos respetivos traçados nas perspetivas securitárias, cultural, económica, religiosa, entre outras que respondem aos interesses dos que as definem. A ideia das fronteiras abstratas com destaque para as associadas ao ciberespaço, sobrepõem-se às fronteiras geopolíticas, tal como descreve Mongiardim (2016) ao referir que “elas são reais nos seus efeitos políticos, sociais, culturais e económicos, na atividade humana e no dilema que se coloca aos Estados em virtude das opções entre a liberdade ou a necessidade de proteção do espaço virtual” (p.6).

Esta realidade reforça a ideia do Seda (2017) ao defender que o “conceito de fronteira integra por um lado a capacidade dos Estados assegurarem a defesa dos seus interesses nacionais dentro dos seus limites territoriais contra ameaças externas” (p. 8). Na mesma perspetiva, nota-se que o conceito fronteira exige a capacidade de equilibrar interesses de atores do sistema internacional com os interesses nacionais. Assim sendo, considera-se pertinente a reflexão em torno da geopolítica das fronteiras, particularmente para os territórios que estão no centro das atenções por conta da

³ Seda (2017, p.07) descreve a “fronteira física na perspectiva de Westfaliana de soberania nacional que encara a fronteiras estatais como linhas estratégicas caracterizadas pela presença do aparato militar visando defender o Estado contra qualquer ameaça externa”.

abundância de recursos energéticos. Por outro lado, revela-se oportuna a reflexão em torno da geopolítica das fronteiras de países com uma localização geoestratégica privilegiada, tal é o caso dos países com acesso ao mar quando comparado aos do *interland*, que dependem de outros Estados para a importação e exportação de mercadorias via marítima.

1.4. Tipos de fronteiras

A tipologia das fronteiras pode ser descrita de várias formas dependendo da perspectiva com que se classifica sendo que, para o presente estudo, se destaca a classificação feita por Gonçalves (2018, p.572) que está relacionada com a necessidade de compreender os movimentos ou fluxos de pessoas que ocorrem na zona fronteira. Nesse contexto, o autor aborda a questão da fronteira em três dimensões distintas, contudo, complementares: (1) fronteira física, geográfica ou territorial; (2) fronteira político-social; e (3) fronteira cultural-religiosa, sendo que descreve cada uma das dimensões da seguinte forma:

“Na primeira dimensão, geográfico territorial, o migrante tropeça com a polícia ou o exército, as exigências correspondentes, portos e aeroportos, dificuldades de documentação. Encontra muros visíveis e invisíveis. Muitas vezes a família se divide e muitos podem perder a vida nas areias do deserto, nas ondas do mar ou nas armadilhas das florestas e montanhas. Na segunda dimensão, político-social, o migrante tropeça com as leis migratórias do país de destino, o que depende de decisões políticas. Neste caso, a fronteira desloca-se para a capital do país para os gabinetes do governo. Na terceira dimensão, cultural-religiosa, o migrante tropeça com mentalidades, expressões e costumes diversos. “Aqui, até a Igreja e os Santos são diferentes”, dizem com frequência” (Gonçalves, 2018, p.572).

Embora não reúna consenso, importa de seguida descrever a classificação das fronteiras continentais em naturais e artificiais, pois, autores como, Ferrari (2014), Rodrigues (2015) e Dopcky (1999), assumem que todas as fronteiras são artificiais. Contudo as fronteiras naturais⁴ são aquelas representadas por sinais naturais, tais como montanhas, rios (fronteiras fluviais), lagos (fronteiras lacustres), entre outros obstáculos naturais. De acordo com Dopcke (1999) este conceito é contestado porque “as barreiras naturais não representam fronteiras no espaço cultural, político ou económico

⁴ Fronteiras Naturais - “são uma metáfora, porque a escolha de um marco é sempre uma escolha política, ainda que o marco físico continue sendo um rio ou uma montanha. Mas porque esse rio foi escolhido e não ‘aquele outro logo ali à frente’” (Cataia, 2001, p. 10).

criado pelas sociedades humanas, mas, pelo contrário, muitas vezes, vias de comunicação e interligação” (1999, p.97).

Entretanto, o mesmo autor refere que as fronteiras artificiais são aquelas que são demarcadas com sinais colocados pelo Ser Humano habitualmente designados por marcos fronteiriços com o intuito de sinalizar o limite fronteiriço. Neste sentido, Dopcke refere que “são artificiais porque elas foram delimitadas desrespeitando os espaços culturais, políticos e económicos” (1999, p. 97). O autor defende a necessidade de se estabelecer a relação entre as especificidades da fronteira com as dinâmicas do quotidiano do Ser Humano no espaço em questão. Portanto, as fronteiras artificiais são igualmente designadas de fronteiras convencionais ou matemáticas, dado que são constituídas por linhas definidas por uma série de pontos determinados por processos e cálculos matemáticos. A distinção entre as fronteiras artificiais e naturais é igualmente sublinhada por Dias (2005), ao referir que “as fronteiras naturais tendem a ser mais estáveis que as fronteiras artificiais, na medida que estas, na sua maioria, separam etnias, ou grupos com mesmo histórico em particular quando representam um obstáculo à passagem das pessoas” (Dias, 2005, p.227).

Entretanto, Carneiro (2016) e Derrosso & Cury (2020), descrevem a tipologia das fronteiras segundo três aspetos, designadamente:

- Morfológico, ligado à natureza do traçado ou à permeabilidade da fronteira;
- Genético, ligado ao modo de formação da fronteira, e;
- Controverso, relacionado com o grau de contestação da fronteira.

Na mesma abordagem os autores chamam a atenção para outras variáveis que concorrem para a determinação de outros tipos de fronteiras, sendo de destacar: as organizações regionais; as fronteiras internas ou limites administrativos; e as fronteiras socioculturais. Neste sentido, das variáveis anteriormente descritas, Carneiro (2016) faz referência as do âmbito sócio-cultural, dada a sua complexidade:

As fronteiras socioculturais são descritas como descontinuidades de natureza económica ou étnica, por vezes visíveis no espaço (paisagem) e geralmente sensíveis de um ponto de vista político. No entanto, os limites entre duas áreas socioculturais diferentes – de um ponto de vista linguístico, confessional ou socioeconómico – nem sempre é claro, sendo a evolução especial dos idiomas um caso especial. As

fronteiras linguísticas são objetos difíceis de entender, pois as línguas podem evoluir ou se sobrepor, haja vista que elas não são objetos claros, cujos falantes ocupam um território com a exclusão de qualquer outro, (Carneiro, 2016, p.21).

Na perspectiva desta investigação recorreu-se, igualmente, à tipologia descrita por Ferretti (2014) e Cataia (2008) que por sua vez se basearam na classificação de Ratzel (1987; 1988), que divide as fronteiras em três tipos, designadamente fronteiras políticas, fronteiras naturais e fronteiras artificiais. Porém, Ratzel divide as fronteiras políticas em seis subtipos, nomeadamente, simples, dupla, fechada, descontínua, deficiente e elástica, e as fronteiras naturais, em três subtipos, os marcos físicos e as boas e más, dicotomia que repousa na ideia de fronteira como proteção, conforme se ilustra no quadro nº 2.

Quadro 2. Classificação das fronteiras segundo F. Ratzel

Tipo de Fronteira	Subdivisão	Características
Política	Simples	Aquela que não tem contato com outra área política. Por exemplo: um litoral.
	Dupla	A contiguidade de dois territórios nacionais implica uma linha de demarcação e duas zonas de contato.
	Fechadas	São enclaves dentro de uma área política. Atualmente teríamos como exemplo o País Basco.
	Descontínua	São exclaves, isto é, partes de Estados que estão fora de seus domínios territoriais. Atualmente, o exemplo seria o das ilhas Malvinas (Falklands) para a Grã-Bretanha.
	Deficiente	Onde ocorrem conflitos por novas demarcações fronteiriças, o que significa que a demarcação anterior foi deficiente.
	Elástica	Por falta de boas cartas ou por erros cartográficos, muitas fronteiras aumentam ou diminuem suas extensões. O desenvolvimento técnico aperfeiçoado diminui os erros.
Natural	Marcos físicos	São montanhas, rios, lagos, desertos, florestas, costas, etc.. Os atributos naturais das fronteiras, não dizem respeito só ao solo; o povo é aí incluído quando ele constitui um limite étnico.
	Boas	A ideia de boa ou má fronteira está associada a fronteiras que de forma natural servem de protetoras ao Estado particularmente em caso de guerra.
	Más	Quando, naturalmente, a fronteira física não se presta à defesa militar de um Estado.
Artificial	Qualquer tipo de demarcação incluindo os naturais	É aquela fronteira que é demarcada por tratado, mesmo que se apoie sobre uma fronteira natural (um marco físico). Por exemplo: Demarcar uma fronteira sobre um rio que atravessa uma região étnica. A região natural étnica é definida pela etnia e não pelo rio.

Fonte: Cataia (2001 / 2008)

A classificação de Ratzel revela-se importante neste estudo porque abarca algumas das características da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia pois, sob ponto de vista político, ela é deficiente. Esta característica advém da deficiência ou ausência de referências exatas da linha de fronteira ao longo do Rio Rovuma, acrescido pelas constantes variações do seu trajeto, impulsionadas pela variação do seu caudal em concordância com as estações do ano. Ainda sobre a perspectiva política, destaca-se como uma fronteira elástica. A imprecisão da linha de fronteira entre Moçambique e a Tanzânia é igualmente descrita por Cruz (2009) no estudo que desenvolveu sobre o rio Rovuma onde o autor verificou imprecisões do limite fronteiriço propagado por plataformas modernas e de larga difusão pela internet.

A discussão sobre as fronteiras, com destaque para a sua tipologia, é igualmente abordada por Ancel (1938), um dos autores que se dedicou à conceptualização e classificação das fronteiras e dos seus limites. Neste sentido, Cataia (2001), destaca algumas premissas propostas por Ancel (1938) na sua reflexão sobre a Geografia das fronteiras, designadamente:

- a) A inexistência de fronteira natural;
- b) O entendimento da fronteira como sendo uma isóbara política que fixa, durante algum período, um equilíbrio entre duas pressões;
- c) As fronteiras são barreiras políticas instituídas pelos homens;
- d) A fronteira é, em si, produtora de transformações sociais.

Com base nas premissas descritas por Ancel (1938), Cataia (2001, p.28) apresenta a classificação das fronteiras em quatro grupos a saber, fronteira plástica, fronteira moderna, fronteira física e fronteira humana, que por sua vez se apresentam divididas pelos respetivos subgrupos e com as características correspondentes, conforme se ilustra no quadro 3.

As discussões acerca da tipologia das fronteiras descritas por Ancel (1938) convergem para a classificação de Ratzel, na medida em que os dois autores se baseiam na não existência de fronteiras naturais ou na sua artificialidade, no entendimento de que as fronteiras são desenhadas com base em princípios e propósitos políticos.

Importa destacar a apreciação de Carneiro (2016, p.24) ao defender que os tipos de fronteiras estão diretamente relacionados com os processos de transfronteirização⁵ (ou transfronteiriços), isto é:

- A fronteira que divide o espaço de vida de um povo;
- A fronteira que cria ao longo da sua extensão tecidos económicos e sociais; e
- A que redefine em função de conflitos geopolíticos ou interesses económicos na era da globalização.

Quadro 3. Classificação das fronteiras na perspetiva de J. Ancel

Tipos	Divide-se em	Características
Fronteira Plástica. Resulta unicamente de um equilíbrio: ela se modela sobre as forças vitais de dois povos. Plástica ela tem um simples valor relativo; após a função efémera que lhe dá o grupo que ela enquadra e que por um tempo ela mantém.	Fronteiras Medievais	Estados Clareiras: aumentam à medida que caem as árvores. Eram enquadrados pela floresta, ela mesma, uma zona-fronteira
		Estados “ <i>routiers</i> ”: os vales das montanhas vão favorecer o aparecimento de rotas. Por exemplo: o rio Danúbio
		Cidade-Estado: o império Romano era menos um território que um poder, que pode se estender a todo o mundo habitado.
Fronteiras Modernas: as fronteiras zonas foram substituídas pelas fronteiras lineares	Nascimento da fronteira linear	O desenvolvimento técnico possibilita a demarcação de linhas fronteiriças no território.
	Espírito de fronteira	Em 18/06/1790 é colocada sobre a ponte do Rio Reno uma bandeira com os dizeres: “Aqui começa o país da liberdade. Assim nasce, segundo a expressão criada por Vidal de La Blache, o espírito de fronteira.
Fronteiras Físicas: foram feitas para serem vencidas. Esta é a história do Homem	Abertas	Servem à circulação e não como obstáculo. Por exemplo: Rios Navegáveis.
	Fechadas	Não servem à circulação e, portanto, precisam ser vencidas. Por exemplo: uma cadeia montanhosa.
Fronteiras Humanas: São aquelas produzidas pelas sociedades	Fronteira de Pressão	São isóbaras políticas: resultam de um equilíbrio entre linhas de igual pressão que os diplomatas transformam em fronteiras.
	Fronteiras de civilização	São mais permanentes que as fronteiras de pressão, porém mais incertas mais complicadas. Por exemplo a língua ou religião.

Fonte: Cataia (2001, p.29)

⁵ Carneiro (2016) recorrendo a Guibert e Ligrone (2006) define transfronteirização “como um conjunto de processos de aproveitamento e valorização de uma fronteira, limite territorial que separa dois sistemas políticos, económicos e ou socioculturais. No âmbito desses processos os habitantes de ambos os lados, transcendem a fronteira (imposta ou herdada) e incorporam-na nas suas estratégias de vida através de múltiplas maneiras. A transfronteirização ocorre num recorte territorial de geometria variável, dependendo do processo considerado (familiar, económico, profissional, legal ou ilegal, formal ou informal, etc.), pode acontecer em núcleos urbanos, áreas rurais, parques naturais, enclaves produtivos e em territórios dispostos em redes”.

De acordo com a natureza dos processos transfronteiriços, Carneiro (2016) associa-os com a possibilidade de adoção de estratégias de sobrevivência, desde as formas simples às mais sofisticadas, tendo em consideração as particularidades de conhecimento do ator, do tipo de ator, e das assimetrias de cada sistema nacional, designadamente:

- Cruzamentos frequentes (movimentos pendulares moradia – trabalho);
- Relações familiares;
- Uso de serviços complementares;
- Acesso a recursos;
- Busca de vantagens;
- Redes empresariais;
- Localização binacional, e;
- Gestão territorial e ambiental comum.

1.5.A porosidade da fronteira e as suas implicações

De acordo com Silva (2018), a porosidade reflete uma condição entre a permeabilidade e a impermeabilidade absoluta, ou seja, ainda que denote uma situação de fluidez transnacional da faixa de fronteira, a porosidade transmite uma ideia de fluxos permitidos. Neste sentido, Dopcky (1999), Cataia (2001) e Rodrigues (2015) defendem que os fluxos das migrações que decorrem através das facilidades permitidas pela porosidade superam as migrações controladas e devidamente registadas. No mesmo contexto, Defarges (1993) defende que “a permeabilidade mostra ao Estado a sua fraqueza e ineficácia perante tudo aquilo que está internacionalizado (movimento de dinheiros, homens, de bens...)” (Defarges (1993, p.132).

Entretanto, Marinuci (2015) descreve a pertinência das fronteiras na perspetiva da psicanálise afirmando que são necessárias para gerar identidade e sentido de pertença. Por outro lado, entende-se que a fronteira é um pressuposto básico para a preservação da autenticidade. Contudo, Marinuci (2015) afirma que “as fronteiras sadias são as porosas, permeáveis, aquelas que permitem o encontro

com a alteridade, pois, o contrário acabam aprisionando ou representando cárceres de medo”. Portanto Filho et al. (2018) na sua descrição positiva da porosidade fronteiriça afirmam que:

“(...) o limite serve para tornar a vida própria, sendo que esse limite, para não sufocar, deve tornar-se “poroso”, permeável, um local de trânsito. Caso contrário, se a borda toma a forma de barreira, dos costumes inflexíveis, se se torna guarnição, identifica-se um lugar impossível de cruzar, não ampliando a vida. A necessidade de fronteira deve, portanto, unir-se à necessidade de circulação e de trânsito através da fronteira” (Filho et al., 2018, p. 146).

Os autores anteriormente referidos, descrevem a porosidade fronteiriça de forma distinta, sendo que, a abordagem de Filho et al. (2018) se enquadra em regiões com um nível de desenvolvimento e estabilidade (abundância de recursos) relativamente equilibrada, enquanto em regiões com níveis de desenvolvimento diferente, o reforço da segurança fronteiriça torna-se indispensável. Nestes casos, em contexto de porosidade, os fluxos ilegais constituem um dos principais constrangimentos, em particular nos países em vias de desenvolvimento. Esta permeabilidade facilita o tráfico de armas, droga, madeira, entre outros produtos cuja importação ou exportação necessita de uma autorização prévia pelas autoridades.

Assim sendo, em linhas gerais, o nível da porosidade da fronteira depende do estágio de segurança da fronteira, por outro lado pode salientar-se que, a condição da porosidade das fronteiras, está diretamente ligada ao processo de globalização. Neste sentido, o Estado é chamado a atuar conjuntamente com outros Estados, para além dos agentes privados, como é o caso dos bancos comerciais.

Entretanto, as abordagens teóricas sobre a porosidade das fronteiras e as suas implicações remetem a várias perspetivas da permeabilidade fronteiriça, sendo de destacar:

- A porosidade associada à indefinição ou falta de clareza dos limites fronteiriços;
- A porosidade associada a atos de corrupção nas autoridades policiais colocadas em serviço, nos postos fronteiriços e ao longo da linha de fronteira, por facilitarem a travessia clandestina de pessoas e bens;
- A porosidade associada às limitações tecnológicas e de pobreza, que os Estados em vias de desenvolvimento enfrentam perante as organizações mundiais emergentes, munidas de tecnologia de ponta e capital, impondo as suas políticas;

- A porosidade motivada pelos acordos regionais tendo em vista a facilidade da mobilidade de pessoas e bens.

Conforme se pode notar dos fatores da porosidade acima descritos, para o caso da maioria dos Estados no continente africano, destacam-se a indefinição do limite fronteiriço devido à falta de marcos como referências, atos de corrupção nos postos de travessia e as limitações no uso de tecnologia avançada para efeitos de monitorização do limite fronteiriço. Por outro lado, a problemática da porosidade das fronteiras terrestres dos países africanos, regista-se desde a sua conceção, facto que tem condicionado conflitos fronteiriços latentes em alguns países. Deste modo, a imigração ilegal e o contrabando de recursos naturais (relacionados com os recursos florestais e minerais), o tráfego de pessoas e órgãos humanos, o tráfico de drogas e de armamento bélico, tendem a ser uma constante.

1.6. Síntese

O conceito de fronteira tem vindo a registar uma evolução notável ao longo da história da humanidade impulsionado pelas dinâmicas da sociedade e da globalização. Este fenómeno faz com que a sua tipologia e as respetivas funções sejam cada vez mais complexas, impondo deste modo aos governos dos vários Estados um dinamismo no sentido de salvaguardarem a soberania dos seus territórios. Nota-se que os desafios impostos pela globalização na gestão das múltiplas funções dos vários tipos de fronteiras penalizariam os países em vias de desenvolvimento, pois pressupõem o recurso a tecnologia sofisticada, cuja acessibilidade constitui uma barreira para os referidos países.

A permeabilidade das fronteiras é descrita como benéfica em regiões estabilizadas ou com crescimento equilibrado e como fator de instabilidade em regiões com níveis de desenvolvimento distintos (EUA e México) ou com crise securitária como é o caso das fronteiras africanas. É no contexto da problemática das fronteiras africanas que, no próximo capítulo, se fará a devida apreciação partindo da génese da sua delimitação até ao atual estágio caracterizado pela sua volatilidade.

CAPÍTULO II

O processo histórico da definição das fronteiras africanas

A problemática das fronteiras em África constitui uma temática cuja mitigação se revela complexa, o que se justifica pelo facto de paulatinamente se registarem algumas alterações na configuração dos limites fronteiriços dos estados africanos. Este facto é discutido tendo em consideração a segregação que as fronteiras impõem aos povos africanos, assim como a pertinência dos critérios usados para a sua definição. Neste contexto, pretende-se no presente capítulo contextualizar o processo histórico da delimitação e demarcação das fronteiras dos países africanos por forma a compreender e perspetivar as dinâmicas que as caracterizam. Assim, para a compreensão da presente temática recorreu-se aos seguintes pontos de reflexão: abordagem das fronteiras africanas no contexto da dinâmica global, a delimitação das fronteiras africanas, implicações das fronteiras na identidade dos povos africanos e uma breve apreciação de alguns desafios na gestão da problemática fronteiriça nos países africanos.

2.1 A delimitação das fronteiras africanas

No contexto global, o continente africano é o terceiro mais extenso sob o ponto de vista da sua extensão territorial com cerca de trinta milhões de quilómetros quadrados (30 370 000 km²) e é constituído por cinquenta e quatro (54) estados soberanos, caracterizados por uma multiplicidade de povos, sociedades, religiões e etnias. A compartimentação geopolítica divide a África em duas regiões distintas, a Mediterrânea e a subsaariana, separados pelo deserto do Sahara.

A África Mediterrânea ou do Norte (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito), encontra raízes em civilizações como a egípcia, a macedónia, a romana ou a árabe, e é caracterizada pela sua larga autonomia, pela separação da Europa pelo “mar entre terras” e tem na religião islâmica e na língua árabe os seus fatores identificativos. A esse respeito Dos Santos (2021, s/p) refere que o Sahara separa o Norte de África do resto do continente, isto é, a Sul deste encontra-se o Sahel⁶, uma faixa de estepe arenosa semi-árida, que atravessa todo o continente, da Gâmbia à Eritreia, zona de transição entre o deserto, a savana e a floresta tropical.

⁶ Significa “fronteira em árabe”.

Entretanto, por volta do ano 900 d.C., surgem as primeiras fronteiras africanas ao longo da costa oriental associadas aos entrepostos comerciais criados pelos navegadores asiáticos, imigrantes de origem árabe. Os aludidos entrepostos comerciais eram essencialmente lugares de troca e de fluxos tendo evidenciado as primeiras fronteiras em África conforme descreve Gomes (2014):

Obviamente não uma fronteira que ligasse dois territórios contíguos, mas sim uma área de contacto entre pessoas e de troca de mercadorias e que de certa maneira fazia a transição entre duas culturas diferentes, por meio do comércio. Esse comércio, gerava alterações no território também no interior do continente. As aldeias ao longo do tempo, foram se tornando mais complexas devido ao crescimento demográfico(...). Esse poder político foi se aumentando à medida que o comércio com os asiáticos se desenvolvia até ao momento em que as elites locais começaram a tomar conta das fontes de recursos minerais (ouro e ferro) (Gomes, 2014, p. 265).

Por outro lado, por volta do século XVII, dominavam reinos, impérios e chefias com fronteiras nitidamente esboçadas, associadas ao sistema de parentesco constituído na base da organização social e política o que induzia ao princípio de territorialidade e as respectivas fronteiras. Segundo Döpcke (1999, p.79) “o poder dos chefes se fundamentava principalmente sobre as pessoas e se baseava em lealdade e parentesco, embora o princípio espacial de controle nunca tivesse estado ausente”.

Estas evidências narradas por vários autores a destacar, Döpcke (1999), Gomes (2014) e Rodrigues (2015) remetem ao entendimento de que a noção da territorialidade e de fronteiras nos povos africanos antecede o período colonial. Contudo, as reflexões do conceito fronteira na África pré-colonial discutem-se tendo em vista a perspectiva com que os africanos entendiam o conceito de fronteira. Desta forma, Döpcke (1999, p. 80) refere que “não se conhecia na África pré-colonial o conceito de fronteira como linha (imaginária ou não) e que onde existiam fronteiras, estas não eram fixas e rígidas como no século XX”. O autor descreve ainda que a noção de fronteira como linha reflete a realidade importada pelos colonizadores, e que também era na própria Europa um conceito relativamente recente, resultante de um processo que havia substituído a fronteira tipo zona.

Entretanto, as potências colonizadoras do continente africano, tiveram um papel assinalável na definição das atuais fronteiras, dado que na sua maioria, estas representam o conjunto das decisões tomadas na Conferência de Berlim de 1884 a 1885. A este respeito, Pimenta et al. (2019 p. 17)

destaca que a referida conferência “subordinou-se aos interesses de exploração de recursos naturais e do comércio local pelas potências colonizadoras e, no movimento feroz da ocupação efetiva que urgia”. Por outro lado, importa salientar que os participantes desta conferência estabeleceram o acordo de partilha e exploração económica de África, o reconhecimento do Estado Livre de Congo e o estabelecimento do comércio livre nos Rios Niger e Congo (Dopcke, 1999; Morbeck, 2020).

A delimitação das fronteiras africanas foi, desde sempre, acompanhada por desentendimentos e sucessivos conflitos de interesse, pois, na aludida conferência conforme afirma Seda (2017) e Zeca (2017) não foi possível estabelecer o princípio da “ocupação efetiva” nem decidir sobre todas as fronteiras africanas dado que a maioria delas se baseou em tratados assinados posteriormente (quadro nº 4). O entendimento dos autores é também reforçado por Dopcke (1999), ao descrever que o foco da conferência não era necessariamente a definição das fronteiras africanas. O autor refere que na abertura da referida conferência, Bismark fez menção a três metas designadamente: “a garantia de liberdade de comércio e da navegação nos Rios Congo e Niger e a conclusão de um acordo sobre os critérios de futuras anexações na África” (Dopcke, 1999, p. 83). O autor descreve, ainda, que no ato da abertura da Conferência de Berlim, se fez menção que não se trataria de questões de soberania, ou seja, de partilha territorial da África ou de reivindicações territoriais.

Após a Conferência de Berlim, a definição das fronteiras africanas conheceu uma nova dinâmica por volta de 1956 a 1963, envolvendo as elites africanas e as potências coloniais, Dopcke (1999). No referido período, o autor destaca que as elites africanas defendiam o pensamento e política pan-africano, sendo de destacar a contestação da continuidade das fronteiras coloniais para uma África independente.

Quadro 4. Tratados referentes à delimitação das fronteiras em África

Ano	Acordo ou Tratado	Linha de fronteira abrangida
1869	Assinatura do Tratado de Paz, Amizades e Limites entre Portugal e o Transval – República da África do Sul.	Processo de delimitação da fronteira Sul
1875	Arbitragem favorável a Portugal do Presidente Francês Mac-Mahon na disputa fronteiriça entre Portugal e Inglaterra onde a Inglaterra passou a reconhecer as coordenadas fronteiriças de 1869.	
1888	Reconhecimento da delimitação da fronteira com a Swazilândia, depois das reivindicações e protestos do Rei Umbandine da Swazilândia.	
1891	Assinatura do tratado entre Portugal e Inglaterra para o estabelecimento de fronteiras e esferas de influência entre os territórios portugueses e britânicos na região Centro de Moçambique, onde a Inglaterra reservou o <i>interland</i> produtivo	Processo de delimitação da fronteira Centro
1886	Assinatura do Tratado entre Portugal e Alemanha para o estabelecimento do Rio Rovuma como a fronteira Norte de Moçambique com a Tanzânia.	Processo de delimitação da fronteira Norte

Fonte: Zeca (2017) e Gomes (2014)

A visão pan-africanista de Estados Unidos de África catalisada com a independência do Gana em 1957, tinha em vista a projeção de fronteiras coloniais na perspectiva de simples divisões administrativas e, por outro, um comando comum das Forças de Defesa e Segurança, da política exterior, do mercado e da moeda única (Döpcke, 1999; Branco, 2013). Entretanto, de acordo com o autor “em maio de 1963, em Adis Abeba, ocasião em que a Carta da OUA foi aprovada, muitos representantes manifestaram-se contra revisões das fronteiras existentes, que consideravam representar um perigo à paz”. Döpcke refere ainda que:

(...) a intensificação de conflitos fronteiriços, após a aprovação da Carta da OUA, fez com que os Estados africanos tratassem da questão das fronteiras mais uma vez no seu encontro no Cairo, em julho de 1964. Nesta oportunidade aprovou-se uma resolução que condenava explicitamente as políticas de revisão territorial e reafirmava o *status quo* territorial declarando que “*the borders of African States, on the day of their independence, constitute a tangible reality...*” (Döpcke, 1999, p. 92).

Por conta desta situação, entende-se que seria complexo encontrar critérios racionais e práticos para uma nova divisão do continente. Daí que é sabido que os critérios usados na definição das fronteiras africanas não reúnem consensos, na medida em que alguns estados continuam a rejeitar as fronteiras herdadas das potências colonizadoras, dado que reivindicam a sua redefinição na base histórica e

étnica dos povos africanos. Entretanto, este entendimento é igualmente problematizado, pois afirma-se que “os Estados pré-coloniais tinham na sua composição e estrutura as mesmas características: cortavam, através das suas fronteiras, grandes regiões culturais e linguísticas e não se distinguiram por homogeneidade étnica” (Dopcke, 1999, p.99). O suporte deste argumento baseia-se no facto de a maioria dos conflitos violentos que se registam no continente africano serem internos⁷ aos estados e raramente entre dois ou mais estados.

A discussão da problemática inerente à artificialidade das fronteiras africanas é igualmente questionada em determinados estudos, partindo do pressuposto de que o comum é que, em todo o mundo, as fronteiras sejam artificiais, embora por várias vezes os seus percursos sejam representados por rios, montanhas, mares, entre outros factos geográficos. De um modo geral, a questão da artificialidade das fronteiras africanas está associada às afirmações de que estas foram traçadas arbitrariamente pelas potências colonizadoras. A arbitrariedade e a artificialidade no traçado das fronteiras é descrita por Da Rosa (2016), Zeca (2018) e Mahavene (2020), na perspetiva de que todas as fronteiras foram traçadas de acordo com um certo interesse e são mantidas enquanto corresponderem os referidos interesses. Assim sendo, nota-se que a questão da arbitrariedade e o entendimento da artificialidade no traçado das fronteiras continentais tem implicações imensuráveis na identidade dos povos africanos, remetendo deste modo para a necessidade da sua apreciação e estudo.

2.2 As dinâmicas das fronteiras africanas

Ao nível do continente africano o conceito africano tem acompanhado a dinâmica global no que se refere à sua pertinência assim como à forma da sua manifestação. Este fenómeno está associado aos impactos da globalização que romperam com as barreiras na difusão da informação, da imagem, do ciberespaço, dos mísseis e, em muitos casos, até para os fluxos migratórios. Por outro lado, o incremento das organizações internacionais concorre para a superação das barreiras e a consequente minimização da sua tradicional utilidade.

Assim sendo, Mongiardim (2016) remete ao entendimento do aparecimento de fronteiras desenhadas em diversificadas perspetivas impostas pelo fenómeno da globalização tal é o caso das fronteiras na perspetiva da defesa e segurança, económico-demográfica, religiosa e cultural, entre outras perspetivas. Em síntese, os espaços prolongam-se à medida que acompanham o alargamento das

⁷ Principalmente de guerras ou contestação contra o governo no poder.

novas modalidades de fronteiras e se multiplicam elos comunicacionais das demografias planetárias, (Ferrari, 2014; Mongiardin, 2016). Hoje as fronteiras têm maior transparência e são mais permeáveis que no passado, porém o seu carácter místico de posse mantém.

Em relação às fronteiras africanas, Dopcke (1999) e Robert (2012) destacam que embora as fronteiras tenham sido legitimadas após a colonização, elas não existem na mente da maioria da população que vive nas zonas fronteiriças. A este respeito Patrício (2014) enaltece que a característica mais distintiva das fronteiras africanas será talvez o seu maior grau de porosidade em comparação com outras fronteiras e, por outro lado, o fato de essa maior porosidade influenciar para a sua estabilidade internacional.

É cada vez mais evidente a relação entre os conflitos fronteiriços e a disputa dos recursos naturais, pois conforme revela Dos Santos (2021), os recursos naturais estão na base de muitos conflitos, tensões e instabilidades. Para sustentar a sua afirmação, Dos Santos faz referência ao estudo da ONU (2009) que revela que “60% dos conflitos são devido aos recursos naturais, nomeadamente a “maldição do petróleo” (Angola, Sudão, Nigéria, etc.) e os “diamantes de sangue” (Nigéria, Angola, Sudão, Libéria, Serra Leoa e República Democrática do Congo)”. No entanto, o mesmo autor refere, ainda, que em linhas gerais, os conflitos fronteiriços em África resultam, de: (1) história antiga que remete para unidades sócio-políticas diferentes das atuais; (2) acesso aos recursos e sua redistribuição; (3) fronteiras imprecisas; e (4) instrumentalização e apoio às forças rebeldes ou extremistas por parte de atores externos. A República Democrática do Congo (RDC) e o Sudão são o exemplo mais evidente, por um lado, do reflexo de como a imposição de fronteiras contribuiu para a fragilidade dos Estados e, por outro, da crise da unidade das nações tida como fator preponderante para os conflitos internos.

Diante da multiplicidade dos conflitos africanos, em especial os fronteiriços, associa-se a problemática fronteiriça às abordagens do antigo estadista do Mali, Alpha Konaré, citado por Robert (2012, s/p), ao referir que “não há paz com fronteiras contestadas, não assumidas, onde o medo do vizinho é a única coisa em comum partilhada”. Nesta abordagem, pode perceber-se que a solução das divergências fronteiriças através de acordos e tratados bilaterais, é fundamental para a consolidação da cooperação nas demais perspectivas entre os países africanos. É sabido que, a experiência da cooperação regional se revela importante na superação dos desafios comuns e na promoção do desenvolvimento sustentável dos países integrados. Assim sendo, podem-se incluir desafios como a facilitação do

comércio transfronteiriço, edificação de infraestruturas de transporte eficientes, a harmonização das políticas comerciais e a promoção de zonas económicas espaciais no sentido de impulsionar o desenvolvimento económico e aumentar a competitividade do continente africano no contexto global.

Entretanto, revela-se oportuno que no âmbito do almejado desenvolvimento dos países africanos se priorize a segurança e o controlo das suas fronteiras, devido ao aumento da criminalidade transnacional, tal são os casos de tráfico de drogas, armas, seres humanos e recursos naturais. Para o efeito, torna-se prioritário a implementação de algumas medidas de segurança que noutras regiões, a nível global, se mostraram eficazes, como a cooperação na aplicação da lei, o fortalecimento das instituições fronteiriças e a adoção de tecnologias avançadas na monitorização das fronteiras, dado o seu impacto no combate às ameaças e à melhoria do ambiente da segurança interna dos países. Contudo, as iniciativas de segurança das fronteiras devem convergir com a necessidade de mobilidade e da ocorrência dos movimentos migratórios ao longo da zona fronteiriça. Referindo-se à permeabilidade das fronteiras Dopcke (1999), destaca que as fronteiras representam a principal fonte de sobrevivência das populações dos países que enfrentam guerras civis devido às dinâmicas típicas das zonas fronteiriças.

2.3 Implicações das fronteiras na identidade dos povos africanos

As implicações prevaletentes na identidade das populações das zonas fronteiriças, continuam impactantes no estudo da(s) mobilidade(s) das populações divididas pelos limites fronteiriços pois, embora pertençam aos mesmos grupos étnicos e partilhem os mesmos laços de familiaridade, são divididas pelos limites fronteiriços. Assim sendo, a problemática do traçado das fronteiras africanas constitui uma das temáticas relevantes no estudo das dinâmicas das zonas fronteiriças, na medida em que as suas implicações prevalecem para os grupos étnicos que partilham os mesmos laços de familiaridade, porém, divididos por limites políticos imaginários e pela sua manutenção no período pós colonização. Entretanto os povos divididos através das fronteiras herdadas continuam a constituir uma das principais fontes de relações tensas entre os Estados vizinhos.

De acordo com Branco (2013, p. 74), no seu artigo sobre o mito das fronteiras em África, afirma que “a marginalização das realidades locais implicou que fossem colocados num mesmo território grupos rivais, enquanto grupos da mesma etnia ficavam separados por fronteiras artificiais”. O autor continua descrevendo que em África, diversos grupos étnicos reivindicam a sua nação natural e problematizam

a atual divisão político administrativa. Entretanto, a reflexão em volta das implicações das fronteiras na identidade dos povos africanos induz ao levantamento de várias questões como sejam as apresentadas por Silva (2018): Como estavam demarcadas as fronteiras dos Estados Africanos antes da colonização? Qual é a relação entre as fronteiras pré-coloniais com as dos estados atuais? Como definir fronteiras consensuais, tendo em consideração o mosaico histórico e cultural africano?

Perante estas questões, nota-se que as fronteiras internacionais em particular as africanas, quando apreciadas numa perspetiva histórica são consideradas locais de tensão e confronto, pois, de acordo com Oliveira (2010, p.266), “a fronteira colonial constituía um espaço fluido, de contacto, mas também de confronto com outras sociedades e com o outro, por isso, permeável aos intermediários, às mercadorias e às informações”. O autor procura como referência a demarcação dos limites fronteiriços no continente africano que resultaram do “equilíbrio de forças” reinante entre as potências coloniais, não tendo sido levada em consideração a “geografia política da região”, exceto quando esta colidisse com valores e interesses de natureza exógena (Oliveira, 2010, pp. 267-268).

Entretanto, autores como Silva (2018), Branco (2013) e Lousada (2010) defendem que os povos africanos tinham a noção de fronteira dos territórios referenciados, em alguns casos, por montanhas, simples árvores ou rios, por elementos fundamentais para o reconhecimento do espaço soberano de cada povo. Este argumento remete para a questão da artificialidade das fronteiras, pois, segundo Dopcke (1999, p.97) este entendimento advém da ideia de que elas “foram delimitadas desrespeitando os espaços culturais, políticos e económicos criados pelas sociedades africanas na época pré-colonial”. Para demonstrar a artificialidade, o autor refere como exemplo a diferença entre as fronteiras europeias e as africanas, argumentando que no continente africano as divisões vieram de fora enquanto que na Europa se tratou de um equilíbrio de violências autóctones e não de uma ordem exterior por conquistadores estrangeiros (Dopcke, 1999).

A questão da artificialidade das fronteiras continua a ser o principal motivo que diversos grupos étnicos invocam nas suas reivindicações, colocando em causa a divisão política administrativa herdada das potências colonizadoras.

Embora, a comunidade internacional não seja favorável à reconfiguração das novas nações africanas tendo em consideração as etnias dos povos africanos, Robert (2012) demonstra que as evidências têm estado a revelar que de forma natural no continente africano, paulatinamente, vão surgindo novos estados, como é o caso do Sudão do Sul, em janeiro de 2005 e da Eritreia em maio de 1993. Como se

pode constatar, gradualmente, o princípio da Organização da Unidade Africana (OUA) defendido em 1963, no Artigo 3º ⁸, inerente à manutenção das fronteiras territoriais resultantes de séculos de dominação estrangeira e de ocupação colonial, está sendo violado devido à pressão de fatores endógenos. Neste sentido Branco (2013), aponta que as aspirações das populações consistem em criar a sua própria entidade política, na medida em que a realidade da Conferência de Berlim tende a desajustar-se à realidade atual do continente africano.

De acordo com Branco (2013),

“As disputas territoriais derivam também de o facto de quinze Estados africanos não terem acesso ao mar, ficando, pois, numa situação de extrema dependência dos seus vizinhos e sofrendo diretamente as consequências dos acontecimentos que aí possam ocorrer. Esta dependência decorre da necessidade de utilizar os meios de transporte de outros estados para chegar ao mar, meio de transporte mais acessível aos países africanos. Ainda assim, para muitos países este objetivo revela-se de concretização difícil devido à distância e aos custos inerentes. Veja-se os casos da República Centro-Africana e do Ruanda, que estão a cerca de 1.600Kms da costa. Esta situação pode provocar conflitos, tanto mais que os países interiores poderão tentar a todo o custo obter saídas para o mar” (Branco, 2013, p. 75).

Entretanto, várias situações de desacordos referentes aos limites fronteiriços, devido à porosidade das fronteiras no continente africano, são consideradas latentes por se temerem conflitos entre as nações. Porém, a porosidade permite a mobilidade de um volume de fluxos de pessoas e bens sem que sejam fiscalizados ou barrados de circular devido às regras impostas pelos Estados. De igual modo, Silva (2018, p. 49) afirma que “a permeabilidade ou impermeabilidade de uma fronteira depende única e exclusivamente das relações entre Estados vizinhos”. A autora acrescenta, ainda, que as relações entre os Estados têm influência nas dinâmicas sociais das zonas fronteiriças, contudo, considera que não é o único elemento determinante, considerando que de um modo formal, ou não, as populações fronteiriças procuram adaptar-se à demarcação, assim como a própria fronteira se adapta às suas necessidades e dinâmicas.

Por sua vez, Foucher (1998) *apud* Silva (2018) faz uma apreciação sobre as fronteiras e afirma que “não existem boas fronteiras em absoluto, e muito menos fronteiras ideais, mas fronteiras reais que podem ser reconhecidas de maneira simétrica como legítimas” (p. 48). A autora refere ainda que as

⁸ “Respeito da soberania e da integridade territorial de cada estado e do seu direito inalienável a uma existência independente”.

fronteiras podem apresentar mais vantagens políticas, estratégicas, económicas para uns mais do que para outros, num dado momento histórico.

2.4 Desafios na gestão da problemática fronteiriça nos países africanos

As atuais configurações dos territórios dos países africanos resultam do processo de colonização, pois, de acordo com Patrício (2014, p. 81) “o traçado das fronteiras africanas descritas pelas potências coloniais e as suas implicações para as populações divididas pelos limites fronteiriços em particular por terem sido mantidas após a descolonização, não constituem temáticas recentes das Ciências Sociais”. Desde a sua génese foram caracterizadas por conflitos ativos e latentes que transitaram para o período pós-colonial, daí que Branco (2013, p.75), afirma que “diversos grupos étnicos continuam reivindicando a sua nação natural e põem em causa os aparelhos estaduais vigentes apelando a uma segunda descolonização”.

A problemática das fronteiras herdadas das potências coloniais é igualmente descrita com alguma incidência no limite fronteiriço entre Moçambique e Eswatine (antiga Suazilândia). A menção da crise fronteiriça latente entre o Reino de Eswatine com os respetivos países vizinhos, revela-se incontornável na medida em que as autoridades daquele reino, de forma recorrente reivindicam o pleno direito de parte do território de Moçambique e da África do Sul. Nesse contexto, o governo de Eswatine entende que as fronteiras iniciais do país mostram que estavam demarcadas pelo Rio Limpopo a Norte (Moçambique), e pelo Rio Mkhuze a Sul. Assim sendo, a cidade conhecida como Pretória (África do Sul) pertence a Eswatine e a cidade então conhecida como Sophia na Província de Gauteng, em Pretória, alega-se que foi habitada pelos *Swazis*, Mufukula (2022).

Como se pode perceber, as autoridades daquele reino recorrem ao processo histórico para reivindicarem o direito de alguma terra do atual território moçambicano. Nota-se que para além do exemplo das reivindicações do Reino de Eswatine, a situação vivida no Mali e no Sudão, existem vários conflitos similares hibernados. Contudo, assumindo a vulnerabilidade dos países africanos, acredita-se que estes conflitos podem ser aproveitados pelos parceiros externos com más intenções para promoverem guerras entre os países africanos, em particular os que estão em desacordo com o limite fronteiriço.

Por outro lado, os problemas fronteiriços invocados pelos povos africanos associados ao desrespeito do espaço geográfico dos diversos grupos étnicos prevalecem, pois, conforme nos refere Branco (2013,

p.73), “as elites africanas aperceberam-se que o projeto de construção de verdadeiros estados nacionais era, simultaneamente irrealizável e ineficaz”. O autor considera que era irrealizável, porque o pluralismo e os particularismos étnicos e culturais punham em causa o seu poder; ineficaz, porque corria o risco de adiar tarefas urgentes, tais como o desenvolvimento económico.

Entretanto autores como Dopcke (1999) e Robert (2012) consideram que os conflitos associados aos limites fronteiriços são de difícil solução na medida em que uma nova configuração das fronteiras respeitando a variável étnica e cultural levantaria outras variáveis, como a económica, a distribuição de recursos naturais, que por sua vez causariam outros conflitos. É por essa razão que alguns dirigentes políticos africanos têm apoiado a iniciativa de integração regional ou, ainda, a ideia de Estados Unidos de África, que passaria por novas políticas de gestão e significado das fronteiras, à semelhança do que se verifica em determinados continentes.

De acordo com Branco (2013), os “estados africanos estão preocupados em consolidar poderes hegemónicos internamente, não se mostrando dispostos a ceder parte da sua soberania nacional” (p. 72). Este facto revela os fracos resultados dos projetos de integração regional embora tenha revelado resultados animadores em outros contextos, como é o caso da União Europeia (EU). A experiência da EU revela que a cooperação regional com base na implementação de acordos e tratados tendo em vista a consolidação das relações bilaterais e multilaterais que promovem o comércio transfronteiriço, a livre circulação de pessoas e bens contribuiu para a mitigação dos conflitos fronteiriços, (Branco,2013; Rattner, 1998).

2.5 Síntese

A noção de fronteiras em África remonta às comunidades pré-coloniais, embora as fronteiras não fossem referenciadas por limites precisos, dado que dependiam de muitos fatores, como o sistema político e económico ou a proporção entre a terra e a população. Entretanto, muito antes do tempo colonial, os povos africanos, baseavam-se nas fronteiras para preservar a identidade, pois, de acordo com Dopcke (1999), na África pré-colonial existiam claras noções de demarcação territorial, razão pela qual as fronteiras não representavam novidade para os africanos.

Desta forma, a problemática das fronteiras africanas vista na perspetiva de limites herdados das potências colonizadoras é descrita como tendo sido um fator de divisão arbitrária de grupos étnicos que partilham os mesmos valores socioculturais. Por outro lado, as descritas fronteiras impostas, e por

terem ignorado as particularidades dos africanos agruparam no mesmo território etnias rivais. A outra perspectiva está associada às demarcações fronteiriças que ditaram que determinados Estados não tivessem acesso direto ao oceano, sendo de destacar os países do *interland* vizinho de Moçambique.

Assim sendo, constata-se que desde a Conferência de Berlim (1884 e 1885) o processo das fronteiras foi marcado por constrangimentos tanto na delimitação, como na demarcação, o que impulsionou vários conflitos étnicos, políticos, uns hibernados e outros ativos. Por essa razão a problemática das fronteiras africanas em determinados casos (ex. As reivindicações de Malawi e as de Eswatine) continuam sendo motivo de desacordo. Contudo, alguns estudos evidenciam que a redefinição total das fronteiras é utópica, pois, pode induzir a outros tipos de reivindicações e conflitos, apoiando deste modo a integração regional ou Estados Unidos de África.

A localização geográfica de Moçambique é considerada estratégica porque viabiliza aos países vizinhos do *interland* o acesso ao oceano, tido como a principal via de importação e exportação de mercadorias. Por outro lado, devido à sua localização, Moçambique enfrenta vários desafios, como sejam o caso da imigração ilegal, tráfico de drogas, de seres humanos e armamento bélico. É das fronteiras continentais do território moçambicano com incidência para as características físico e demográfica da zona fronteiriça entre Moçambique e Tanzânia que o próximo capítulo irá abordar.

CAPÍTULO III

As fronteiras continentais do território moçambicano

Moçambique localiza-se na região da África Austral, numa posição de um certo dinamismo, favorável ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento regional. No entanto, a sua localização torna-o vulnerável face a fenómenos criminais de cariz internacional, como é o caso da migração ilegal, do terrorismo e pirataria, do contrabando de armas de fogo, ou seja, fatores de risco do potencial das referidas oportunidades. Assim sendo, pretende-se com este capítulo descrever a fronteira continental moçambicana do ponto de vista do percurso histórico que ditou a sua delimitação. Na referida descrição, fazem-se referência aos desafios que advêm da sua localização geoestratégica, com destaque para os fatores que constituem ameaça à segurança nacional.

3.1 Moçambique e o processo da definição das fronteiras

Em termos da localização geográfica, o território moçambicano localiza-se na costa oriental da África Austral, entre os paralelos 10°27' e 26°52' de latitude Sul e entre os meridianos 30°12' e 40°51' de longitude Este. O extremo oriental é banhado pelo Oceano Índico, numa linha de costa de cerca de 2515 Km ao longo do Canal de Moçambique, onde partilha as águas do oceano com as ilhas Comores, Tanzânia, Madagáscar e a República da África do Sul. A parte continental é marcada por uma extensão da linha de fronteira de cerca de 4213 Km, que o limita a Norte pela Tanzânia, a Noroeste pelo Malawi e pela Zâmbia, a Oeste pelo Zimbabué, a Sudoeste pela África do Sul e Eswatine e a Sul pela África do Sul (Figura 2).

Figura 2. Localização geográfica e administrativa do território moçambicano



Fonte: IMAF (2023).

O território moçambicano ocupa uma superfície de 799 380 km² e está dividido em dez províncias mais a capital de país que possui o estatuto de província (Figura 2). Assim sendo das 11 províncias, quatro não estão ao longo da extensão do limite fronteiriço continental designadamente, Nampula, Sofala, Inhambane e Cidade de Maputo. Assim sendo ao longo da fronteira continental destacam-se as províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia. Tete, Manica, Gaza e Província de Maputo.

As primeiras fronteiras em Moçambique surgem no âmbito dos entrepostos comerciais entre os povos locais e os povos árabes, conforme referido nos capítulos anteriores. Todavia, o período que antecedeu a ocupação colonial na região austral de África é descrito por Seda (2017), Zeca (2017) e Gomes (2014) como sendo o período em que os primeiros imigrantes de origem bantu⁹ chegaram ao território atualmente designado de Moçambique por volta do ano 300 d.C. Contudo, existem dados que revelam que no mesmo território tinham vivido povos Khoisan¹⁰ e Hotentotes¹¹.

Como se pode notar, a localização geográfica de Moçambique favorece o acesso direto ao Oceano Índico, facto que favoreceu a chegada de navegadores asiáticos, por volta dos séculos IX a XII. Os asiáticos tinham interesse em explorar os recursos minerais recorrendo as trocas comerciais, nomeadamente ao levarem para os africanos tecidos e missanga e recebiam em troca o ouro, ferro e outros recursos naturais (Pelissier, 2000; Gomes, 2014). Estas atividades caracterizadas por trocas comerciais culminaram no aparecimento de entrepostos comerciais ao longo da costa.

Gomes (2014) no seu trabalho sobre a *Formação e Dinâmicas das Fronteiras no Território Moçambicano* realça que os entrepostos comerciais, estabelecidos pelos asiáticos ao longo da zona costeira, deram origem aos primeiros sinais de fronteiras do território moçambicano, embora não separassem dois territórios nos moldes atuais, mas sim uma área de contacto entre pessoas e trocas de mercadorias. De acordo com Patrício (2014), nesse período as fronteiras eram definidas tendo em consideração a distância até onde uma unidade política conseguisse estender todo o seu poder. A autora, revela ainda que as fronteiras se expandiam e contraíam-se, acompanhando a mobilidade de pessoas e bens, assim como as conquistas e guerras, o que as tornava dinâmicas.

Deste modo, para além dos conhecidos entrepostos comerciais da Ilha de Moçambique (considerada como primeira capital de Moçambique), do entreposto comercial de Sofala e do entreposto comercial do Arquipélago de Bazaruto, destacaram-se outros importantes entrepostos ao nível da Costa Oriental de África nomeadamente, o entreposto comercial de Zanzibar (Tanzânia) e o de Mombaça (Quênia). Conforme se pode perceber a influência árabe na costa oriental de África, a destacar o Norte de Moçambique, foi catalisadora para o aparecimento e difusão da cultura Swahili, assim como, pelo

⁹ Bantu, não é o nome pelo qual se designavam esses habitantes, mas sim o nome dado pelos europeus aquando da sua entrada no continente. Perguntados pelos recém-chegados como se intitulavam, eles respondiam simplesmente "bantu". Bantu, na verdade, significa "homens", sendo o singular "muntu". Obviamente que em cada uma das línguas de origem bantu existem variações em relação à palavra. Mas a sonoridade é praticamente idêntica em todas (Gomes, 2014).

¹⁰ O termo Khoisan (...) é uma combinação de duas palavras, khoi-khoi: Khoi, que significa "homem" e san cuja raiz significa acumular, colher frutos, arrancar raízes da terra, capturar pequenos animais (Pedro e Mussili, 2021).

¹¹ Hotentote ou bosquimano é o nome de uma família de grupos étnicos existentes na região sudeste da África (Pedro e Mussili, 2021).

nascimento do Mwani (Cabo Delgado), Naharra (Ilha de Moçambique) e Koti (Angoche), (Gomes, 2014).

Por sua vez, a atividade comercial impulsionou alterações, ou seja, novas dinâmicas territoriais, dado que as aldeias se tornaram mais complexas, registou-se a especialização no trabalho e novas estratégias no poder político. É por essa razão que se afirma que o nascimento dos primeiros Estados¹² em Moçambique, designadamente, Grande Zimbabué, Mwenemutapa e os Estados Marave, esteve associado à atividade comercial, embora a maior porção e o centro destes Estados estivesse no atual Zimbabué (Pelissier, 2000; Branco, 2013; Gomes, 2014). O colapso gradual dos aludidos Estados coincidiu com a chegada dos colonos portugueses que substituíram os asiáticos, passando a ser os principais parceiros comerciais das populações dos Estados anteriormente referenciados.

Assim sendo, numa primeira fase os portugueses procuraram a propriedade da terra, através de compra ou por doação e, em alguns casos, através de conquista armada. Nessas propriedades designadas prazos¹³ destacam-se as conquistadas ao longo do Rio Zambeze, dado que eram regulados especificamente pelos portugueses. Considerada por Lousada (2010) e Gomes (2014) como a primeira forma de colonização em Moçambique, os prazos não duraram muito tempo, devido a fatores como a pressão das populações locais, o crescimento de tráfico de escravos e a invasão dos Nguni¹⁴. De acordo com Gomes (2014),

“(...) a invasão Nguni decorreu num período conhecido por Mfecane que foi um momento de lutas e migrações dos Nguni por toda a África Austral, passando obviamente por Moçambique nas primeiras décadas do sec. XIV devido a uma série de fatores económicos, políticos e sociais. Essas migrações durante o Mfecane tiveram três consequências diretas para o território moçambicano: a primeira foi a destruição, por parte dos Nguni migrantes, dos últimos prazos que ainda restavam em torno do Rio Zambeze, a segunda consequência foi o nascimento do Reino Swazi, que mais à frente se tornaria a atual Eswatini, país fronteiriço com Moçambique, a terceira e por sinal a mais importante consequência para o território moçambicano, foi a formação do Estado de Gaza, maior Estado pré-colonial inserido no território moçambicano. Abrangeu em seu auge, todo o território entre Lourenço Marques (atual Maputo) e o Rio Zambeze” (Gomes, 2014, p. 269).

¹² Os Estados em referência não se localizavam somente no atual território Moçambicano.

¹³ “O nome prazo vem do fato de que aquele que tivesse a concessão da propriedade poderia utilizá-la pelo prazo de três gerações. A administração portuguesa tentou dar um aparato legal a esses prazos, mas os prazeiros simplesmente ignoravam as ordens vindas “de cima”, tendo total controle sobre suas propriedades” (Gomes, 2014, p. 268).

¹⁴ “Populações de origem bantu, que surgiram para o Sul do continente africano durante a grande marcha de migração, rumando em direção ao território que hoje pertence a África do Sul” (Gomes, 2014, p. 268).

Como pode se notar, o autor descreve uma das fases da evolução dos limites do território moçambicano enaltecendo que a chegada dos portugueses impulsionou a estrutura social e política que estava funcionando ao longo do tempo em que as trocas comerciais eram asseguradas pelos asiáticos. A chegada dos portugueses é descrita como um período fundamental para a conceção das novas fronteiras.

Entretanto, o envolvimento da população nas plantações das colónias inglesas e a consequente migração massiva, associada à crescente pressão portuguesa no território, precipitou a decadência do Estado de Gaza. Conforme foi possível notar, a conflitualidade na conquista de novos territórios e consequente estabelecimento de limites e fronteiras acompanhou o processo histórico de Moçambique. Neste sentido, de acordo com Zeca (2017),

“A configuração atual das fronteiras de Moçambique resulta da disputa envolvendo Portugal, Inglaterra e Alemanha onde tinham como pano de fundo a necessidade de “ocupação efetiva” determinada pela Conferência de Berlim, uma vez que essa era a condição que legitimava a posse de territórios em África” (Zeca, 2017, p.224).

Por sua vez, Seabra (2012, p.12) refere que “a conferência de Berlim (1884–1885) instituiu normas para a partilha dos territórios coloniais sem respeitar as relações étnicas e ancestrais dos povos do continente africano”. O interesse das colónias na delimitação da maior parte dos limites de África visava a estabilização do poder. Porém, a inobservância das relações étnicas dos povos descrita por Zeca (2017) e Seabra (2012), é considerada como uma das causas que levam as comunidades fronteiriças a não olharem para as fronteiras com o mesmo objetivo com que o poder político as concebeu, facto que contribui significativamente para a porosidade das fronteiras.

A outra questão que tem alimentado os debates nos estudos relativos às fronteiras é a problemática em torno da artificialidade das fronteiras africanas, conforme fez se referência anteriormente. Esta discussão deve-se ao facto de, na generalidade, as fronteiras serem artificiais, embora por várias vezes os seus percursos coincidam com fatores geográficos, tal é o caso de mares, rios e montanhas.

Na problemática da demarcação das fronteiras do território moçambicano destaca-se a definição do limite fronteiriço Sul e Sudeste de Moçambique por volta do século XVIII, devido aos desentendimentos entre os portugueses e os ingleses. Os portugueses defenderam a ideia de terem descoberto a Baía de Lourenço Marques (atual Maputo) em 1544, muito antes dos holandeses e austríacos que também tinham interesses naquela Baía estratégica. O desentendimento fronteiriço desencadeou-se devido às

excelentes potencialidades da referida baía para a importação e exportação de mercadorias.

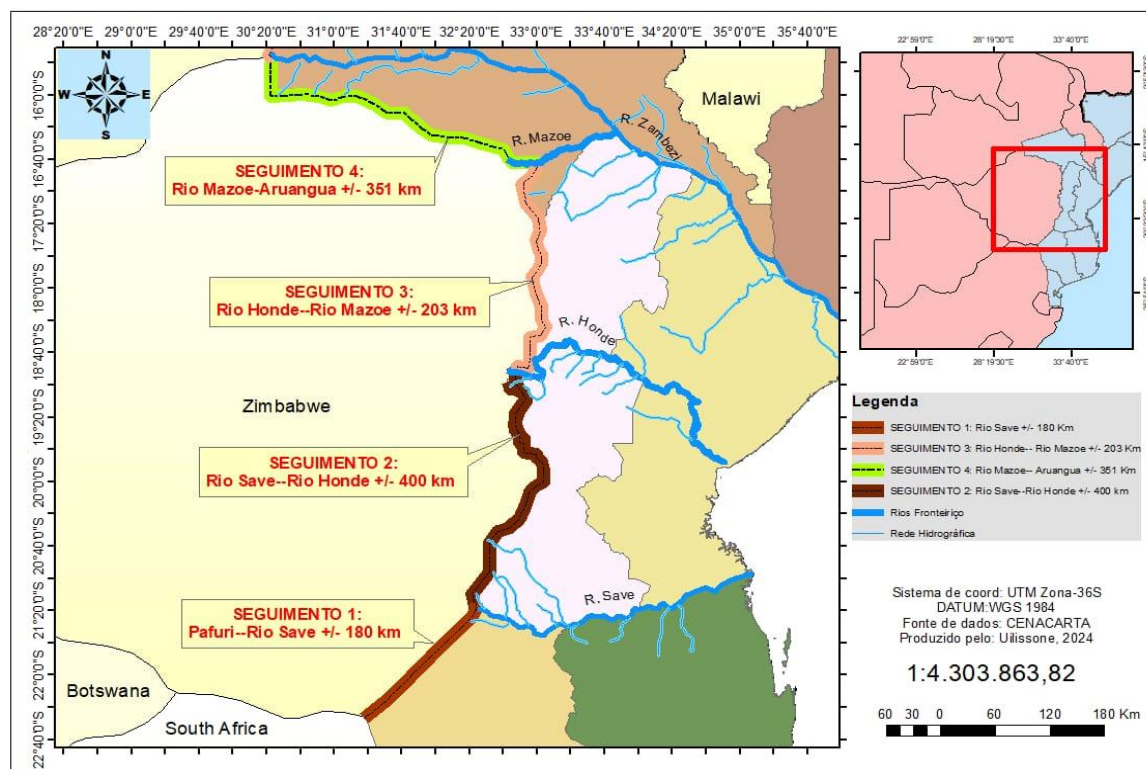
Por sua vez, autores como Patrício (2014), Zeca (2017) e Gomes (2014), referem que depois de um conjunto de negociações culminou-se na assinatura de um tratado, em 1869, em Pretoria, que reconhecia aos portugueses os direitos territoriais até à latitude de 26°30' Sul, estabelecendo os Montes Libombos como fronteira de Moçambique, com a então Swazilândia e com a parte oriental de Transval. Porém, o referido tratado trouxe poucos resultados, o que suscitou que em 1875, com a arbitragem internacional do Presidente Francês Marechal MacMahon, reconheceu-se, formalmente, a soberania plena de Lourenço Marques e das áreas adjacentes, para os portugueses.

Em relação à fronteira Oeste entre Moçambique e a então Rodésia do Sul, o Tratado Anglo-português de 1891¹⁵ estabeleceu a fronteira após uma série de disputas sobre o controlo das minas de ouro de Manica nos finais do século XIX (Patrício, 2014).

O confronto entre Portugal e a Grã-Bretanha teve o seu apogeu no *Ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, quando Londres ameaçou bombardear Lisboa caso Portugal não reconhecesse as suas pretensões de criar um corredor contínuo de colónias que permitissem ligar de Cabo (África do Sul) à Cairo (Egito) através de uma linha férrea. Este projeto da Grã-Bretanha colidia com o projeto mapa cor-de-rosa que visava a ocupação territorial de Moçambique (Índico) à Angola (Atlântico). Patrício (2014, p.88) refere que “o processo de demarcações e modificações acabou por ser longo e prolongou-se até 1940”. A longa fronteira oeste foi estabelecida segundo quatro pontos principais assinalados pelos rios da região: entre o Zambeze e o Mazoé, do Mazoé ao Honde, do Honde ao Save, e do Save ao Limpopo (Figura 3).

¹⁵ O Tratado Anglo-português de 1891 tinha em vista a proteção de interesses no âmbito da partilha do território africano. Por outro, o tratado visava a regulamentação e limitação das pretensões territoriais de Portugal em África.

Figura 3. Algumas referencias na delimitação da fronteira entre Moçambique e Zimbabwe



Fonte: CNACARTA (2024)

Em relação à fixação da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia, Da Rosa (2016) refere que Portugal teve um conflito com a Alemanha por esta ter ocupado e hasteado a sua bandeira em ambas as margens do Rio Rovuma, em Moçambique e na Tanzânia. Em 30 de Dezembro de 1886, Portugal e a Alemanha assinaram um tratado¹⁶ que definia a fronteira nos seguintes termos: “*A fronteira que fica a sudoeste de África separando as possessões portuguesas das alemãs, seguirá o curso do Rio Rovuma, desde a sua foz até a confluência do rio M`Sinje e daí para Oeste até à margem do Lago Niassa*”.¹⁷

Além do instrumento diplomático fundamental acima mencionado, as questões surgidas na fronteira remeteram para determinadas alterações e a consequente necessidade de uma definição mais pormenorizada, dando origem aos seguintes diplomas (Almada, 1943):

- a) Troca de notas entre os governos português e alemão, de 23 e 24 de novembro de 1909 – relativas à fronteira entre o Lago Niassa e a confluência do Rio M`Sinje com o rio Rovuma e entre o rio Rovuma e Cabo Delgado; (“Tratados aplicáveis ao Ultramar” – vol. V, p. 141)

¹⁶ Declaração de 30 de dezembro de 1886, Artigo II referente a Declaração relativa as possessões portuguesas e alemãs na África Meridional.

¹⁷ Extraído da Compilação dos Acordos Luso- Germânicos (1886 – 1919) do Instituto Nacional do Mar e Fronteiras (IMAF), Maputo, agosto de 2015.

- b) Troca de notas entre os governos português e alemão, de 20 de março de 1913 – relativas à demarcação da fronteira ao longo do curso do rio Rovuma; (“Tratados aplicáveis ao Ultramar” – vol. V, p. 129)
- c) Lei nº 962, de 2 de abril de 1920 – relativa à incorporação do território de Quionga; (“Tratados aplicáveis ao Ultramar” – vol. V, p. 7).
- d) Acordo por troca de Notas entre os governos português e britânico¹⁸, relativo às ilhas do rio Rovuma e à fronteira de Moçambique com o território de Tanganica, assinado a 11 de maio de 1936, e entrado em vigor em 11 de fevereiro de 1938 (ratificação e descrição da fronteira do rio Rovuma); (“Tratados aplicáveis ao Ultramar” – vol. V, p. 129).

Os trabalhos de demarcação principiaram na confluência do rio M`Sinje com o rio Rovuma em fins de maio de 1907 e terminaram em outubro do mesmo ano, depois de ter sido percorrida a extensão Rovuma<sup>19</sup> – Niassa e construídos 27 marcos<sup>20</sup> (Neuparth, 1909). Demarcada, a fronteira ao longo do paralelo 10° 40` Sul e entre o rio Rovuma e o lago Niassa, faltou por demarcar o limite fronteiriço correspondente ao curso do rio, pois, tinha sido adiado a pedido do Governo alemão.

Assim sendo, em julho de 1930, o embaixador de Inglaterra transmitiu o desejo do Governo britânico de regularizar a situação da fronteira da Tanganica através de um Acordo, reconhecendo a Portugal a posse de todas as ilhas a jusante do rio Domoni até a foz, ficando incorporadas no território da Tanganica as que estão a montante do referido afluente. Desta forma, em fevereiro de 1932 foi redigido um projeto de Nota relativo à partilha das ilhas, atendendo às sugestões do Governador do Distrito de Cabo Delgado, do Governador de Moçambique e da Comissão de Cartografia. A referida nota incluía a cláusula de se considerarem ilhas apenas as que emergem no regime do maior caudal do rio, dotadas de vegetação permanente e com base de rocha (Almada, 1943).

Finalmente, em dezembro de 1937, os governos britânico e português celebraram um acordo por troca de Notas relativo às ilhas do rio Rovuma sob-reserva da aprovação do Conselho da Sociedade das Nações e estabeleceram a data de 1 de fevereiro de 1938 para a entrada em vigor do referido acordo²¹.

¹⁸ Após a primeira Guerra Mundial a Liga das Nações concedeu um mandato britânico sobre o território da Tanganica em 1920. A transição da colónia alemã para a colónia britânica ocorreu devido à derrota da Alemanha na Guerra e aos rearranjos territoriais determinados pelos aliados.

¹⁹ Designação de um Distrito no território tanzaniano.

²⁰ Marcos são estruturas de betão usadas como referência na demarcação de um determinado território.

²¹ Acordo relativo às ilhas situadas no Rio Rovuma e à delimitação da fronteira entre Moçambique e o território de Tanganica da 98ª reunião do Conselho, realizada em 14 de setembro de 1937.

3.2 Geopolítica das fronteiras continentais moçambicanas

De acordo com Chichango (2009), a Geopolítica é importante para entender até que ponto as estratégias adotadas pelos Estados podem interferir (ou não) na situação geográfica do local, para além de orientar a atuação dos governos no cenário mundial. Neste contexto, a abordagem sobre a geopolítica das fronteiras é invocada no sentido de contextualizar a dinâmica da gestão dos acordos inerentes aos limites fronteiriços continentais entre Moçambique e os países vizinhos. Deste modo, torna-se oportuna a compreensão da configuração atual das fronteiras continentais entre Moçambique e os países vizinhos, assim como as divergências relativas aos limites fronteiriços. Os desacordos sobre os limites fronteiriços são referenciados como fatores incontornáveis dos impasses na reafirmação dos referidos limites, remetendo desta forma a ideia de que “*uma fronteira mal gerida é fonte de conflito*”²². A este respeito Seabra (2012, p.12) afirma que “a segurança de um Estado depende da segurança das suas fronteiras”.

Muitas divergências relativas às fronteiras têm como base a ideia de que as fronteiras são naturais por estas estarem desenhadas em função da disposição natural dos rios, das montanhas ou mares e, o consequente uso destes fatores geográficos para marcar os limites entre os territórios. Contudo, é evidente que na realidade as fronteiras são estabelecidas pelo Ser Humano tendo em vista interesses específicos (Patrício, 2014).

Conforme foi descrito anteriormente, a localização geográfica do território moçambicano junto à costa oriental do continente africano, associada aos corredores ferro-portuários e rodoviários permitindo a dinâmica económica dos países do *interland* (com destaque para Zimbábwe, Malawi e Zâmbia) ao resto do mundo, confere ao país uma localização geoestratégica de realce.

Por sua vez, a dependência dos países do *interland* na mobilidade de grande parte do seu comércio remete para a emergência de fenómenos associados à geopolítica das fronteiras, facto que tem vindo a manifestar-se através das seguintes evidências:

- Impasses na reafirmação das fronteiras;
- Reivindicação de parcelas do território moçambicano por alguns países do *interland*; e
- Reivindicação incondicional do Malawi no uso da rede fluvial que permite o acesso à costa²³.

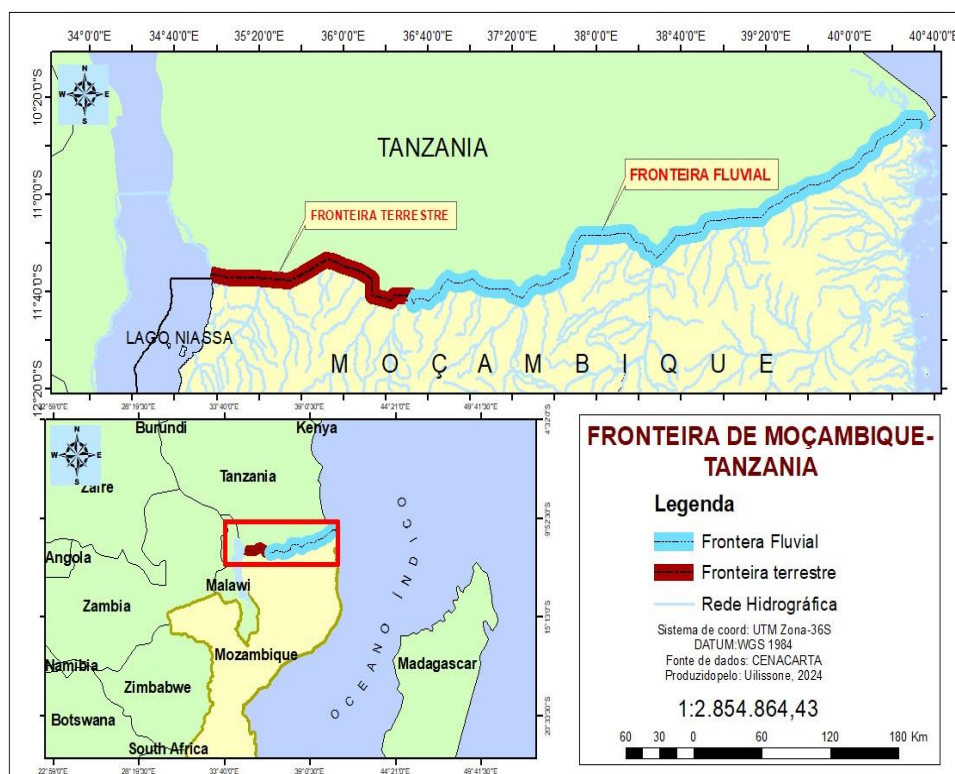
²² Afirmação do antigo Presidente da República de Moçambique Joaquim Chissano.

²³ O recurso à rede fluvial para a importação e exportação das mercadorias é descrita por Mathe & Liesegang (2012) como tendo sido um projeto desenvolvido pelo Malawi sem que o tivesse concertado com as autoridades moçambicanas. No âmbito deste projeto os malawianos construíram e

Desta forma, entende-se que a demarcação da(s) fronteira(s) terrestre(s) moçambicana(s) esteve sempre associada a interesses geopolíticos. Sendo que se destacam os vizinhos Malawi e Eswatini, no Norte e Sul do País, respetivamente, onde as reivindicações de porções de território moçambicano se têm vindo a evidenciar, a ponto de criar impasses na pretensão de Moçambique em reafirmar as fronteiras.

Em relação a fronteira continental com a Tanzânia, possui cerca de 671 Km, dos quais 51 km correspondem à fronteira terrestre e 620 km à fronteira fluvial no Rio Rovuma (Figura 4). Ao longo da fronteira terrestre foram reabilitados 16 marcos principais e implantados 41 novos marcos intermédios. Sendo que a fronteira fluvial, devidamente referenciada pelas coordenadas celestes, no terreno é sinalizado pelo canal mais profundo do rio. Esta sinalização, torna a linha de fronteira instável e propensa a mudanças de posição, dado o regime do caudal do rio que é variável a ponto de influenciar o seu percurso (IMAF, 2023).

Figura 4. Representação da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia



Fonte: Adaptado pelo autor com base nas cartas do CENACARTA (2024)

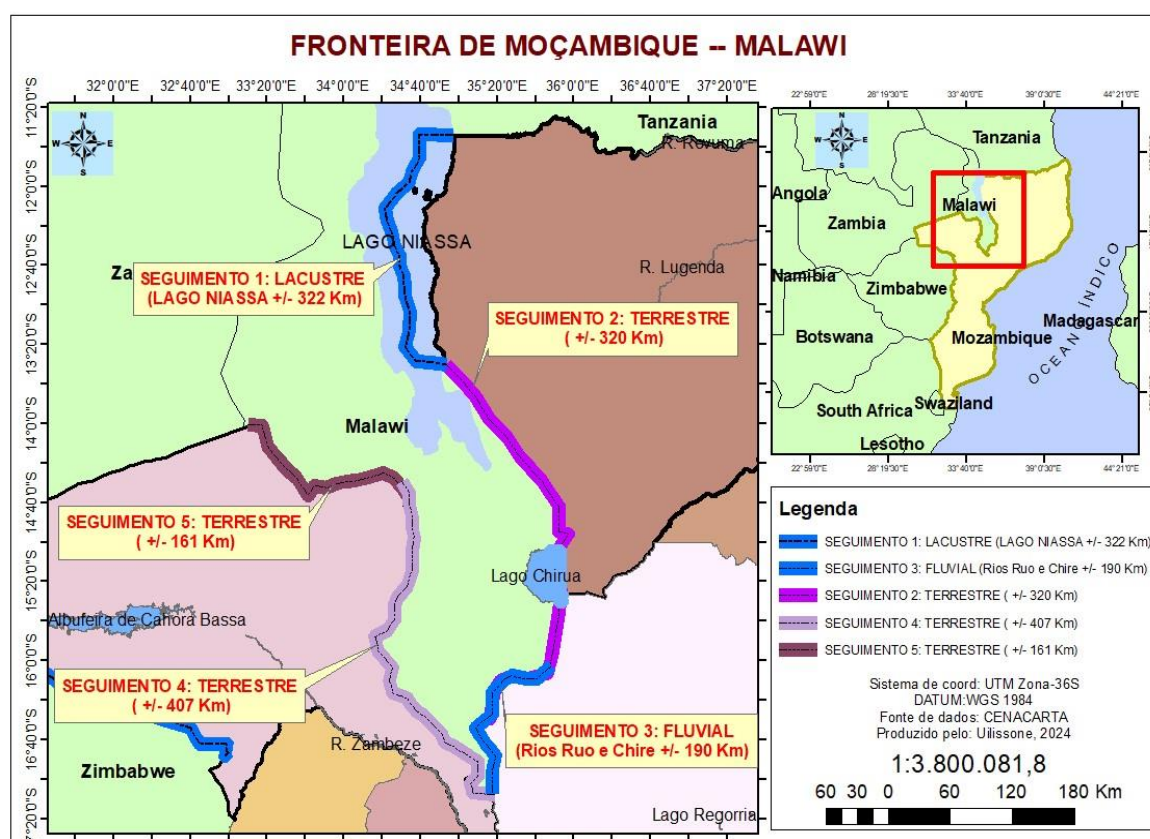
A fronteira entre Moçambique e o Malawi é a mais extensa com 1400 Km, dos quais 888 km

inauguraram um Porto Seco em Nsanje e outras infraestruturas associadas ao projeto. Contudo, a sua operacionalização foi frustrada pelo governo moçambicano devido a alegada insustentabilidade ambiental na rede hidrográfica que conecta os dois países que conecta os dois países.

constituem a fronteira terrestre, 190 km a fronteira fluvial nos rios Chire e Ruio e 322 km a fronteira lacustre nos lagos Niassa, Chiúta e Chirua (Figura 5).

A fronteira terrestre é assinalada por marcos de alvenaria, cumeadas, estradas e outros “monumentos” fronteiriços, porém, devido à presença de assentamentos humanos e infraestruturas atravessadas pela linha de fronteira, esta torna-se conflituosa. Contudo, foram reabilitados 192 marcos principais e implantados 1667 novos marcos ao longo de 888 km da linha. Em relação à fronteira lacustre a atividade de reafirmação permitiu calcular com exatidão a área das águas sob jurisdição de Moçambique (6 420, 97 km²) (IMAF, 2023). Quanto à fronteira fluvial destaca-se a inconsistência do limite fronteiriço devido ao regime periódico dos rios. Deste modo, cita-se como exemplo o Rio Ruio que, em consequência das cheias de 2015, sofreu o desvio das águas, forçando um novo curso e alterando deste modo, o contorno da linha de fronteira em Morrumbala (IMAF, 2023).

Figura 5. Representação da fronteira entre Moçambique e o Malawi



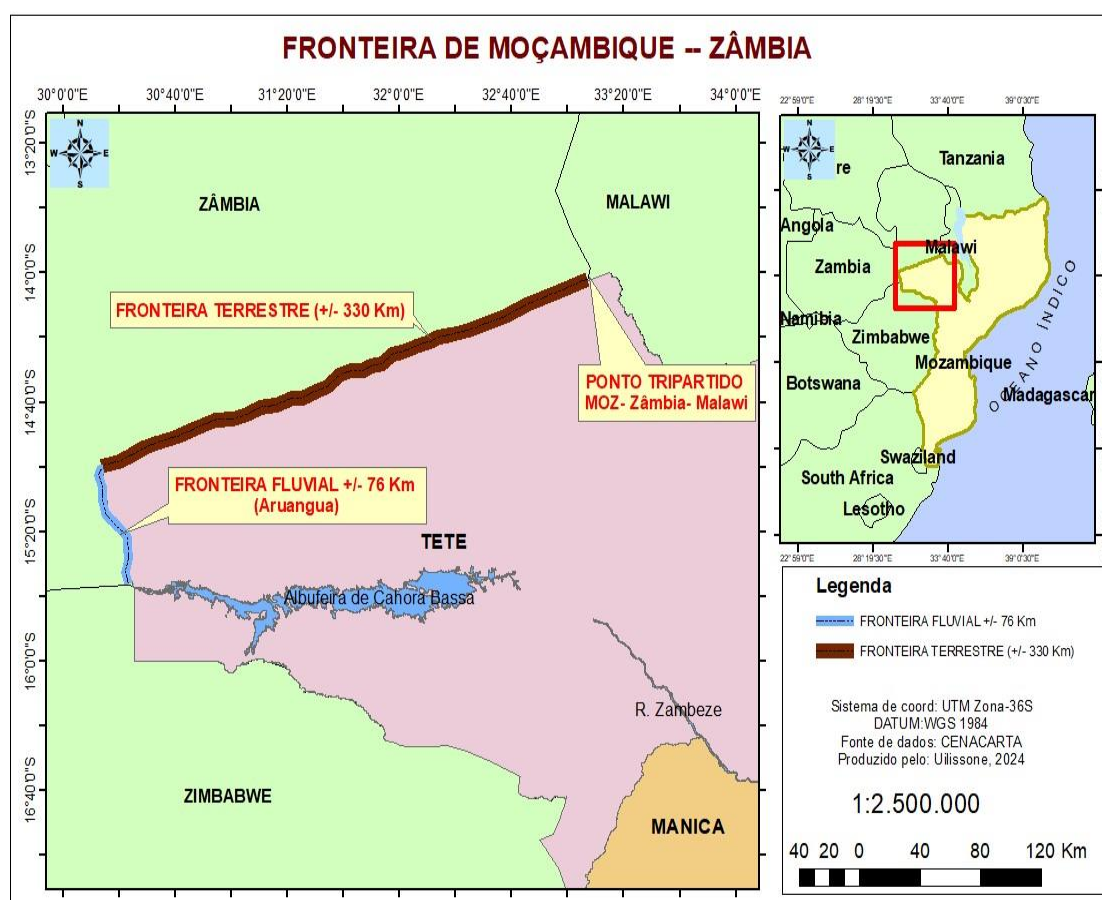
Fonte: Adaptado pelo autor com base nas cartas do CENACARTA (2024)

A extensão fronteiriça entre Moçambique e Malawi destaca-se por uma permanente mobilidade fronteiriça entre os agregados familiares e por outro, pela procura constante em cada um dos lados da fron-

teira de tratamento hospitalar acessível e com percurso relativamente reduzido. A mobilidade fronteiriça entre os dois países é igualmente caracterizada pelo interesse dos malawianos nas terras aráveis em Moçambique pelos cidadãos, o que constitui uma enorme pressão para o poder político na matéria sobre a segurança na perspetiva dos povoamentos fronteiriços (Seda, 2017, pp. 91/92). O autor defende ainda que a liderança local, em certas zonas tanto os líderes moçambicanos como malawianos exercem autoridade em ambos lados da fronteira e celebram em conjunto os eventos sociais e histórico-culturais nos dois lados de fronteira, factos que conferem a fronteira um significado diferente entre as comunidades e os políticos.

Em relação à fronteira de Moçambique com a Zâmbia, esta possui uma extensão de aproximadamente 406 km, em que 330 km são de fronteira terrestre e 76 km de fronteira fluvial sobre o Rio Aruângua (Figura 6). A fronteira terrestre passa por um relevo de planaltos e montanhas e é assinalado por marcos de alvenaria e cumeadas. Em alguns troços da sua extensão a linha de fronteira passa por assentamentos humanos e campos agrícolas. Quanto à fronteira fluvial é definida pelo tratado de fronteira em vigor, como sendo a linha mediana do rio (IMAF, 2023).

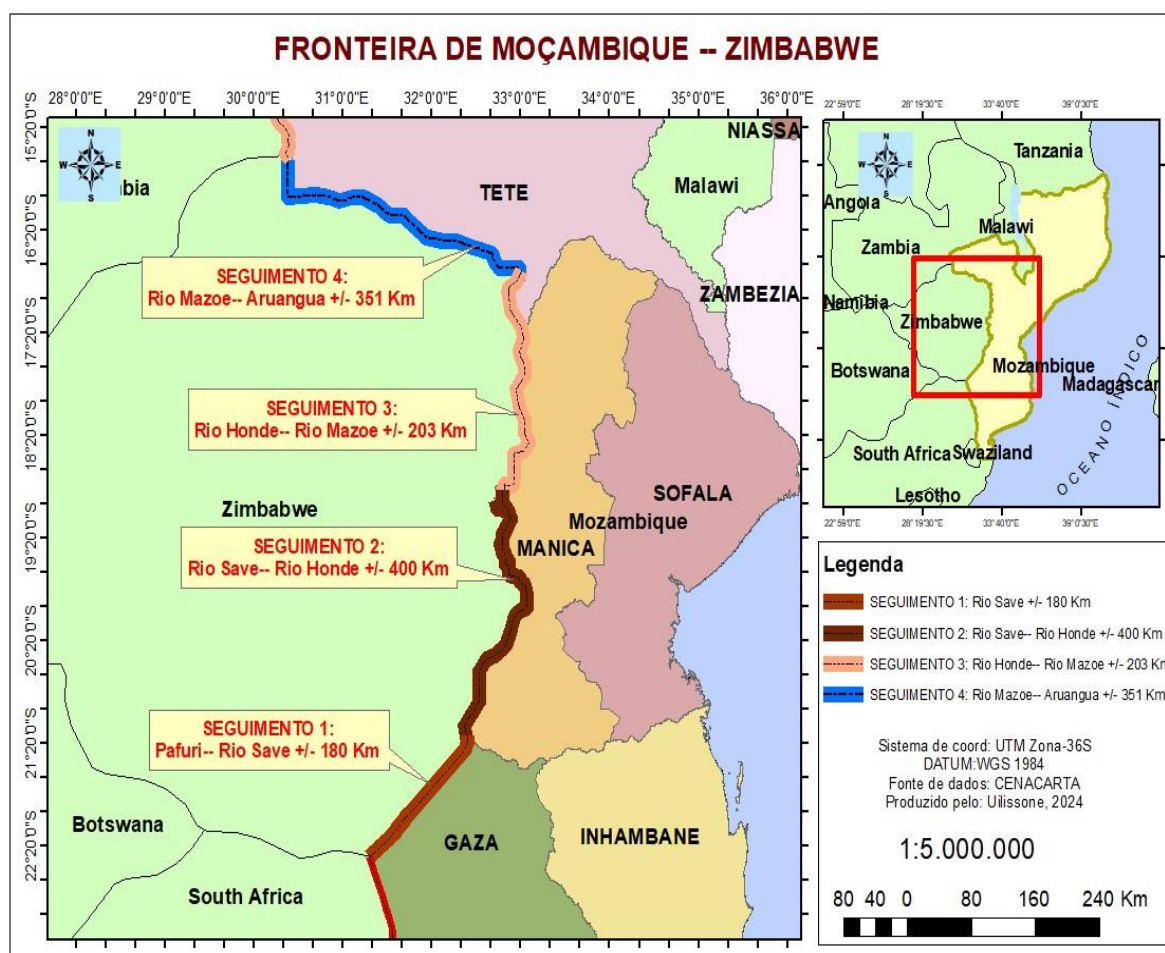
Figura 6. Representação da fronteira entre Moçambique e a Zâmbia



Fonte: Adaptado pelo autor com base nas cartas do CENACARTA (2024)

A fronteira entre Moçambique e o Zimbabué tem 1134km de extensão, sendo que a fronteira terrestre corresponde a 839 km e a fronteira fluvial a 295 Km nos rios Mukumbura, Mazoe, Messaguezi, Carembue, Honde, Rupembe, Púnguè, Caueresi, Nhangamba e Save ao longo das províncias fronteiriças de Tete, Manica e Gaza. (Figura 7). A fronteira terrestre caracteriza-se por apresentar algumas características semelhantes às descritas para a fronteira com o Malawi e a Zâmbia, porém em alguns troços do lado zimbabweano existem minas antipessoais.

Figura 7. Representação da fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe



Fonte: Adaptado pelo autor com base nas cartas do CENACARTA (2024)

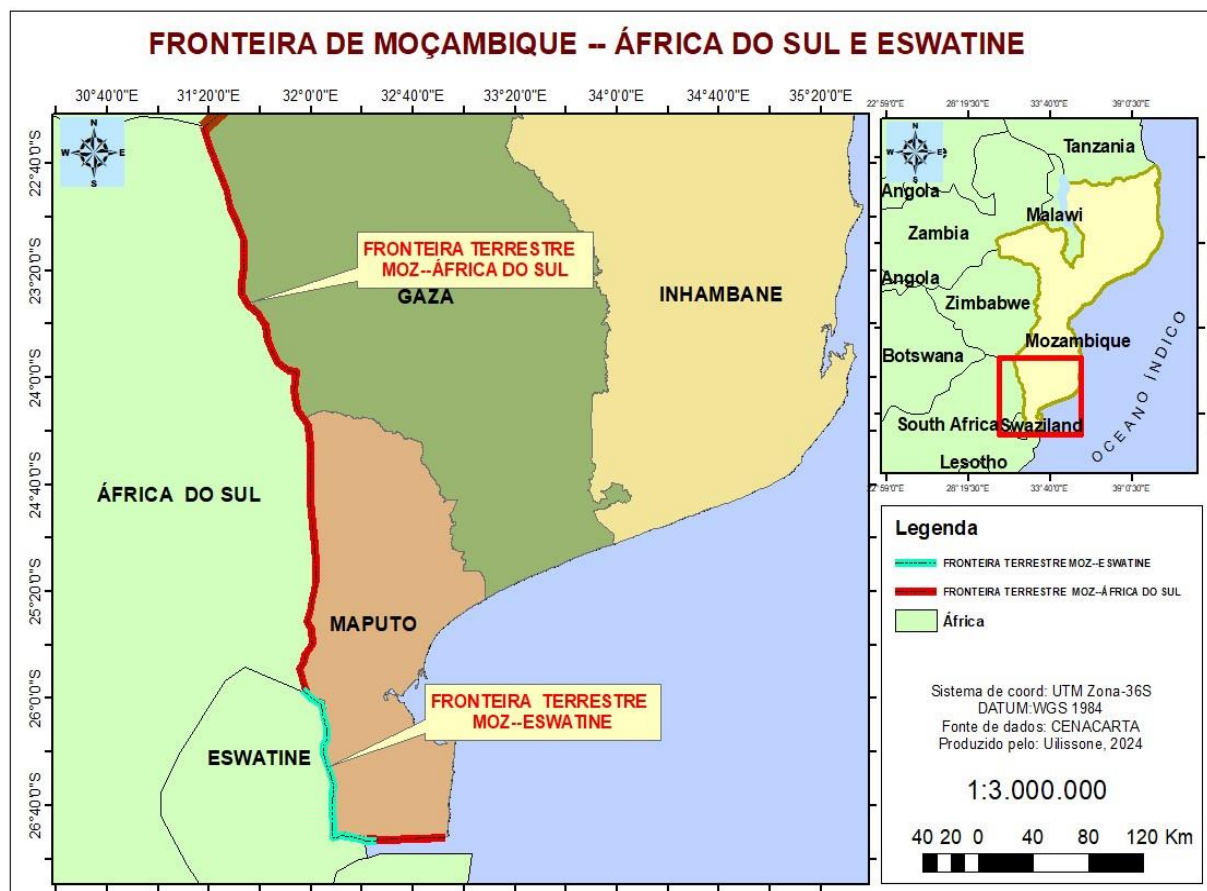
A fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe tem sido objeto de investigação relativas aos refugiados, trabalho e migração, agricultura, terra e conservação ambiental (Patrício, 2014). Trata-se de uma fronteira que se destaca pela porosidade na perspetiva dos movimentos migratórios em particular para a população que habita na zona de fronteira. Patrício (2014), refere ainda que para os pedestres em geral, a fronteira não é inspecionada, protegida ou demarcada, daí que ao passarem de um país para o outro, recorrem a diversos caminhos “corta-mato”. Por outro, ao longo da fronteira entre Moçambique

e o Zimbabwe, registam-se sistematicamente disputa²⁴ de terra entre as comunidades de ambos os países.

A fronteira continental entre Moçambique e a África do Sul é de cerca de 496 Km, dos quais 472 Km correspondem à fronteira terrestre e 24 Km à fronteira fluvial no Rio Maputo/Usutu (Figura 8). A fronteira terrestre é caracterizada por marcos de alvenaria com vedação de arame farpado ao longo da linha de fronteira. O IMAF considera que a fronteira fluvial constitui um dos desafios para Moçambique, pois, em 2005 registou-se o desvio do curso do rio Maputo/Usutu, tendo alterado o contorno da linha de fronteira. Como consequência, registam-se desentendimentos entre as comunidades de ambos os países que se beneficiam daquele recurso hídrico. Os moçambicanos queixam-se do facto de os sul-africanos desviarem de forma premeditada o curso normal a seu favor, prejudicando as suas atividades agropecuárias, para além de tornar escassa a água para o consumo para cerca de 5.000 pessoas que vivem à jusante.

²⁴ Em relação as disputas fontes locais descrevem um dos casos que envolveu um cidadão zimbabueano e com outros moçambicanos, onde o zimbabueano era proprietário de uma farma, em Chipingue (Manicaland) que teria arrendado aos moçambicanos. Consta que em tempos o senhor (zimbabueano) teria arrendado uma parcela desta farma aos moçambicanos, para que estes desenvolvessem atividades agrícolas. Entretanto, os moçambicanos envolvidos nesse processo de cedência da parcela decidiram não pagar o valor da renda, com alegações de que a parte da terra na qual estavam a trabalhar se localizava dentro do território moçambicano.

Figura 8. Representação da fronteira entre Moçambique e África do Sul e entre Moçambique e o Eswatine.



Fonte: Adaptado pelo autor com base nas cartas do CENACARTA (2024)

A fronteira entre Moçambique e o Eswatini corresponde a 106 Km de extensão de fronteira terrestre (Figura 8) e caracteriza-se por atravessar em relevo plano e montanhoso (relevo de planalto). Apesar do registo de vários marcos degradados, o Reino de Eswatine não tem mostrado interesse em envolver-se na sua reabilitação, devido à reivindicação de uma parcela de terra moçambicana por parte do Eswatine.

No âmbito dos constrangimentos da reafirmação da fronteira, apontam-se tanto os interesses contínuos de Malawi assim como os do Eswatine, em estender os seus territórios por forma a conseguirem o acesso direto ao Oceano Índico tendo em vista as facilidades no processo de importação e exportação de mercadorias. É importante salientar que a extensão territorial dos dois países (Malawi e o Eswatine) é das mais reduzida se comparada com a dos restantes países com os quais Moçambique faz fronteira (Quadro 5).

Quadro 5. Extensão das fronteiras do território moçambicano

País	Terrestre (Km)	Fluvial (Km)	Lacustre (Km)	Total (Km)
África do Sul	472	24	0	496
Eswatini	106	0	0	106
Zimbabwe	839	295	0	1134
Zâmbia	330	76	0	406
Malawi	888	190	322	1400
Tanzânia	51	620	0	671
TOTAL	2 686	1 205	322	4 213

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecido pelo IMAF (2023)

Os impasses na reafirmação dos limites no período pós-independência são descritos por Zeca (2017, p.231) ao referir que, “após a independência nacional o Estado moçambicano envidou esforços tendo em vista a celebração de acordos com Estados vizinhos para a reafirmação de fronteiras coloniais e seguir o princípio da União Africana referente à intangibilidade das fronteiras coloniais”. Contudo, conforme foi descrito anteriormente, nem sempre foi um processo pacífico dada à existência de interesses relativos às posições estratégicas e a expansão territorial, o que justifica que os limites fronteiriços constituam fonte de conflitos e dissabores “hibernados”.

Assim sendo, pode aferir-se que a reafirmação das fronteiras tende a ser reivindicada pelos estados com localização estratégica favorável e com recursos naturais de destaque se comparada com a dos respetivos vizinhos. Neste contexto, a reivindicação na reafirmação de fronteiras visa salvaguardar os tais recursos e as vantagens que advém da sua localização estratégica pois, como refere Seabra (2012) “a segurança de um Estado depende da segurança das suas fronteiras” (p.12).

Entretanto, o dilema que os países da Região Austral de África enfrentam na reafirmação das suas fronteiras acompanha as dinâmicas estratégicas impostas pela necessidade de preservar os seus recursos naturais, as suas economias e os ganhos associados à sua localização geográfica. Este facto torna-se dilemático na medida em que na mesma região determinados países, em particular os economicamente instáveis e localizados no *interland*, revelam-se inconformados com as fronteiras herdadas das potências colonizadoras.

3.3 Características físico e demográfica da zona fronteiriça entre Moçambique e a Tanzânia

Neste contexto, revela-se importante destacar as províncias de Cabo Delgado e Niassa, uma vez que são as que fazem fronteira com a Tanzânia, objeto da presente investigação. Por outro lado, a caracterização da zona fronteiriça entre os dois países visa aferir as condições físico e demográfica da zona limítrofe.

A zona fronteiriça entre Moçambique e Tanzânia é caracterizada por apresentar planícies litorais cujas altitudes crescem à medida que se desloca do litoral para o interior. É predominantemente reconhecido pela presença de planaltos a destacar o planalto de Mueda com altitudes que variam de 400 à 850m. Trata-se duma zona com clima tropical húmido, com duas estações ao ano, a estação quente e chuvosa e a estação fresca e seca (Abdurramane, 2018).

Tanto o clima de Niassa assim como de Cabo Delgado é caracterizado pela estação chuvosa que vai de outubro a março e a estação seca que vai de abril a setembro, condicionando deste modo o regime periódico que caracteriza o Rio Rovuma. Este Rio nasce no Planalto de Ungone na Tanzânia, junto de Songea, próximo da margem Oriental do Lago Niassa. Ao longo do seu curso, o rio Rovuma atravessa em solos de base granítica e superfícies arenosas (Abdurramane, 2018).

Em relação aos distritos fronteiriços ao nível da Província de Cabo Delgado, nomeadamente Palma Nangade e Mueda, consta que contém na generalidade maior número de habitantes de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 se comparado com os Distritos fronteiriços ao nível da Província de Niassa designadamente, Mecula, Mavago, Sanga e Lago (quadro nº 6). De um modo geral a população refletida na tabela está concentrada nas sedes distritais e em determinados postos administrativos, isto é, um considerável espaço geográfico é desabitado, sendo de destacar o território adjacente à linha de fronteira com a exceção dos pontos com Postos de travessia.

Quadro 6. População residente nos distritos limítrofes na fronteira entre Moçambique e a Tanzânia (2017)

Província de Niassa				
	Distrito	Homens	Mulheres	Total
	Lago	51.429	55.539	106. 968
	Sanga	36.373	39.285	75.658
	Mavago	14.525	15.408	29.933
	Mecula	10.280	10.688	20.888
	Total			233. 447
Província de Cabo Delgado				
	Distrito	Homens	Mulheres	Total
	Mueda	81.713	88.634	170.347
	Nangade			71.588
	Palma			52.269
	Total			294. 204

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017

À semelhança da maior parte dos moçambicanos, a população dos distritos limítrofes tem como principal atividade a agricultura, seguido do comércio. Porém, esse comércio tem uma dinâmica diferente do que se verifica nos postos fronteiriços com outros países, pois, os distritos limítrofes ao longo da fronteira com a Tanzânia ressentem-se do isolamento em relação aos centros comerciais. Dos distritos em alusão, Sanga merece uma atenção especial pois, tem ligações com alguns mercados da região, dado que é notável o fluxo de comerciantes provenientes de distritos vizinhos, da capital da província (Lichinga) e da Tanzânia para adquirir a produção agrícola local. Por outro lado, o dinamismo de Sanga, está relacionado com o Posto de Travessia do Il Congresso (Matchedje) que tem sido alternativo para os fluxos migratórios, devido a relativa segurança quando comparado com o de Negomano e o de Namoto.

Quanto aos principais postos de travessia na fronteira entre Moçambique e Tanzânia destacam-se três (3) principais postos de travessia designadamente, os postos de Namoto (Distrito de Palma) e Negomano (Distrito de Mueda), na Província de Cabo Delgado, e o Il Congresso na Província de Niassa (Quadro nº 7). No entanto, na Província de Niassa no limite fronteiriço entre os dois países destacam-se, também, os postos de travessia não oficial de Chiuledze (Distrito de Mecula) e Cobué (Distrito de

Lago), estabelecidos para a facilitar os movimentos migratórios. Embora o posto de Chiuledze esteja desprovido de infraestruturas e dos serviços correspondentes, Forquilha & Pereira (2021, p.40) referem que “a sua localização tem um papel muito importante no controlo de movimento de pessoas e bens na zona fronteiriça da extensa reserva do Niassa”.

Quadro 7. Principais Postos de Travessia nas Províncias limítrofes com a Tanzânia

Província	Posto de Travessia	Localização
Niassa	Il Congresso	Junto à fronteira com a Tanzânia no Distrito de Sanga
Cabo Delgado	Namoto	Junto à Fronteira com a Tanzânia no Distrito de Palma
	Negomano	Junto à Fronteira com a Tanzânia no Distrito de Mueda

Fonte: Diploma Ministerial nº 20/2017, de 2 de março

Conforme se pode constatar (Quadro 7), somente em 2017 foram formalizados os postos de travessia ao longo da fronteira com a Tanzânia, embora as populações fronteiriças atravessassem de um território para o outro. Por outro lado, a falta de postos oficiais de travessia associado ao crescimento da atividade de garimpo ilegal, facilitado pela porosidade fronteiriça contribuiu para que aquela fronteira se transformasse num corredor da imigração clandestina e de crimes transfronteiriços.

3.4 Síntese

A localização geográfica de Moçambique junto à costa, foi determinante para que desde cedo (volta do Sec. IX) fosse alvo de cobiça dos navegadores asiáticos e mais tarde das potências colonizadoras. Neste sentido, através dos entrepostos comerciais estabelecidos ao longo da costa emergiram os primeiros sinais das fronteiras moçambicanas que com o decurso do tempo e da dinâmica da colonização culminaram com o figurino atual do território moçambicano.

Nota-se que a demarcação das fronteiras terrestres moçambicanas foi caracterizada por várias imprecisões, o que tem estado a suscitar por um lado a sua reafirmação e por outro, reivindicações sistemáticas tendo em vista a expansão territorial dos respetivos países vizinhos com destaque para os países sem acesso a costa. Assim sendo, por conta do tempo extenso que se regista nos desacordos relativos aos limites fronteiriços entre Moçambique e os países vizinhos, as comunidades fronteiriças

vão erguendo infraestruturas e reassentando se em zonas atravessadas pelo limite fronteiriço tornando cada vez mais complexo o processo de reafirmação das fronteiras. Devido a este constrangimento torna a fronteira porosa e como catalisadora da imigração ilegal, associado ao interesse de explorar recursos minerais, florestais e faunísticos.

Importa referir que, embora seja relevante a reafirmação das fronteiras revela-se importante que, no âmbito da sua reafirmação e monitorização se procure conciliar a pertinência política da sua existência e a necessidade de mobilidade das comunidades fronteiriças de um país para o outro, visto que entre os atores políticos e as populações fronteiriças existe um entendimento divergente em relação a importância das fronteiras.

CAPTULO IV

Breve contextualização sobre as migrações internacionais

A temática das migrações é central neste trabalho uma vez que o objetivo principal da investigação é o de analisar os fluxos migratórios associados à porosidade da fronteira terrestre entre a Tanzânia e Moçambique, considerados como um dos fatores de maior insegurança em Moçambique e de alteração das condições de vida das populações que residem nessa área fronteiriça. Sendo que esta análise de fluxos migratórios e os seus impactes nas condições de vida das populações fronteiriças é efetuada a partir da perceção dos residentes nestas áreas.

Assim, neste capítulo iremos contextualizar a situação através da elaboração de um breve “estado da arte” onde serão analisados alguns conceitos e estudos efetuados tendo como objetivo a compreensão dos fluxos migratórios no contexto da área selecionada para o presente estudo. Ademais, na perspetiva de estabelecer a relação entre o conceito de migração e o de fronteira, Casteles (2005) refere que “o termo migração designa o cruzamento da fronteira de uma unidade política ou administrativa por um certo período mínimo” (p. 16).

A relevância da apreciação da dinâmica dos movimentos migratórios deve-se ao impacto que estes fluxos migratórios têm nas vertentes económica, social e política. Neste sentido, iremos discutir neste capítulo o conceito de migração, as causas, as consequências e as estratégias que os Estados têm adotado para o controlo dos movimentos migratórios.

4.1 Movimentos migratórios

Descrever o conceito migração remete ao contexto de um fenómeno que desde sempre esteve presente em toda a história da humanidade pois, várias sociedades e religiões apresentam referências sobre algum tipo de migração. Assim sendo, pode-se afirmar que o homem sempre migrou e sempre migrará, independentemente das causas pois, migrar é visto como sendo característico da natureza humana e animal. Este entendimento enquadra-se na perspetiva de Patrício (2015) e Peixoto (2004) ao descreverem que a migração é o movimento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente.

De acordo com a OIM (2009), “a migração é o processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado”. Porém, a mesma fonte refere que “a migração é um movimento que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos”, (OIM, 2009, s/p). Por outro lado, Birol (2018, p. 314) defende que “a palavra migração vem do latim *migrare* – mudar de residência”.

O conceito migração é igualmente descrito por Santos (2008, p. 74) como sendo “o deslocamento de um indivíduo ou grupo de indivíduos de um local para outro, por um determinado tempo, remetendo a mudança de residência habitual e consequente modificação significativa na vida quotidiana”. Como se pode constatar na descrição do conceito migração, nota-se alguma ambiguidade no enquadramento de algumas mobilidades habituais, tal é o caso do movimento dos que vivem em mais de um lugar, no caso da mobilidade dentro do mesmo território administrativo e no caso dos fluxos turísticos.

Ainda a propósito do conceito de migração Nolasco (2016, p. 1) descreve-o como sendo “um dos fenómenos sociais mais significativos do mundo contemporâneo” daí que, o autor defenda que este conceito é subestimado e assumido de forma acrítica e simples a ponto de reduzir-se a complexidade do fenómeno migratório, a um simples movimento de pessoas. Assim sendo, chama-se à atenção a necessidade de identificação de termos específicos e precisos por parte do meio científico na medida em que determinadas sociedades recetoras interpretam os factos migratórios numa perspetiva preconceituosa, estereotipada e simplicista. Em relação a este facto, Nolasco (2016) avança como exemplo a distinção que é feita entre indivíduos que partilham a mesma categoria concetual, onde,

“**Migrantes** são os indivíduos provenientes de países de periferia europeia, africanos ou sul-americanos, e que têm um estatuto profissional indiferenciado, sendo que essa designação comporta uma carga negativa; **Estrangeiros** são os provenientes de países centrais, ou indivíduos que possuem um estatuto profissional relevante” (Nolasco, 2016, p. 1).

Embora seja real a perspetiva preconceituosa, estereotipada e discriminatória em relação ao imigrante, o Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais de (2005, p.12), revela que “o número de pessoas que pretende migrar de um país e continente para o outro aumentará (...), devido às disparidades de desenvolvimento e demografia bem como às diferenças na qualidade de governação”. No referido relatório defende-se que as migrações internacionais são impulsionadas por três forças principais nomeadamente, diferenças no desenvolvimento, na demografia e na democracia.

Nota-se nesta abordagem que as três variáveis arroladas são mais expressivas se comparadas com os preconceitos que os imigrantes enfrentam.

Por sua vez, a Organização Internacional para as Migrações (2009, p. 43), remete ao entendimento de que o termo “migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de fatores externos que o forcem a tal”. Outrossim, na base das estatísticas inerentes a migração, considera migrante a pessoa que muda para um país diferente do, da sua residência usual, por período de pelo menos 12 meses, de forma que o país de destino se torne, efetivamente, seu país de residência.

Neste contexto, Birol (2018) esclarece que,

“o conceito **emigração**, visto na perspectiva do país de origem, significa sair de um país para estabelecer-se noutro. E por outro lado, a **imigração** vista no contexto do país de destino, significa entrar num país que não seja o país de nascimento, nem o país de residência habitual, para estabelecer-se num eventual país de destino”, (Birol, 2018, p.315).

Assim sendo, a diferença entre a emigração e imigração é baseada pela posição de quem interpreta a referida mobilidade. Contudo, em ambas as situações tornam-se relevantes dois elementos, designadamente, a mudança de residência e a permanência no país de destino. Porém, existem migrantes que regressam para o seu país de origem volvidos alguns meses – os quais, Caldeira (2011), Birol (2018) e Patrício (2015) designam de migrantes temporários e, os que ficam definitivamente no país de destino e que são considerados migrantes definitivos. Por sua vez, Birol (2018), destaca, “os migrantes que trabalham sazonalmente, deslocando-se conforme o ritmo de trabalho – conhecidos como migrantes sazonais, ou seja, migrantes cujas trajetórias de vida são marcadas pela mobilidade” (p.315).

Como se pode perceber, a migração está sempre associada ao movimento de pessoas de um determinado lugar para o outro embora, haja divergências dos autores em relação ao percurso no território e ao tempo de estadia no ponto de chegada. Neste sentido, Caldeira (2011), Peixoto (2004) e Nolasco (2016) defendem que o processo migratório é dos fenómenos demográficos mais complexos e ao mesmo tempo dos mais aliciantes de analisar. Os autores consideram que a complexidade deste fenómeno se deve a fatores como: a multiplicidade de fontes estatísticas caracterizadas pelas

diversificadas formas de registo, a variedade de conceitos associados ao fenómeno, as unidades territoriais tidas em consideração na conceitualização do fenómeno, a sua tipologia e a complexidade dos fatores que impulsionam os movimentos migratórios.

4.1.1 Problemas e teorias associados aos movimentos migratórios

De acordo com Peixoto (2004), os fluxos migratórios constituem um problema demográfico na medida em que influenciam a dimensão das populações na origem e no destino. O autor defende que os movimentos migratórios derivam de problemas económicos partindo do pressuposto de que “muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas;” (p. 4) e por outro “pode ser um problema político: tal é particularmente verdade que nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política” (Peixoto, 2004, p.04) (Quadro 8). Os constrangimentos referentes aos movimentos migratórios descritos por Peixoto, enquadram-se nos problemas migratórios na perspetiva política e económica que assolam a área selecionada para o efeito da presente investigação, tanto como destino, tanto como corredor dos imigrantes. Entretanto, para além dos problemas migratórios no âmbito demográfico, económico e político, Peixoto (2004) faz referência aos problemas migratórios na perspetiva sociológica e da psicologia social, conforme ilustra o quadro abaixo.

Quadro 8. Âmbito dos Problemas Migratórios

Âmbito dos Problemas Migratórios	Descrição do Problema
Demográfico	Influencia a dimensão das populações na origem e no destino.
Económico	Muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas.
Político	Tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política.
Psicologia Social	No sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento.
Sociológico	Uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante.

Fonte: Adaptado de Peixoto (2004)

A complexidade e diversidade dos fenómenos migratórios torna incontornável a referência às teorias migratórias desenvolvidas por académicos e outros estudiosos da área que procuram enquadrar, perceber e explicar esta temática. Nesse contexto destacamos autores como Ernest Ravenstein (1885), *The laws of migration*; Massey et al (1990) *the social organization of migration, in return to Aztlan*; e Peixoto (2004) *as teorias explicativas das migrações: teorias macro e micro sociológicas*, que foram construindo quadros conceptuais que podem servir de base para a compreensão e desenvolvimento de novos estudos. Patrício (2015) constatou que, de um vasto leque de abordagens teóricas sobre migrações, vários estudos estratificam as teorias em micro (individualista), macro (estruturalistas) e ou (intermédias) (Quadro 9). O autor distingue as teorias micro e macro ao referir que:

Para os teóricos da abordagem migratória “micro” neoclássica a primazia de análise é colocada no papel do indivíduo enquanto ser racional, capaz de tomar decisões, hierarquizar as suas preferências e buscar estratégias alternativas com vista a alcançar os seus objetivos. Parte-se do princípio que, em função de todo um conjunto de envolventes (sociais e económicos), os migrantes decidem pela mobilidade em resultado de um cálculo de custo-benefício e de expectativas de compensação na sua maior parte, financeira. A perspetiva “macro” das migrações está relacionada com as determinantes coletivas ou estruturais que compelem os atores sociais a migrar. Estas abordagens consideram que a migração é consequência dos desníveis económicos entre países ou regiões, sendo que as regiões prósperas servem de chamariz (*pull*) aos migrantes das regiões menos desenvolvidas e com o excesso de mão-de-obra (*push*) (Patrício, 2015, p. 19-20).

Por outro lado, as abordagens teóricas consideradas intermédias assentam na perspetiva das redes migratórias, dos enclaves étnicos e do ciclo de vida e trajetória social como elementos explicativos. De acordo com Peixoto (2004, p. 8), “a maior parte destas teorias tem sido desenvolvida para uma análise clássica dos movimentos migratórios”. As abordagens de Peixoto remetem para a ideia de uma conjugação reforçada das perspetivas teóricas, de modo a viabilizar a análise da “circulação” e de todas as formas de mobilidade que se afastam da “migração” mais corrente, sendo necessário refletir sob novas formas e conceitos de mobilidade como por exemplo a mobilidade virtual.

Quadro 9. Teorias migratórias internacionais

Teorias Micro (individualistas)	Modelo <i>Push-Pull</i> (atração – repulsão)
	Teoria de Investimento em Capital Humano
	Teoria da Nova Economia das Migrações
Teorias Macro (estruturalistas)	Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado
	Teoria dos Sistemas Migratórios
	Teoria do Sistema-Mundo e da Globalização
	Abordagem Transnacionalista das Migrações
Outras Abordagens Teóricas (intermédias)	As Redes Migratórias
	Os Enclaves Étnicos
	Ciclo de Vida e Trajetória Social

Fonte: Patrício (2015, p. 19)

Nas demais teorias expostas, entende-se que nenhuma teoria migratória por si só consegue dar suporte à compreensão plena dos movimentos migratórios internacionais. Assim sendo, Patrício (2015, p.80) defende que as teorias neoclássicas (macro, e micro económicas), centradas no mercado de trabalho, rendimentos salariais e liberdade individual e racional na escolha do país de emigração, não conseguem explicar suficientemente, porque só menos de 1% da população mundial se encontra inserido em algum movimento internacional de trabalho.

Porém, na apreciação da perspectiva migratória “micro” neoclássica, Patrício (2015) e Wetimane (2012) destacam as ponderações que o imigrante faz por forma a obter ganhos pela mobilidade. Deste modo, os fatores repulsivos no contexto da teoria neoclássica são associados as causas económicas, falta de acesso ao uso e aproveitamento da terra, desemprego, salários baixos, fome e secas, terras inférteis e a falta de liberdade política. Por outro lado, dos demais fatores atrativos (local de destino) destacam-se a disponibilidade da terra, procura de mão-de-obra, nível de vida elevado, liberdades políticas, entre outros fatores.

Assim sendo, para a presente investigação, importa igualmente destacar a perspectiva “macro” neoclássica por basear-se na atração (*pull*) e repulsão (*push*) dos migrantes. Pois, conforme se pode notar, a abundância de recursos naturais e a evolução de projetos associados a exploração de hidrocarbonetos são fatores preponderantes na atração de migrantes que tem como base o cruzamento das duas perspectivas (micro e macro neoclássica). No conjunto das perspectivas acima descritas que justificam a preferência dos imigrantes internacionais pelo território moçambicano, destacam-se a permeabilidade das fronteiras e a relativa estabilidade política que Moçambique vive, se comparada com a dos países de proveniência dos imigrantes. Por outro, na ponderação do custo-benefício, os imigrantes exploram as lacunas do quadro político de gestão e integração dos imigrantes

no território moçambicano. Neste sentido, os imigrantes entram em Moçambique seguros do acesso à educação e saúde assim como, ao exercício do comércio formal e informal.

O fenómeno da imigração com destaque para a ilegal remete a capitalização dos compromissos e acordos que Moçambique têm com as instituições ligadas a monitorização das mobilidades humanas ao nível da região, por forma a mitigar os respetivos efeitos negativos que derivam dos fluxos migratórios.

4.1.2 Tipologias das migrações

Como foi possível notar as migrações assumem várias tipologias. Todavia, a sua classificação constitui motivo de discussão devido às divergências nos critérios selecionados. Entretanto, embora sejam notórias as divergências na classificação das migrações, tendencialmente nota-se alguma convergência em dois critérios descritos por Matos (1993). Assim sendo, o autor destaca na sua classificação a migração interna e a internacional, baseando-se no critério de transposição de fronteiras, e por outro lado nos movimentos pendulares e periódicos, baseando-se no critério da duração (Quadro 10).

Quadro 10. Tipos de migrações

Tipologias		Descrições	
Segundo a transposição de fronteiras	Nacionais (internas)	Intra-inter bairros (mobilidade residencial)	
		Inter-municipal	
		Inter-regional	
	Internacionais	Intra-continental	
		Intercontinental	
Segundo a duração e ou periodicidade	Movimentos Pendulares	Diários	
		Semanais	
	Movimentos Periódicos	Sazonais	
		Migrações de breve duração (menos de um ano)	
		Migrações de média duração (um a cinco anos)	
		Migrações de longa duração ou definitiva (mais de cinco anos)	

Fonte: Adaptado de Matos (1993)

Conforme se pode notar, os fenómenos migratórios podem ser descritos tendo em consideração várias perspetivas e horizontes epistemológicos. Neste sentido, os autores anteriormente arrolados remetem para o entendimento de que a mobilidade da população de um país para o outro, se enquadra nas

migrações internacionais e dentro do mesmo território são tipificadas como sendo migrações internas. Desta forma, para a presente pesquisa, o conceito migração adotado baseia-se na combinação das abordagens que a OIM (2009) e Matos (1993) têm em relação à mobilidade humana e ao imigrante respetivamente.

Neste contexto, descreve-se a migração como sendo a deslocação de pessoas, das suas residências habituais, por período de pelo menos doze meses, com o objetivo de tornar o país de destino como seu país de residência. Na perspetiva em que se aborda este conceito, não se considera relevante a extensão do percurso, a composição ou as causas dos fluxos, ou seja, neste trabalho vamos considerar, no contexto da migração, os refugiados, pessoas deslocadas e migrantes por razões económicas.

No que diz respeito às motivações, Ramos (2012) afirma que os movimentos migratórios estão associados por um lado às desigualdades entre nações e regiões e por outro, aos diferentes níveis de rendimento e de bem-estar social, influenciando deste modo, a direção das migrações. Segundo o autor “para além da demografia e das diferenças salariais, têm influência a distância geográfica e o tipo de inserção local, nomeadamente o impacto das redes de acolhimento e de solidariedade, assim como a dinâmica das relações culturais e sociais”, (p. 65). Conforme se pode notar as razões da mobilidade humana descritas, não só continuam atuais como são aplicáveis ainda em quase todos os contextos associados aos fluxos migratórios. Por outro, prevalece o entendimento de que as migrações são impulsionadas pela necessidade de melhoria das condições de vida dos migrantes. De acordo com a classificação de Matos (1993), os movimentos migratórios em alusão no presente estudo, enquadram-se na transposição de fronteiras do âmbito internacional. Entretanto, a complexidade da conceitualização da migração prevalece em relação ao período de permanência no ponto de chegada, pois as abordagens dos autores não reúnem consensos.

4.2 Causas dos fluxos das migrações

A nível internacional os fluxos migratórios são descritos como fenómenos que se desenvolveram no sentido do extremo Sul para o Norte. Entretanto, de acordo com Zeca (2015, p. 4), no fim da Guerra Fria, “assiste-se ao movimento de populações em todas as direções do globo”. Este facto veio a agravar-se com a eclosão dos conflitos armados registados em países como a Líbia, Iraque, Síria, Somália, Nigéria, Ucrânia, entre outros países assolados pela guerra e consequente crise humanitária.

A instabilidade associada a causas naturais tem vindo, igualmente, a impulsionar fluxos migratórios de população que procura instalar-se em territórios menos vulneráveis, mais prósperos e seguros.

De um modo geral a questão dos fluxos migratórios está associada as desigualdades territoriais no que concerne ao bem-estar social, aspetos económicos assim como a questões securitárias. Assim sendo, Zeca (2015, p. 4) refere que “as motivações económicas, os conflitos armados e as perseguições políticas estão entre os principais fatores que forçam as pessoas a se movimentarem de um ponto para o outro, na atualidade”. Outrossim, as redes migratórias também desempenham um papel que pode ser determinante no reflexo do sentido e nas causas dos fluxos migratórios.

Por sua vez, Caldeira (2011, p.69), defende que “os fluxos populacionais produzem-se pelas diferenças geográficas entre a procura e a oferta de trabalho e pela diferença dos salários praticados”. No mesmo contexto a autora defende ainda que os territórios que possuem maior oferta que a procura de trabalho, têm a tendência para praticar salários mais elevados derivados da escassez de mão de obra enquanto que, onde existe excedente de recursos laborais e pouca oferta de postos de trabalho, os salários serão mais baixos. Porém, Castles (2005) adverte a necessidade de abarcar fatores como as oportunidades de encontrar um emprego, a disponibilidade de capital para iniciar uma atividade empresarial assim como a necessidade de gerir riscos a longo prazo. O autor destaca ainda que “são também importantes as diferenças nos padrões demográficos respeitantes a fertilidade, a mortalidade, a estrutura etária e ao crescimento de mão de obra”, (Castles, 2005, p. 22).

Na descrição das causas dos fluxos migratórios, Zeca (2015) entende que os movimentos migratórios podem ser divididos em duas categorias. O autor enquadra a primeira categoria no grupo dos involuntários ou forçados e a segunda no grupo dos voluntários ou livres. Neste sentido, entende-se como migrações involuntárias ou forçadas, as constituídas por fluxos de pessoas que se movem para um determinado ponto por razões de desastres naturais, guerras, conflitos étnicos, religiosos ou políticos, perseguições, entre outras razões. Em relação as migrações voluntárias, são subdivididas em três categorias principais, designadamente, migração legal permanente, migração legal temporária (movimento de pessoas por questões de educação, negócios, turismo e emprego) e a migração ilegal que pressupõem o movimento clandestino de pessoas de um país para o outro de forma temporária ou permanente (Quadro 11).

Quadro 11. Principais causas das migrações

Causas	Categorias	Descrição / Exemplo
Involuntárias ou Forçadas		Desastres naturais Guerras Conflitos étnicos Conflitos religiosos Conflitos Políticos Perseguições
Voluntárias	Migração legal Permanente	Movimento devidamente reconhecido e autorizado pelas autoridades competentes.
	Migração legal temporária	Movimento de pessoas, para educação, negócio, turismo, emprego, entre outras razões.
	Migração ilegal	Movimento clandestino de pessoas de um país para o outro de forma temporária ou permanente.

Fonte: Adaptado de Zeca (2015)

Todavia, agrega-se nas causas descritas a relação que se estabelece entre os fatores atrativos e repulsivo da população. Sendo que na tomada de decisão sobre a mobilidade, os migrantes ponderam as variáveis económicas, tanto na perspectiva individual assim como na perspectiva macro. Estas avaliações visam o posicionamento estratégico de minimização das ameaças, vulnerabilidades e maximização das potencialidades e oportunidades.

No que diz respeito às migrações involuntárias ou forçadas, o Relatório sobre as Migrações Internacionais (2022) destaca que “até ao final de 2020, havia um total de 26,4 milhões de refugiados no mundo todo, com 20,7 milhões sob mandato do ACNUR²⁵ e 5,7 milhões de refugiados registados pela Agência das Nações Unidas de Assistência dos Refugiados da Palestina (UNRWA)” (OIM, 2022, p. 25). Todavia, com a eclosão de mais conflitos armados a nível global, acredita-se que este número de refugiados tenha aumentado de forma significativa.

Sobre os fluxos migratórios involuntários ou forçados, Bali (2008), Muanamoha e Raimundo (2017) e Zeca (2015), defendem que para além deste tipo de fluxos, as migrações por iniciativa individual constituem uma das principais causas da mobilidade, sobretudo, devido ao interesse em maximizar os rendimentos. Estes fluxos migratórios populacionais registam-se de territórios com remunerações baixas para outros com políticas de remuneração mais elevadas. Em relação a esse facto, Caldeira (2011) entende que, de uma forma utópica, a eliminação das diferenças salariais diminuiria fortemente

²⁵ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)

a deslocação de trabalhadores. O entendimento da autora advém da apreciação de que os mercados de trabalho constituem uma das razões primárias que motivam os fluxos internacionais de trabalhadores.

No caso das migrações voluntárias, Castles (2005), procura suporte na explicação das causas na “teoria dos sistemas migratórios” na medida em que o autor considera que o sistema migratório é constituído por dois ou mais países que trocam migrantes entre si. Neste sentido Castles (2005, p. 22) defende que “é necessário examinar os dois extremos do fluxo e estudar todas as ligações (económicas, culturais, políticas, militares, etc.) entre os locais em causa”. Partindo da avaliação das variáveis mencionadas o autor aferiu que os movimentos migratórios se traduzem normalmente por ligações prévias entre países emissores e recetores, decorrentes da colonização, influência política, trocas comerciais, investimentos ou laços culturais. Como exemplo deste entendimento, descreve-se a situação dos migrantes das antigas colónias portuguesa que ao nível do continente europeu migram tendencialmente para Portugal, dadas as relações prévias entre os países emissores e o país recetor que reúne condições de integração mais favoráveis, sobretudo no que respeita à língua e à cultura comum ou próximas.

Aos fatores anteriormente descritos, temos de adicionar as causas políticas, não sendo despiciendas as questões securitárias do país de destino, se comparado com a do país de partida. No caso vertente do contexto político moçambicano se comparado com a das regiões dos grandes lagos e corno de África, tidas como ponto de partida de número significativo dos imigrantes que tem Moçambique como ponto de destino ou corredor, constata-se que a situação que o país vive é relativamente melhor. Associa-se ao ambiente político descrito ao sistema deficitário de fiscalização das fronteiras, o que remete a percepção de que a maior parte dos imigrantes que opta pela fronteira entre Moçambique e Tanzânia contorna os postos oficiais de travessia da fronteira.

Independentemente da causa, o volume dos fluxos migratórios tem atingido valores cada vez mais elevados. O Relatório Sobre as Migrações da OIM (2022, p.3) refere que “em 2020, quase 281 milhões de pessoas viviam num país diferente do seu país de nascimento, sendo que em 1990 esse valor era de cerca de 153 milhões, ou seja, um aumento de cerca de 128 milhões de pessoas entre os dois períodos” conforme ilustra o quadro 12.

Quadro 12. Migrantes internacionais, 1970 - 2020

Ano	Número de migrantes internacionais	Migrantes em % da população
1970	84 460 125	2.3
1975	90 368 010	2.2
1980	101 983 149	2.3
1985	113 206 691	2.3
1990	152 986 157	2.9
1995	161 289 976	2.8
2000	173 230 585	2.8
2005	191 446 828	2.9
2010	220 983 187	3.2
2015	247 958 644	3.4
2020	280 598 105	3.6

Fonte: OIM (2022, p.3)

Entretanto, considerando a tendência crescente das razões que impulsionam os fluxos migratórios o número de emigrantes temporários e definitivos cresceu. Esta tendência resume-se em linhas gerais na necessidade de alcançar o bem-estar na perspectiva económica, social e política.

De acordo com a Organização das Nações Unidas, “a Europa é o maior destino de migrantes internacionais, com 87 milhões de migrantes (30.9% da população migrante internacional), seguido de perto pelos 86 milhões de migrantes internacionais que vivem na Ásia (30,5%)” (OIM, 2022, p. 4). A mesma fonte refere que a América do Norte é o destino de 59 milhões de migrantes internacionais, equivalentes a (20,9%), seguida da África com 25 milhões de migrantes (9%). Entretanto, em relação aos países que mais acolhem os imigrantes internacionais, os Estados Unidos da América são destacados como sendo o destino de 51 milhões de migrantes internacionais, seguido pela Alemanha e Arábia Saudita com quase 16 milhões e 13 milhões de imigrantes internacionais respetivamente (OIM, 2022).

Assim sendo, quanto melhor forem as condições económicas, políticas, sociais de um determinado território, tende a ser mais atrativo aos migrantes internacionais. Por outro, em certos casos os migrantes são atraídos pela abundância de recursos naturais e qualidade de solos para efeitos de produção agrícola. Para o caso em referência na presente investigação o fluxo de imigrantes é associado a abundância de recursos naturais com destaque para os minerais associado às limitações sob ponto de vista securitário com vista a fiscalizar a permissão para a entrada no país.

Em síntese, as migrações derivam, sobretudo, da procura de melhores condições e qualidade de vida, que possibilitem progressão económica, social e segurança. O facto de não existir uma política internacional de total liberdade de circulação, proporciona que uma parte muito importante dos fluxos migratórios sejam efetuados de uma forma irregular, ou seja, sem autorização dos estados. Devido à importância desta temática e da sua relação com possíveis questões securitárias, no ponto seguinte é efetuada uma apreciação dos mecanismos de controlo dos fluxos migratórios.

4.3 Sistemas de controlo do movimento internacional da população

O controlo da mobilidade populacional de um determinado Estado, tido como sujeito independente e soberano, passa pela definição do seu território através da delimitação de fronteiras. Porém, as linhas que representam as fronteiras nas cartas geográficas, quando confrontadas no espaço físico, frequentemente, são delimitações impercetíveis devido à falta de sinalização dos limites territoriais. Todavia, em alguns casos as fronteiras são delimitadas por muros, redes ou vigilância que simbolizam uma separação nítida. Esta dualidade de situações leva à existência de fronteiras com graus de porosidade diferentes. Este facto, juntamente com as opções políticas assumidas por cada Estado, condicionam a diferenciação nos mecanismos de controlo da mobilidade internacional da população.

Os sistemas de controlo do movimento internacional da população remetem para a necessidade de apreciar e discutir a designação “imigração ilegal, irregular ou indocumentada”. O conceito de “imigração ilegal” é descrito no Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais (RCMMI) de (2005) como sendo um termo que “normalmente é utilizado para descrever uma série de fenómenos que envolvem pessoas que entram ou ficam num país do qual não são cidadãos, infringindo assim as leis nacionais”, (p. 31). O relatório em referência inclui na imigração ilegal, os migrantes que entram ou ficam num país sem autorização, aqueles que entram clandestinamente ou são traficados através de uma fronteira internacional, os requerentes de asilo indeferidos que não obedecem às ordens de deportação e pessoas que fogem aos postos de controlo de imigração.

Por outro lado, Tolentino (2009) refere-se a esta questão distinguindo a noção do imigrante ilegal na perspetiva do país de destino e na de origem. Neste sentido, Tolentino (2009, p.6) defende que “a imigração ilegal na perspetiva do ponto de origem é vista como sendo, as irregularidades que o migrante comete ao atravessar a fronteira internacional”, tal é o caso da falta de documentos de

viagem válidos ou, a desobediência dos requisitos administrativos para sair do país, enquanto na perspetiva dos países de destino se aplica o descrito no relatório acima citado.

Ainda sobre a questão do controlo dos fluxos migratórios RCMMI (2005), refere que:

“Os Estados, no exercício do seu direito soberano de decidir quem pode entrar e quem pode permanecer no seu território, devem cumprir a sua obrigação de proteger os direitos dos migrantes e readmitir aqueles cidadãos que desejem ou sejam obrigados a regressar ao país de origem. No combate às migrações irregulares, os Estados devem cooperar ativamente entre si, sem que os seus esforços comprometam os direitos humanos dos refugiados. Incluindo o direito dos refugiados a requerer asilo. Os governos devem também consultar os empregadores, os sindicatos e a sociedade civil sobre esta questão”, RCMMI (2005, p. 31).

Referindo-se ao controlo das fronteiras, Seda (2017, p. 20) destaca que “a preocupação prioritária dos Estados é defenderem os seus territórios contra ameaças externas de qualquer natureza”. O autor sustenta a ideia de defesa do território dando primazia às ameaças que se destinam a atacar a sua identidade ideológica e por outro, aqueles que têm como alvo os seus sectores económicos de produção. Contudo, para Marinucci & Milesi (2011, p.11) defendem que “as rígidas leis da imigração, estabelecidas por muitos países recetores, servem de estímulo para a imigração irregular”. A abordagem dos autores remete para a ideia de que o um maior grau de exigência para migrar para um determinado destino, legalmente, poderá levar a que havendo uma forte necessidade de fazê-lo, os migrantes recorram à migração ilegal.

De referir que Zeca (2015) descreve as medidas restritivas à migração internacional, pelo facto de ela ser percebida como uma ameaça existencial para as sociedades recetoras. Porém, nem todos os Estados encaram a imigração internacional exclusivamente como uma ameaça na perspetiva da insegurança. Conforme foi descrito anteriormente, em determinados casos, a migração é referenciada na vertente positiva. Por exemplo, para vários países europeus as migrações constituem uma mais-valia para o reequilíbrio demográfico, através do rejuvenescimento da população em geral e do reforço da mão-de-obra em particular, cuja população é marcadamente envelhecida, concorrendo para esta realidade as baixas taxas de natalidade.

Todavia, como os fluxos migratórios tendem a aumentar, este facto impulsiona cada vez mais os países a intensificar o controlo e até a reduzir as admissões. Para a referida intensificação do controlo, e em alguns casos a redução das migrações, alega-se o medo de uma invasão territorial, os riscos de

desemprego para os trabalhadores autóctones, a perda da identidade nacional e o espectro da insegurança e terrorismo.

As ameaças associadas aos fluxos migratórios são descritas por Seda (2017) como tendo sido a principal motivação que levou à securitização generalizada das fronteiras através do repovoamento militar e vigilância com meios tecnológicos contra o perigo ligado ao crime transnacional, tal é o caso do terrorismo e a proliferação de armas de fogo. Como pode notar-se o interesse dos Estados no controlo dos fluxos migratórios nas fronteiras visa imobilizar as ameaças na linha de fronteira para evitar combatê-las dentro do país.

Entretanto, de acordo com Patrício (2015) alguns países tentam controlar os fluxos migratórios de forma indireta, através de três formas possíveis:

“i) através da exclusão dos migrantes pela sociedade, dificultando as perspetivas de integração; ii) através da obstinação dos governos na insistência para que os migrantes abandonem a sua cultura e sejam assimilados pelo *modus vivendi* da maioria; e iii) através do desenvolvimento de políticas para que os membros da sociedade, quer migrantes quer nacionais, possam manifestar as suas culturas e crenças sob a condição de respeito do Estado de direito e a aceitação de valores sociais comuns” (p. 172).

Assim sendo, constata-se que o desafio do controlo e monitorização dos fluxos migratórios agrava-se com o tempo pois, as redes do crime organizado transnacional e da imigração ilegal são cada vez mais complexas.

De acordo com o RCMMI (2005, p.42), “os Estados têm o direito de determinar as suas políticas no que respeita à situação dos migrantes na sociedade, mas ao fazê-lo não podem deixar de assegurar que essas políticas sejam consistentes com os princípios internacionais dos direitos humanos”. Conforme pode aferir-se, existe uma tendência generalizada de um controlo acentuado das fronteiras através dos mecanismos anteriormente descritos. Contudo, a capacidade de controlo dos fluxos ilegais das migrações continua distante da solução afetiva do problema.

Como afirma Castles (2005) ao descrever a imigração ilegal, determinadas pessoas (migrantes e não migrantes) tornam-se facilitadoras das migrações, emergindo assim o que o autor considera “indústria das migrações” constituída por organizações de recrutamento, advogados, agentes, passadores e outros intermediários.

O autor considera que “o surgimento de uma indústria das migrações com um forte interesse na manutenção destes fluxos humanos troca frequentemente às voltas ao governo, fazendo gorar os esforços envidados para controlar ou deter esses movimentos”, (Castles, 2005, p.24). As abordagens do autor remetem ao entendimento da necessidade de criação de estratégias conjuntas entre os Estados que visam o combate às referidas “indústrias das migrações”. Por outro lado, a tese de Castles, sugere a necessidade de conceção ou adoção de políticas de sensibilização da população por forma a entender o perigo da migração clandestina e por outro lado remete ainda, para a obstrução dos aludidos circuitos da imigração clandestina.

4.4 Síntese

O Ser Humano esteve desde sempre associado aos movimentos migratórios, causados por razões naturais, sociais e económicas. Assumindo que a migração é a deslocação de pessoas, da sua residência habitual, por um determinado período tendo em vista tornar o território de destino como seu território de residência. Porém, reconhece-se a existência de algumas ambiguidades na definição do conceito, reflexo da complexidade e diversidade dos movimentos populacionais. Para a compreensão dos contornos dos movimentos migratórios, estudos inerentes a este fenómeno remetem para a ideia de uma conjugação reforçada das perspetivas teóricas, por forma a viabilizar a análise da “circulação” e de todas as formas de mobilidade.

As referidas mobilidades populacionais são impulsionadas por três forças principais nomeadamente, diferenças no desenvolvimento, na demografia e na democracia. Deste modo, entende-se que o equilíbrio das três forças condicionaria os fluxos migratórios, que continuam sendo um desafio no âmbito do controlo. A necessidade de controlo advém do medo de uma invasão territorial, os riscos de desemprego para os trabalhadores autóctones, a perda da identidade nacional e, o espectro do terrorismo. Assim sendo, após a apreciação dos fluxos migratórios de forma genérica, no capítulo seguinte ir-se-á discutir os fluxos migratórios em África e em Moçambique em particular.

CAPÍTULO V

Os fluxos migratórios no continente africano. O caso de Moçambique

O capítulo que aqui se inicia tem como foco a apreciação dos fluxos migratórios no continente africano associados à permeabilidade fronteiriça com particular incidência no território moçambicano por constituir o objeto de estudo da presente pesquisa. Na contextualização propõem-se a descrição do processo histórico dos movimentos migratórios, por forma a resgatar as bases que permitem a perceção do atual fenómeno da mobilidade populacional. Em relação aos fluxos que colocam Moçambique como destino ou rota dos migrantes, faz-se a descrição das características com destaque para as motivações e impactes das referidas mobilidades.

5.1 Contextualização

No continente africano os movimentos migratórios são tidos como fenómenos antigos intrínsecos aos seus povos. Desde sempre, em África os fluxos migratórios estiveram associados às caravanas de comércio, ao nomadismo, às rotas do tráfico de escravos e ao fenómeno da necessidade da melhoria das remunerações.

Tolentino em (2009), descrevia a evolução da migração em África, “no passado, esta era determinada pela busca de segurança, busca de terras férteis para a agricultura e, mais tarde, pela dinâmica do comércio transariano entre o Mediterrâneo e o atual Sudão e as costas Este e Oeste” (p. 05). Por sua vez, Silva (2018) defende que “os movimentos migratórios que caracterizaram África durante séculos, sobretudo as migrações Bantu que deram origem a novas chefaturas e mesmo novos Estados não permitem a construção de paradigmas de fronteira”, (p. 139). A ideia da autora parte do pressuposto de que a construção dos Estados africanos reflete diferentes etapas, sendo que prevalecem divergências inerentes aos limites fronteiriços e aos respetivos efeitos no âmbito da mobilidade das populações.

Pode afirmar-se que a questão dos movimentos migratórios em África esteve frequentemente associada à questão da delimitação de fronteiras. Neste sentido Dopcke (1999) refere que “as fronteiras africanas são um elemento que, pese embora não tivessem cortado de forma rígida a mobilidade, não deixaram de condicioná-la com diferentes impactos, consoante os períodos ou contextos históricos” (p. 95).

Contudo, o autor considera que as fronteiras políticas que os Estados modernos africanos herdaram dos colonos inibem em certos aspetos a mobilidade das populações, apesar da sua permeabilidade pois, de um modo geral os Estados africanos convencionam uma certa distância após a travessia da fronteira para que as comunidades das zonas fronteiriças possam circular sem que tenham os documentos exigidos aos migrantes provenientes de outros pontos.

Por outro lado, Dopcke (1999) entende que as linhas fronteiriças funcionam mais como zonas de contacto que de exclusão, pois, permanecem na mente e na identificação dos povos. Igualmente, na perspetiva de contrariar o argumento da artificialidade das fronteiras africanas e das barreiras à mobilidade populacional, o mesmo autor sustenta que as barreiras naturais, tal é o caso dos rios e lagos, sob ponto de vista cultural não representam fronteiras, mas sim vias de comunicação e interligação.

Conforme se pode notar, os elementos acima descritos permitem a compreensão sobre como as fronteiras traçadas na época colonial e posteriormente assumidas pelos Estados independentes, influenciam no *modus vivendi* das populações das áreas fronteiriças. Por outro lado, os assinaláveis laços de consanguinidade da população residente em ambos os lados das fronteiras são descritos por Silva (2018) como sendo condicionante nas estratégias de gestão da mobilidade transfronteiriça das populações e na monitorização dos recursos naturais que os respetivos governos adotam.

Esta questão da mobilidade no continente africano é igualmente analisada por Tolentino (2009) que refere,

“o movimento intra-regional é favorecido principalmente pela porosidade das fronteiras resultante, em parte, da grande quantidade de blocos de integração regional que, para além de bens e moedas, também preveem a livre circulação de pessoas, o que se traduz na grande quantidade de migrações temporárias e irregulares, isto é, movimentos que ocorrem fora do quadro regulamentar dos países de origem, trânsito e destino. Este fenómeno explica que muitos países sejam classificados tanto como de origem como de acolhimento de migrantes, bem como de trânsito, conforme a proximidade de destinos mais procurados regional e internacionalmente”, (p. 06).

A abordagem deste autor remete para as facilidades de mobilidade que a porosidade das fronteiras permite, com destaque para a permeabilidade que advém dos protocolos regionais de livre circulação

de pessoas e bens. Porém, no caso do continente africano a questão da vulnerabilidade das fronteiras é associada à aludida artificialidade destas e às limitações na sua monitorização, fatores que concorrem para os constrangimentos securitários nas nações africanas.

5.2 Causas dos movimentos migratórios em África

À semelhança do descrito anteriormente as motivações das correntes migratórias em África associam-se às diferenças salariais existentes entre os países que se encontram em níveis de desenvolvimento diferentes e à fraca oferta de emprego. Mas os movimentos migratórios em África também acontecem para “fazer face às contrariedades climáticas, demográficas, económicas, política e sociais que as comunidades africanas se têm debatido ao longo dos tempos”, (Patrício, 2015, p.15). As contrariedades descritas pelo autor agregam-se a outras conjunturas que repelem a população das suas zonas de origem, a destacar a crise de alimentos, desertificação, desflorestação, seca e outros eventos extremos associados às mudanças climáticas. Por outro lado, na base do estudo de Patrício (2015) pode-se observar que a diversidade e a complexidade das configurações dos movimentos migratórios em África integram várias tipologias: movimentações de génese económica; forçadas devido a conflitos; perseguições étnicas ou religiosas; feminização da migração; fluxos de tráfico ilegal de pessoas; e fuga de cérebros e de outros quadros qualificados.

A problemática dos conflitos africanos é abordada por Aguilar e Braga (2018), Patrício, (2015), Mahavene (2020) como uma das causas dos fluxos migratórios que envolvem a maioria dos Estados. Estes conflitos resultam, de um modo geral, de dinâmicas históricas, sociais, espaciais, económicas e políticas ligadas à instabilidade que por sua vez impulsionam as migrações das populações em busca de novas formas de sobrevivência.

A instabilidade política e securitária tem impacte na geração de fluxos de refugiados que são frequentemente encarados como impulsionadores da propagação de conflitos em diversas regiões. Em relação a este entendimento Aguilar e Braga (2018), defendem que “os movimentos transfronteiriços de refugiados, associados a fronteiras porosas podem impactar no equilíbrio étnico dos países de acolhimento e promover e/ou alterar a violência contra civis em determinada região”, (p. 206). Esta assunção dos autores tem como base o fundamento de que os refugiados podem alterar a composição étnica do Estado de acolhimento; podem ser constituídos por combatentes e ideologias que conduzem à violência sendo que, uma vez reagrupados no país de destino podem formar grupos de contestação

para o seu país de origem ou para o país de acolhimento. Os fluxos migratórios de refugiados na região dos Grandes Lagos no continente africano são considerados como exemplos de instabilidade associada aos movimentos migratórios. Porém, existem casos em que os fluxos migratórios não se traduziram em problemas securitários.

Mas, por outro lado, as evidências positivas do desenvolvimento das economias impulsionadas pela facilitação do movimento de pessoas remeteram a União Africana (UA), a regular a “livre circulação de pessoas, direitos de residência e de estabelecimento” na base dos números 1 e 2 do Artigo 43º do Tratado da Criação da Comunidade Económica Africana²⁶, que estabelece o seguinte:

1. Os Estados membros comprometem-se a tomar, individual, bilateral ou regionalmente, as medidas necessárias para a realização progressiva da livre circulação de pessoas e a garantia do exercício dos direitos de residência e de desenvolvimento dos seus cidadãos no interior da Comunidade.
2. Eles acordam em concluir, para este efeito, um Protocolo relativo à Livre Circulação de Pessoas, Direitos de Residência e de Estabelecimento.

O entendimento de livre circulação de pessoas assumido pela UA foi posteriormente incorporado pelos representantes dos Países da SADC²⁷, no Protocolo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas na Região da África Austral. O referido protocolo assinado pelos representantes dos Países da SADC (incluindo Moçambique) contem a introdução de máquinas que permitem a leitura facilitada de passaportes assim como a emissão de documentos de viagem munidos de tecnologia sensíveis.

De acordo com Tolentino (1999, p.11), o extremo Sul e Oeste de África são caracterizados por fluxos migratórios que tem como principal destino a África do Sul e a Costa de Marfim respetivamente. O autor destaca alguns dos motivos da mobilidade de pessoas na base de Lucas (2006)²⁸, apontando o facto de,

- (i) a maioria das migrações na África Sub-Sahariana serem de países vizinhos, (ii) a formação de blocos de integração regional fomentar a circulação de pessoas; (iii) e a existência de uma história, cultura e etnias comuns a muitos grupos tornarem as fronteiras porosas, (p. 11).

²⁶ Adotado em Abuja, Nigéria a 03 de junho de 1991 e entrou em vigor a 12 de maio de 1994. Retirado de https://au.int/sites/default/files/treaties/37636-treaty-0016_-_treaty_establishing_the_african_economic_community_p.pdf

²⁷ *South African Development Community* (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)

²⁸ Lucas, Robert (2006) “Migration and Economic Development in Africa: A Review of Evidence” *Journal of African Economies*, volume 15, supplement 2. Oxford University Press. Oxford.

Ao nível da região Norte de África a dinâmica populacional é caracterizada pela emigração para regiões exteriores ao continente africano, e conforme refere um relatório da OIM de (2008) têm-se afirmado como uma plataforma circulatória, “tem-se constituído uma região de trânsito para os africanos do Sul do Sahara e para os asiáticos do Bangladesh, China, Índia e Paquistão que emigram para o Magrebe e posteriormente entram para a Itália e Malta”, (p. 416). Contudo, os países africanos que procuram o acolhimento dos migrantes preocupam-se em atrair imigrantes qualificados, em inibir a imigração irregular, em controlar a expansão da economia informal e em conter o aumento da xenofobia.

5.3 Algumas das consequências dos movimentos migratórios em África

Descrevendo as consequências das migrações em África a OIM (2022), destaca que os movimentos migratórios entre os países africanos poderá acelerar o crescimento e transformar de forma positiva a economia do continente. Os fundamentos da OIM se baseiam no entendimento de que os migrantes trazem capacidades e conhecimentos técnicos com potencial para o aumento da produtividade e impostos. Por sua vez Patrício (2015, p.82) refere que “a migração pode trazer consideráveis vantagens macroeconómicas aos países de destino, pois tem uma função paliativa no que concerne à redução do défice da força laboral, ao enriquecimento do capital humano e à criação de postos de trabalho”.

Nota-se que, na abordagem dos autores, na generalidade, a expectativa dos migrantes é o alcance do bem-estar económico, social e político. Porém, a almejada qualidade de vida, a ser proporcionada pelo efeito da migração pode refletir-se no país de origem assim como no país de acolhimento. A este respeito, Mahavene (2020) estabelece a relação entre migrações e desenvolvimento tomando em consideração elementos essenciais como, “as remessas e a migração qualificada ou fuga de cérebros que se designa *brain drain*” (p.36).

Assim sendo, a OIM (2022) remete a ideia de que as remessas são transferências financeiras ou de bens efetuadas por migrantes diretamente para as suas famílias ou comunidade que se encontram nos países de origem. Este entendimento é igualmente partilhado por Dopcke (1999), Tolentino (1999) e Aguilar & Braga (2018) que defendem que as remessas são as transferências de recursos financeiros e bens efetuadas por migrantes, diretamente para as suas famílias ou comunidades que se encontram nos países de origem. A transferência dos aludidos bens materiais e recursos financeiros visa melhorar

a qualidade de vida no seio familiar e em determinados casos, das comunidades dos potenciais países emissores ao nível do continente africano.

Ainda relativamente às remessas, Mahavene (2020) refere que “constituem uma mais-valia para a economia dos países emissores, bem como para a melhoria das condições de vida das famílias dos migrantes” (p. 46). Neste sentido, o autor defende que uma família com alguma ligação à migração internacional tende a ter maiores rendimentos em relação a uma família sem acesso a remessas resultantes da migração. Porém, de acordo com autores como Tolentino (1999) e Mahavene (2020) existem casos em que o contributo das remessas não remete ao desenvolvimento devido a fatores como, o nível económico familiar com que se inicia a atividade migratória, o nível de rendimento no país de destino, a manutenção de contrato entre o emigrante e os que ficam no país de origem, o estado de legalidade do emigrante, entre outras situações associadas ao fenómeno migratório.

Em relação aos efeitos negativos nos países emissores, Mahavene (2020) destaca que “os emigrantes podem constituir ameaça em caso do seu retorno em massa, uma vez que podem alterar o nível de captação de remessas, a balança de pagamentos, a economia das famílias dependentes do rendimento dos seus familiares na diáspora” (p.22). O autor acrescenta que o eventual retorno dos migrantes pode exacerbar o número de desempregados se se assumir que a maioria dos países emissores de populações migrantes se caracteriza por elevadas taxas de desemprego.

Aguilar & Braga (2018) e Tolentino (2009) destacam igualmente alguns impactes negativos que advêm do acolhimento massivo de migrantes com destaque para os refugiados, referenciando questões como o empobrecimento de infraestruturas, a sobrecarga dos serviços sociais, o aumento de delinquência, a prostituição e o impacte ambiental.

Em relação as consequências dos fluxos migratórios de refugiados, Wetimane (2012) e Patrício (2015) chamam atenção para o risco de radicalização dos migrantes naquela condição devido a fatores como: políticas administrativas do país anfitrião que limitam ou eliminam os direitos e oportunidades dos refugiados, negação de cidadania, confinamento em campos, proibição ou dificuldade de obterem emprego e educação, acampamentos lotados com deficiência de alimentos e condições sanitárias.

5.4 Movimentos migratórios em Moçambique

O estudo da mobilidade populacional em Moçambique particularmente a registada ao longo das fronteiras terrestres, visa aferir as suas características com incidência para as motivações que colocam Moçambique na rota dos fluxos migratórios e o respetivo impacte. Deste modo, revela-se pertinente resgatar o processo histórico dos mesmos, partindo das “migrações bantu, o comércio costeiro com os árabes, a colonização portuguesa, a escravatura, o trabalho forçado, o trabalho migratório para as minas e plantações da África do Sul e Ex-Rodésia do Sul (Zimbabwe), incluindo os desastres naturais” Patrício (2015, p.107). A abordagem do autor remete ao entendimento de que a mobilidade populacional que se regista em Moçambique, tanto dos imigrantes assim como dos moçambicanos que emigram particularmente para a RSA, resulta de um processo histórico de busca de melhores condições de vida na diáspora.

Referindo-se a fluxos migratórios mais recentes Raimundo (2009) refere que “os movimentos migratórios que ocorrem dentro do território moçambicano foram facilitados pelo ambiente político, social e económico do período pós-independência” (p.70). A autora destaca a guerra de desestabilização, os eventos extremos relacionados com as mudanças climáticas e a política de migração dada as facilidades que concede para a imigração, como alguns dos principais fatores que impulsionaram os fluxos migratórios. Associado a estes factos, a OIM (2021) refere que historicamente, Moçambique tem feito parte das redes globais e regionais de migração e comércio²⁹.

O envolvimento de Moçambique nas ditas redes globais de migração é condicionado pela localização geoestratégica, que faz do território moçambicano importante na viabilização dos fluxos migratórios e mercadorias. Conforme pode notar-se, quatro países do *interland* com os quais Moçambique faz fronteira, dependem dos portos marítimos profundos moçambicanos para acederem aos mercados globais.

Na perspetiva de descrever os atuais fluxos migratórios em Moçambique Muanamoha e Raimundo (2018), referem que “Moçambique é um dos países da África Austral que tem registado uma intensa mobilidade da população, que até muito recentemente, foi justificada por fatores políticos (guerra dos 16 anos, invasões armadas estrangeiras) e ambientais (inundações, ciclones, secas)”, (p. 63).

²⁹ Moçambique é membro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

Deste modo, os atuais fluxos migratórios que caracterizam o território moçambicano são por um lado de migrantes internos e por outro de migrantes internacionais, com destaque para os emigrantes moçambicanos que se deslocam para os países vizinhos com maior incidência para a República da África do Sul. Porém, de acordo com OIM (2021), outros emigrantes moçambicanos, “viajam para países vizinhos de Moçambique tais como Eswatini, Malawi, África do Sul, ou República Unida da Tanzânia”, (p.11).

Os que deixam o continente vão principalmente para a Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos da América. Nesta abordagem não se refletem os respetivos dados estatísticos devido as limitações para a sua obtenção. Em relação as dificuldades na obtenção de dados estatísticos referentes ao fluxo migratório em Moçambique, Raimundo (2009) destaca as fragilidades do sistema de monitoria das migrações apontando os seguintes fatores: i) ausência de dados dos emigrantes no estrangeiro; ii) falta de estudos sobre fluxos migratórios internos e externos, suas tendências e estratégias de sobrevivência; iii) o facto de os esclarecimentos serem sobretudo originários da comunicação social; e iv) os dados de Moçambique serem muitas vezes facultados pelas pesquisas feitas pelo *Southern African Migration Project* que nem sempre traduz com rigor a realidade de Moçambique.

O facto de Moçambique ser um dos países tradicionalmente fornecedores de mão de obra na África Austral em particular para a República Sul Africana faz com que seja considerado ao nível da região Austral, um país com volume significativo dos fluxos de emigrantes internacionais. O nível de desenvolvimento da África do Sul comparado com outros países da região Austral torna-o atrativo para os migrantes dos países da região incluindo Moçambique. Araújo & Muanamoha (2011) e Patrício (2016), referem que a maior fonte de remessas recebidas por Moçambique provém da RSA. De acordo com a OIM (2021, p. 21) segundo dados do Banco Mundial em 2019, revelam que as remessas pessoais representavam 2% do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique. Araújo & Muanamoha (2011), defendem ainda que as remessas geradas por emigrantes moçambicanos na RSA têm contribuído significativamente para a melhoria das condições de vida das famílias dos migrantes.

Neste sentido, a estratégia de migração, para Moçambique, desenhada pela OIM (2021), revela que a emigração é um importante fator de desenvolvimento sustentável, e, por conseguinte, tem um potencial significativo para contribuir tanto para o bem-estar (social, económico e físico) dos migrantes individuais como das suas comunidades de origem e de destino. No referido documento acrescenta-se o facto de os emigrantes, em alguns casos, terem um papel ativo na promoção do comércio e do

investimento direto estrangeiro, na criação de empresas, estímulo ao empreendedorismo para além da transferência de novos conhecimentos e competências para as suas zonas de origem.

Mas Moçambique tem sido, igualmente, destino preferencial de imigrantes, muitos dos quais ilegais, principalmente os provenientes da região dos Grandes Lagos. Os imigrantes entram por várias vezes de forma clandestina aproveitando-se da porosidade das fronteiras sendo de destacar as fronteiras continentais.

De entre os vários fatores que concorrem para os referidos fluxos migratórios destacam-se os dos imigrantes que chegam impulsionados pelos conflitos armados, perseguições étnicas e políticas e desastres naturais nos seus países de origem. Por outro lado, estes fluxos são atraídos pelas oportunidades económicas que o território moçambicano oferece. Porém, a imigração em Moçambique é igualmente caracterizada pelos fluxos de imigrantes asiáticos e europeus, Patrício (2015) entende que, este grupo de imigrantes é movido pela necessidade de oportunidades de comércio e de emprego e investimento, visto que o país apresenta uma taxa média de crescimento económico assinalável.

O território moçambicano destaca-se por servir de corredor importante para migrantes de diversas origens, tais como os da região da África Austral, assim como os de outras regiões como a África Oriental e o Corno de África bem como o Leste de Ásia. De acordo com a OIM (2021), “trata-se de fluxos migratórios mistos que podem incluir migrantes regulares e irregulares, bem como vítimas de tráfico de outros grupos”, (p. 12). À semelhança do que foi dito anteriormente, os fluxos migratórios mistos são movidos por fatores, socioeconómicos, conflitos e instabilidade política.

De acordo com Patrício (2015, p.04) os fluxos de imigrantes em Moçambique, particularmente no norte do País, têm como ponto de entrada as províncias de Cabo Delgado e Niassa na fronteira entre Moçambique e Tanzânia. Por outro lado, as Províncias de Tete e Zambézia na fronteira com o Malawi são igualmente referenciadas como corredor dos fluxos migratórios com particular destaque para os clandestinos.

A preferência pelos pontos de entrada descritos anteriormente deve-se entre vários fatores, à extensão das fronteiras terrestres, fluvial e lacustres, assim como, às fragilidades do sistema securitário de monitorização e controlo dos fluxos migratórios. Agregam-se a estes fatores as fragilidades na fiscalização da costa que propiciam igualmente a imigração clandestina por via marítima.

No âmbito das migrações clandestinas a OIM (2021), destaca a chamada “Rota Sul” que constitui um dos principais corredores de migração. O referido corredor é pelo sinal, utilizado particularmente por migrantes provenientes dos Grandes Lagos, Corno de África, passando pelo Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Moçambique tendo como destino o Sul de Moçambique e o centro regional da África do Sul. A zona costeira da Província de Cabo Delgado é igualmente descrita, como sendo preponderante na medida em que é utilizada pelos fluxos de migrantes em direção ao Sul do país e para a África do Sul.

A relativa estabilidade política e a projeção das indústrias extrativas têm vindo a ser referenciadas como os principais atrativos dos fluxos de imigrantes provenientes dos países vizinhos, bem como de europeus e asiáticos, sobretudo, oriundos da China, Índia, Paquistão, Bangladesh e Portugal. Nota-se que, a dinâmica dos fluxos de imigrantes tende a acompanhar a expansão da indústria extrativa moçambicana e dos sectores produtivos com ela relacionados. De acordo com a OIM (2021, p.13), os locais de acolhimento dos referidos imigrantes estão na sua maioria associados a interesses económicos, daí a razão de se estabelecerem nas principais áreas urbanas, sobretudo, as cidades de Nampula, Maputo e Província de Maputo.

Por conta da imigração irregular em Moçambique, o documento sobre a estratégia de migração da OIM (2021) refere que só em 2016, o Estado moçambicano deportou mais de 3970 estrangeiros em situação irregular. A maioria dos imigrantes deportados eram cidadãos de Malawi, Nigéria, Tanzânia e Zimbabwe e estavam instalados principalmente nas Províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula. Porém, de acordo com o mesmo documento, estima-se que cerca de 300³⁰ migrantes são deportados anualmente do território moçambicano sendo que um número significativo destes é interpelado usando Moçambique como país de trânsito. Parte considerável dos imigrantes em trânsito sente-se forçado a escalar Moçambique para juntar recursos financeiros tendo em vista o suporte da viagem com destino para a África do Sul.

Ao nível da Província de Cabo Delgado, os imigrantes reforçam a mão-de-obra nas indústrias extrativas, no garimpo ilegal, no comércio formal e informal. Porém, alguns se encontram envolvidos em redes de tráfico de crianças para efeitos de exploração sexual.

Na apreciação dos movimentos migratórios internacionais ao longo da fronteira terrestre moçambicana destacam-se igualmente as mobilidades populacionais que ocorrem no triângulo fronteiriço entre

³⁰ A avaliar pelas limitações do sistema de monitorização e fiscalização dos movimentos migratórios internacionais ao nível das fronteiras e dentro do território moçambicano acredita-se que este número é insignificante, pois o volume de imigrantes ilegais que deviam ser interpelados e deportados é mais expressivo.

Malawi, Moçambique e Zâmbia, dividindo os *Chewa* e os *Ngoni*. As fronteiras políticas naquele ponto dividem um povo que partilha a mesma cultura, pois, conforme descreve Docpke (1998, p.95) para além de se moverem livremente na região fronteiriça, selecionam criticamente as “ofertas” que cada Estado faz. O autor descreve que,

“Os zambianos atravessam a fronteira para se aproveitar das boas e abundantes terras em Moçambique, contudo deixam os seus filhos nas escolas de Zâmbia por serem consideradas melhores. As populações residentes em Moçambique e Malawi também mandam os seus filhos para a escola em Zâmbia. São igualmente usados os serviços médicos no lado da fronteira daquele país pelas três nacionalidades, uma vez que em Malawi eles não são gratuitos e no lado moçambicano da fronteira não existe hospital. Além disso, agricultores de Moçambique usam os serviços de extensão agrícola de Zâmbia e também vendem os seus produtos neste país”, (Docpke, p.95).

Conforme se pode notar, Docpke (1998) mostra que nas zonas fronteiriças, a dinâmica dos movimentos migratórios das populações acontece fora dos paradigmas estabelecidos pelos respetivos Estados, baseando-se na satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência. A descrição feita pelo autor referente ao fenómeno vivido pelos três países serve de referência para demonstrar o que sucede ao longo de quase toda a fronteira continental de Moçambique.

De acordo com as abordagens referenciadas anteriormente a necessidade de mobilidade dos povos, em particular para os que comungam os mesmos laços culturais transcende os obstáculos das fronteiras políticas administrativas impostas, aos povos das zonas limítrofes, pelos governos. Neste contexto Raimundo (2009, p.68) destaca a complexidade da gestão destas migrações, na medida em que contempla várias situações tais como a gestão das fronteiras territoriais, a gestão de pessoas, as decisões individuais, as questões económicas, o tráfico de pessoas, as políticas de governos regionais que aumentam as barreiras que interpõem as mobilidades.

5.5 Síntese

A descrição do percurso histórico das migrações em África demonstra que a preocupação por terras férteis para a agricultura e a busca da segurança eram as principais causas da mobilidade populacional. Porém, o fenómeno das migrações esteve desde sempre relacionado a dinâmica da conceção das fronteiras e do seu impacto na mobilidade das populações. É nesse contexto que se

afirma que apesar da permeabilidade quase generalizada das fronteiras modernas africanas, de ponto de vista formal, estas inibiram a livre circulação de pessoas e bens.

Entretanto, a localização geoestratégica do território moçambicano é um importante potencial na viabilização dos fluxos migratórios e mercadorias ao nível da Região Austral de África. Por outro lado, a relativa estabilidade política e a projeção das indústrias extrativas têm vindo a ser referenciadas como um dos principais atrativos dos fluxos de imigrantes para Moçambique. Neste sentido, Moçambique tem sido destino preferencial de imigrantes ilegais principalmente os provenientes da Somália, Quênia, Etiópia e República Democrática de Congo.

Os fluxos de imigrantes em Moçambique, particularmente no norte do País, têm como ponto de entrada as províncias de Cabo Delgado e Niassa na fronteira entre Moçambique e Tanzânia.

Porém, Moçambique é considerado, ao nível da região Austral, um país com volume significativo de emigrantes internacionais por se tratar de um fornecedor de mão de obra ao nível da região. Neste sentido as remessas geradas por emigrantes moçambicanos têm contribuído para a melhoria das condições de vida das famílias dos migrantes.

Nas reflexões feitas pelos autores sobre a política das migrações, destaca-se a ausência de discursos políticos e estratégias de domínio público relacionados com os fluxos migratórios, embora seja notável o crescente alarme social que deriva da insegurança impulsionada pela mobilidade populacional de determinados grupos. Acresce o facto, das estratégias de monitorização das migrações em África, funcionarem de acordo com ações de emergência e de mitigação, sem rigor no registo dos dados estatísticos dos fluxos migratórios.

CAPÍTULO VI

Perceção dos fatores de porosidade da fronteira Norte de Moçambique e consequências ao nível dos fluxos migratórios e segurança nacional

No presente capítulo pretende-se sistematizar as perceções inerentes à imigração irregular impulsionada pela porosidade das fronteiras terrestres descrita como um dos fatores da insegurança nacional. Para o efeito, recorreu-se aos resultados das entrevistas, *focus grupo* e dos inquéritos por questionário administrados nas províncias de Cabo Delgado e Niassa no norte de Moçambique. Na base do entrosamento das perceções teóricas e práticas, desenvolveu-se uma análise referente aos fatores que concorrem para a porosidade fronteiriça e a imigração irregular, visto na perspetiva da segurança nacional. A análise e discussão dos dados arrolados, culminou com a descrição dos contributos para a mitigação do fenómeno das migrações clandestinas e das estratégias para a melhoria na monitorização dos limites fronteiriços.

6.1 Breve Enquadramento da Área de Estudo e Apontamento Metodológico

A situação de insegurança registada nos distritos costeiros e fronteiriços de Cabo Delgado e os fronteiriços de Niassa tem levantado sérios desafios, com consequências graves para a população local e para o país. Esta situação encontra-se associada à porosidade fronteiriça no limite entre Moçambique e Tanzânia, como tal a compreensão deste fenómeno assume uma importância política, económica, social, securitária e académica inegável.

Assim, a área de estudo escolhida para a aferir as perceções inerentes à imigração irregular impulsionada pela porosidade das fronteiras terrestres sentida como um dos fatores da insegurança nacional incidiu precisamente nas províncias de Cabo Delgado (nos distritos fronteiriços de Palma, Nangade e Mueda) e na província de Niassa (no distrito de Sanga). Importa referir que a seleção destes distritos fronteiriços, sobretudo os da província de Cabo Delgado teve por base o facto de neles coexistirem os três fatores em destaque na presente investigação, designadamente, a porosidade fronteiriça, os fluxos de imigração ilegal e os problemas securitários. Em Niassa a situação não comportava os mesmos problemas, pelo que a metodologia de recolha de informação teve que ser ajustada às situações vividas e às questões de segurança.

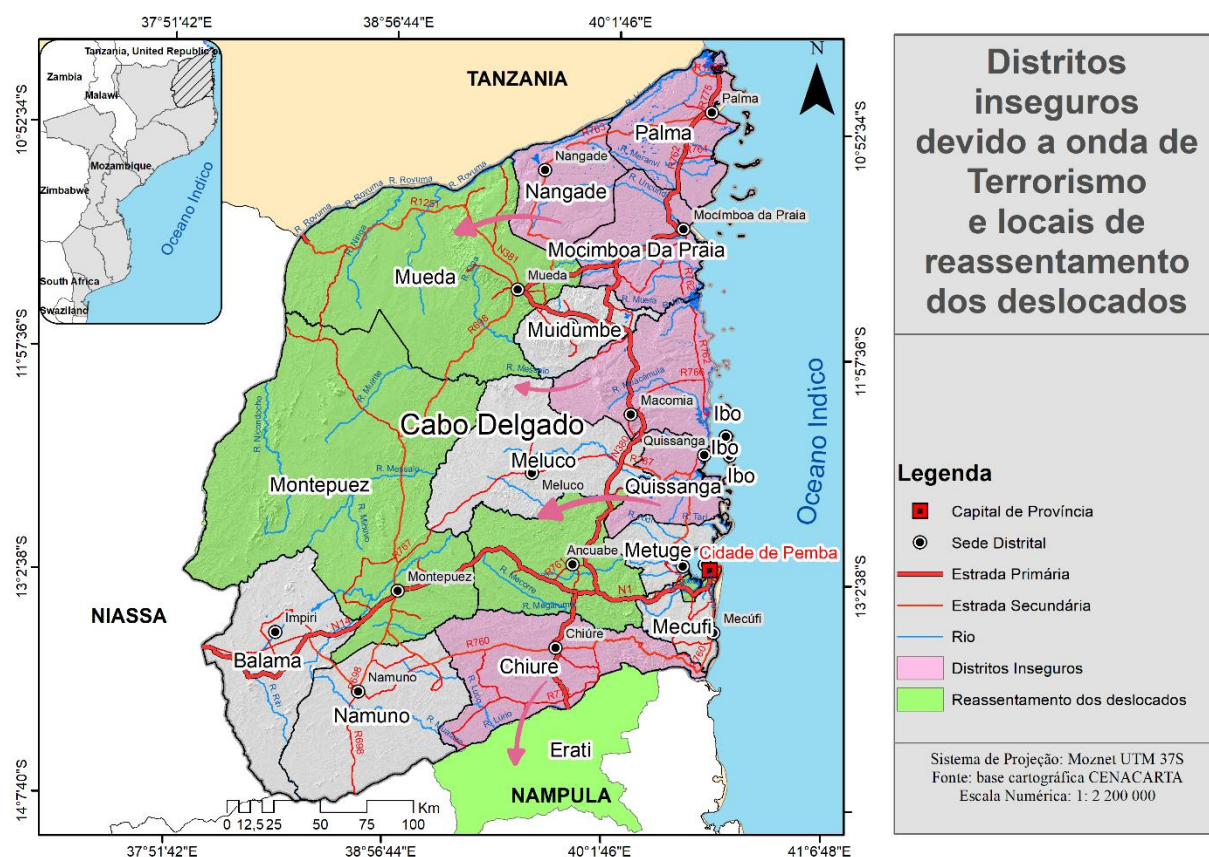
Assim sendo, optou-se por aplicar os inquéritos por questionário à população residente nos distritos fronteiriços de Cabo Delgado, reassentada na Cidade de Pemba por conta da insegurança protagonizada pelos insurgentes (terroristas).

Enquanto, na província de Niassa se optou por efetuar entrevistas semi-estruturadas, *focus grupo* e observação direta da dinâmica na travessia dos migrantes no posto fronteiriço (Moçambique – Tanzânia) do Segundo Congresso, no distrito de Sanga, dado oferecer uma maior segurança, se comparado com os restantes postos de travessia ao nível daquela fronteira.

Devido aos ataques armados perpetrados pelos insurgentes a propriedades do Estado (destruição de postos policiais, escolas, hospitais, meios circulantes) e de singulares (destruição de residências, postos comerciais, queima de viaturas) parte significativa da população dos distritos fronteiriços selecionados para a implementação dos inquéritos na província de Cabo Delgado foi forçada a deslocar-se para locais considerados seguros conforme se pode constatar na figura 9. Assim sendo, a cidade de Pemba, considerada uma das mais seguras ao nível da província de Cabo Delgado, constituiu um dos pontos de convergência das populações deslocadas dos distritos fronteiriços atacados pelos insurgentes, incluído as do distrito de Mueda³¹.

³¹ Embora não tenha sofrido ataques

Figura 9. Representação dos distritos inseguros devido a onda do terrorismo e locais de reassentamento dos deslocados



Fonte: Adaptado pelo autor na base das cartas do CENACARTA (2023)

Para a aplicação dos inquéritos, e em coordenação com as autoridades locais, foi possível identificar os locais onde se concentravam os agregados familiares reassentados na Cidade de Pemba, tendo sido destacados os bairros de Paquitequete, Cariacó, Expansão e Chuiba.

O trabalho de campo iniciou-se em agosto de 2021, com a recolha de dados através de observação direta, entrevistas semi-estruturadas e *focus grupo* no distrito de Sanga, na província de Niassa. Em Cabo Delgado a aplicação dos inquéritos à população oriunda dos distritos fronteiriços, os *focus grupo* e as entrevistas decorreram em fevereiro do ano de 2023.

As primeiras seis entrevistas foram efetuadas na Província de Niassa tendo sido aplicadas a funcionários, professores e polícias de fronteira. Posteriormente o mesmo tipo de entrevistas (cinco) foi feito em Cabo Delgado a académicos e investigadores, e deslocados por causa do terrorismo.

A todos os participantes na pesquisa (entrevistados, inquiridos e membros dos *focus grupo*) foram dadas todas as informações e prestados todos os esclarecimentos, por forma a assegurar uma colaboração livre e informada.

A aplicação dos inquéritos foi efetuada em coordenação com as autoridades locais, e foi antecedido pela seleção e preparação de jovens locais, que iriam colaborar na aplicação dos mesmos, dado que era necessário ter inquiridores fluentes nos dialetos locais Kimwane, Swahile, Maconde e Macua. Foi igualmente necessário identificar os locais onde se concentravam os agregados familiares reassentados na Cidade de Pemba (capital da província de Cabo Delgado).

A recolha dos dados através dos inquéritos foi preferencialmente dirigida aos chefes dos agregados familiares, porém, em situações de ausência destes, recorreu-se ao membro do agregado que tivesse idade igual ou superior a 17 anos de idade com capacidade para prestar as informações requeridas no inquérito.

Foram aplicados 230 inquéritos e validados 224. Para o cálculo da amostra foi tomado em consideração os agregados familiares que residiam nos distritos fronteiriços de Cabo Delgado, segundo o Censos de 2017 e tentou-se inquirir cerca de 0,3% desses agregados que se encontravam reassentados em Pemba.

Quadro 13. Agregados familiares e amostra

DISTRITO	Agregados familiares	Amostra
Palma	16972	47
Nangade	22612	63
Mueda	41251	114
Total	80835	224

Fonte: Elaborado pelo autor na base dos dados do INE

Na perspetiva metodológica, para o tratamento dos dados do inquérito, recorreu-se ao *software* SPSS, ferramenta que permitiu efetuar alguns cruzamentos de variáveis.

Conforme foi referido, anteriormente, a presente investigação tem em vista sistematizar as perceções inerentes à imigração ilegal impulsionada pela porosidade das fronteiras terrestres descrita como um dos fatores da insegurança nacional. Assim sendo, através do inquérito por questionário, pretendia-se:

- Identificar os fatores que impulsionam os imigrantes ilegais a terem Moçambique como

corredor ou como destino preferencial;

- Analisar as implicações da migração ilegal condicionada pela porosidade fronteiriça no norte de Moçambique;
- Descrever os contornos da imigração ilegal em Moçambique;
- Estabelecer a relação entre a imigração ilegal e a insegurança no norte de Moçambique, e;
- Identificar possíveis estratégias de monitorização da fronteira entre os dois países tendo em consideração as especificidades dos dois países e da zona limitrofe.

Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos subdividiu-se esta análise em quatro tópicos distintos: na primeira parte apresenta-se a caracterização dos inquiridos, tendo em conta a responsabilidade social do inquirido no seio familiar, sexo, idade, estado civil, língua frequentemente usada, religião, distrito de residência, o grau de escolaridade, atividade básica para o sustento e a relação de parentesco entre o inquirido e o chefe de família.

A segunda parte é referente às fronteiras terrestres tendo em vista aferir os elementos que poderão ajudar na compreensão dos fatores que concorrem para a porosidade fronteiriça. Nesse contexto, das demais questões aprimorou-se as relacionadas à frequência com que a população tem visto as ações de controlo fronteiriço, a noção do limite fronteiriço, se concordam ou não com a existência da fronteira assim como a perceção que se tem em relação as implicações da porosidade.

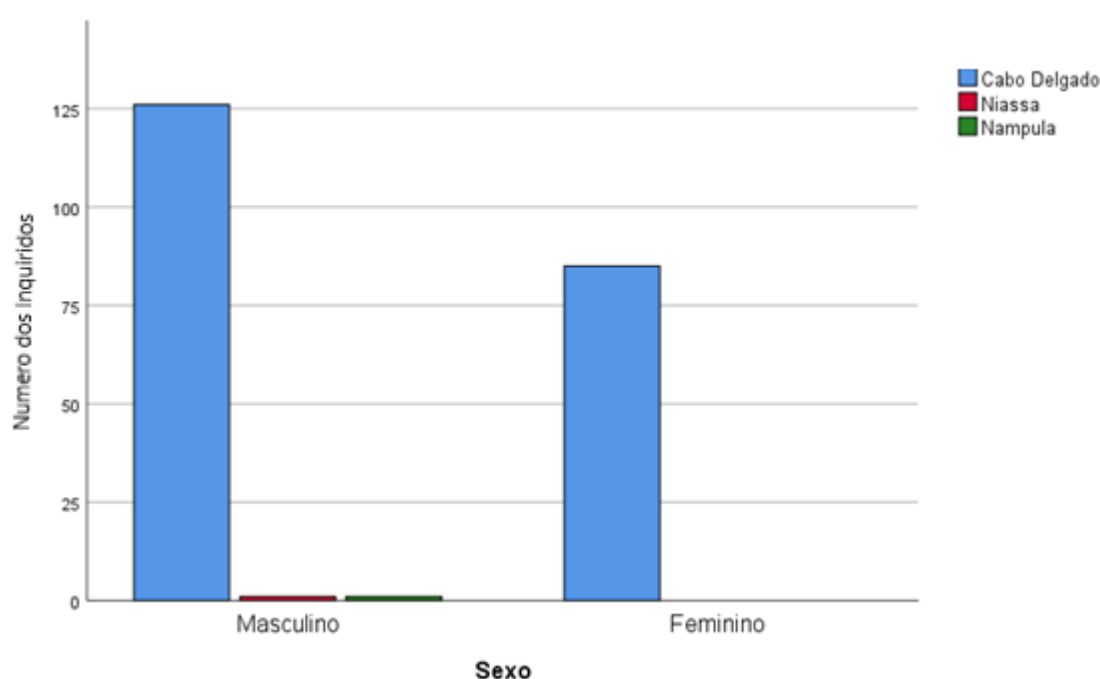
Em relação a terceira parte, abordam-se os movimentos migratórios com enfoque nos aspetos que favorecem a imigração ilegal, tal é o caso de questões que permitem aferir que tipo de documentos usam na travessia dos postos fronteiriços, se têm acolhido imigrantes indocumentados, assim como os principais atrativos que colocam Moçambique como destino preferencial dos imigrantes.

E por fim, a última parte foca-se nas ações que poderiam ser adotadas no âmbito da mitigação do fenómeno da imigração ilegal associada a porosidade da fronteira terrestre, tendo em vista o auxílio no processo de tomada de decisões na monitorização dos limites fronteiriços e no controle dos fluxos de imigrantes ilegais com vista a salvaguarda da segurança nacional.

6.2. Caracterização dos inquiridos

Como foi referido anteriormente foram considerados válidos 224 inquéritos. A população inquirida encontrava-se reassentada nos bairros de Paquitequete, Cariacó, Expansão e Chuiba na Cidade de Pemba. Quase a totalidade destes inquiridos eram naturais de Cabo Delgado, porque era um dos objetivos do trabalho, o propósito era inquirir a população deslocada dos distritos fronteiriços de Cabo Delgado. No entanto, ainda assim, encontramos alguns indivíduos que eram naturais de Niassa e Nampula (gráfico 1).

Gráfico 1. Naturalidade dos inquiridos por província

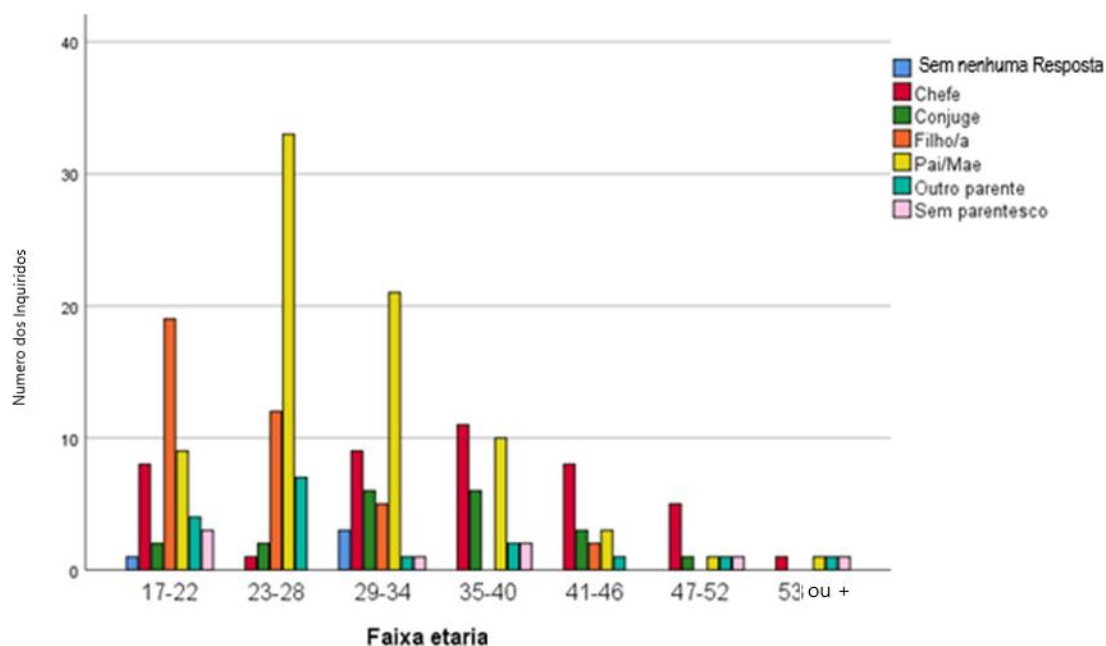


Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzania em Cabo Delgado, 2023

Em relação à distribuição dos inquiridos por sexo (Gráfico 1), constatou-se que 61% dos indivíduos que responderam ao questionário eram do género masculino e 39% do género feminino. Embora a nível nacional e em particular nos distritos seleccionados o número de mulheres seja superior ao dos homens, nota-se uma colaboração maior dos homens que resultou de características culturais que influenciaram a metodologia de aplicação dos inquéritos.

Assim, o desequilíbrio na distribuição ficou a dever-se ao facto de se ter referido que queríamos inquirir os chefes dos agregados familiares, neste caso maioritariamente homens. Frequentemente, nos casos em que foram as mulheres a responder estas tiveram de pedir permissão aos maridos por forma a prestarem informações sobre o agregado familiar. Noutros casos em que os homens não estavam disponíveis os inquéritos não foram efetuados.

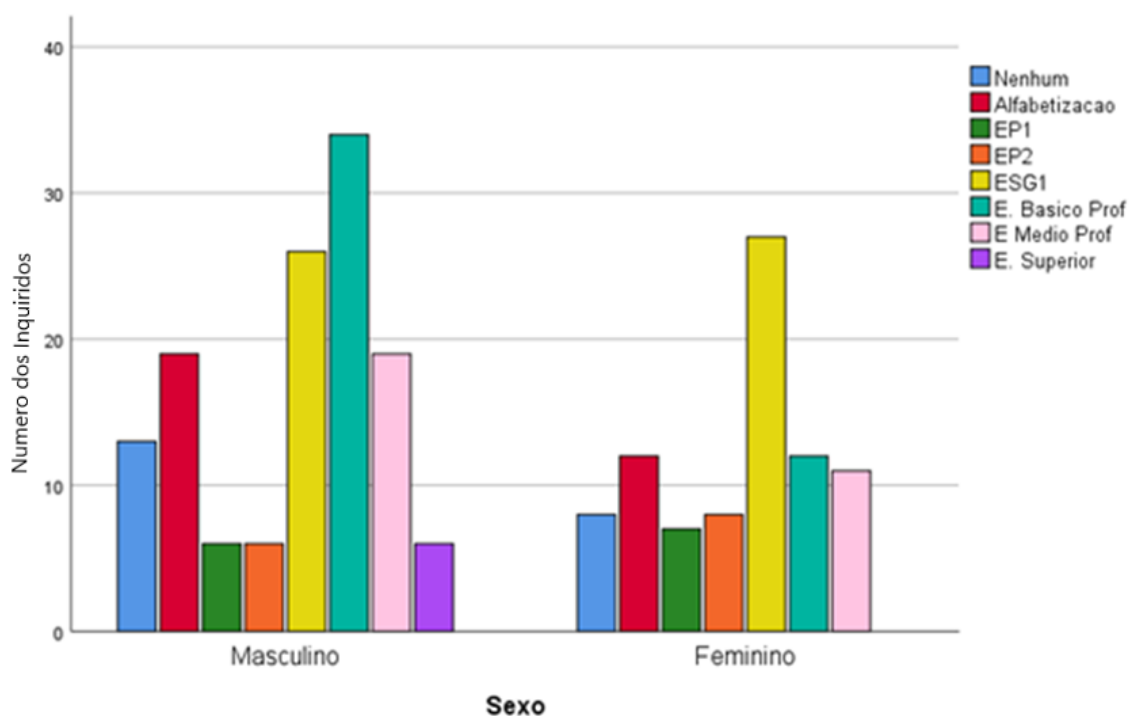
Gráfico 2. Relação do inquirido com o chefe do agregado familiar



Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzânia em Cabo Delgado, 2023

Quanto aos grupos etários dos participantes no presente inquérito, a maioria apresenta idades compreendidas entre os 23 a 28 anos de idade, correspondendo a 28% do universo dos inquiridos, contra os 6% dos participantes com idade acima de 60 anos. Trata-se de uma evidência que resulta do facto de Moçambique ser um país com uma pirâmide etária jovem. Infelizmente é possível constatar que o facto de não se encontrar grandes quantitativos de população envelhecida resulta da baixa esperança de vida, embora os dados oficiais inerentes a Moçambique revelem que a esperança de vida esteja paulatinamente a aumentar.

Gráfico 3. Grau de escolaridade segundo o sexo.



Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzânia em Cabo Delgado, 2023

Na análise do nível de escolaridade dos inquiridos, segundo o sexo, o primeiro dado que se observa é o de que apesar de na generalidade este ser baixo, as mulheres evidenciam graus de formação ainda mais baixos que os homens. A maioria das mulheres inquiridas possui somente o ensino secundário geral do primeiro ciclo, notando-se a presença significativa dos inquiridos do sexo masculino com graus de escolaridade relativamente mais altos, com destaque para o ensino superior, de salientar que na nossa amostra não encontramos nenhuma mulher com ensino superior.

Em relação à situação descrita anteriormente, relativa ao grau de escolaridade baixo das mulheres, este pode ser explicado pelo contexto sociocultural de Moçambique, caracterizado pelas limitações a que as mulheres são sujeitas no acesso ao ensino e ao emprego formal. De um modo geral, e particularmente na área selecionada para o presente estudo, as mulheres asseguram as atividades domésticas, casamentos e maternidade prematuros, e as consequentes responsabilidades que daí advém.

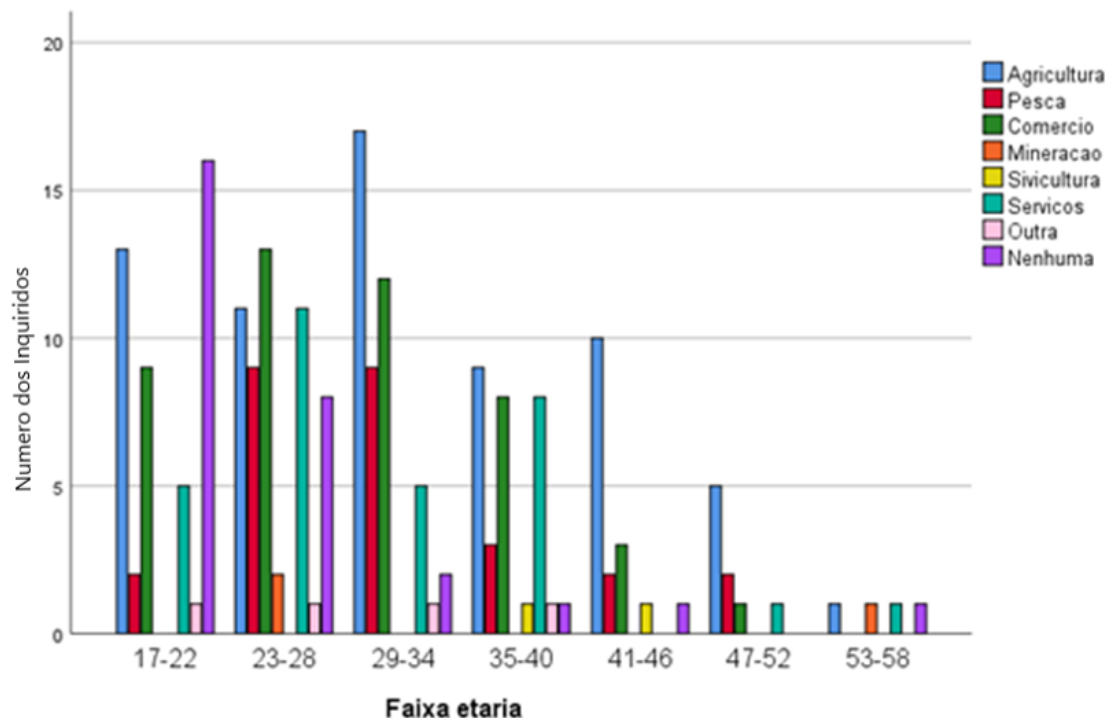
Estes níveis de escolaridade remetem para situações de exclusão social, económica e política. Convém salientar que esta região do extremo norte de Moçambique regista alguma oferta de emprego em Organizações Não Governamentais (ONG) e em algumas multinacionais, contudo, estes não beneficiam, de forma significativa, os jovens locais por alegada falta de qualificações académicas. De

acordo com os inquiridos, a falta de formação é referenciada como sendo um dos principais fatores limitantes de acesso ao emprego nas referidas multinacionais e em outras empresas locais concorrendo desta forma para que os imigrantes com a formação requerida, e nacionais provenientes de outros pontos do país sejam os beneficiários das referidas oportunidades de emprego.

Os factos acima arrolados, concorrem para o descontentamento e vulnerabilidade dos nacionais, pois, o nível de oferta de emprego a nível nacional é considerado desajustado à procura. Por outro lado, aferiu-se numa das entrevistas efetuadas em janeiro de 2023, na Cidade de Pemba que, a opção por estrangeiros no que diz respeito ao preenchimento destas vagas de emprego, por conta do nível de escolaridade, tem gerado sentimentos de “ódio” em relação aos imigrantes, precipitando em alguns casos e atos xenófobos.

Em relação às principais atividades de subsistência desenvolvidas pela população, 31% dos inquiridos afirmaram que vivem da atividade agrícola, seguido pelas atividades do comércio e dos serviços, 23% e 16%, respetivamente (Gráfico 4).

Gráfico 4. Principais atividades de subsistência desenvolvidas pela população inquirida

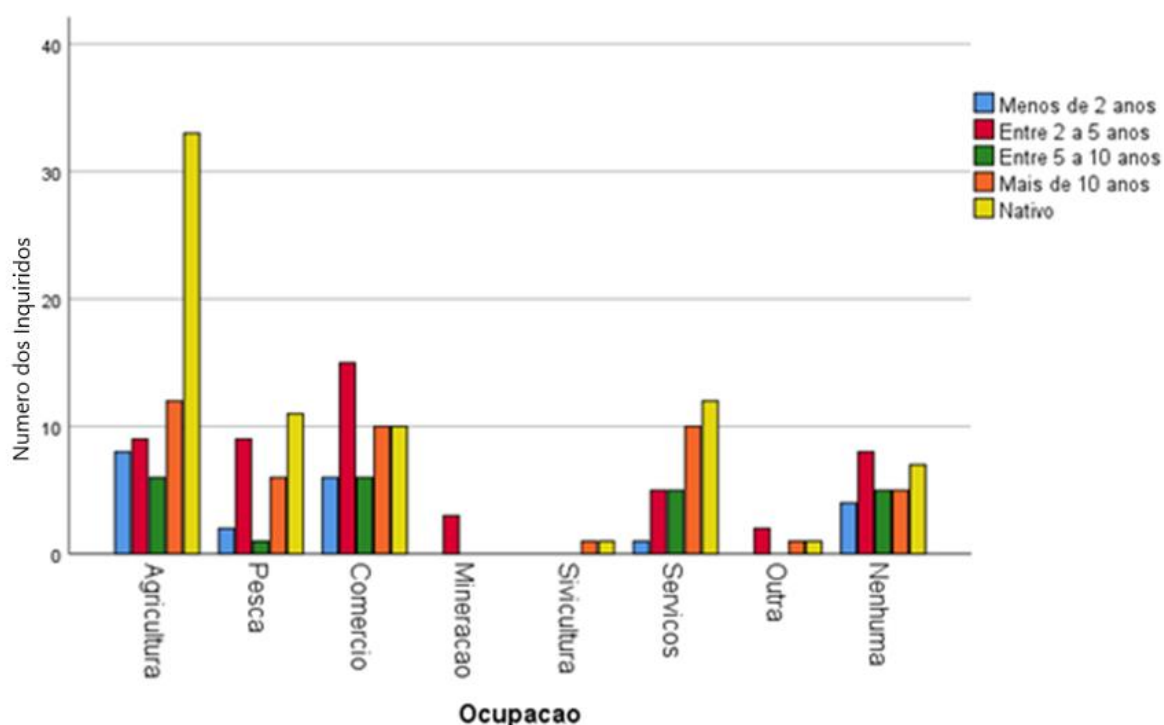


Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzania em Cabo Delgado, 2023

Relativamente ainda às atividades económicas desenvolvidas foi possível verificar que nas faixas etárias dos mais jovens se registam valores consideráveis de população que não exerce qualquer atividade, situação que deriva da falta de oportunidades de emprego, formação e da pobreza. Esta situação de ociosidade torna-os vulneráveis ao aliciamento e recrutamento pelos grupos terroristas que atuam na província de Cabo Delgado.

Mas ao cruzarmos a atividade económica desenvolvida com o tempo de residência nos distritos de Cabo Delgado (Gráfico 5) é possível retirar outras ilações, destaca-se o facto de a maioria da população nativa se dedicar à agricultura, enquanto o comércio, com incidência na venda de produtos básicos em pequenas mercearias e venda de acessórios para viaturas é maioritariamente desenvolvido por população recente (imigrantes ou população que reside naquele extremo do país à menos de cinco anos). Nota-se ainda que a maioria dos inquiridos que desenvolvem a atividade comercial fixou-se nos distritos fronteiriços selecionados para o presente estudo, após a eclosão do terrorismo no norte de Moçambique.

Gráfico 5. Principais atividades económicas tendo em consideração os anos de residência



Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzania em Cabo Delgado, 2023

Também a atividade mineira é assegurada, sobretudo, por imigrantes e pela população que reside naqueles distritos à menos de cinco anos. Importa referir que, de acordo com as informações

recolhidas junto de agentes da polícia, entrevistados em 2021, estes destacam as atividades mineiras e o comércio como sendo frequentemente usadas para o disfarce de fundos que sustentam o terrorismo.

Relativamente a esta situação convém referir que ao longo do tempo têm sido efetuadas algumas operações de fiscalização e controle destas atividades. Em março de 2017, em Nhamanhumbiri, Distrito de Montepuez, Província de Cabo Delgado, o Estado atuou na área concessionada à *Montepuez Ruby Mining* (MRM), procedendo a uma campanha de dispersão que consistiu na destruição dos acampamentos e dos bens dos garimpeiros ilegais, na sua maioria de nacionalidade estrangeira. De acordo com os dados publicados relativos à referida operação, dos cerca de 3672 garimpeiros identificados, cerca de 2622 (72%) eram imigrantes ilegais. No mesmo contexto Forquilha & Pereira (2022, p. 41) referem que “em 2006, numa outra operação policial, na localidade de Lupilichi (zona fronteira entre Moçambique e Tanzânia), distrito de Lago, província do Niassa, a polícia expulsou 4600 estrangeiros que exploravam ouro” (p.41).

Constatações aferidas ao longo do presente estudo evidenciaram que estas operações das forças policiais, que por vezes foram caracterizadas por ações violentas, acabaram por resultar na deslocação dos garimpeiros ilegais, com particular destaque para os estrangeiros, para outros distritos (nomeadamente, Nangade, Palma, Macomia e Mocimboa da Praia) da província de Cabo Delgado. Dados recolhidos no âmbito do trabalho do campo, remetem para o facto de alguns garimpeiros ilegais estrangeiros, revoltados com a violência da força policial, após a fuga, e nos distritos anteriormente referidos, acabaram por se envolver com grupos promotores da insurgência e consequente insegurança no norte de Moçambique. Em relação aos imigrantes expulsos na mineração ilegal, Forquilha & Pereira (2022), destacam que “alguns garimpeiros ilegais estrangeiros tinham estado em contacto com círculos radicais na Tanzânia antes da sua entrada ilegal em Moçambique” (p. 41).

A conjugação dos baixos níveis de escolaridade com a pobreza e a porosidade fronteira têm contribuído significativamente para o envolvimento de alguma população local em esquemas de intermediação ou facilitação da entrada de estrangeiros no território nacional, proporcionando a identificação de rotas seguras para os imigrantes que usam Moçambique como corredor para alcançar a vizinha República Sul Africana. Importa referir que os imigrantes ilegais, geralmente, aportam consigo dinheiro destinado a subornos às autoridades que monitorizam as fronteiras e para outras despesas associadas. Em relação a este fenómeno Mahavene (2020) refere que “os intermediários são atores chave que facilitam e às vezes impulsionam a imigração dentro e além-fronteiras, fornecendo

informações e ampliando serviços críticos em muitos estágios do processo, nos locais de origem, trânsito e destino” (p. 223).

A figura de intermediário é igualmente descrita pela população local como indivíduos que estão ao serviço das autoridades policiais, por forma a ocultarem ou a disfarçarem o envolvimento e a integridade da polícia na prática de corrupção, que consiste em cobrança de valores para a facilitação da imigração ilegal. De certa forma, esta prática tem como consequência a entrada no país de migrantes mal-intencionados, que se envolvem na desestabilização do país e no tráfico de bens não autorizados como é o caso de drogas e armamento bélico.

Outra questão colocada no inquérito pretendeu aferir que línguas eram mais frequentemente utilizadas pelos inquiridos, a língua mais utilizada é o Maconde com cerca de 31.5% de falantes, seguido de Português e Swahile com 25,2% e 19,2% respetivamente. Nota-se que de um modo geral, todos os inquiridos falam mais do que uma língua.

Quadro 14. Línguas mais faladas pelo universo dos inquiridos

Línguas Falada	Respostas Múltiplas	
	Nº	Percentagem
Makonde	115	31.5
Português	92	25.2
Suwahile	70	19.2
Emakwua	69	18.9
Changana	2	0.5
Outras	17	4.7
Total de respostas	365	100.0

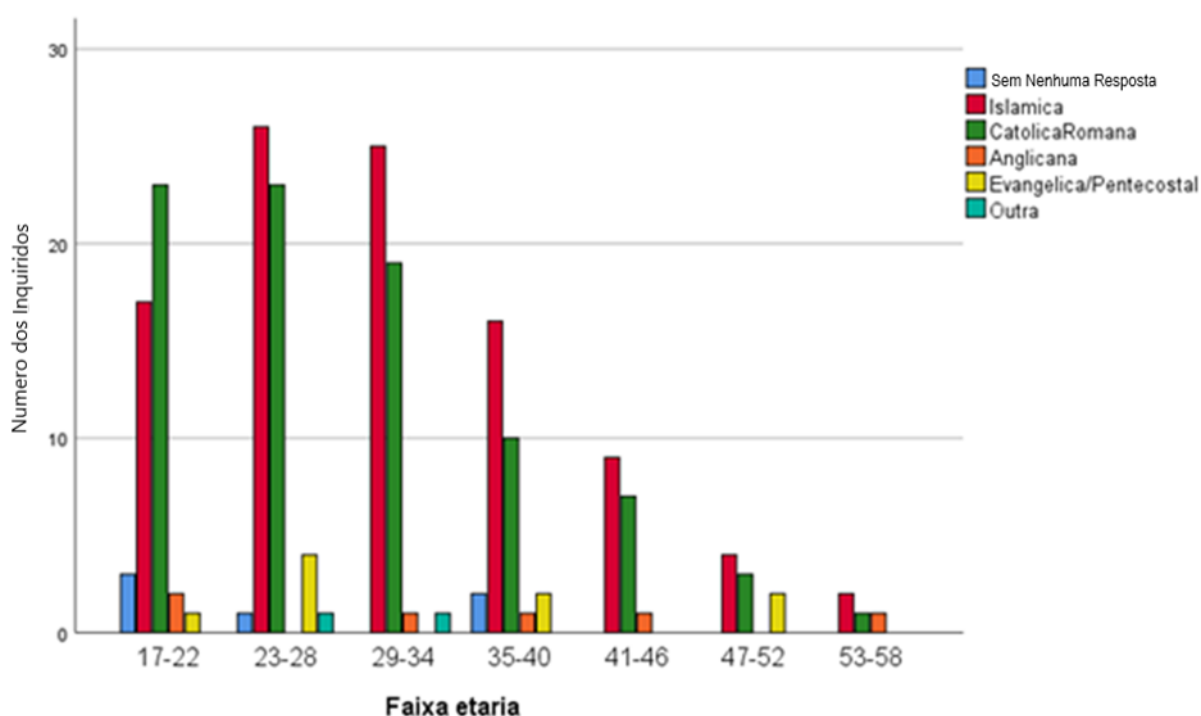
Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzania em Cabo Delgado, 2023

Embora a língua Maconde seja a mais falada na área de estudo, reconhece-se o Swahile como sendo a língua que permite a comunicação com a maioria dos imigrantes provenientes dos países da África Oriental. Sendo o Swahile igualmente a língua predominante na República da Tanzânia, concorrendo deste modo como um dos fatores de entrosamento cultural das populações da zona fronteiriça entre os dois países. Importa neste caso, destacar que de acordo com Patrício (2016, p.95) os tanzanianos e os malauianos, são as nacionalidades mais representadas no conjunto de imigrantes em Moçambique com 7.406 e 74.996 indivíduos respetivamente, sendo que, um número expressivo de imigrantes ilegais provenientes da Tanzânia e do Malawi se encontra nas províncias de Cabo Delgado e Niassa.

Em relação à religião predominante, 47% dos inquiridos revelaram que professam a religião islâmica e 41% a religião católica romana. As religiões evangélicas/protestantes e anglicana são pouco expressivas com 4% e 3% respetivamente (Gráfico 6).

A religião islâmica é por um lado a mais predominante na população local e por outro a mais professada pela maioria dos imigrantes ilegais e pelos grupos que protagonizam a insegurança em Cabo Delgado. De acordo com os dados do *focus grupo* realizado em agosto de 2021 em Niassa, os membros das FDS referiram que, a religião islâmica é usada nas comunidades como um dos fatores de inclusão e legitimação das ações de terror protagonizadas pelos grupos extremistas e de alguns imigrantes ilegais. Por outro lado, a convergência em determinados valores culturais foi destacado como um dos factores que facilita a integração e o disfarce dos imigrantes ilegais na dinâmica social, económica e política dentro das comunidades locais.

Gráfico 6. Religião professada pela população inquirida, segundo a faixa etária



Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzânia em Cabo Delgado, 2023

Ainda relativamente às questões religiosas e à predominância da religião islâmica, em particular no norte de Moçambique, num *focus grupo* organizado na província de Niassa em agosto de 2021, foi referido que “Existem grupos de indivíduos que entendem que Moçambique é um país islâmico, sobretudo o norte do País. Nessa ordem de ideias, os referidos grupos entendem que Moçambique

devia ser dividido, o Norte para os muçulmanos e a zona centro e sul para os Cristãos”. De acordo com alguns académicos entrevistados,³² que se dedicam ao estudo do fenómeno da insurgência em Cabo Delgado, o principal objetivo do terrorismo, que se regista no norte de Moçambique, é o estabelecimento de novas fronteiras, separando o Norte do Sul e Centro do País.

6.3A perceção de fronteira entre Moçambique e a Tanzânia

Conforme foi referido anteriormente, a extensão da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia é de 620 km de fronteira fluvial e 51 km de fronteira terrestre. A fronteira fluvial é referenciada pelo Rio Rovuma desde a confluência com o Rio Menssinga até à foz, junto ao Oceano Índico. A extensão da fronteira terrestre é demarcada por marcos implantados em 1908 por uma missão luso-alemã.

Revela-se importante a perceção do limite fronteiriço, pois, é tida como referência incontornável na gestão administrativa do território e na defesa e segurança do território nacional. Assim sendo, para aferir o nível de perceção da fronteira e os constrangimentos a ela associados, o questionário abarcou algumas questões que remetem para a perceção que se tem em relação ao limite fronteiriço e aferir se a população está ou não a favor da existência de fronteiras.

Quadro 15. Noção dos sinais que simbolizam a fronteira

Sinais que simbolizam a fronteira	Respostas	
	Nº	Percentagem
Rio	173	77.2
Arame farpado	8	3.6
Montanha	8	3.6
Marcos	7	3.1
Estrada	7	3.1
Outros	1	0.5
Não responderam	20	8.9
Total	224	100.0%

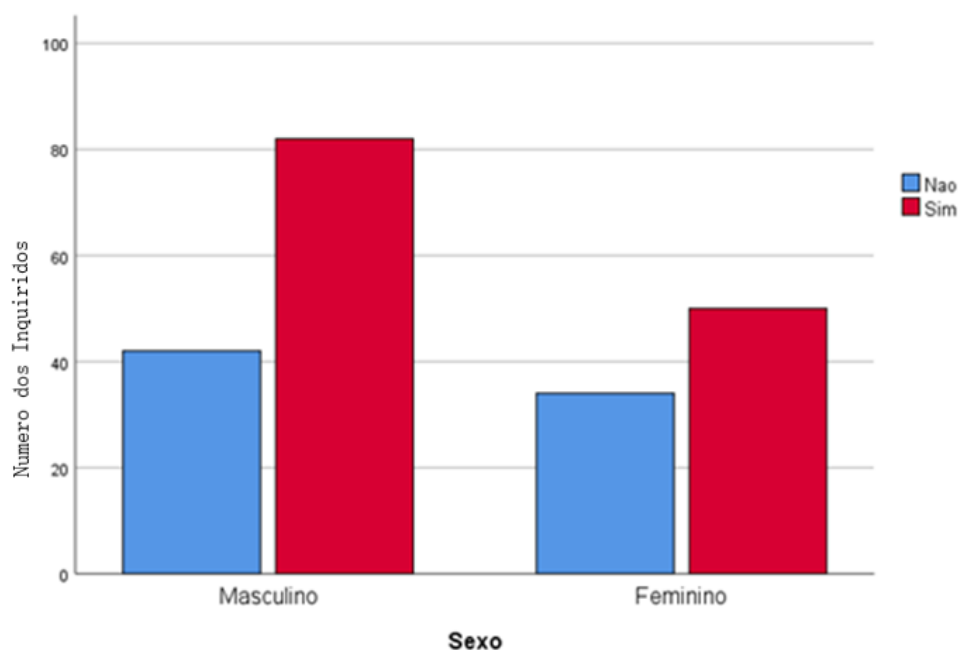
Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzania em Cabo Delgado, 2023

De acordo com as respostas obtidas, 77 % dos inquiridos têm a noção de que o Rio Rovuma simboliza a fronteira entre Moçambique e a Tanzânia, embora tenham manifestado a falta de conhecimento sobre os limites precisos da fronteira, o que não é de admirar por se tratar de uma fronteira fluvial. Mas esta

³² Entrevistados em Lichinga província de Niassa, em agosto de 2021.

situação, concorre para a geração de alguns conflitos à volta da gestão dos recursos hídricos, em particular quando o caudal do rio reduz.

Gráfico 7. Noção do trajeto da linha de fronteira



Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzânia em Cabo Delgado, 2023

Em relação às referências precisas do limite fronteiriço ao longo do Rio Rovuma, um oficial da Polícia da República de Moçambique (PRM), entrevistado em agosto de 2021 referiu que, “*o desconhecimento das coordenadas celestes (precisas) e a falta de referências ao longo do leito do rio é um dos constrangimentos com que as autoridades locais se deparam na monitoria da extensão do limite fronteiriço*”. Esta situação é mais complexa na época seca na medida em que o leito do rio Rovuma, sobretudo nos troços a jusante, por conta da redução do caudal, em determinadas secções desvia-se do curso habitual, podendo introduzir-se no território moçambicano e em outras secções no território tanzaniano, conforme pode se aferir na figura 10. Este posicionamento é secundado por Cruz (2009), ao referir que fontes modernas e de larga difusão pela internet divulgam informações não verdadeiras colocando dúvidas relativas aos limites fronteiriços entre Moçambique e Tanzânia. De acordo com o autor, Moçambique seria prejudicado em cerca de 100 quilómetros quadrados em benefício da Tanzânia, conforme demonstra a figura abaixo.

Conforme se pode constatar, as imagens ilustram a imprecisão do limite fronteiro devido a fatores naturais e a fatores humanos ou artificiais. Este fenômeno é descrito como um dos fatores da porosidade, pois o limite fronteiro preciso não é do domínio das populações, o que em muitos casos remete para a inobservância do limite fronteiro tanto na exploração de recursos, como na implantação de determinados projetos.

104

6.3.1 Fatores que contribuem para a porosidade da fronteira Norte de Moçambique

A questão sobre os fatores da porosidade fronteiriça foi questionada na perspectiva de aferir os reais constrangimentos que concorrem para a vulnerabilidade da fronteira norte de Moçambique. A preocupação com esta fronteira, foi demonstrada já em 2020, pelo então Ministro da Defesa Nacional, Jaime Neto na Cimeira da União Africana (UA), ao afirmar que:

“A porosidade da nossa fronteira facilita o tráfico de armas ligeiras, que por sua vez são usadas por grupos de criminosos, terroristas e extremistas, para perpetrar atos de violência causando destruição, morte e dor nas comunidades e impedindo as populações de se beneficiar dos dividendos da paz na forma de emprego, educação, saúde, segurança e uma subsistência condigna”³³.

Para além dos fatores naturais, já anteriormente descritos, consultando a base de dados recolhidos no IMAF, em novembro de 2023 que, algumas das principais causas da porosidade fronteiriça, em particular as associadas a fronteira em análise, eram descritas nos seguintes termos:

- a) Falta de delimitação e reafirmação de algumas extensões da fronteira;
- b) Dificil mobilidade das equipas de fiscalização devido a acidentes topográficos e falta de capacidade nacional para a devida fiscalização e controlo;
- c) Deficiente visibilidade da linha de fronteira devido a degradação/destruição de marcos, grande espaçamento entre estes e falta de limpeza na faixa de fronteira;
- d) Afinidades étnicas e culturais nas comunidades que vivem na zona fronteiriça;
- e) Escassez de infraestruturas de educação, saúde e assistência social às comunidades moçambicanas ao longo da faixa de fronteira, que são obrigadas a recorrer às existentes no outro lado da linha de fronteira; e
- f) A não implementação adequada de políticas e estratégias de cooperação transfronteiriça recomendadas pela UA.

No entanto, a partir da observação direta efetuada durante o trabalho de campo, foi possível acrescentar mais alguns aspetos, que se consideram relevantes e que estão sintetizados no quadro 16.

³³ Retirado de: <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20201207-mo%C3%A7ambique-porosidade-das-fronteiras-facilita-terrorismo-em-cabo-delgado> aos 28 de maio de 2024

Quadro 16. Fatores que concorrem para a porosidade fronteiriça

Principais fatores	Forma de manifestação
Históricos	Limites fronteiriços delimitados e demarcados no âmbito da Conferência de Berlim (1884/85) sem ter em consideração as afinidades étnicas e culturais.
Naturais	Destruição natural das referências que demarcam o limite fronteiriço, que envolvem também as mudanças do curso do caudal dos rios concebidos como fronteiras fluviais.
Humano	Destruição premeditada das referências (marcos) da linha de fronteira pela população por forma a satisfazer determinadas necessidades; Facilitação da entrada de imigrantes indocumentados e bens em troca de favores junto das FDS e das comunidades.
Político	Integração regional, no âmbito dos protocolos de livre circulação de pessoas e bens.
Securitário	Deficiência dos meios de transporte e comunicação para a eficaz fiscalização do limite fronteiriço; Falta de tecnologia para a leitura de documentos de viagem biométricos e <i>scanner</i> das mercadorias.

Fonte: Autor com base nos dados recolhidos na área de estudo

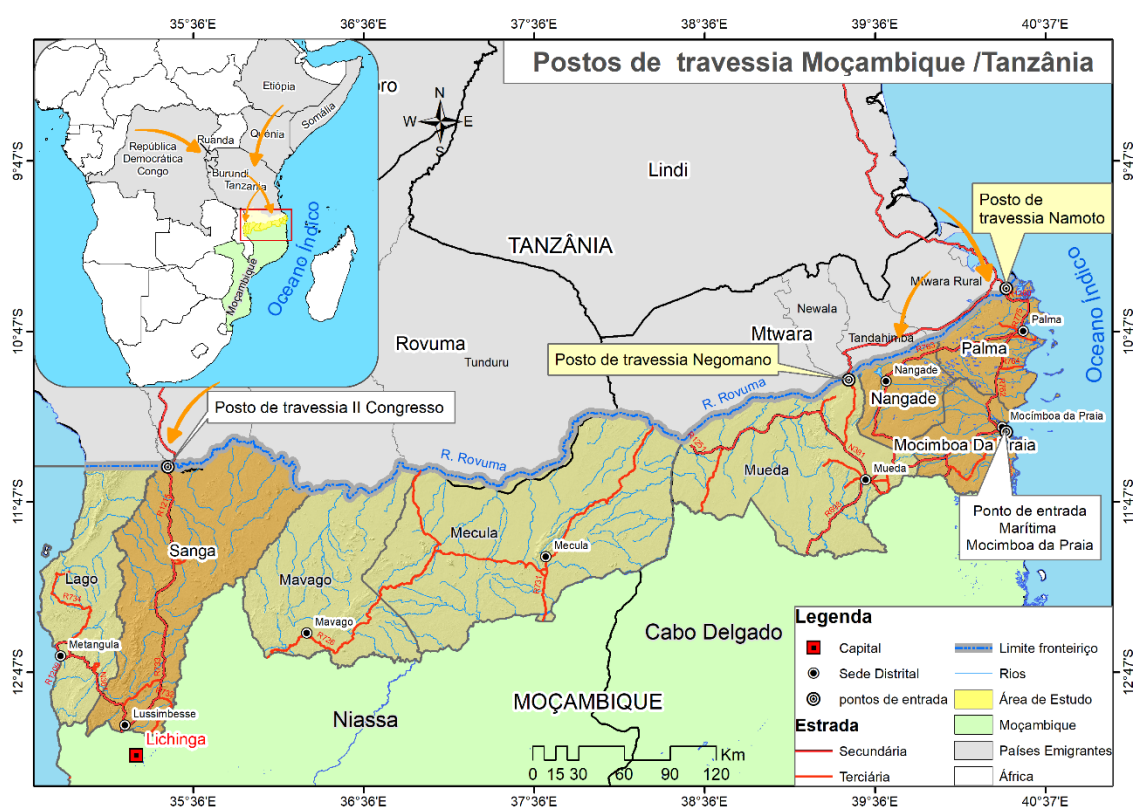
Para além de todos os fatores descritos anteriormente importantes para explicar a porosidade da fronteira, os inquiridos destacaram a questão dos subornos às forças de Policiamento e Segurança que vigiam os postos de travessia fronteiriça e os Postos Simplificados de Passagem³⁴ como uma das principais vulnerabilidades.

Outro dado percecionado através das entrevistas, *focus group* e do trabalho de campo quanto à segurança do limite fronteiriço revelam a ausência de ações notáveis de fiscalização da linha de fronteira entre os dois países, à exceção dos postos de travessia, designadamente o de Namoto, Negomano e Segundo Congresso. Entretanto, aferiu-se que após a intensificação dos ataques terroristas no norte de Moçambique, os oficiais do SENAMI, das Alfândega e a Polícia de Fronteira

³⁴ Os Postos Simplificados de passagem visam flexibilizar a mobilidade da população fronteiriça dos dois territórios. Assim sendo, nem sempre se encontram nos referidos postos as três forças (SENAMI, Alfândega e Polícia de Fronteira) que monitorizam a travessia de pessoas e bens. Em geral os postos simplificados são controlados pela Polícia de Fronteira, sendo que, para efeitos de travessia, se faz um registo no local, fazendo referência a vários aspetos a destacar como o nome completo e das motivações de travessia.

retiraram-se dos seus postos de afetação, permitindo que o tráfico de pessoas e bens ficasse ainda mais descontrolado. Ainda ao nível da província de Cabo Delgado destacam-se outros postos de travessia, tal como os de Namatil³⁵ e Mocimboa (Figura 11) que à semelhança dos postos anteriormente descritos tiveram de parar de funcionar devido ao terrorismo à pandemia de COVID 19. Todos estes acontecimentos têm vindo a permitir o aumento da vulnerabilidade da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia e consequentemente o grau de insegurança.

Figura 11. Postos de travessia da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia



Fonte: Adaptado pelo autor na base das cartas do CENACARTA

As limitações das autoridades governamentais na fiscalização do limite fronteiriço que temos vindo a descrever, tornam-se mais complexas devido a extensão da fronteira (671 Km) e ao aumento dos fluxos populacionais contribuindo igualmente uma maior exigência para os mecanismos estabelecidos de monitorização dos migrantes entre os dois países. A questão da extensão que separa um posto de travessia do outro e a ausência de uma estrada ao longo do limite fronteiriço que permitiria a

³⁵ Posto Simplificado de Travessia, ou não oficial.

interligação entre os referidos postos é considerado como uma das fraquezas do sistema de monitoriza do limite fronteiriço.

Ainda em relação à fiscalização dos limites fronteiriços, constatou se que uma grande parte da ineficácia se deve ao facto de as FDS estarem permanentemente nos postos de travessia, sendo que, dificilmente são vistas em operações de vigilância do percurso fronteiriço por falta de condições para a fiscalização. Das várias dificuldades constatadas destacam-se (i) - o reduzido número de efetivos; (ii) - a falta de vias de acesso para os meios circulantes ao longo do perímetro fronteiriço, excetuando alguns troços onde podem circular motociclos, e; (iii) - a falta de sinal de telecomunicação em extensos percursos daquela fronteira.

Nas limitações anteriormente descritas agregam-se as condições topográficas em particular nas proximidades do Lago Niassa que se apresentam como um desafio para a fiscalização do limite fronteiriço. Por outro lado, a flora e fauna³⁶, e a fraca densidade populacional constituem fatores que dificultam a fiscalização, abrindo espaço para que a fronteira seja porosa e vulnerável para a prática de crimes.

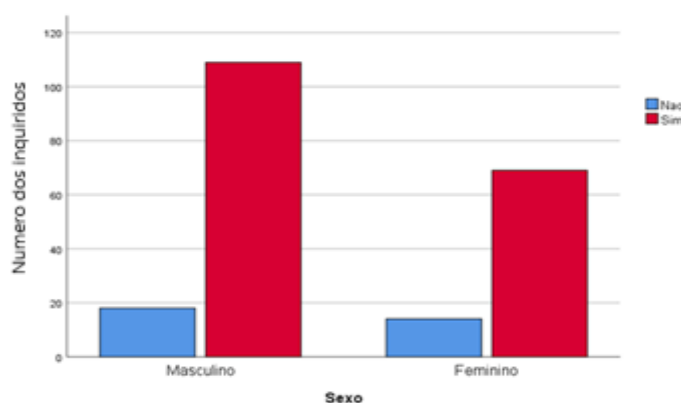
Passando aos resultados dos inquéritos, constatou-se que cerca de 83,7% (Gráfico 8) da população interpelada defende a existência de fronteiras e a respetiva fiscalização para a defesa da soberania nacional. Mas, também se aferiu que no entendimento da população envolvida na pesquisa, as fronteiras não devem servir de barreiras para a circulação de pessoas e bens, dado que em certos casos, os marcos dos limites fronteiriços encontram-se cercados por residências, conforme ilustra a figura 12. Este facto remete para uma ambiguidade de posicionamento, por um lado a população acha pertinente a existência dos limites fronteiriços entre os estados, destacando a sua importância, mas por outro lado outros não apoiam, a ponto de optarem pela destruição dos marcos.

Contudo, o desconhecimento preciso do limite fronteiriço e em alguns casos, as ações dolosas das populações na destruição de marcos, agregam-se a outros fatores que concorrem para a porosidade e conflitos fronteiriços anteriormente descritos. Estes fatores são igualmente referenciados como catalisadores da imigração indocumentada. Neste sentido destacam-se os imigrantes indocumentados provenientes dos distritos fronteiriços de Mtwara e Rovuma na vizinha República da Tanzânia, que entram ilegalmente em Moçambique com o objetivo de desenvolverem atividades de caça furtiva e

³⁶ A densidade da flora e fauna dificultam na fiscalização e detenção dos imigrantes clandestinos que contornam os postos de travessia devido a falta de meios técnicos adequados para aquele contexto. Torna-se igualmente complexo porque em determinadas zonas fronteiriças a polícia trabalha em coordenação com a população, facto que não se observa no caso em investigação por tratar-se de zona despovoada.

exploração ilegal de recursos minerais. Estes indivíduos, são facilmente envolvidos nas minas artesanais de exploração de minerais como é o caso da mina de *Lupiliche* no distrito de Sanga na província de Niassa, e no garimpo ilegal em Montepuez na província de Cabo Delgado. Importa referir que, a condição de imigrante ilegal, faz com que sejam menos exigentes nas remunerações e nas condições de trabalho, tornando-os mais apetecíveis para os empregadores que frequentemente os consideram mais dedicados ao trabalho quando comparados com os nacionais.

Gráfico 8. População a favor da existência dos limites fronteiriços



Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços de Cabo Delgado, 2023

Figura 12. Representação de evidências de porosidade fronteiriça entre Moçambique e os Países vizinhos



Fonte: Instituto de Mares e Fronteiras (IMAF)

Outrossim, a problemática da porosidade da fronteira também se manifesta através da disputa de parcelas para o desenvolvimento de atividade agrícola envolvendo a população das comunidades fronteiriças. De acordo com os dados³⁷ recolhidos através das entrevistas e discutidos em *focus group*, a referida disputa deve-se ao facto de os limites fronteiriços (imprecisos e sem referências consistentes) terem dividido famílias que desenvolviam atividades de subsistência nos dois lados da fronteira. Contudo, afirmam que dependendo dos casos as autoridades dos dois lados da fronteira, ao abrigo de uma cláusula referente à gestão das comunidades fronteiriças, emitem um cartão de circulação para um raio de 20 km.

Entretanto, ao nível do distrito de Nangade constatou-se que a população fronteiriça tem laços significativos com as comunidades tanzanianas, de tal forma que para efeitos de cuidados médicos recorrem aos hospitais tanzanianos, embora em alguns casos tenham possibilidades dos mesmos serviços localmente. No entanto, para certa população fronteiriça em Nangade, as fronteiras constituem barreiras, com incidência para os produtores da amêndoa de caju³⁸ que em alguns casos são tributados ao atravessarem o posto fronteiriço para a comercialização deste produto no mercado tanzaniano. Nestes casos, a intervenção das autoridades gera sentimento de revolta junto dos referidos produtores.

6.3.2 Mecanismos de mitigação da porosidade fronteiriça

A mitigação da porosidade fronteiriça, através da vigilância e defesa da mesma, é um desafio imprescindível para o Estado, pois, a ausência da ação das FDS potencia ameaças e incertezas no limite fronteiriço tais como: circulação de drogas e armas de fogo, tráfico de pessoas e de recursos naturais contribuindo para diminuição da coleta tributária.

Perante os constrangimentos fronteiriços acima revelados, 31% do universo dos inquiridos entende que a porosidade fronteiriça pode impulsionar conflitos entre os países envolvidos e 23% assume que a condição de porosidade favorece a contínua perturbação da linha de fronteira, através da ocupação e construção de infraestruturas ao longo do limite fronteiriço, conforme ilustra a figura 13.

³⁷ Dados colhidos no âmbito da entrevista aos oficiais do SENAMI em Pemba no dia 19 de janeiro de 2023.

³⁸ A produção de amêndoa de caju é uma das culturas que gera renda para a subsistência da população do distrito de Nangade.

Figura 13. Evidências de tentativas de perturbação da linha de fronteira entre Moçambique e os países vizinhos



Fonte: IMAF

De acordo com os dados facultados pelo IMAF (2023), os constrangimentos associados à porosidade das fronteiras, impulsionaram a adoção de medidas de mitigação tendo em vista soluções conjuntas para a prevenção e combate à imigração ilegal, ao tráfico de bens e de seres humanos, ao contrabando de armas de fogo, à caça e pesca ilegal, ao terrorismo, ao crime organizado e à exploração ilegal e insustentável de recursos naturais.

Assim sendo, com o propósito de garantir uma abordagem holística de gestão de fronteiras, nas componentes política, social e cultural, o Governo de Moçambique aprovou a Política de Fronteiras (Resolução 41/2017, de 26 de setembro), com vista a promover a atuação articulada e coordenada dos vários intervenientes nos assuntos de fronteiras e a partilha de informações. Trata-se de um instrumento jurídico que inclui conceitos tais como a cooperação transfronteiriça e a gestão participativa e integrada das fronteiras, com enfoque no respeito do conceito histórico da fronteira como limite de separação entre os Estados.

A implementação e materialização da Política de Fronteiras, através da predisposição de mecanismos de troca de informação, diálogo constante e concertação de ações bilaterais dos Governos, da sociedade civil e das comunidades locais, é fundamental para a preservação da soberania nacional, salvaguarda da integridade territorial e prevenção de disputas e conflitos fronteiriços. Por outro lado, de acordo com Andrade et al, (2019, p.15) referindo-se aos desafios do Estado na monitorização das fronteiras destaca a relevância do investimento do Estado voltado para as tecnologias avançadas. O

autor continua referindo que os avanços da tecnologia da informação, a utilização de satélites, a detecção remota e outros aperfeiçoamentos trouxeram maior eficiência aos sistemas administrativos e de segurança no âmbito da vigilância e fiscalização dos limites fronteiriços, pois a combinação destes fatores permitem a intervenção oportuna das autoridades policiais.

Nota-se que, o recurso a mecanismos como os acima descritos e aperfeiçoamento dos meios de recolha, sistematização, processamento e distribuição de informações, o processo de mitigação dos constrangimentos associados à porosidade fronteira poderá ser alcançada.

Em relação ao contexto da fronteira norte de Moçambique, 43.5% do universo dos inquiridos, revela necessário o recurso às soluções diplomáticas com incidência na cooperação entre os dois Estados vizinhos. Por outro lado, revela-se pertinente o recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na monitorização dos limites fronteiriços por forma a fazer face aos constrangimentos anteriormente mencionados. De acordo com informações recolhidas através de entrevistas efetuadas em Sanga, o uso das TIC é referenciado como sendo vital para a superação dos constrangimentos associados à porosidade das fronteiras, pois, pressupõe a adoção das tecnologias de informação e comunicação preparadas para recolher dados em tempo oportuno e posterior canalização para autoridades competentes. Na mesma perspetiva, entende-se ainda que, seria complexo a monitorização da fronteira norte de Moçambique exclusivamente com base nos efetivos das FDS sem se recorrer a meios tecnológicos, tendo em consideração a extensão do limite fronteiro, as condições orográficas e a flora e a fauna existentes.

Importa referir que nenhum mecanismo de proteção destas fronteiras será eficaz sem o envolvimento das comunidades fronteiriças. Assim sendo, revela-se pertinente a sensibilização das comunidades fronteiriças dos dois Estados, para a importância de existirem regras e formas de entendimento, para em conjunto, tentar controlar ou denunciar grupos que pretendem colocar em causa os direitos humanos e a segurança das populações ou do país.

6.4 Os movimentos migratórios na fronteira entre Moçambique e a Tanzânia

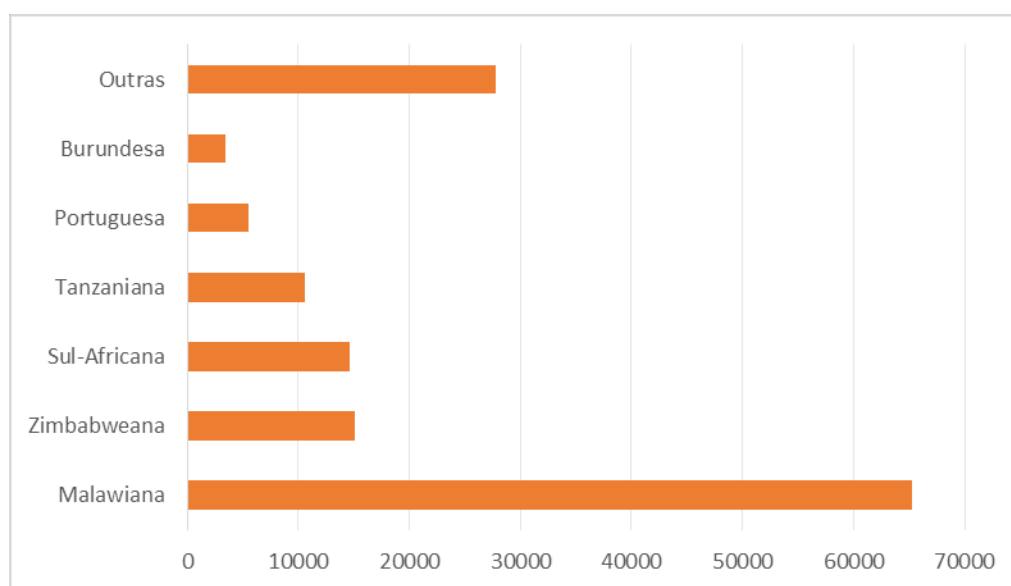
Moçambique é um território vasto e com uma localização geográfica estratégica pois, conforme foi referido anteriormente, é a porta de entrada dos países do *interland*, para além da sua vizinhança com a República da África do Sul, tido como um dos países mais atrativos para os imigrantes por ser economicamente estável e considerado o mais desenvolvido ao nível da região Austral de África.

As fronteiras moçambicanas são consideradas estratégicas, pois, para além de fronteiras nacionais, assumem igualmente o papel de fronteiras da SADC (*South African Development Community*) em particular no extremo Oriental. Por outro lado, o território moçambicano possui cerca de 799 384 Km², com uma linha de fronteira continental de 4 213 Km e uma linha de costa de 2 700 Km. A vastidão do território requer, de certa forma, estratégias políticas, sociais, culturais, económicas e securitárias, de monitorização e controlo das suas fronteiras. Estes factos, remetem ao entendimento de algumas premissas que impulsionam a imigração irregular associada ao crime organizado transnacional com incidência aos países da região Austral de África.

A questão da localização geoestratégica é referida na perspetiva de traçar as motivações que justificam o fluxo dos imigrantes provenientes dos países vizinhos, da região Austral, do continente africano e do resto do mundo. Neste sentido, e de acordo com os dados do INE (2023) as principais nacionalidades dos imigrantes presentes em Moçambique, constam no gráfico 9. Porém, convém referir que apesar do gráfico não o demonstrar, constata-se igualmente, a nível nacional, a presença de imigrantes provenientes dos países dos grandes lagos, Somália e Etiópia, (que pela sua menor representatividade em termos numéricos estão englobados nos outros). Relativamente aos imigrantes provenientes do continente europeu, se destacam os de nacionalidade portuguesa, que devido aos laços culturais, afetivos ou motivados pelos interesses económicos, procuram Moçambique para se instalar.

Entretanto, no conjunto de outras nacionalidades encontramos, também, imigrantes provenientes de outras nações ou continentes como é o caso dos nacionais do Paquistão, Bangladesh e China, sendo que a sua distribuição pelo país ocorre, normalmente, em função dos interesses que impulsionaram a sua imigração.

Gráfico 9. Principais nacionalidades dos imigrantes em Moçambique



Fonte: Adaptado pelo autor na base dos dados do INE³⁹

Em relação aos dados evolutivos aos fluxos migratórios de entrada em Moçambique particularmente nas províncias fronteiriças com a República da Tanzânia, o INE revela os resultados referentes ao período de 1992 a 2017. A resenha evolutiva começa em 1992 porque foi o ano em se conseguiu alcançar a paz depois de muitos anos de guerra civil. Por isso entre 1992 e 1997 Moçambique registou o valor mais expressivo de fluxos de entrada, imigrantes e emigrantes que retornaram ao país (um pouco mais de 800.000 pessoas), depois os fluxos da imigração no país foram reduzindo, entre 2012 e 2017 só foi registada a entrada de cerca de 55.000 indivíduos. No entanto, estes valores pecam por defeito dado que aqui não estão contabilizados os fluxos clandestinos que serão a maior parte,

Importa referir que a imigração de retorno consistiu, no regresso de nacionais que tinham abandonado o país por conta da instabilidade política, militar (entre a RENAMO e o Governo de Moçambique suportado pela FRELIMO), que durante vários anos se registou. Muitos refugiaram-se noutros países, em particular nos países vizinhos, tendo regressado após 1992.

Numa análise um pouco mais detalhada é possível perceber que entre 1992 e 1997 as províncias que registaram maior número de entradas foram as de Tete, Zambézia e Manica, na área central do país. No período seguinte (entre 2002 e 2007) as mesmas províncias mantiveram-se como as mais importantes, registando-se uma troca de importância entre a Zambézia e Manica e o aumento do peso

³⁹Instituto Nacional de Estatística, extraído em <https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/migracao-mario-20-07-23>, aos 10 de maio de 2024.

relativo de chegadas a Maputo. Mas no período seguinte registaram-se outras alterações, entre 2012 e 2017 as províncias que registaram maiores fluxos de entrada foram Tete, Maputo e Niassa (quadro 17).

Relativamente às províncias que constituem a nossa área de estudo é possível verificar que tanto em Cabo Delgado como em Niassa o valor relativo de chegadas tem vindo sempre a aumentar. No período inicial da análise entraram por Cabo Delgado 1 % dos imigrantes, mas entre 2012 e 2017 já entraram 6 %, em Niassa o valor inicial foi de 7,2% e no final do período já foi de 14,9%, passando a ser a terceira província com maior fluxo de entradas.

Quadro 17. Evolução das entradas de imigrantes em Moçambique, por província

Província	1992 – 1997		2002 – 2007		2012 – 2017	
	N	%	N	%	N	%
Niassa	58 399	7.2	9 498	7.9	8 219	14.9
Cabo Delgado	8 162	1.0	5 318	4.4	3 292	6,0
Nampula	1 429	0.2	4 575	3.8	2 788	5.1
Zambézia	144 042	17.9	10 053	8.4	6 900	12.5
Tete	379 202	47.0	27 820	23.2	10 360	18.8
Manica	97 451	12.1	13 462	11.2	3 144	5.7
Sofala	45 278	5.6	4 305	3.6	2 093	3.8
Inhambane	8 308	1.0	9 247	7.7	1 795	3.3
Gaza	32 284	4.0	11 462	9.6	2 116	3.8
Maputo	21 121	2.6	11 715	9.8	8 313	15.1
Cidade de Maputo	10 293	1.3	12 258	10.2	6 051	11.0
Total	805 969	100	119 713	100	55 071	100

Fonte: Adaptado pelo autor na base dos dados do INE⁴⁰

Mas como já foi referido anteriormente estes valores não espelham a realidade dado que uma parte muito importante das entradas é feita clandestinamente. Entretanto, no âmbito da descrição dos fatores que favorecem a entrada massiva de imigrantes indocumentados, em particular no norte de

⁴⁰ <https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/migracao-mario-20-07-23> , consultado a 10 de maio de 2024.

Moçambique, destaca-se ainda como catalisador deste fenómeno, a criação no ano 2001, do campo de refugiados de Maratane na província de Nampula que acolhe um número significativo dos refugiados provenientes da Região dos Grandes Lagos (República Democrática do Congo, Ruanda e Burundi). A criação deste centro é vista como sendo um dos fatores que condicionou a entrada no território moçambicano de imigrantes indocumentados, com o disfarce de refugiados.

Dados recolhidos no âmbito das entrevistas e *focus group*, revelaram igualmente que, os imigrantes optam por Moçambique pelo facto de a Tanzânia ter limitado a receção dos requerentes de asilo provenientes de países como Burundi, Congo e Somália, para além da superlotação do campo de refugiados no Quénia, ambos localizados na rota do fluxo da imigração que se regista em Moçambique.

Assim sendo, os imigrantes indocumentados entram no território moçambicano movidos pelas vulnerabilidades acima descritas e seguros da facilidade na aquisição fraudulenta de documentos que facilitam a sua inserção dentro do território nacional ou o prosseguimento da viagem tendo em vista o alcance de outros países, com destaque para a República da África do Sul. O fluxo da imigração ilegal impulsionou a entrada de indivíduos ligados a grupos radicais na sua maioria de nacionalidade tanzaniana, queniana, somaliana, assim como os provenientes de países marcados pelos conflitos armados (tal, como RDC– República Democrática do Congo), com preparação militar e associados ao crime organizado.

A situação torna-se grave porque como já foi referido anteriormente as FDS (Forças de Defesa e Segurança) não dispõem de meios adequados para a fiscalização do limite fronteiriço. Têm dificuldades ao nível dos sistemas de telecomunicação, fornecimento de eletricidade, entre outros meios que facilitariam a monitorização dos movimentos migratórios. A falta de energia elétrica condiciona igualmente o uso dos equipamentos de rastreio dos passaportes nos postos de travessia, tendo em conta os meios modernos usados nos demais postos fronteiriços que permitem a leitura de passaportes biométricos. De acordo com os entrevistados, numa tentativa de minimizar estes problemas, em 2012, ensaiou-se o uso de painéis solares, contudo, devido as dificuldades na assistência do equipamento alternativo, o projeto acabou por fracassar.

6.4.1 Regulamentação referente aos movimentos migratórios

A regulamentação dos movimentos migratórios em Moçambique é regida por diversos documentos, entre os quais se destacam: a convenção de Genebra de 28 de julho de 1951, considerada um

instrumento básico e essencial ao estabelecer padrões inerentes ao estatuto dos refugiados; e a Convenção Organização da União Africana (OUA) de 10 de setembro de 1969 assinada em Adis Abeba, referente aos constrangimentos específicos dos refugiados africanos. Os movimentos migratórios em Moçambique são igualmente regulados pela legislação refletida no quadro 17, sendo de destacar a Lei nº 5/93 de 28 de dezembro que descreve o regime jurídico do cidadão estrangeiro, fixando, designadamente, as normas de entrada, permanência e saída no território moçambicano, assim como os respetivos direitos, deveres e garantias. Através desta lei, por um lado, esclarece-se que a entrada no território moçambicano deve ser feita pelos postos fronteiriços oficiais e por outro, estabelece que os estrangeiros devem possuir passaporte com visto de entrada válido para o território moçambicano. O referido visto, deve ser emitido pelas entidades moçambicanas vocacionadas para o efeito.

Entretanto, alguns estudos (AAEE, 2021; Patrício, 2015; Forquilha & Pereira, 2022) referem que existe um número considerável de estrangeiros que entram em Moçambique através da fronteira Norte sem reunir os requisitos legais previamente estabelecidos e sem optar pelos postos fronteiriços existentes conforme o preconizado na lei. Para efeitos de travessia ilegal, em determinados casos, os imigrantes recorrem ao suborno da polícia e dos facilitadores, para além de recorrerem a caminhos que contornam os postos de travessia fronteiriça, conforme se pode aferir no quadro nº 18.

Quadro 18. Legislação moçambicana referente aos movimentos migratórios internacionais

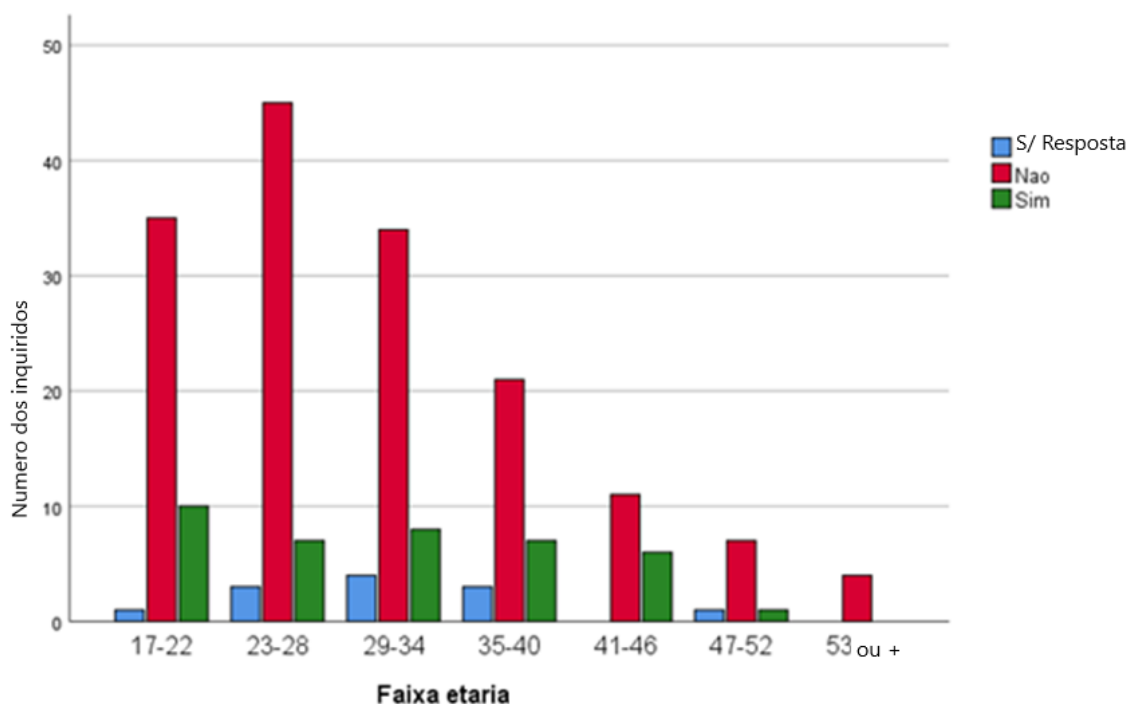
Dispositivo legal	Assunto
Decreto nº 38/91, de 5 de setembro	Cria a Estrutura Orgânica e Regulamento da Direção Nacional da Migração.
Lei nº 5/93, de 28 de dezembro	Estabelece o regime jurídico do cidadão estrangeiro fixando as respetivas normas de entrada, permanência e saída do país os direitos, deveres e garantias.
Decreto nº 57/2003, de 24 de dezembro	Contratação de trabalhadores estrangeiros.
Diploma ministerial nº 228/2005 de 25 de novembro	Vistos de fronteira.
Decreto nº 10/2006, de 05 de abril	Inspeção eletrónica de passaportes e não intrusiva de bagagens.
Decreto nº 12/2008, de 29 de abril	Novo modelo de visto e autorização de Residência biométricos e eletrónicos.
Decreto nº 13/2008 de 29 de abril	Introduz o passaporte biométrico e de leitura eletrónica.
Diploma Ministerial nº 140/2010, de 27 de agosto	Aprova as taxas de concessão, renovação ou substituição do Passaporte, Vistos, DIRE de leitura biométrica eletrónica.
Diploma Ministerial nº 262/2010 de 24 de dezembro	Reajusta as taxas de concessão, renovação ou substituição do Passaporte, Vistos, DIRE de leitura biométrica eletrónica.
Lei nº 4/2014 de 5 de fevereiro	Cria o Serviço Nacional de Migração (SENAMI).
Decreto nº 73/2014 de 9 de dezembro	Aprova o estatuto orgânico do SENAMI.
Diploma Ministerial nº 20/2017 de 2 de março	Autoriza a concessão do Visto de Fronteira aos Postos de Fronteira.
Diploma Ministerial nº 65/2019 de 5 de julho	Atualiza as taxas pela concessão, renovação ou substituição do Passaporte, Documentos de Viagem, Vistos e Documentos de Identificação e de Residência Para Estrangeiros (DIRE).

Fonte: Adaptado pelo autor a partir da legislação

6.4.2 Perceção e atuação da população local em relação aos imigrantes

Através dos resultados do inquérito aplicado foi possível perceber (Gráfico 10), que um número considerável (18.8%) do universo da população inquirida afirmou que já acolheu imigrantes indocumentados no seu agregado familiar. Este facto demonstra que em determinados casos a população fronteiriça contribui para a facilitação da imigração ilegal e a outras atividades associadas ao fenómeno.

Gráfico 10. Facilitação da imigração ilegal através do acolhimento no seio do agregado familiar

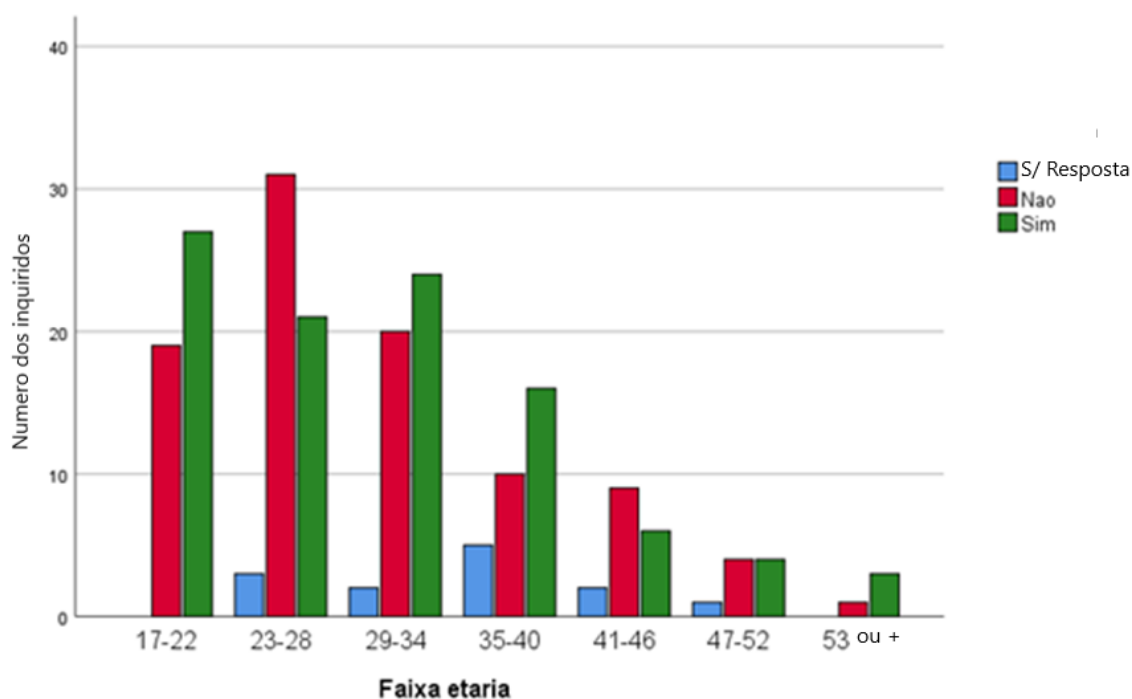


Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços de Cabo Delgado, 2023

Embora os dados reflitam que a maioria da população não acolhe imigrantes indocumentados, constatou-se que quem o faz é por norma população mais jovem. Por outro lado, apurou-se ainda que a população fronteiriça para além de acolher os imigrantes indocumentados auxilia a sua cobertura por forma a salvaguardar a sua clandestinidade.

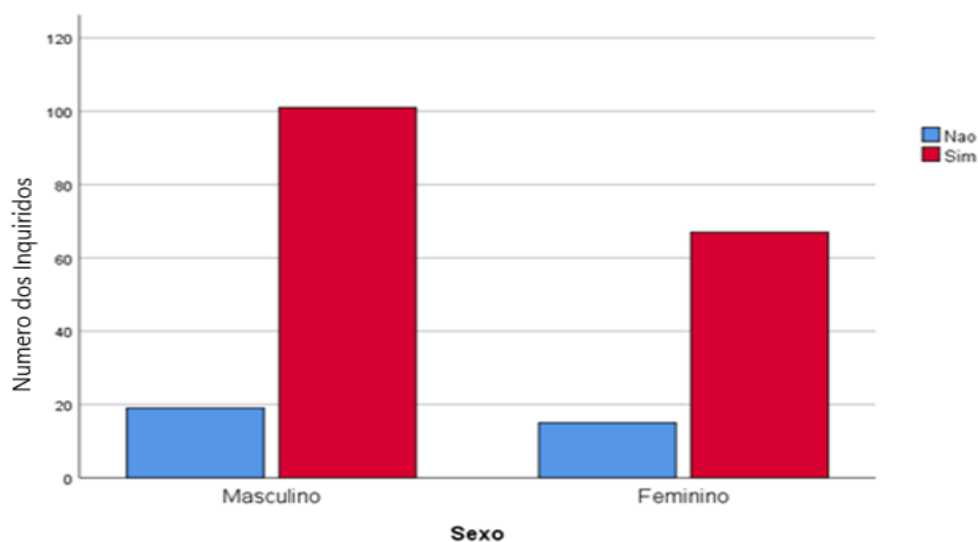
Embora as autoridades policiais se queixem da fraca colaboração da população fronteiriça, na denúncia da presença de imigrantes clandestinos e na monitorização dos fluxos migratórios, cerca 49.1% dos inquiridos manifestaram que têm noção da obrigatoriedade de colaborar com as autoridades (Gráfico 12).

Gráfico 11. Perceção da presença de imigrantes indocumentados



Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços de Cabo Delgado, 2023

Gráfico 12. Noção da obrigação de colaborar com as autoridades através de denúncias



Fonte:

Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços de Cabo Delgado, 2023

A perceção que a população inquirida tem relativamente às atividades que os estrangeiros presentes em Moçambique se dedicam são essencialmente o comércio, exploração mineira ou outras atividades

consideradas ilícitas tal como: terrorismo, tráfico de drogas, ou exploração ilegal de recursos naturais (Quadro 19).

Quadro 19. Principais atividades desenvolvidas pelos imigrantes

		N	Respostas Porcentagem
Atividades Dos Migrantes	Comércio	125	41.9%
	Exploração florestal	15	5.0%
	Exploração mineira	45	15.1%
	Prestação de Serviços	26	8.7%
	Tráfico de drogas	29	9.7%
	Terrorismo	54	18.1%
	Outros	4	1.3%
Total		298	100.0%

Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzânia em Cabo Delgado, 2023

Em relação ao envolvimento da população local na facilitação da imigração ilegal e em certos casos a polícia de fronteira, numa das entrevistas concedidas por um agente da PRM⁴¹ descreveu os seguintes factos:

“O esquema de imigração ilegal é feito de várias formas, sendo de destacar o crime organizado que envolve moçambicanos e tanzanianos que trabalham em coordenação. Do lado tanzaniano tem jovens facilitadores que se dedicam à identificação de indivíduos que pretendem entrar em Moçambique sem a devida documentação. Por outro lado, cabe aos facilitadores do lado moçambicano conseguirem pessoas que cedam os Bilhetes de Identidade (BI), assento de registo de nascimento ou cédula moçambicana, em troca de mil a mil e quinhentos meticais, por forma a garantir que ao receber os imigrantes indocumentados sejam distribuídos os documentos moçambicanos. Após esta fase caberá aos que tiverem assumido o documento para colarem a sua foto por cima da fotografia do legítimo dono e procurarem memorizar a informação que consta no respetivo documento. De referir que os que vendem os documentos de identificação são designados de alugueres de assento. Para facilitar a memorização, alguns chegam a escrever os nomes nas mãos ou em outras partes do corpo por temerem esquecer. Para finalizar o processo, o facilitador moçambicano identifica um transporte de passageiros e coordena com o motorista por forma a serem conduzidos até às sedes dos distritos ou

⁴¹ Entrevista concedida a um agente da Polícia da República de Moçambique no dia 8 de agosto de 2021, que descreveu os factos tendo como base a experiência vivida no Posto de Travessia de Mandimba.

aos centros urbanos. O processo de aquisição de documento moçambicano e o transporte chega a custar a cada imigrante indocumentado o valor mínimo de oito mil meticais”.

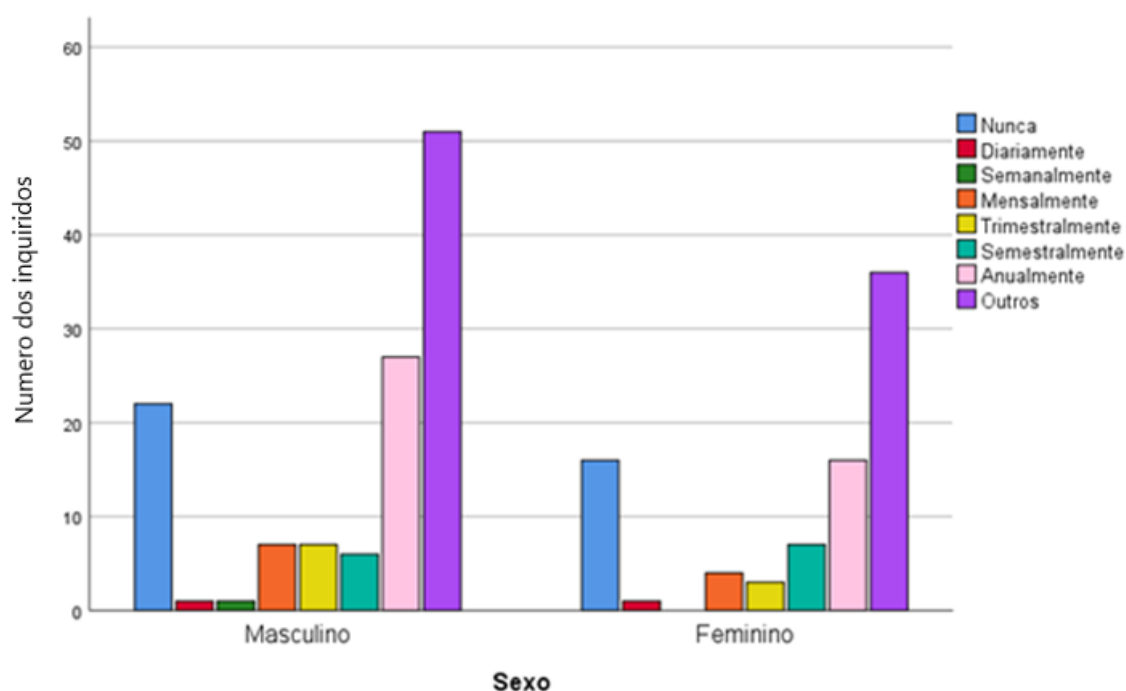
Nota-se que, os três postos de travessia da fronteira entre Moçambique e Tanzânia são considerados recentes, na medida em que foram formalmente instituídos através do Diploma Ministerial nº 20/2017, de 2 de março na perspetiva de facilitar a travessia legal dos migrantes. Associado a este facto, numa outra entrevista⁴² efetuada no Posto de Travessia do Segundo Congresso, no distrito de Sanga na província do Niassa, foi referido que antes da criação dos aludidos postos de travessia, os migrantes, particularmente a população fronteiriça, atravessavam a fronteira em qualquer sítio, recorrendo a vários caminhos. Neste sentido, as formalidades impostas através dos postos de travessia passam a ser são consideradas como barreiras para a mobilidade da população, dado que a população daquela área fronteiriça não tinha nenhum histórico de impedimento para efeitos de travessia, antes da aprovação dos referidos postos. Daí que, de certa forma, as detenções sistemáticas de imigrantes indocumentados nas províncias de Niassa e Cabo Delgado, ao longo da fronteira entre Moçambique e Tanzânia se enquadram no conjunto das práticas e costumes daquelas populações. Por outro lado, são descritas como sendo uma das evidências da porosidade fronteiriça entre os dois territórios.

No que diz respeito à mobilidade transfronteiriça mais comum, descrita pelos inquiridos ao longo da fronteira em estudo, destacam-se os da população moçambicana que se desloca à Tanzânia para poderem usufruir de determinados serviços públicos, (hospitalares, escolares e outros), por questões de convívios familiares, ou trocas comerciais transfronteiriças com destaque para a venda de cereais de Moçambique para Tanzânia ou para a aquisição de bens como bicicletas, motas e rádios, da Tanzânia para Moçambique.

A este propósito Forquilha & Pereira (2022) descrevem as dinâmicas da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia, destacando que os movimentos migratórios ao longo daquela fronteira não se limitam apenas ao comércio transfronteiriço legal, dado que também existe contrabando, tráfico e imigração ilegal, que alimenta redes diversificadas do crime organizado. De um modo geral, o fluxo dos moçambicanos que emigram para Tanzânia é frequente e de curta duração, variando de um dia a um semestre conforme ilustra o gráfico 13. Nota-se no referido gráfico que os homens tendem a imigrar com mais regularidade se comparado com as mulheres, facto que justifica o papel de provedor que o homem assume no agregado familiar, com particular destaque naquela região do país.

⁴² Informação colhida num contato estabelecido com oficiais das FDS no dia 06 de agosto de 2021

Gráfico 13. Regularidade com que a população inquirida atravessa o limite fronteiriço



Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços de Cabo Delgado, 2023

Os estudos dedicados ao fenómeno do terrorismo no Norte de Moçambique anteriormente referenciados, convergem ao indicar que a porosidade da fronteira Norte de Moçambique é uma das principais vulnerabilidades que facilita a entrada de imigrantes e armamento bélico que concorre para a insegurança que assola o país com maior destaque para a província de Cabo Delgado.

Referindo-se à relação entre a imigração ilegal e à insurgência, Forquilha & Pereira (2022) destacam como exemplo que “o perfil das lideranças que levaram a cabo o ataque a Mocimboa da Praia, a 5 de outubro de 2017, constata-se que todos tinham uma ligação com a Tanzânia por via do comércio, dos estudos em madraças tanzanianas (...)” (p. 41).

Através dos resultados do inquérito foi possível perceber que cerca de 35% dos inquiridos revelaram que ao atravessar a fronteira não é exigido nenhum tipo de documento, porém os mesmos revelaram que têm a noção dos requisitos necessários para efetuar os movimentos migratórios de um país para o outro.

Quadro 20. Documentos exigidos para efeitos de travessia nos postos fronteiriços

		N	Respostas Percentagem
Indocumentado	Passaporte	69	31.8%
	Declaração de residência	53	24.4%
	Outros	16	7.4%
	Nenhum	79	36.4%
Total		217	100.0%

Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzânia em Cabo Delgado, 2023

Em relação a este aspeto Mahavene (2020, p. 279) refere que “a maioria da população moçambicana é indocumentada, situando os registos de nascimento abaixo de 50%”. Assim, o facto de muitos imigrantes não apresentarem nenhum documento ao atravessar os postos fronteiriços ou os postos simplificados de passagem deve-se, também, de certo modo, ao deficiente registo de nascimento, pressuposto básico para a tramitação dos demais documentos individuais. Por outro lado, a falta de registo de nascimento para efeito da emissão do primeiro documento básico de identificação pessoal, é descrita como um dos constrangimentos de vários povos africanos. Ao nível do território tanzaniano o registo de identificação no período pós-natal é ainda mais deficitário do que no contexto moçambicano, onde, apesar de tudo, o governo tem desenvolvido campanhas e tem disseminado serviços de registo para efeitos de identificação em determinadas unidades hospitalares que contém os serviços de maternidade.

Entretanto, para além dos movimentos transfronteiriços da população entre os dois países, estudos realizados pela AAEE (2021), remetem para a chegada frequente de imigrantes indocumentados provenientes de países como Eritreia, Etiópia, Somália, Quênia e Uganda que se aproveitam da porosidade daquela fronteira para entrarem no território moçambicano. O estudo aponta ainda que, as ações do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) naqueles países, são as impulsionadoras das referidas migrações. Agrega-se à causa anteriormente descrita, as guerras na região dos Grandes Lagos, as perseguições políticas no Ruanda, a pobreza extrema e os conflitos étnicos no Burundi, a escassez de recursos naturais e solos aráveis no Malawi assim como a escassez de oportunidades de emprego no território tanzaniano.

Entretanto, no âmbito da presente investigação apurou-se que os fluxos de imigrantes que optam por entrar no território moçambicano através da fronteira norte são sobretudo de nacionalidade tanzaniana,

etíope, somaliana, burundesa, queniana ou ruandesa. Por outro lado, de acordo com o Serviço Nacional de Migração (SENAMI) na província de Cabo Delgado destacam-se os fluxos de paquistaneses e bengalis.

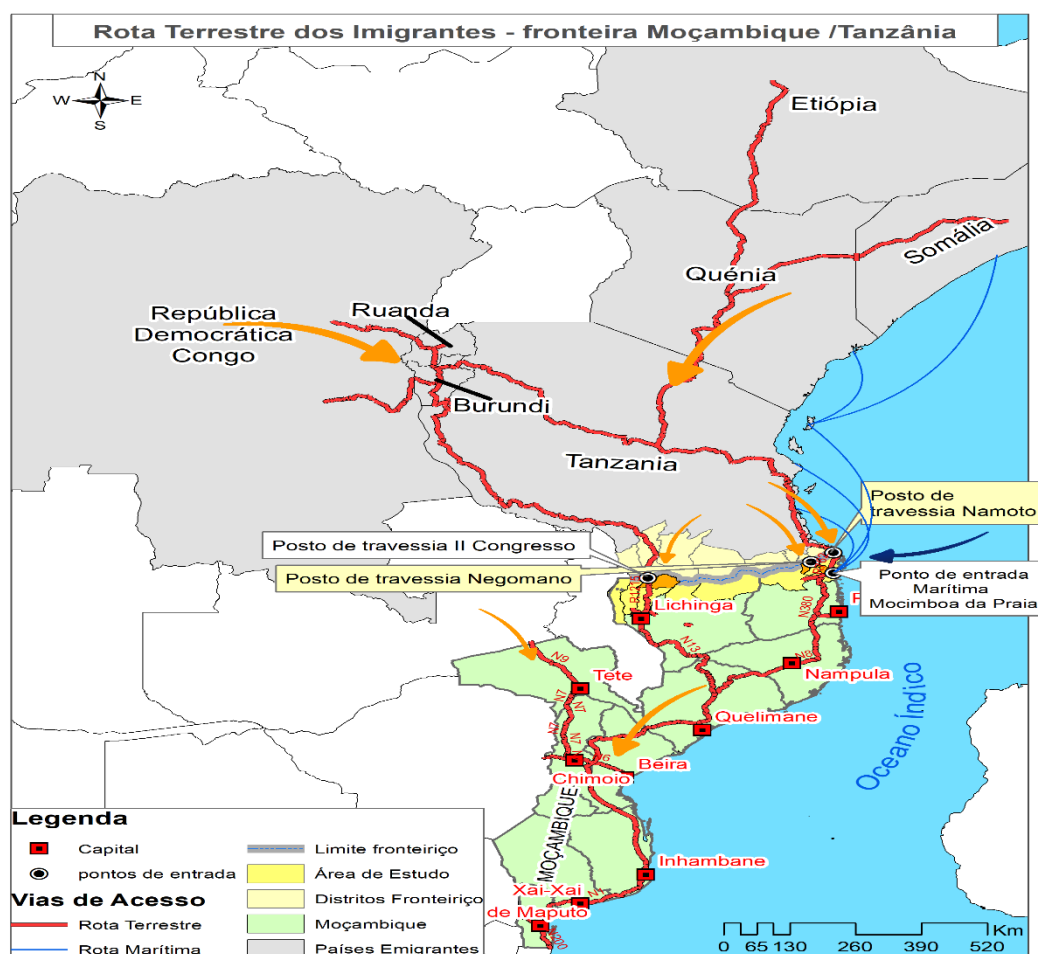
Tendo por base os dados recolhidos no Instituto de Mares e Fronteiras – IMAF (2023), os principais pontos de entrada usados pelos imigrantes de nacionalidade congoleza, burundesa, ruandesa, etíope e somaliana são os distritos de Palma e Mocimboa da Praia, na Província de Cabo Delgado, e a fronteira do Il Congresso⁴³, na Província de Niassa. Em relação aos imigrantes indocumentados provenientes de Etiópia e Somália, estes optam pela via marítima através de embarcações na sua maioria de origem queniana. Os mesmos, quando optam pela via terrestre seguem a mesma rota com os congolezes, entrando no território moçambicano por Palma, Mocimboa da Praia e Sanga.

Porém, na rede de imigração ilegal que se regista nas províncias fronteiriças com a Tanzânia, aferiu-se no decurso do estudo⁴⁴, que nesta área, as redes são sobretudo controladas por paquistaneses e somalis. Os paquistaneses se destacam no apoio à imigração dos seus compatriotas e dos bengalis, enquanto os Somalis atuam na facilitação do reagrupamento familiar e na facilitação de etíopes e quenianos. Devido ao ambiente de insegurança na província de Cabo Delgado estes fluxos entram pelo posto fronteiriço de Negomano, e posteriormente são transportados até à Cidade de Pemba onde encontram os respetivos empregadores. Estes responsabilizam-se pela inserção na dinâmica sócio-económica local, e agilizam a tramitação fraudulenta de documentos por forma a legitimar a condição de imigrante ou a facilitar a mobilidade para os que pretendam seguir viagem. No grupo dos imigrantes que prosseguem viagem destacam-se os que normalmente se dedicam a atividades comerciais. Estes, ao atravessarem o Posto de Negomano dirigem-se para os distritos de Mueda, Montepuez e de seguida rumam para Nampula, sem necessariamente passar pela capital Pemba (Figura 14 e quadro 21).

⁴³ A opção pela fronteira do Segundo Congresso notabilizou-se com a intensificação dos ataques terroristas na província de Cabo Delgado. Sendo que, desde os princípios de 2024, se regista, em média, a entrada de 50 viaturas por semana, contudo sem nenhum mecanismo de scanner das mercadorias.

⁴⁴ Entrevista e *focus group* efetuados aos oficiais do SENAMI em janeiro de 2023, sendo que destacaram ainda que em tempos, facilitavam a entrada de imigrantes indocumentados recorrendo a via aérea, porém com a limitação dos voos internacionais para o aeroporto de Pemba estes, passaram a recorrer a via terrestre entrando clandestinamente.

Figura 14. Rota terrestre dos imigrantes na fronteira entre Moçambique e a Tanzânia



Fonte: Adaptado pelo autor na base das cartas do CENACARTA (2023)

De um modo geral, os imigrantes que prosseguem com a viagem têm como destino a Cidade de Nampula, Beira, Maputo e em alguns casos o objetivo é chegar à República Sul Africana. Os que permanecem na província de Cabo Delgado tendem a envolver-se na exploração ilegal de recursos minerais em Montepuez, Balama, Namuno e Ancuabe. Importa referir que, em determinados casos os imigrantes com interesse na exploração de recursos minerais e florestais não se deslocam até a capital provincial (Pemba), dado que o sistema de aquisição de documentos por via fraudulenta é acionado, sobretudo, nas sedes dos distritos de Nangade e Montepuez.

Entretanto, as rotas terrestres da imigração ilegal no percurso fronteiriço entre Moçambique e Tanzânia são descritas de forma pormenorizada e sistematizada no quadro abaixo.

Quadro 21. Rotas usadas pelos imigrantes indocumentados na travessia da fronteira entre Moçambique e a Tanzânia

Ponto de Entrada		Observações
Tanzânia	Moçambique	
Província de Mtwara – Distrito de Tandahimba	Província de Cabo Delgado – Distrito de Nangade	Através da zona de Nchichila na Tanzânia, entram no território nacional pelos povoados de Miola – Muhia.
Província de Mtwara – Distrito de Newala	Província de Cabo Delgado – Distrito de Nangade	Através da zona de Nchichila na Tanzânia, entram no território nacional pelos povoados de Chikwaia 1 e 2 em Litingina e Nangololo
Província de Mtwara – Distrito de Tandahimba	Província de Cabo Delgado – Distrito de Palma	Através da zona de Kianga-Chini-Maembe na Tanzânia têm acesso à Nhica do Rovuma
Província de Rovuma – Distrito de Mbinga	Província de Niassa – Distrito de Lago	A partir de Mkupeia no Distrito de Mbinga, introduzem-se no Posto Administrativo de Cobwè e deste ponto movimentam-se para outros destinos.
Província de Rovuma – Distrito de Mbinga	Província de Niassa – Distrito de Sanga	A partir de Mkupeia no Distrito de Mbinga, introduzem-se na localidade de Lupilichi, de onde alugam moto-taxi e fazem o percurso, Sanga- Cidade de Lichinga-Nampula, até Cabo Delgado.
Província de Rovuma – Distrito de Mbinga	Província de Niassa – Distrito de Lago	Através do porto fronteiriço de Mbamba Bay, deslocam-se de barco, pelo Lago Niassa até ao Posto fronteiriço de Cobwè, deste ponto seguem para Metangula, Lichinga e Marrupa, por onde entram na Província de Cabo Delgado.

Fonte: Adaptado pelo autor na base dos dados facultados no âmbito das entrevistas *e focus group*.

Conforme foi anteriormente descrito, devido ao ambiente de insegurança que se regista em Cabo Delgado, estas rotas são maioritariamente usadas por indivíduos cujo objetivo é o de obter o maior proveito financeiro, a qualquer custo e como tal muitos organizam-se ou integram redes criminosas de (tráfico de drogas, terrorismo, tráfico de seres humanos, exploração ilegal de recursos naturais, etc.). Outrossim, faz-se referência ao facto de alguns imigrantes que temem a presença dos insurgentes, contornarem a fronteira entre os dois países, recorrendo ao Malawi como “porta de entrada” em Moçambique, através do Posto de Travessia de Mandimda em Niassa ou Zobwe em Tete.

6.4.3 Motivações e implicações da imigração indocumentada no Norte de Moçambique

As motivações que levam à imigração clandestina ou indocumentada são variadas e podem ser analisadas segundo a perspetiva do local de partida ou do local de destino. A imigração clandestina vista na perspetiva do local de partida, é associada a um conjunto de fatores, dos quais destacam-se a pobreza, perseguições políticas, clima e meio ambiente ou a busca de melhores condições de vida.

De acordo com os resultados obtidos através do inquérito, foi possível perceber que uma parte significativa de imigrantes indocumentados, presentes no norte de Moçambique (sobretudo tanzanianos e malauianos), fogem da pobreza extrema dos seus territórios de origem. Este fator concorre para que determinados grupos de imigrantes, tendo chegado a Moçambique, sejam mais permeáveis ao recrutamento pelos grupos armados que protagonizam atos de terrorismo na região, aliciados pela promessa de amealharem somas significativas de dinheiro. Por outro lado, a condição de clandestinidade associada à pobreza é descrita como o fator básico para que os imigrantes aceitem empregos precários, caracterizados pela inobservância dos ditames da lei do trabalho, cumprindo horários de trabalho mais alargados, usufruindo de salários abaixo do salário mínimo em vigor no país.

Em relação às perseguições políticas, constatou-se que em alguns casos os imigrantes fogem dos seus países de origem por temerem a violação dos direitos humanos ou por contenciosos políticos. As perseguições políticas afetam sobretudo burundeses e ruandeses que fogem dos seus países e das forças governamentais.

À semelhança do que se regista em vários países um dos principais motivos que induz os fluxos migratórios prende-se com a família. No caso dos dados obtidos na presente investigação aferiu-se que alguns imigrantes indocumentados chegam a Moçambique para se reunir com as suas famílias, que já imigrado anteriormente. Nota-se que, conforme foi descrito anteriormente, os primeiros a imigrarem desempenham o papel de facilitadores no âmbito de inserção social e económica dos imigrantes chegados à posteriori.

Por sua vez, os eventos climáticos extremos, como as inundações, as secas prolongadas, tem vindo a forçar as populações a migrarem, assim como, a encontrarem outras formas de subsistência.

Assim, é frequente que uma parte significativa dos imigrantes se dediquem às atividades económicas disponíveis, como é o caso da atividade comercial, da exploração dos recursos naturais, em particular os recursos minerais que são descritos como refúgio às adversidades impostas pelas mudanças climáticas.

É importante notar que as motivações para a imigração clandestina são complexas e variam de acordo com cada indivíduo e situação específica. Desta forma, destaca-se como uma das motivações da migração, a busca de melhores condições de vida. A população fronteiriça entende que parte significativa dos imigrantes são movidos pela procura de melhores condições de vida ou de subsistência, acesso a melhores cuidados de saúde, educação e segurança para as famílias. Mas sobretudo os imigrantes procuram emprego.

Quadro 22. Principais motivações da imigração, na perspetiva da população inquirida

		N	Respostas Porcentagem
Motivação da imigração	Comércio	93	33.6%
	Exploração florestal	18	6.5%
	Exploração mineira	43	15.5%
	Trânsito para RSA	12	4.3%
	Tráfico de de órgãos	51	18.4%
	Terrorismo	56	20.2%
	Outros	4	1.4%
Total		277	100.0%

Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzania em Cabo Delgado, 2023

Das razões descritas no quadro nº 22, é perceptível que a população inquirida tem noção de que alguns imigrantes se deslocam para Moçambique para trabalhar, sobretudo em atividades relacionadas com o comércio ou exploração de recursos florestais ou minerais, mas outros dedicam-se a atividades ilícitas ou criminosas de tráfico de pessoas, droga, órgãos ou armas, atividades estas que colocam em causa a segurança nacional. Mas também existem casos em que os imigrantes assumem determinadas atividades de fachada, neste sentido, destacam-se os somalis que se envolvem em atividades comerciais para disfarçar o alegado interesse em financiar o terrorismo. Por outro lado, temos os burundeses que entram no território moçambicano ao abrigo da situação de asilo, contudo, volvido algum tempo, tornam-se comerciantes de destaque em particular na venda de produtos alimentares em mercearias. O facto, de num curto espaço de tempo, se tornarem agentes económicos de

referência ao nível daqueles distritos, cria suspeitas do seu envolvimento em redes de lavagem de dinheiro.

Quadro 23. Principais nacionalidades dos imigrantes no Norte e as respetivas motivações para escolherem Moçambique

Principais nacionalidades	Motivações invocadas para efeitos de imigração	Possíveis ilícitos associados
Tanzaniana	A procura de melhores condições de vida; Trânsito para a RSA.	Envolvimento em atos de terrorismo; exploração ilegal de minerais; financiamento de terrorismo; exploração ilegal de madeira; caça furtiva; tráfico de drogas; tráfico de seres humanos (albinos).
Somaliana	Trânsito para a RSA; Atividade comercial.	Envolvimento em atos de terrorismo; financiamento de terrorismo; lavagem de dinheiro; facilitação de imigração ilegal; tráfico de seres humanos; exploração ilegal de minerais.
Etíopes	Trânsito para a RSA; Atividade comercial.	Lavagem de dinheiro; exploração ilegal de minerais.
Queniana	Trânsito para a RSA; Atividade comercial.	Envolvimento em atos de terrorismo; exploração ilegal de minerais; financiamento de terrorismo; treinamento de terroristas; tráfico e fornecimento de armamento bélico aos terroristas.
Ruandesa	Trânsito para a RSA; Atividade comercial; Asilo político.	Lavagem de dinheiro; facilitação de imigração ilegal; exploração ilegal de recursos naturais.
Burundesa	Trânsito para a RSA; Atividade comercial; Asilo político.	Lavagem de dinheiro; facilitação de imigração ilegal (destinados ao terrorismo); exploração ilegal de recursos naturais.
Paquistanesa	Atividade comercial.	Lavagem de dinheiro; exploração ilegal de minerais; facilitadores de imigração ilegal.
Chinesa	Desenvolvimento da atividade empresarial; Atividade comercial.	Exploração ilegal de madeira; exploração ilegal de minerais com destaque para rubis.

Fonte: Trabalho de Campo com *Focus Group*, em Niassa e Pemba, 2021 e 2023.

Os tanzanianos, destacam-se por constituírem um dos maiores fluxos de imigrantes indocumentados que se deslocam para o norte de Moçambique, com o pretexto de procurar melhores oportunidades de sobrevivência. Porém, as autoridades locais referem que é frequente o seu envolvimento na exploração ilegal dos recursos naturais, abate indiscriminado da fauna (sendo que alguns animais estão em vias de extinção), tráfico de drogas (parte significativa da droga que circula no norte de Moçambique entra pelo território tanzaniano), tráfico de seres humanos com particular destaque para os portadores de albinismo.

Por outro lado, os imigrantes indocumentados de nacionalidade tanzaniana e somaliana imigram com o intuito de se envolver com o grupo dos insurgentes que criam insegurança através de atos de terrorismo no norte de Moçambique. Em relação ao envolvimento dos imigrantes indocumentados provenientes da Tanzânia, aferiu-se durante a investigação que alguns entrevistados estabelecem uma relação entre os recursos financeiros adquiridos no âmbito da exploração ilegal de recursos minerais com o narcotráfico, sendo fonte de financiamento do terrorismo em Cabo Delgado. Aponta-se como uma das provas, a apreensão de quantidades significativas de drogas pesadas nas operações que culminaram com a recuperação de determinados locais que vinham sendo ocupados pelos insurgentes (terroristas).

Por outro lado, constatou-se no decurso do estudo, que a maioria dos efetivos do grupo dos insurgentes é recrutado na Tanzânia e entram no território nacional na qualidade de imigrantes indocumentados. As mesmas fontes, relatam que os referidos imigrantes indocumentados que desestabilizam o norte de Moçambique são recrutados na Tanzânia, treinados no Congo e entram no território nacional através do posto de travessia de Namoto, no posto administrativo de Quionga, para desencadear atos de terrorismo.

Entretanto, diante da problemática associada a imigração, revela-se oportuno o reforço das políticas de imigração e a cooperação internacional tendo em vista o aprimoramento das medidas de monitorização dos fluxos migratórios e na abordagem humanitária apropriada para as questões associadas ao asilo político.

Outras implicações que advêm dos fluxos migratórios colocam-se ao nível da ordem social, económica e política. No que diz respeito às implicações sociais, constatou-se no decurso do estudo que estas

existem, sendo de destacar o emergir paulatino de diversidades culturais. A imigração tem impulsionado no território moçambicano, em particular na zona norte, uma diversidade cultural complexa, pois, é cada vez mais notória a mistura de culturas, línguas e tradições distintas das praticadas pelos nacionais. E de acordo com os resultados dos inquéritos e das entrevistas, foi perceptível o receio de se desenvolverem conflitos étnicos potenciados pelo facto de parte da população autóctone considerarem que os imigrantes para além de explorarem recursos naturais de forma predatória (que deveriam beneficiar aos nacionais), lhes retiram oportunidades de emprego e espaço para o desenvolvimento da atividade comercial.

Assim sendo, do universo dos inquiridos, 76.1 % apontam os conflitos sociais e militares, como uma das implicações da imigração ilegal. Importa referir que ao role dos conflitos referenciados se agrega a problemática do terrorismo e da insegurança que assola a zona norte de Moçambique.

Quadro 24. Implicações sociais da imigração

		N	Respostas Porcentagem
Implicações Sociais	Conflitos	159	76.1%
	Multiculturalidade	37	17.7%
	Competição	11	5.3%
	Outras	2	1.0%
Total		209	100.0%

Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzania em Cabo Delgado, 2023

Estes fluxos migratórios também têm reflexo na estrutura demográfica da região. Neste caso específico, o fluxo de imigrantes legais e indocumentados tem sido descrito como constituído maioritariamente por jovens do sexo masculino. Assim, a chegada destes indivíduos desequilibra a distribuição por sexo da população local com um excesso de homens. Esta situação também cria receio e insegurança uma vez que têm aumentado o índice de criminalidade com destaque para as violações de mulheres

Em relação às implicações económicas, destaca-se a acentuada concorrência no mercado de trabalho, pois tratando-se de um país em vias de desenvolvimento, o nível de oferta de emprego é considerado baixo. Por outro lado, as remessas monetárias enviadas pelos imigrantes para os países de origem, contribuem para o desenvolvimento e melhoria de vida nesses países, sendo que frequentemente não cumprem com as obrigações fiscais em Moçambique. Porém, os fluxos migratórios são também descritos como catalisadores da diversificação da economia, na medida em que são associados a novas dinâmicas que a economia moçambicana tem vindo a registar. Parte significativa dos negócios

bem-sucedidos na zona de estudo, resultam do empreendedorismo dos imigrantes, com destaque para imigrantes indocumentados.

Porém, constatou-se, nas auscultações efetuadas junto das comunidades fronteiriças⁴⁵, que a imigração tem sido catalisadora do surgimento de movimentos radicais e extremistas religiosos que vão recrutar jovens oriundos das comunidades locais e das províncias fronteiriças para integrarem os seus grupos. A esse respeito, numa entrevista⁴⁶ um agente da Polícia da República de Moçambique (PRM), refere,

“Nas vésperas da eclosão da insurgência foram recrutados jovens ao nível da província de Cabo Delgado, por migrantes provenientes de Tanzânia e outros países com predominância da religião islâmica, alegando que se pretendia o ensinamento e especialização no Alcorão, na perspetiva de serem *sheiks* em algumas mesquitas. Este argumento levou a que alguns pais entregassem os seus filhos para a referida formação, porém, o que se notava ao regressar, era um comportamento desviante, de extremismo e radicalismo. A *África Mussilm Agence* é uma das organizações que mais se destacou neste movimento de recrutamento de jovens para Sudão, Arábia Saudita e Síria. É nesse contexto que esses jovens, juntos com os de nacionalidade tanzaniana vieram a criar insegurança no norte de Moçambique.”

6.4.4 Mecanismos de mitigação da imigração indocumentada

A crescente onda de ameaças impostas pelos fluxos da migração irregular associados à porosidade das fronteiras, forçou vários países a adotarem políticas migratórias restritivas e um controlo rigoroso das suas fronteiras, tendo em vista regular a circulação de pessoas e bens. Das referidas ameaças, destacam-se os grupos terroristas e as ligações ao crime organizado transnacional que aproveitando a vulnerabilidade das fronteiras desestabilizam a estrutura social, económica e política dos Estados.

Neste sentido, de acordo com informações recolhidas no Posto de travessia do Segundo Congresso, em Sanga na Província do Niassa, em agosto de 2021, o sistema de controlo dos migrantes consiste na (i) verificação do passaporte⁴⁷ por forma a aferir a nacionalidade do portador, (ii) verificação da validade do documento bem como da sua autenticidade, (iii) a concordância entre o utente e o retrato

⁴⁵ *Focus Group* na Cidade de Pemba, em janeiro de 2023

⁴⁶ Entrevista efetuada na Cidade de Pemba, a 18 de janeiro de 2023

⁴⁷ O Posto de Travessia do Segundo Congresso em Sanga, destaca-se por ser o único na fronteira entre Moçambique e Tanzânia com o sistema de leitura de passaportes biométricos a funcionar, porém, sem scanner para a fiscalização de mercadorias independentemente do volume.

que consta no documento; (iv) a validade do visto, e algumas perguntas ao portador, dependendo dos casos. Embora a população daquele ponto fronteiro tenha revelado que muitos imigrantes atravessam a fronteira sem nenhuma documentação, os dados disponibilizados naquele Posto, referem que a nenhum cidadão é permitido atravessar a fronteira sem apresentar a documentação prevista na lei.

Figura 15. Ponte sobre o Rio Rovuma no posto de travessia do Segundo Congresso em Niassa.



Fonte: Autor (agosto de 2021)

Convém, no entanto, salientar que se tratando de informações dos populares, que desabonam a atividade das forças policiais no cumprimento das suas atribuições, torna-se evidente que os oficiais da segurança não comunguem o mesmo posicionamento que a população.

Entretanto, no caso moçambicano as ações de controle da imigração ilegal, não se esgotam nas fronteiras físicas naturais ou no escrutínio de pedidos de vistos de entrada no país. Estas ações manifestam-se igualmente, dentro do território nacional, ou seja, o controle da imigração ilegal no contexto interno, consiste em atividades de fiscalização da legalidade dos estrangeiros, por forma a aferir dados como, o cumprimento do tempo de permanência solicitado, certificação da conformidade entre o que foi declarado no ato de entrada e o que se está efetivamente a realizar.

Os mecanismos de controle dos pressupostos de entrada no país têm em vista a verificação de possíveis entradas de imigrantes procurados pela justiça nacional ou internacional. De igual modo, a fiscalização nas fronteiras tem em vista salvaguardar os interesses nacionais, através do combate ao contrabando, tráfico de drogas e pessoas e do contrabando de armas de fogo.

Assim, como resultado desta investigação podemos apresentar algumas medidas que têm por objetivo o reforço do controle e mitigação das migrações irregulares:

- 1- Fortalecimento de cooperação internacional, o que pressupõem trabalhar em conjunto com outros países, de modo a partilhar informações, recursos e boas práticas no combate à imigração irregular;
- 2- Investimento em tecnologias de vigilância e controle de fronteiras, com a aquisição de dispositivos como drones, sensores, câmaras de alta resolução, entre outros;
- 3- Aumento dos salários das forças policiais do SENAMI e das FDS por forma a reduzir os índices de corrupção;
- 4- Agravamento das medidas punitivas para os traficantes de pessoas, através da implementação de leis rigorosas e penas severas para os envolvidos no referido tráfico de humanos;
- 5- Incentivo ao desenvolvimento económico, através da promoção de oportunidades de empregos nos países de origem a fim de reduzir a propensão para a imigração ilegal;
- 6- Flexibilização dos processos de solicitação de asilo e refúgio no seio das instituições correspondentes, com particular destaque para o Centro de Acolhimento de Maretane, em Nampula, por forma a garantir que os imigrantes que realmente precisam de proteção, recebam ajuda humanitária de forma adequada.

As ideias acima arroladas são complementadas com os dados recolhidos através do inquérito, onde 36.8% do universo dos inquiridos entende que a mitigação do fenómeno da imigração ilegal passa necessariamente pela combinação das demais estratégias arroladas conforme ilustra o quadro 25.

Por outro lado, a população inquirida defende igualmente a alternativa política para o controlo das migrações ilegais, o que de certa forma converge com a posição do Seda (2017, p. 112) ao defender que os “Estados necessitam de cooperar em matérias de segurança por intermédio das organizações internacionais”.

Quadro 25. Estratégias de mitigação da imigração ilegal

	N	Respostas Porcentagem
Políticas	33	13.4%
Econômicas-Sociais	37	15.0%
Militares	82	33.2%
Combinadas	91	36.8%
Outras	4	1.6%
Total	247	100.0%

Fonte: Inquéritos à população reassentada em Pemba, proveniente dos distritos fronteiriços com a Tanzânia em Cabo Delgado, 2023

Dada a relevância do envolvimento das comunidades na solução dos problemas locais entende-se que é necessário trabalhar com os líderes comunitários dos dois lados da fronteira, pois o fator pobreza torna-os vulneráveis. Porém, as suas áreas de jurisdição são caracterizadas por recursos naturais valiosos. Assim sendo, perante as dificuldades de acesso aos recursos financeiros e outros bens básicos para a sua sobrevivência, os imigrantes aproveitando-se dessa fraqueza, aliciaram e delapidaram os recursos naturais. Neste sentido, por um lado, se revela preponderante a sensibilização da população por forma a participar ativamente na proteção dos recursos naturais nacionais e por outro considera-se importante a promoção da justiça social para garantir que a população se identifique com as políticas da governação.

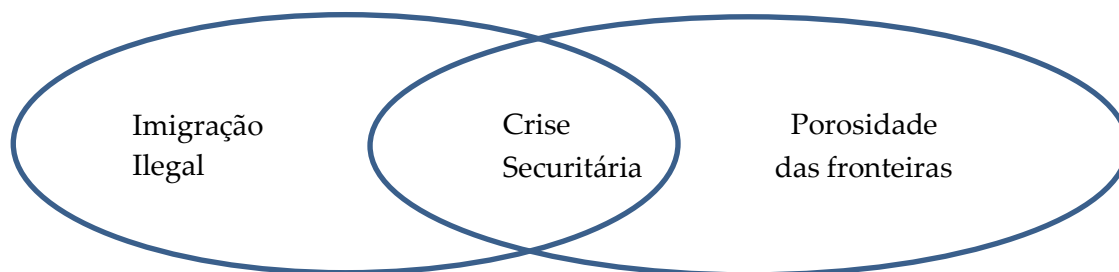
A convergência dos demais intervenientes em apostar em medidas securitárias é impulsionada pela situação atual de insegurança no território moçambicano, com destaque para a província de Cabo Delgado que tem sofrido ataques constantes contra civis, destruição de infraestruturas públicas e privadas assim como das subunidades das Forças de Defesa e Segurança. Agrega-se a este posicionamento, as evidências de relatos⁴⁸ sobre o envolvimento de alguns imigrantes indocumentados no tráfico de armamento bélico e na presença dos mesmos no seio dos referidos atacantes.

Por fim, convém salientar que de acordo com informações recolhidas com a presente investigação, a maioria das lideranças terroristas (que fragilizam o sistema securitário da fronteira norte) é composta por imigrantes, daí a relação intrínseca entre a imigração ilegal, a porosidade das fronteiras e a

⁴⁸ Segundo um magistrado entrevistado em Lichinga no dia 09 de agosto de 2021, foram neutralizados na província de Niassa naquele ano, imigrantes com armas de fogo contrabandeadas. O magistrado acrescentou que os referidos imigrantes indocumentados atravessaram um dos postos fronteiriços entre Moçambique e Tanzânia em troca de cinquenta mil meticais.

insegurança que se regista nas províncias fronteiriças com a República da Tanzânia, conforme a figura nº 15.

Figura 16. Diagrama sobre a relação das diretrizes do estudo



Fonte: Adaptado pelo autor.

6.5 Síntese

A porosidade fronteiriça ao nível da fronteira entre Moçambique e Tanzânia é impulsionada pelos fatores naturais e humanos. O fator natural manifesta-se através da oscilação do caudal e do curso do rio Rovuma ao longo das estações. Por outro lado, destaca-se o fator humano através da intervenção do Ser Humano, na deturpação da linha de fronteira e na facilitação da inobservância das regras estabelecidas para a travessia de pessoas e bens nos postos fronteiriços. Em certos casos, constata-se a falta de referências precisas na delimitação da fronteira, o que de certa forma remete para o desconhecimento por parte da população das zonas limitrofes e consequentes conflitos na disputa de recursos. As limitações em meios técnicos e recursos humanos são igualmente descritos como elementos que concorrem para a porosidade fronteiriça.

Diante das vulnerabilidades evidentes ao longo do limite fronteiriço, registam-se fluxos de imigração, frequentemente, ilegal para o território moçambicano com destaque para o extremo norte do País, onde se presume que o volume de imigrantes indocumentados esteja acima dos que entram legalmente. Para conseguirem entrar no país, uma parte considerável dos imigrantes recorrem ao suborno da polícia, ou ao pagamento de facilitadores que ajudem na entrada e na mobilidade dentro do território nacional, outras vezes procuram vias alternativas que contornam os postos de travessia fronteiriça.

Entretanto, constata-se que a estabilidade com destaque para a segurança nacional dos estados depende da sua capacidade de controlar as suas fronteiras, por forma a assegurar que as pessoas e bens que entram no território nacional não desestabilizem a dinâmica social, política, económica e securitária dos países de acolhimento.

Conclusões

A questão da porosidade fronteiriça remete para a necessidade de se efetuar investigação aprofundada na área da Geografia e de outras ciências afins, por forma a compreenderem todas as dinâmicas existentes em espaços de fronteira entre entidades administrativas diferenciadas.

Acredita-se que com os contributos da investigação científica, se pode impulsionar uma melhor compreensão dos processos dinâmicos (políticos, sociais, culturais e económicos) em espaços de fronteira, caracterizados por uma elevada porosidade, nomeadamente no que diz respeito à imigração ilegal, temática de extrema complexidade no contexto africano e, em particular no norte de Moçambique. As fronteiras políticas que os Estados modernos africanos herdaram dos colonos, embora sejam porosas, inibem de certa forma a mobilidade das pessoas pois, sob ponto de vista legal a travessia da fronteira remete a procedimentos burocráticos que nem sempre a população consegue corresponder. Nota-se que, a zona fronteiriça é uma região preponderante para a segurança e defesa, dos interesses políticos, sociais, económicos, de uma determinada nação. Deste modo, pode-se afirmar que a defesa das fronteiras é uma tarefa de vital importância para os Estados.

Nesta fase final do trabalho importa lembrar quais foram os objetivos traçados no âmbito da estratégia desenhada para responder a questão de partida da presente investigação: (i) contextualizar a génese e a evolução do conceito fronteira, a sua tipologia e o respetivo enquadramento na perspetiva da geopolítica; (ii) contextualizar o processo histórico da delimitação e demarcação das fronteiras dos países africanos por forma a compreender e perspetivar as dinâmicas que as caracterizam; (iii) descrever a fronteira continental moçambicana na perspetiva do percurso histórico que ditou a sua delimitação; (iv) discutir o conceito migração, as causas, consequências e as estratégias que os Estados tem adotado para o controlo dos movimentos migratórios; (v) estabelecer a relação entre a porosidade das fronteiras e os movimentos migratórios e (vi) descrever os fatores que impulsionam os imigrantes indocumentados a terem Moçambique como corredor ou como destino.

O cumprimento dos objetivos previamente traçados, pressupõe a combinação de dados recolhidos através de fontes primárias e fontes secundárias. A recolha de dados através de fontes primárias teve início em agosto de 2021 no posto de travessia do Segundo Congresso, no distrito de Sanga e na Cidade de Lichinga na província de Niassa. Por outro lado, deu-se continuidade a esta recolha em janeiro de 2023 na cidade de Pemba na província de Cabo Delgado. Assim sendo, as fontes primárias, serviram de base para a realização da componente empírica da presente investigação. Por forma a dar

suporte ao mecanismo de recolha de dados primários, recorreu-se à aplicação de um inquérito direccionado aos agregados familiares das populações fronteiriças e a entrevistas semiestruturadas direccionadas a oficiais das Forças de Defesa e Segurança, do SENAMI, Alfândegas e outros intervenientes devidamente seleccionados. Nota-se que devido a insegurança que se regista na província de Cabo Delgado por conta das ações dos insurgentes, a coleta de dados no seio das comunidades fronteiriças dos distritos desta província foi realizada nos locais de reassentamento, alguns bairros da cidade de Pemba. Também se efetuou observação direta, sobretudo no posto de travessia do Segundo Congresso, o que permitiu captar evidências relativas às especificidades do limite fronteiriço entre Moçambique e Tanzânia, assim como foi possível perceber alguns desafios que se colocam à monitorização dos fluxos migratórios.

Em relação ao recurso e uso das fontes secundárias, destaca-se o facto destas, terem servido de base na revisão da literatura, desde a conceção do projeto de investigação que culminou com a presente tese. Neste sentido, recorreu-se a consulta de bibliografia, artigos científicos e algumas teses de Doutoramento relacionadas com a temática abordada na presente investigação. Também se procedeu à pesquisa e análise de legislação referente aos fenómenos da presente investigação.

Através da análise da contextualização da génese e da evolução do conceito fronteira, as suas tipologias e o respetivo enquadramento na perspetiva da geopolítica, concluiu-se que têm sido as dinâmicas da sociedade e da globalização que mais impulsionaram a evolução do conceito de fronteira ao longo do seu percurso histórico. Nota-se que, a sua tipologia e respetivas funções são cada vez mais complexas, remetendo para os governos a necessidade de investir e modernizar o sistema de fiscalização dos limites fronteiriços. Outrossim, o desafio imposto pela globalização na gestão das múltiplas funções dos demais tipos de fronteiras implica o investimento em tecnologias de informação e comunicação, facto que muitos países em vias de desenvolvimento não têm conseguido efetuar. Pode assim concluir-se que numa situação de equilíbrio, económico, político, securitário, em suma de qualidade de vida, a permeabilidade das fronteiras não constituiria nenhum constrangimento.

Em relação ao segundo objetivo do estudo, referente à contextualização do processo histórico da delimitação e demarcação das fronteiras dos países africanos, aferiu-se que a noção de fronteiras em África remonta às comunidades pré-coloniais. Contudo, as fronteiras antes do período colonial não eram referenciadas por limites precisos. Os africanos muito antes do tempo colonial potenciavam as fronteiras para gerar identidade e sentido de pertença a um determinado povo. Assim sendo, a problemática das fronteiras africanas pode ser entendida na perspetiva da divisão arbitrária de grupos

étnicos que partilham os mesmos valores socioculturais e no agrupamento no mesmo território de grupos étnicos rivais. Deste modo, concluiu-se que desde a conferência de Berlim em 1884 e 1885 o processo da criação das fronteiras foi marcado por constrangimentos tanto na delimitação como na demarcação, o que impulsionou vários conflitos étnicos, políticos, uns hibernados e outros ativos.

Quanto ao terceiro objetivo, referente à descrição da fronteira continental moçambicana conclui-se que o processo histórico que ditou a definição das fronteiras moçambicanas, foi caracterizada por algumas imprecisões no processo de demarcação dado que teve como principais referências físicas no terreno, factos geográficos como rios, montanhas, lagos, entre outros, que com o decorrer do tempo, se foram modificando, para além da inexistência de referências em determinadas extensões da limite fronteiriço. Por estas razões, associadas à manifesta indisponibilidade de alguns países vizinhos em aderir ao processo de reafirmação da fronteira, este processo continua por encerrar, constituindo um desafio a sua viabilização. Nota-se que, a condição de porosidade fronteiriça é um dos fatores que contribui para a existência de imigração ilegal e de contrabando de mercadorias que impactam negativamente na segurança do Estado moçambicano.

Na discussão do conceito de migração, as suas causas, consequências e as estratégias que o Estado tem adotado para o controlo dos movimentos migratórios apreciaram-se os instrumentos normativos que regem as mobilidades e as estratégias que as autoridades aplicam para a monitorização dos referidos fluxos migratórios. Desta forma concluiu-se que a necessidade de controlo, advém do dever do Estado em interditar a entrada de imigrantes indocumentados, capazes de desestabilizarem o território nacional. Em relação às motivações dos imigrantes constatou-se que ao nível das migrações internacionais os africanos são movidos por fatores associados à instabilidade nos países de partida (Somália, Etiópia, países dos Grandes Lagos e alguns países vizinhos) e pela relativa estabilidade política, social, económica e a facilidade de inserção nos países de destino, como é o caso de Moçambique. Em relação às principais nacionalidades de imigrantes indocumentados que se aproveitam da permeabilidade das fronteiras para chegar ao extremo norte de Moçambique, destacam-se os tanzanianos, somalis, quenianos, etíopes, burundeses, ruandeses e congolezes. Para além dos imigrantes de nacionalidade africana, constatou-se a presença de imigrantes provenientes de outros continentes, como é o caso de imigrantes de nacionalidade portuguesa, paquistanesa, chinesa e bengalis. Entretanto, a localização geoestratégica do território moçambicano é um importante atrativo para a viabilização dos fluxos migratórios e mercadorias ao nível da Região Austral de África. Por outro lado, a relativa estabilidade política e a projeção das indústrias extrativas são consideradas como dois dos principais atrativos dos fluxos de imigrantes no Norte de Moçambique. Os fluxos de imigrantes em

Moçambique, particularmente no norte do país, têm como ponto de entrada as províncias de Cabo Delgado e Niassa na fronteira entre Moçambique e Tanzânia. Os fluxos migratórios, sobretudo clandestinos, bem como o tráfico de seres humanos e bens, são frequentemente viabilizados por redes de facilitadores, compostas por nacionais, estrangeiros e por alguns oficiais do SENAMI em troca de cobranças ilícitas de valores monetários.

Assim sendo, concluiu-se que a porosidade fronteiriça entre Moçambique e Tanzânia é impulsionada pelos fatores naturais e humanos. O fator natural manifesta-se através da oscilação do caudal e do curso do rio Rovuma ao longo das estações do ano. Por outro lado, o fator humano reflete-se através da intervenção do homem, na deturpação da linha de fronteira, na facilitação da inobservância das regras estabelecidas para a travessia de pessoas e bens nos postos fronteiriços. Em certos casos destaca-se a falta de referências precisas na delimitação do limite fronteiriço o que de certa forma remete ao desconhecimento deste por parte da população fronteiriça e consequentes conflitos na disputa de recursos. As limitações em meios técnicos e recursos humanos para efeitos de monitoriza do limite fronteiriço são igualmente descritos como elementos que concorrem para a porosidade fronteiriça.

Diante das vulnerabilidades evidentes ao longo do limite fronteiriço, registam-se fluxos de imigração ilegal para o território moçambicano com destaque para o extremo norte do País, facto que leva a concluir que o volume de imigrantes indocumentados está acima dos que entram legalmente. Por fim concluiu-se que a estabilidade, com destaque para a segurança nacional do Estado, depende da sua capacidade de controlar as suas fronteiras, por forma a assegurar que as pessoas e bens que entram e saem do território nacional não desestabilizem a dinâmica social, política, económica e securitária do país.

Os principais contributos da presente investigação de doutoramento para a área científica da geografia prendem-se com uma melhor compreensão dos processos dinâmicos (sociais, culturais e económicos) em espaços de fronteira caracterizados por uma elevada porosidade, nomeadamente no que diz respeito à imigração indocumentada, temática de extrema complexidade no contexto africano e, em particular, moçambicano. Não obstante, a abordagem geográfica inerente ao trabalho é relevante para a identificação de possíveis soluções para mitigar os problemas associados à imigração ilegal e para o desenvolvimento de estratégias que promovam a paz e a inclusão nas áreas fronteiriças.

Recomendações

A investigação teórico-conceitual conjugada com a investigação empírica dos processos dinâmicos (sociais, culturais e económicos) em espaços de fronteira caracterizados por uma elevada porosidade e consequente imigração indocumentada remete para contributos com vista à mitigação da referida problemática. Assim sendo, pretende-se sistematizar possíveis contributos na perspetiva de minorar os efeitos da porosidade fronteiriça e do controlo dos fluxos migratórios vistos como críticos devido ao seu impacto na segurança nacional. Assim sendo, recomenda-se:

- Reforço do trabalho diplomático entre Moçambique e Tanzânia, tendo em vista a reafirmação do limite fronteiriço entre os dois territórios, demarcando a linha de fronteira com referências capazes de resistir às adversidades da natureza. Assim sendo, acredita-se que com a fronteira devidamente demarcada através de referências visíveis e perceptíveis para as comunidades, a população irá participar ativamente na defesa dos recursos e dos respetivos territórios;
- No âmbito do envolvimento das comunidades na monitorização da problemática associada à porosidade da fronteira, recomenda-se o envolvimento dos líderes comunitários e a contínua sensibilização das respetivas comunidades por forma a participarem na iniciativa da monitorização dos fluxos migratórios e defesa dos recursos naturais. Por outro lado, o elevado índice de pobreza das comunidades fronteiriças torna-as mais vulneráveis ao seu aliciamento para o crime organizado focado na facilitação dos fluxos de imigração ilegal e exploração ilegal de recursos, recomenda-se a criação de projetos de geração de melhores rendimentos que não comprometam a sustentabilidade dos recursos naturais e do meio ambiente;
- Prover os postos de travessia de eletricidade e de sinal de telecomunicações por forma a modernizar as instalações e equipamentos de trabalho no sector alfandegário e migratório. Acredita-se que, a modernização das instalações, poderá constituir um reforço vital no combate a imigração ilegal, ao contrabando e outros males associados aos postos de travessia fronteiriça. O referido processo de modernização passará principalmente pelo investimento em TIC, *scanner* para a fiscalização dos bens em trânsito, equipamentos que possibilitem a triagem dos passaportes biométricos e meios de transporte e comunicações. Importa referir que a assistência sistemática dos equipamentos é considerada vital para a salvaguarda, funcionalidade e longevidade do investimento em alusão. Outrossim, tomando em consideração o referido en-

volvimento dos oficiais do SENAMI e das alfândegas em atos de corrupção no processo de fiscalização de pessoas e bens, revela-se oportuna a adoção de estratégias de combate a esta situação;

- Potenciar as forças de defesa e segurança, em efetivos, equipamentos de trabalho e infraestruturas. Dever-se-ia apostar na instalação de novos postos facilitados de travessia, localizados em pontos chave identificados nas rotas da imigração clandestina. Recomenda-se o encurtamento da distância entre os referidos postos por forma a facilitar a intervenção oportuna sempre que se justificar. Por outro lado, no contexto da viabilização das iniciativas de monitorização do limite fronteiriço através de sistemas tecnológicos avançados, recomenda-se a formação contínua e sistemática em TIC dos oficiais das FDS. Importa referir que o incremento dos postos de fiscalização fronteiriça, passa pela abertura de uma via (estrada) ao longo da extensão da fronteira para garantir a mobilidade das equipas de fiscalização;
- Prover as áreas fronteiriças de serviços básicos, tal como escolas, hospitais e outros considerados relevantes para as comunidades. Esta dotação de equipamentos e serviços de apoio evitaria que a população tenha que atravessar a fronteira para poder usufruir desses serviços.

Problemas e limitações

O desenvolvimento de uma pesquisa desta natureza levanta sempre dificuldades que podem condicionar seriamente a prossecução do trabalho. No caso presente foram vários os problemas encontrados e os desafios que foram necessários ultrapassar, sendo de destacar os seguintes:

- Escassez de informação geográfica relativa à área fronteiriça de estudo;
Este facto resulta por um lado da precariedade das vias de acesso e as longas distâncias das capitais provinciais para a zona fronteiriça e por outro as dificuldades de acesso ao sistema de comunicação que facilitaria o mapeamento e a extração de dados com o auxílio das plataformas digitais associadas a internet.
- Insegurança da área de estudo, devido à situação político-militar que se vive no norte de Moçambique.
A crise securitária protagonizada por grupos extremistas desde outubro de 2017 tem estado a condicionar a circulação das pessoas e bens nos distritos fronteiriços com a Tanzânia. Assim sendo, em janeiro de 2023 a intenção de se deslocar de Pemba para Palma, Nangade e Montepuez foi

desaconselhada pelas autoridades da província de Cabo Delgado devido aos ataques dos terroristas contra bens privados e públicos.

- Dificuldade de acesso aos imigrantes indocumentados, acentuada pela sua necessidade de “invisibilidade”;

O facto de terem migrado para Moçambique sem reunir os requisitos para o efeito e tendo consciência das respetivas implicações, os imigrantes indocumentados adotam uma estratégia de vida clandestina e em alguns casos de suborno a determinados agentes da polícia para lhes protegerem por forma a não serem neutralizados e repatriados.

- Garantir a participação da população residente nas comunidades fronteiriças, dada a atmosfera geral de desconfiança;

A necessidade de auto defesa, elevou o sentido de desconfiança em particular no que concerne a disponibilização de informação referente aos seus agregados devido ao trauma causado pelos extremistas (estranhos) que destroem as suas propriedades.

- Garantir a participação das autoridades locais;

Este facto deveu-se à exigência de pagamentos, alegando que a participação pressupõe partilha de informação e disponibilidade de tempo. Por outro lado, o estereótipo de associar a recolha de dados com os projetos das Organizações Não Governamentais (ONG) que se dedicam à ajuda humanitária dada a sua condição de deslocados por conta das ações dos terroristas.

- Acesso à informação da polícia de fronteira, geralmente sonegada devido ao princípio de confidencialidade no seio das Forças de Defesa e Segurança.

Linhas de pesquisas futuras

A compreensão da dinâmica da fronteira entre Moçambique e Tanzânia com incidência nos fluxos dos imigrantes indocumentados constitui uma temática de extrema complexidade tomando em consideração os fatores sociais, culturais, económicos e políticos a ela associados. Por outro lado, a escassez de trabalhos científicos com incidência para a zona selecionada torna a presente investigação oportuna para a compreensão dos problemas associados à porosidade fronteiriça e impulsiona a investigação de outras temáticas consideradas relevantes para a dinamização e consolidação das fronteiras moçambicanas. Neste sentido, destacam-se algumas temáticas para futuras pesquisas que poderão contribuir para a compreensão dos fenómenos fronteiriços e dos constrangimentos a eles associados com incidência para a porosidade fronteiriça e para as migrações indocumentadas.

A primeira temática versa sobre *O impacto do Centro de Refugiados de Maratane na atração da imigração ilegal*. A seleção deste tema é impulsionada pelo facto de ter se criado no norte de Moçambique um centro de acolhimento dos refugiados com características diferentes das observadas em outros centros similares ao nível da região. Em países vizinhos como a Tanzânia e o Zimbabwe os centros são fechados, com forte controlo dos utentes e rigorosos na observância dos critérios estabelecidos para o acesso. Porém, o centro de Maratane para além de ser aberto, também permite que os refugiados participem na vida económica do país. Este facto, associado às facilidades da imigração, impulsiona que determinados indivíduos mal-intencionados se introduzam nestes grupos para depois se instalarem em Moçambique;

A segunda temática é inerente aos *desafios da reafirmação e demarcação da fronteira fluvial entre Moçambique e Tanzânia*. A motivação deste tema advém do facto de ter se percebido, no decurso do trabalho de campo, dos sucessivos impasses na reafirmação do limite fronteiriço fluvial, por alegada indisponibilidade dos especialistas, sobretudo de países vizinhos. Por outro lado, constitui motivo de pesquisa as possíveis soluções para a demarcação do limite fronteiriço tendo em conta as características do rio Rovuma tido como principal referência do limite. Acredita-se que a demarcação do limite poderá concorrer para a mitigação dos conflitos fronteiriços no seio das comunidades.

Por fim, outra pesquisa que poderia ser efetuada seria sobre *A imigração indocumentada e a exploração ilegal de recursos naturais em tempo de insurgência armada*. De acordo com os dados recolhidos, foi possível aferir a presença de muitos imigrantes a trabalhar e a explorar os recursos naturais do território moçambicano. Embora esteja relacionada com temática da presente investigação, continua a ser um desafio compreender as estratégias mais eficazes de preservação do meio ambiente e dos sistemas mais avançados de controlo da imigração ilegal na fronteira norte de Moçambique.

Bibliografia

ABDURRAMANE, H. (2018). *Georeferenciação e Interpretação de Fotografias Aéreas das Províncias de Niassa e Cabo Delgado, Moçambique*. Tese apresentada na Universidade de Aveiro; Portugal.

Academia de Altos Estudos Estratégicos - AAEE (2021). *Estudos das Percepções sobre a origem, motivações e dinâmicas do terrorismo e subversão no norte de Moçambique*. Maputo.

Aguilar, S. L. C. & Braga, M. M. S., (2018). Refugiados e Conflitos internacionais. O caso da Região do Grandes Lagos Africanos - *Revista Videre, Dourados*, MS, v.10, n.20, jul./dez. 2018 - ISSN 2177-7837 Universidade Federal da Grande Dourados.

Almada, J. D. (1943). *Tratados Aplicáveis ao Ultramar* – volume V. Divisão de Publicações e Biblioteca. Agência Geral das Colónias.

Ancel, J. (1938). *Geographie des Frontieres*. Paris, Gallimard.

Andrade, J. O. et al (2019). *Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras em Perspetiva*; Rio de Janeiro. Retirado em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9317/1/td_2480.pdf aos 28 de Maio de 2024.

Araújo, M. & Muanamoha, R. (2011). *Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul*: impacto sócio-económico nas comunidades de origem. In: RILP – Revista Internacional de Língua Portuguesa, n° 24, pp. 165 – 185.

Assumpção, M. B. (2012). *Fronteiras Territoriais Versus Fronteiras Ideológicas: A Geopolítica do Anticomunismo no Marco das Discussões Sobre Terrorismo do Estado no Cone Sul*. In: Revista

Espaço Plural. Ano XIII; N° 27; ISSN 1518-4196. Retirado de <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944369013.pdf>

Bali, S. (2008). Population Movements. In: *Security Studies: An Introduction*, Routledge; New York; (p.p. 468-482) - <https://doi.org/10.4324/9780203926604>

Batista, B.; Rodrigues, D.; Moreira, E. & Silva, F. (2019). Técnicas de Recolha de Dados em Investigação: Inquerir por Questionário e/ou Inquerir por Entrevista. /r. SA, Patrícia;

Birol, A. P. J. (2018). *Mobilidade Humana e Migrações Transfronteiriças: Medindo, Retratando Realidades e Revisitando Conceitos*. In: Migrações Transfronteiriças. Campinas – Brasil. Retirado em https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_frenteiricas.pdf

Branco, L. C.(2013). *O Mito das fronteiras em África*. Repositório das Universidades Lusíadas. Lisboa. <https://doi.org/10.34628/77v1-5m91>

Caldeira, M. J. B. M. (2011). *Migrações Laborais e Processos de Integração no Mercado de Trabalho. O Caso dos Imigrantes da Europa do Leste no Grande Porto e dos Portugueses no Genebra* – Tese de Doutoramento na Universidade do Minho. Braga, Braga, Portugal. Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19706>

Canastra, F.; Haanstra, F.; Vilanculos M. (2015). *Manual de Investigação da Universidade Católica de Moçambique*. Beira. Retirado de https://reid.ucm.ac.mz/manual/Manual-de-Investigacao-da-UCM_Normas-6-Edicao.pdf

Carneiro, C. P. (2016). *Fronteiras Irmãs: Transfronteirizações na Bacia do Prata*. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre.

Castles S. (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios*. Lisboa, Portugal; Edições Fim de Século. Retirado de <https://biblioteca.wook.pt/reader/index.html>

Cataia, M. (2001). *Território Nacional e Fronteiras Internas. A Fragmentação do Território Brasileiro*. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo – USP. Retirado de <https://www.ige.unicamp.br/geoideias/wp-content/uploads/sites/22/2014/08/tese-Marcio-Cataia.pdf>

Cataia, M. (2008). *Fronteiras: Territórios em Conflitos*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Brasil. Retirado de <https://e-revista.unioeste.br/fronteira:territorios.em.conflitos>

Chichango, I. P. (2009). *A Geopolítica de Moçambique*. Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.26/11589>

Cichoski, P. (2020). RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. *Geographia Opportuno Tempore*, 6(1), 141–147. <https://doi.org/10.5433/got.2020.v6.38992>

Costa, A. P. & Moreira, A. (2021). *Reflexões Metodológicas de investigação – recolha de dados*. (Vol. 2). UA Editora. Universidade de Aveiro.

Cruz, J. J. de S. (2009). *O rio Rovuma*. Revista Militar nº 2494. Lisboa. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/524>

Da Rosa, E. (2016). *Delimitação de Fronteiras em Moçambique*. Lisboa. Retirado de <https://issuu.com/egidiodarosa/docs/dr>

Defarges, P. M. (1993). *A Mundialização. O fim das Fronteiras*. Edit. Instituto Piaget. Lisboa Retirado de <https://esconderijoslivros.pt/product/a-mundializacao-o-fim-das-fronteiras-philippe-moreau-defarges/>

Derrosso, G. S. & Cury M. J. F. (2020). *As Políticas Transfronteiriças do Mercosul e a Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina*. In: Espaço & Geografia, Vol. 21, Nº 2 (2018) <https://doi.org/10.26512/2236-56562018e40194>

Dias, C. M. M. (2005). *Geopolítica. Teorização Clássica e Ensinaamentos*. Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda. Lisboa.

Dopcke W. (1998). *Uma nova política exterior depois do apartheid? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998*. Primeira Instância • Rev. bras. polít. int. 41 (1). pp (133-161) <https://doi.org/10.1590/S0034-73291998000100007>

Dopcke W. (1999). *A vida longa das linhas retas cinco: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra* • Rev. bras. polít. int. 42 (1). pp (77-109) <https://doi.org/10.1590/S0034-73291998000100007>

Dos Santos, E. E. S. (2021). Geopolítica de África. Revista Militar. Portugal. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1600>

Ferrari, M. (2014). *The Concepts of the border in geography. ISSN19881 – 4801*, UNIOESTE V.9, N.10 Retirado de <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161>

Filho, L. B. & Lemos L. P. e Zaganelli M. V. (2018) *Entre Fronteiras Contemporâneas: Insegurança e Hostilidade na Corrente Migratória Entre Índia e Bangladesh*. In: Baeninger, R. e Canelas, A. (2018) *Migrações Fronteiriças*. FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) São Paulo. Retirado de <https://doi.org/10.20396/ISBN9788588258471>

Forquilha, S. & Pereira, J. (2022). *Dinâmicas da Migração e o desenvolvimento da insurgência jihadista no Norte de Moçambique*. In: Castel-Branco, C. et. al. (2022) *Desafios para Moçambique 2022*. IESE. Maputo. Retirado de <https://www.iese.ac.mz/artigos-des2023/>

Fortunato, M. & Silva, P. C. (2022). *Moderar, observar, escutar e focar-te na conversa de grupo – Uma reflexão crítica*. In P. Sá, A. P. Costa, & A. Moreira (Eds.), Reflexões metodológicas de investigação – Recolha de dados (Vol. 2; pp. 37–51). UA Editora. <https://doi.org/10.34624/ka02-fq42>

Gomes, A. (2014). *Formação e Dinâmicas das Fronteiras no Território Moçambicano*. In: Bolentim Campineiro de Geografia, V.4, n.º2. Brasil. Retirado de <https://doi.org/10.54446/bcg.v4i2.165>

Gonçalves, P. A. J., (2018) *Emergência e Desafios da Fronteira*. In: Baeninger, R. e Canelas, A. (2018) *Migrações Fronteiriças*. FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) São Paulo. Retirado de <https://doi.org/10.20396/ISBN9788588258471>

Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. In Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Porto Alegre: Programa de Pósgraduação em Geografia da UFRGS.

IMAF – Instituto de Mares e Fronteiras (2015). *Demarcação da fronteira Moçambique – Tanganica*. Maputo

Instituto Nacional de Estatística - INE, (2023). *Migração e Urbanização em Moçambique*. Retirado em <https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/migracao-mario-20-07-23> , aos a 10 de Maio de 2024.

Lousada, A. (2010). *As Fronteiras Africanas (II) – Meio Século de Independências Africanas*. In: Anuário de Relações Exteriores. Retirado de https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_2_5.pdf

Machado, L. O. (1998). Limites, Fronteiras e Redes. In: Strohaecker et al (args) *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB. Retirado de [https://scholar.google.pt/scholar?q=Machado,+Lia+O.+\(1998\).&hl=pt-PT&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar](https://scholar.google.pt/scholar?q=Machado,+Lia+O.+(1998).&hl=pt-PT&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar) aos 06/06/2024

Mahavene, G. G. (2020). *Mudanças Legislativas e Concepções de Imigração: Controlo e Gestão de Fluxos Migratórios em Moçambique*. Universidade de Lisboa. Retirado de <http://hdl.handle.net/10451/47811>

Marinucci, R. & Milesi, R. (2011). Migrações Internacionais Contemporâneas. In: *Migração do Mundo – Principais fluxos migratórios no final do século XX e início do século XXI*. Retirado de <https://www.uff.br/pur/files/2011/04/MIGRA%C3%87%C3%83O-NO-MUNDO.pdf>

Marinucci, R.(2015). *Migrações e fronteiras: as políticas migratórias restritivas e o direito de fuga dos migrantes* [online]. *SciELO em Perspectiva: Humanas*, 2015 [viewed 01 October 2024]. Available from: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2015/07/15/migracoes-e-fronteiras-as-politicas-migratorias-restritivas-e-o-direito-de-fuga-dos-migrantes/>

Martins J. de S. O.(1996). *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo.

Martins J. de S. O.(2009). *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto.

Massey S. D. Et al (1990). *The Social Process of International Migration from western Mexico*. Vol. 1 in studies in demography. California.

Matias, V. (2008). *Abordagem Teórica Metodológica da Geografia Escolar e Quotidiano: elementos importantes no processo de ensino e aprendizagem*, Programa de Pós-graduação, Instituto de Geografia, 2008.

Mathe F. & Liesegang G. (2012). *O Sistema de transporte no Norte do Zambeze: desafios e perspectivas e as relações inter – (Nacionais / Regionais) entre Moçambique e Malawi*. In: Revista da Associação dos Geógrafos Moçambicanos. Coord.: Duarte S. M. & Raimundo I. M. (2013). *A Geografia em Moçambique: Passado, Presente e Futuro*. Editora Educar. Maputo.

Matos, C. (1993). *Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Sociais*. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações - Instituto Superior de Economia e Gestão (SOCIUS). N° 5/93 Lisboa. Retirado em <http://hdl.handle.net/10400.5/1599>

Mongiardim, M. R. (2016). *Evolução do Conceito de Fronteira*. In: Conferência no Palácio da Independência. Lisboa 2016. Retirado de https://www.academia.edu/21477028/A_Evolu%C3%A7%C3%A3o_do_Conceito_de_Fronteira

Morbeck R. L. (2020). *Partilha da África de Acordo com a Historiografia Africana*. In: XVII Encontro Regional de História da ANPUH - PR

Muanamoha, R. & Raimundo I. M.(2018). *Migrações Campo-Cidade e Integração no Meio Urbano*. In: Coord. Raimundo I. M. & Feijó J. Movimentos Migratórios para áreas de concentração de grandes projetos. PubliFix Edições. Maputo. Retirado em <https://omrmz.org/wp-content/uploads/livro-movimentos-migratorios.pdf>

Mufukula, Pedro (2022). *Riscos Militares de Moçambique. Fronteira Sudeste: Moçambique– Reino de Eswatini. Um olhar à nossa Administração Pública*. “in: Jornal Público – 09 de Maio de 2022”. Maputo.

Neuparth, A. E. (1909). *A fronteira Luso-Allemã de Moçambique*. Biblioteca da Revista Portuguesa Colonial e Marítima. Typographia da Livraria Fzrin. Lisboa.

Nolasco, C. (2016). *Migrações internacionais: Conceitos, tipologia e teorias*. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Retirado de https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf

Nogueira, O. J. O. (1991). *Migrações internas: tentativa de buscar uma teoria*. In: Anal. Conj. Belo Horizonte. V.6. Retirado de <https://core.ac.uk/download/pdf/48064821.pdf>

Organização Internacional para as Migrações – OIM, (2008). *World Migration 2008: Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy*. Geneva. Retirado de

https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_1.pdf

Organização Internacional para as Migrações – OIM, (2009). *Glossário sobre Migração – Direito Internacional*, Edição nº 22. Retirado de <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>

Organização Internacional para as Migrações - OIM Moçambique (2021). *Estratégia de Moçambique 2021-2023*. Retirado de

https://crisisresponse.iom.int/sites/g/files/tmzbd1481/files/appeal/documents/IOM_Country_Strategy_Mozambique-2021-2023-Portuguese.pdf

Organização Internacional para as Migrações - OIM Moçambique (2022). *Relatório Mundial Sobre Migração 2022*. Retirado de <https://publications.iom.int/system/files/pdf/WMR-2022-PT-CH-2.pdf>

Oliveira, J. D. M. (2010). *Os caminhos históricos das fronteiras de Angola*. Coimbra; Ameldina. Portugal.

Patrício, G. (2015). *A Migração Internacional e o Processo de Desenvolvimento na Região Norte de Moçambique: Estudo de Caso da Província de Nampula*. Tese de Doutoramento – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado de

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/10596/1/TD-GP-2015.pdf>

Patrício, G. (2016). MOÇAMBIQUE: compulsando as migrações internas e internacionais. *Inter Espaço: Revista De Geografia E Interdisciplinaridade*, 2(5), 78–101. Retirado de <https://doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v2n5p78-101>

Patrício, M. (2014). *A Fronteira Moçambique Zimbábwe e os NDAU: Práticas e Representações Transfronteiriças no Distrito Moçambicano de Mussurize (de 1975 à atualidade)* “in: Caderno de Estudos Africanos”. Centro de Estudos Internacionais Instituto Universitário de Lisboa. Retirado de <http://hdl.handle.net/10071/7701>

Peixoto, J. (2004). *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*. Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2037>

Pelissier, R. (2000). *História de Moçambique – formação e oposição 1854 – 1918*. In: Coleção: Histórias de Portugal. Editorial Estampa.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, (2009). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras: mobilidade e desenvolvimento humano*. Ed. Almedina 2009. Retirado de <https://www.scribd.com/document/27169334/Relatorio-do-Desenvolvimento-Humano-2009-Mobilidade-e-desenvolvimento-humano-PNUD-ONU>

Pimenta, G. F.; et al. (2019). *Simulação da conferência de Berlim de 1884/1885: Uma proposta para o ensino de História das Relações internacionais*. In: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara / MG. Retirado em: <http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital>

Raimundo, I. M. (2009). *Migrações em Moçambique: reflexões sobre uma política de migrações*. Centro de Análise de Políticas – Universidade Eduardo Mondlane. Retirado de https://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/22/raimundo_em_22.pdf

Ramos, M. C (2012). Migrações, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais e Regionais. In: *Migrações, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais e Regionais, Grandes Problemáticas do Espaço Europeu*. Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto Portugal. p.p. 63 – 102. Retirado de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11418.pdf>

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do Poder*. Volume 29. Paris. Tradução: Maria Cecília França. Retirado de <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN>

Ratzel, F. (1987). *La Geographie Politique*. Paris, Fayard.

Ratzel, F. (1988). *Geographie Politique*. Genova. Editions Regionales Europeens.

Ravenstein E. G. (1885). *The Laws of Migration, 1885*. In: Cobergt, John (2015). Center for spatially integrated social science. Retirado em <https://escholarship.org/uc/item/3018p230>

Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais(2005). Lisboa, Portugal. Fundação Calouste Gulbenkian. Retirado de https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/2018-7/GCIM_Report_Complete_PT_0.pdf

Robert, A. C. (2012). Que resta das fronteiras africanas? Buala. Retirado de <https://www.buala.org/pt/jogos-sem-fronteiras/que-resta-das-fronteiras-africanas>

Rodrigues, A. L. (2015). *Fronteira e Território: Considerações Conceituais Para a Compreensão da Dinâmica do Espaço Geográfico*. In: Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários /NURBA – N° 2. Retirado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2002>

Rosière, S. (2007). *Géographie politique et Géopolitique: une grammaire de l'espacepolitique*. Paris: Ellipes

Rosière, S. (2015). *Mundialização e teicopolíticas: análise do fechamento contemporâneo das fronteiras internacionais*. In: Portal de Periódicos – UFRGS. V.42. Porto Alegre - Brasil

Retirado de: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/56327/34027>

Santos, M. (1988). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec

Santos, M. G. C. (2008). *O Contributo Para pensar a Geografia das Migrações – A comunidade brasileira na Região Centro de Portugal*. Tese de Doutoramento na Universidade de Coimbra. Retirado de <https://core.ac.uk/download/pdf/144014953.pdf>

Seabra, M.P.C. S. (2012). *O Conceito de Fronteira. Uma abordagem Multifacetada*. Curso de Estado Maior Conjunto (2011/2012) – Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.26/10023>

Seda, F. L. M. (2017). *Gestão de Fronteiras Moçambicanas. Uma Análise do Impacto dos Padrões Internacionais de Segurança Para as Regiões Fronteiriças*. Escolar Editora, Editores e Livreiros, Lda. Maputo.

Silva, L. L. S. (2018). *As Condições Espaço-Temporais das Fronteiras dos Estados*. In: GEOSUL, Florianópolis. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2018v33n68p313>

Silva, S. C. C. S (2018). *O Estabelecimento das Fronteiras em Angola: Gestão Partilhada de Recursos (Caso Angola – Namíbia)*. Tese de Doutoramento – ISCTE- IUL. Lisboa.

Steiman, R. & Machado, L. O. (2002). *Limites e Fronteiras internacionais – Uma Discussão Histórico Geográfica*. Rio de Janeiro. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/343555549_Limites_e_frenteiras_internacionais_uma_discussao_historico-geografica

Tolentino, N. C. (2009). *Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano*. Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/277147784_Migracoes_remessas_e_desenvolvimento_o_caso_africano

Wetimane, F. (2012). *A imigração ilegal em Moçambique: O caso dos migrantes somalis*. Universidade Aberta – Mestrado em Relações Interculturais. Portugal.

Zeca, E. J. (2017). *Limites e Fronteiras na África Austral: Moçambique e Processo de Delimitação e Desafios da Reafirmação Fronteiriça na Região*. In: Revista de Relações internacionais da UFGD. ISSN. Brasil. Retirado de <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i12.6750>

Zeca, E. J. (2012). *Disputa Fronteiriça Entre Malawi e Tanzânia e as suas implicações Para Moçambique: Análise Geopolítica, Geoestratégica e Geoeconômica da Importância do Lago Niassa*. CEEI/ISRI. Retirado de https://macua.blogs.com/files/disputa_frenteirica_entre_malawi_e_tanza.pdf

Zeca, E. J. (2015). *Conflitos Armados Contemporâneos e Movimentos Migratórios: Entre a Emergência Humanitária e os Imperativos de Segurança dos Estados*. In: Boletim Mensal do CEEI. ISRI, Informação e Análise Estratégica, N° 4.

Apêndices

Apêndice 1

Inquérito sobre a percepção da porosidade da Fronteira Terrestre Moçambicana — Impacto na Imigração Indocumentada Sob a Perspetiva da Segurança Nacional. Caso da Fronteira de Moçambique com a Tanzânia



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Inquérito à população residente junto da zona limítrofe entre Moçambique e Tanzânia

O presente inquérito insere-se no âmbito da pesquisa em curso sobre *Porosidade da Fronteira Terrestre Moçambicana – Impacto na Imigração Indocumentada sob a Perspetiva da Segurança Nacional. Caso da Fronteira de Moçambique com a Tanzânia*, com vista a obtenção de grau de doutor em Geografia na Especialidade de Geografia Humana, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Os resultados pretendidos são exclusivamente para fins académicos, estando garantido o anonimato e a confidencialidade.

A. Aspectos de Identificação do Questionário	
A.1 Província	
A.2 Distrito	
A.3 Posto Administrativo	
A.4 Localidade / Vila	
A.5 Aldeia	
A.6 Bairro	
A.7 Área de enumeração (local de trabalho de campo)	
B. Dados Bibliográficos	
B1. Indique o seu sexo 1. Masculino ☐ Feminino ☐	B2. Quantos anos completos tem
B3. Naturalidade 1. Província _____ 2. Distrito _____ 3. Cidade/Vila _____ 4. Estrangeiro (indique o país) _____	B4. Qual é a sua nacionalidade? 1. Moçambicana ☐ 2. Estrangeira ☐ Qual
B5. Qual é a língua que fala com frequência 1. Português ☐ 2. Emakwua ☐ 3. Makonde ☐ 4. Suwahile ☐ 5. Changana ☐ 6. Outra _____	B6. Qual é a sua religião 1. Islâmica ☐ 2. Católica romana ☐ 3. Anglicana ☐ 4. Sião / Zione ☐ 5. Evangélica / Protestante ☐ 6. Outra _____
B7. Nível de escolaridade 0. Nenhum ☐ 1. Alfabetização (sabe ler e escrever) ☐ 2. EP1 (1ª a 5ª classe) ☐ 3. EP2 (6ª a 7ª classe) ☐ 4. ESG1 (8ª a 9ª classe) ☐ 5. Ensino básico profissional ☐ 6. Ensino médio profissional ☐ 7. Ensino Superior ☐	B8. Qual é a relação de parentesco com o chefe de família? 1. Chefe ☐ 2. Cônjuge ☐ 3. Filho/filha ☐ 4. Pai/Mãe ☐ 5. Outro parente ☐ 6. Sem parentesco ☐
B9. Que atividade realiza para o seu sustento? 1. Agricultura ☐ 2. Pesca ☐ 3. Comércio ☐ 4. Mineração ☐ 5. Silvicultura ☐ 6. Indústria ☐	B10. Há quantos anos reside neste local? 1. A menos de 2 anos ☐ 2. Intervalo de 2 a 5 ☐ 3. Intervalo de 5 a 10 ☐ 4. A mais de 10 anos ☐ 5. Nativo/a ☐

7. Serviços ☐	
8. Outra ☐	
9. Nenhuma ☐	

C. Perguntas da fronteira	
C1. Quais são os sinais que para si simbolizam a fronteira com o país vizinho? 1. Rio ☐ 2. Arame farpado ☐ 3. Marcos ☐ 4. Montanha ☐ 5. Estrada ☐ 6. Outros ☐	C2. Tem visto algumas ações de controlo de fronteira? 1. Não ☐ 2. Sim ☐ Qual
C3. Tem noção do trajeto da linha de fronteira com o país vizinho? 1. Não ☐ 2. Sim ☐	C.4 Está a favor da existência da linha de fronteira? 1. Não ☐ 2. Sim ☐
C5. Sabe que tem a obrigação de colaborar com as autoridades na fiscalização da fronteira e denúncia dos que invadem a fronteira? 1. Não ☐ 2. Sim ☐	C.6 Considera eficaz o sistema de fiscalização da fronteira? 1. Não ☐ 2. Sim ☐
C7. Sabe qual é a importância da existência de fronteiras? 1. Não ☐ 2. Sim ☐	C8. Tem acompanhado algumas ações de reafirmação da fronteira? 1. Não ☐ 2. Sim ☐
C9. Quais podem ser as implicações da porosidade fronteiriça 1. Perturbação da linha de fronteira ☐ 2. Conflitos entre as comunidades ☐ 3. Conflitos entre os países envolvidos; ☐ 4. Disputa dos recursos naturais ☐ Outros	C10. Que soluções diplomáticas podem ser avançadas para a solução da porosidade da fronteira terrestre? 1. Cooperar com os Estados Vizinhos ☐ 2. Reafirmar sistematicamente as fronteiras; ☐ 3. Influenciar os Estados da região na consolidação das medidas de segurança das fronteiras Terrestres ☐ 4. Ratificar os instrumentos internacionais sobre os movimentos migratórios. ☐ Outras
D. Aspectos dos movimentos migratórios	
D1. Tem algum documento que lhe permite viajar para o exterior? 1. Passaporte ☐	D2. Com que regularidade atravessa a fronteira? 1. Nunca ☐

2. Declaração de Residência 3. Outros _____ 4. Nenhum	2. Diariamente 3. Semanalmente 4. Mensalmente 5. Trimestralmente 6. Semestralmente 7. Anualmente 8. Outros _____
D3. Ao atravessar a fronteira, é exigido algum documento? 1. Passaporte 2. Declaração de residência 3. Outros _____ 4. Nenhum	D4. O que o leva a atravessar a fronteira? 1. Trabalho 2. Comércio 3. Saúde 4. Estudo 5. Lazer 6. Convívio familiar 7. Outros _____
D5. Tem atravessado a fronteira para efeitos de visita a família? 1. Não 2. Sim Qual é o grau de parentesco _____	D6. Tem acolhido migrantes no seu agregado? 1. Não 2. Sim Qual é a nacionalidade _____
D7. Tem alguma noção de presença de imigrantes indocumentados? 1. Não 2. Sim	D8. Quais são as principais atividades desenvolvidas pelos imigrantes 1. Comércio 2. Exploração florestal 3. Exploração de minerais 4. Prestação de serviços 5. Tráfego de drogas 6. Terrorismo 7. Outros _____
D9. Qual tem sido a motivação da imigração clandestina? 3. Comércio 4. Exploração florestal 5. Exploração de minerais 6. Trânsito para RSA 7. Tráfego de drogas 8. Terrorismo 9. Outros _____	

E. Aspectos que podem favorecer a imigração indocumentada

E1. Quais são as motivações da imigração clandestina 1. Políticas 2. Econômicas 3. Sociais 4. Religiosos Outros _____	E2. O que tem facilitado a presença de imigrantes indocumentados? 1. Fraca fiscalização da Fronteira 2. Extensão da linha de costa 3. Vulnerabilidade dos guardas fronteira 4. Corrupção no seio das FDS 5. Vulnerabilidade dos funcionários da Migração
--	--

	Outras _____
E.3 Quais são as condições que facilitam a permanência em Moçambique? 1. Facilidades de se instalar nas comunidades moçambicanas; 2. A pobreza da população local 3. Facilidades exercer atividades de rendimento 4. Corrupção no seio dos serviços de migração. Outras _____	
F. Perguntas sobre as implicações da imigração indocumentada	
F1. Que consequências pode trazer para o país a imigração indocumentada 1. Presença no País de indivíduos perigosos 2. Eclosão de células de terroristas 3. Presença de traficantes 4. Conflitos com os residentes Outras _____	F2. Quais podem ser as implicações sociais? 1. Conflitos 2. Multicultural idade 3. Competição Outras _____
F3. Quais podem ser as implicações econômicas? 1. Competição no emprego 2. Competição nas atividades comerciais 3. Aumento dos preços nos produtos alimentares 4. Aumento do custo de vida Outros _____	F4. Quais podem ser as implicações para a segurança nacional? 1. Transgressão das leis nacionais 2. Aumento de focos de Terrorismo 3. Exploração ilegal de recursos Naturais 4. Trafego de seres humanos 5. Contrabando de mercadorias Outros _____
G. Perguntas sobre propostas de solução ou mitigação do fenómeno da Imigração indocumentada associado a porosidade da fronteira terrestre	
G1. Que soluções podem ser avançadas para melhorar a vigilância fronteiriça? 1. Políticas 2. Económicas – Sociais 3. Militares 4. Combinadas Outras _____	G2. Que soluções na perspectiva da segurança podem ser tomadas? 1. Apetrechamento das FDS 2. Reforço da presença das autoridades ao longo da Fronteira 3. Purificação das fileiras Outras _____

Apêndice 2

Quadros dos resultados do inquérito cruzados com os dados da faixa etária

2.1 - Quadro nº 24: Cruzamento de dados da faixa etária e do Sexo

				Sexo		Total
				Masculino	Feminino	
Faixa etária	17-22	Contagem	1	25	20	46
		% em Faixa etária	2.2%	54.3%	43.5%	100.0%
	23-28	Contagem	0	35	20	55
		% em Faixa etária	0.0%	63.6%	36.4%	100.0%
	29-34	Contagem	0	24	22	46
		% em Faixa etária	0.0%	52.2%	47.8%	100.0%
	35-40	Contagem	0	22	9	31
		% em Faixa etária	0.0%	71.0%	29.0%	100.0%
	41-46	Contagem	0	10	7	17
		% em Faixa etária	0.0%	58.8%	41.2%	100.0%
	47-52	Contagem	0	7	2	9
		% em Faixa etária	0.0%	77.8%	22.2%	100.0%
	53-58	Contagem	0	3	1	4
		% em Faixa etária	0.0%	75.0%	25.0%	100.0%
Total	Contagem		1	126	81	208
	% em Faixa etária		0.5%	60.6%	38.9%	100.0%

2.2 - Quadro nº 25: Cruzamento de dados da faixa etária e a Naturalidade

				Natural (Província)			Total
				Cabo Delgado	Niassa	Nampula	
Faixa etária	17-22	Contagem	1	45	0	0	46
		% em Faixa etária	2.2%	97.8%	0.0%	0.0%	100.0%
	23-28	Contagem	0	55	0	0	55
		% em Faixa etária	0.0%	100.0%	0.0%	0.0%	100.0%
	29-34	Contagem	0	45	0	1	46
		% em Faixa etária	0.0%	97.8%	0.0%	2.2%	100.0%
	35-40	Contagem	0	30	1	0	31
		% em Faixa etária	0.0%	96.8%	3.2%	0.0%	100.0%
	41-46	Contagem	0	17	0	0	17
		% em Faixa etária	0.0%	100.0%	0.0%	0.0%	100.0%
	47-52	Contagem	0	9	0	0	9
		% em Faixa etária	0.0%	100.0%	0.0%	0.0%	100.0%

53-58	Contagem	0	4	0	0	4
	% em Faixa etária	0.0%	100.0%	0.0%	0.0%	100.0%
Total	Contagem	1	205	1	1	208
	% em Faixa etária	0.5%	98.6%	0.5%	0.5%	100.0%

2.3 - Quadro nº26: Cruzamento de dados faixa etária e a Nacionalidade

			Nacionalidade		Total
			Moçambicano	Estrangeira	
Faixa etária	17-22	Contagem	44	2	46
		% em Faixa etária	95.7%	4.3%	100.0%
	23-28	Contagem	55	0	55
		% em Faixa etária	100.0%	0.0%	100.0%
	29-34	Contagem	46	0	46
		% em Faixa etária	100.0%	0.0%	100.0%
	35-40	Contagem	31	0	31
		% em Faixa etária	100.0%	0.0%	100.0%
	41-46	Contagem	17	0	17
		% em Faixa etária	100.0%	0.0%	100.0%
	47-52	Contagem	9	0	9
		% em Faixa etária	100.0%	0.0%	100.0%
	53-58	Contagem	4	0	4
		% em Faixa etária	100.0%	0.0%	100.0%
Total	Contagem		206	2	208
	% em Faixa etária		99.0%	1.0%	100.0%

2.4 - Quadro nº 27: Cruzamento de dados da faixa etária e o nível de Escolaridade

			Escolaridade								Total
			Nenhu m	Alfabetizaç ão	EP1	EP2	ESG1	E. Basico Prof	E Medio Prof	E. Superior	
Faixa etária	17-22	Contagem	10	3	2	3	14	8	5	1	46
		% em Faixa etária	21.7%	6.5%	4.3%	6.5%	30.4%	17.4%	10.9%	2.2%	100.0%
	23-28	Contagem	0	3	3	4	15	20	10	0	55
		% em Faixa etária	0.0%	5.5%	5.5%	7.3%	27.3%	36.4%	18.2%	0.0%	100.0%
	29-34	Contagem	1	8	2	2	15	11	6	1	46
		% em Faixa etária	2.2%	17.4%	4.3%	4.3%	32.6%	23.9%	13.0%	2.2%	100.0%
	35-40	Contagem	3	5	2	2	4	6	7	2	31
		% em Faixa etária	9.7%	16.1%	6.5%	6.5%	12.9%	19.4%	22.6%	6.5%	100.0%
	41-46	Contagem	3	7	2	1	3	0	1	0	17
		% em Faixa etária	17.6%	41.2%	11.8%	5.9%	17.6%	0.0%	5.9%	0.0%	100.0%
	47-52	Contagem	2	4	1	1	0	1	0	0	9
		% em Faixa etária	22.2%	44.4%	11.1%	11.1%	0.0%	11.1%	0.0%	0.0%	100.0%
	53-58	Contagem	1	1	0	0	0	0	0	2	4
		% em Faixa etária	25.0%	25.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	50.0%	100.0%
Total	Contagem		20	31	12	13	51	46	29	6	208
	% em Faixa etária		9.6%	14.9%	5.8%	6.3%	24.5%	22.1%	13.9%	2.9%	100.0%

2.5 - Quadro nº 28: Cruzamento de dados da faixa etária e a Religião Professada

				Religião					
				Islamica	Catolica Romana	Anglican a	Evangelic/Pe ntecostal	Outra	Total
Faixa etária	17-22	Contagem	3	17	23	2	1	0	46
		% em Faixa etária	6.5%	37.0%	50.0%	4.3%	2.2%	0.0%	100%
	23-28	Contagem	1	26	23	0	4	1	55
		% em Faixa etária	1.8%	47.3%	41.8%	0.0%	7.3%	1.8%	100%
	29-34	Contagem	0	25	19	1	0	1	46
		% em Faixa etária	0.0%	54.3%	41.3%	2.2%	0.0%	2.2%	100%
	35-40	Contagem	2	16	10	1	2	0	31
		% em Faixa etária	6.5%	51.6%	32.3%	3.2%	6.5%	0.0%	100%
	41-46	Contagem	0	9	7	1	0	0	17
		% em Faixa etária	0.0%	52.9%	41.2%	5.9%	0.0%	0.0%	100%
	47-52	Contagem	0	4	3	0	2	0	9
		% em Faixa etária	0.0%	44.4%	33.3%	0.0%	22.2%	0.0%	100%
	53-58	Contagem	0	2	1	1	0	0	4

	% em Faixa etária	0.0%	50.0%	25.0%	25.0%	0.0%	0.0%	100%
Total	Contagem	6	99	86	6	9	2	208
	% em Faixa etária	2.9%	47.6%	41.3%	2.9%	4.3%	1.0%	100%

2.6 - Quadro nº 29: Cruzamento de dados da faixa etária e a Ocupação Laboral

			Ocupação								
			Agricultura	Pesca	Comerci	Mineraçã	Sivicultur	Serviços	Outra	Nenhum	Total
Faixa etária	17-22	Contagem	13	2	9	0	0	5	1	16	46
		% em Faixa etária	28.3%	4.3%	19.6%	0.0%	0.0%	10.9%	2.2%	34.8%	100.0%
	23-28	Contagem	11	9	13	2	0	11	1	8	55
		% em Faixa etária	20.0%	16.4%	23.6%	3.6%	0.0%	20.0%	1.8%	14.5%	100.0%
	29-34	Contagem	17	9	12	0	0	5	1	2	46
		% em Faixa etária	37.0%	19.6%	26.1%	0.0%	0.0%	10.9%	2.2%	4.3%	100.0%
	35-40	Contagem	9	3	8	0	1	8	1	1	31
		% em Faixa etária	29.0%	9.7%	25.8%	0.0%	3.2%	25.8%	3.2%	3.2%	100.0%
	41-46	Contagem	10	2	3	0	1	0	0	1	17
		% em Faixa etária	58.8%	11.8%	17.6%	0.0%	5.9%	0.0%	0.0%	5.9%	100.0%
	47-52	Contagem	5	2	1	0	0	1	0	0	9
		% em Faixa etária	55.6%	22.2%	11.1%	0.0%	0.0%	11.1%	0.0%	0.0%	100.0%
	53-58	Contagem	1	0	0	1	0	1	0	1	4
		% em Faixa etária	25.0%	0.0%	0.0%	25.0%	0.0%	25.0%	0.0%	25.0%	100.0%
Total		Contagem	66	27	46	3	2	31	4	29	208
		% em Faixa etária	31.7%	13.0%	22.1%	1.4%	1.0%	14.9%	1.9%	13.9%	100.0%

2.7 - Quadro nº 30: Cruzamento de dados da faixa etária e o tempo de residência na zona de Estudo

			Anos de residência				Nativo	Total
			Menos de 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Entre 5 a 10 anos	Mais de 10 anos		
Faixa etária	17-22	Contagem	7	8	5	13	13	46
		% em Faixa etária	15.2%	17.4%	10.9%	28.3%	28.3%	100.0%
	23-28	Contagem	6	19	5	10	15	55
		% em Faixa etária	10.9%	34.5%	9.1%	18.2%	27.3%	100.0%
	29-34	Contagem	5	13	6	8	14	46
		% em Faixa etária	10.9%	28.3%	13.0%	17.4%	30.4%	100.0%
	35-40	Contagem	2	6	5	7	11	31
		% em Faixa etária	6.5%	19.4%	16.1%	22.6%	35.5%	100.0%
	41-46	Contagem	0	3	0	2	12	17
		% em Faixa etária	0.0%	17.6%	0.0%	11.8%	70.6%	100.0%
	47-52	Contagem	0	0	0	3	6	9
		% em Faixa etária	0.0%	0.0%	0.0%	33.3%	66.7%	100.0%
	53-58	Contagem	0	1	0	1	2	4
		% em Faixa etária	0.0%	25.0%	0.0%	25.0%	50.0%	100.0%
Total	Contagem		20	50	21	44	73	208
	% em Faixa etária		9.6%	24.0%	10.1%	21.2%	35.1%	100.0%

2.8 - Quadro nº 31: Cruzamento de dados da faixa etária e noção das ações das FDS no âmbito do controle da fronteira

			Ações controle da fronteira			Total
				Nao	Sim	
Faixa etária	17-22	Contagem	1	27	18	46
		% em Faixa etária	2.2%	58.7%	39.1%	100.0%
	23-28	Contagem	3	31	21	55
		% em Faixa etária	5.5%	56.4%	38.2%	100.0%
	29-34	Contagem	0	22	24	46
		% em Faixa etária	0.0%	47.8%	52.2%	100.0%
	35-40	Contagem	0	13	18	31
		% em Faixa etária	0.0%	41.9%	58.1%	100.0%
	41-46	Contagem	0	9	8	17
		% em Faixa etária	0.0%	52.9%	47.1%	100.0%
	47-52	Contagem	1	3	5	9
		% em Faixa etária	2.2%	33.3%	44.4%	100.0%
	Total		5	103	64	172
	% em Faixa etária		2.9%	60.0%	37.2%	100.0%

	% em Faixa etária	11.1%	33.3%	55.6%	100.0%
53-58	Contagem	0	2	2	4
	% em Faixa etária	0.0%	50.0%	50.0%	100.0%
Total	Contagem	5	107	96	208
	% em Faixa etária	2.4%	51.4%	46.2%	100.0%

2.9 - Quadro nº 32: Cruzamento de dados da faixa etária e a noção do trajeto da linha de fronteira

			Noção do trajeto da linha de fronteira			Total
				Não	Sim	
Faixa etária	17-22	Contagem	2	18	26	46
		% em Faixa etária	4.3%	39.1%	56.5%	100.0%
	23-28	Contagem	3	19	33	55
		% em Faixa etária	5.5%	34.5%	60.0%	100.0%
	29-34	Contagem	0	18	28	46
		% em Faixa etária	0.0%	39.1%	60.9%	100.0%
	35-40	Contagem	1	10	20	31
		% em Faixa etária	3.2%	32.3%	64.5%	100.0%
	41-46	Contagem	0	6	11	17
		% em Faixa etária	0.0%	35.3%	64.7%	100.0%
	47-52	Contagem	0	4	5	9
		% em Faixa etária	0.0%	44.4%	55.6%	100.0%
	53-58	Contagem	0	0	4	4
		% em Faixa etária	0.0%	0.0%	100.0%	100.0%
Total	Contagem		6	75	127	208
	% em Faixa etária		2.9%	36.1%	61.1%	100.0%

2.10 - Quadro nº 33: Cruzamento de dados da faixa etária e o apoio a existência do limite fronteiriço

			Favor da existência da linha de fronteira			Total
				Não	Sim	
Faixa etária	17-22	Contagem	1	8	37	46
		% em Faixa etária	2.2%	17.4%	80.4%	100.0%
	23-28	Contagem	1	13	41	55
		% em Faixa etária	1.8%	23.6%	74.5%	100.0%
	29-34	Contagem	0	4	42	46
		% em Faixa etária	0.0%	8.7%	91.3%	100.0%
	35-40	Contagem	2	2	27	31
		% em Faixa etária	6.5%	6.5%	87.1%	100.0%
	41-46	Contagem	0	0	17	17
		% em Faixa etária	0.0%	0.0%	100.0%	100.0%
	47-52	Contagem	0	2	7	9
		% em Faixa etária	0.0%	22.2%	77.8%	100.0%
	53-58	Contagem	0	1	3	4
		% em Faixa etária	0.0%	25.0%	75.0%	100.0%
	Total	Contagem	4	30	174	208
		% em Faixa etária	1.9%	14.4%	83.7%	100.0%

2.11 - Quadro nº 34: Cruzamento de dados da faixa etária e a periodicidade com que atravessa a fronteira para a Tanzânia

				Regularidade de travessia da fronteira								Total
				Nunca	Diária	Semanal	Mensal	Trimestral	Semestral	Annual	Outros	
Faixa etária	17-22	Contagem	1	11	0	0	1	2	2	10	19	46
		% em Faixa etária	2.2%	23.9%	0.0%	0.0%	2.2%	4.3%	4.3%	21.7%	41.3%	100.0%
	23-28	Contagem	2	8	1	1	6	0	2	5	30	55
		% em Faixa etária	3.6%	14.5%	1.8%	1.8%	10.9%	0.0%	3.6%	9.1%	54.5%	100.0%
	29-34	Contagem	2	5	1	0	2	2	3	14	17	46
		% em Faixa etária	4.3%	10.9%	2.2%	0.0%	4.3%	4.3%	6.5%	30.4%	37.0%	100.0%
	35-40	Contagem	2	5	0	0	2	2	3	9	8	31
		% em Faixa etária	6.5%	16.1%	0.0%	0.0%	6.5%	6.5%	9.7%	29.0%	25.8%	100.0%
	41-46	Contagem	1	3	0	0	0	2	1	2	8	17
		% em Faixa etária	5.9%	17.6%	0.0%	0.0%	0.0%	11.8%	5.9%	11.8%	47.1%	100.0%
	47-52	Contagem	0	4	0	0	0	0	1	1	3	9
		% em Faixa etária										

	% em Faixa etária	0.0%	44.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	11.1%	11.1%	33.3%	100.0%
	53-58 Contagem	0	1	0	0	0	1	0	1	1	4
	% em Faixa etária	0.0%	25.0%	0.0%	0.0%	0.0%	25.0%	0.0%	25.0%	25.0%	100.0%
Total	Contagem	8	37	2	1	11	9	12	42	86	208
	% em Faixa etária	3.8%	17.8%	1.0%	0.5%	5.3%	4.3%	5.8%	20.2%	41.3%	100.0%

2.12 - Quadro nº 35: Cruzamento de dados da faixa etária e a noção da presença de imigrantes indocumentados

			Noção de presença de imigrantes sem documentos			
				Nao	Sim	Total
Faixa etária	17-22	Contagem	0	19	27	46
		% em Faixa etária	0.0%	41.3%	58.7%	100.0%
	23-28	Contagem	3	31	21	55
		% em Faixa etária	5.5%	56.4%	38.2%	100.0%
	29-34	Contagem	2	20	24	46
		% em Faixa etária	4.3%	43.5%	52.2%	100.0%
	35-40	Contagem	5	10	16	31
		% em Faixa etária	16.1%	32.3%	51.6%	100.0%
	41-46	Contagem	2	9	6	17
		% em Faixa etária	11.8%	52.9%	35.3%	100.0%
	47-52	Contagem	1	4	4	9
		% em Faixa etária	11.1%	44.4%	44.4%	100.0%
	53-58	Contagem	0	1	3	4
		% em Faixa etária	0.0%	25.0%	75.0%	100.0%
Total	Contagem		13	94	101	208
	% em Faixa etária		6.3%	45.2%	48.6%	100.0%

2.13 - Quadro nº 36: Cruzamento de dados da faixa etária e o seu envolvimento no acolhimento de imigrantes indocumentados

				Acolhe imigrantes no seu agregado		
				Nao	Sim	Total
Faixa etária	17-22	Contagem	1	35	10	46
		% em Faixa etária	2.2%	76.1%	21.7%	100.0%
	23-28	Contagem	3	45	7	55
		% em Faixa etária	5.5%	81.8%	12.7%	100.0%
	29-34	Contagem	4	34	8	46
		% em Faixa etária	8.7%	73.9%	17.4%	100.0%
	35-40	Contagem	3	21	7	31
		% em Faixa etária	9.7%	67.7%	22.6%	100.0%
	41-46	Contagem	0	11	6	17
		% em Faixa etária	0.0%	64.7%	35.3%	100.0%
	47-52	Contagem	1	7	1	9
		% em Faixa etária	11.1%	77.8%	11.1%	100.0%
	53-58	Contagem	0	4	0	4
		% em Faixa etária	0.0%	100.0%	0.0%	100.0%
Total	Contagem	12	157	39	208	
	% em Faixa etária	5.8%	75.5%	18.8%	100.0%	

Apêndice 3

Guião de Entrevista usado na recolha de dados diante dos intervenientes diretos e indiretos na dinâmica dos fenómenos associados à porosidade das fronteiras



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

PESQUISA

“SOBRE POROSIDADE DA FRONTEIRA TERRESTRE MOÇAMBICANA – IMPACTO NA IMIGRAÇÃO ILEGAL SOB A PERSPETIVA DA SEGURANÇA NACIONAL. CASO DA FRONTEIRA DE MOÇAMBIQUE E TANZÂNIA”

GUIÃO DE ENTREVISTA

O presente guião de entrevista insere-se no âmbito da pesquisa em curso sobre *Porosidade da Fronteira Terrestre Moçambicana – Impacto na Imigração Indocumentada sob a Perspetiva da Segurança Nacional. Caso da Fronteira de Moçambique com a Tanzânia*, com vista a obtenção de grau de doutor em Geografia na Especialidade de Geografia Humana, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Os resultados pretendidos são exclusivamente para fins académicos, estando garantido o anonimato e a confidencialidade.

PERFIL DO ENTREVISTADO				
Província:				
Distrito:				
Posto Administrativo:				
Naturalidade/Nacionalidade:				
Sexo	Masculino		Profissão	
	Feminino			

1. Quais são os principais fatores da porosidade fronteiriça no limite entre Moçambique e Tanzânia?

2. Quais são os principais constrangimentos que tem acompanhado motivados pela porosidade de fronteira?

3. Quais são as ações que as autoridades tem desenvolvido tendo em vista a monitoria das fronteiras?

4. Quais são as implicações da porosidade da fronteira para o território moçambicano?

5. **Quais são as possíveis soluções para a mitigação da porosidade da fronteira entre Moçambique e Tanzânia?**

6. Qual é a relação existente entre a porosidade da fronteira continental e a imigração ilegal no norte de Moçambique

- 7. Quais são as principais nacionalidades dos imigrantes que tem Moçambique como destino e como corredor?**

- 8. Quais são os principais fatores atrativos que impulsionam os imigrantes ilegais a considerarem Moçambique um destino apetecível?**

9. Qual é a relação entre a porosidade da fronteira entre Moçambique e Tanzânia e a insurgência armada no norte do país?

- 10. Quais são os principais ilícitos que geralmente são cometidos pelos imigrantes ilegais?**

- 11. Quais são as principais estratégias aplicáveis para o combate a imigração ilegal?**

- 12. Para além das questões aqui apresentadas, tem algo que gostaria de acrescentar que acha que seria relevante para o nosso estudo?**

COMENTÁRIOS

--

Anexos (1 a 4):
Postos de travessia entre Moçambique e a Tanzania

Anexo nº1: Ponte sobre o Rio Rovuma no Posto de Travessia de Negomano no Distrito de Mueda – Cabo Delgado



Fonte: Portal do Governo de Moçambique

Anexo nº2: Travessia de Namoto no Distrito de Palma – Província de Cabo Delgado



Fonte: Autor em março de 2024

Anexo nº 3: Ponte sobre o Rio Rovuma no Posto de Travessia do Segundo Congresso na Província de Niassa



Fonte: Autor em agosto de 2021

Anexo nº 4: Mapa da República da Tanzânia



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Mapa-da-Tanzania-com-delimitacao-do-rio-Rovuma-ao-sul-na-fronteira-com_fig1_320341591